

ISSN 2448-3907 | e-ISSN 2448-3923

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

Brazilian Journal of African Studies



Revista Brasileira de Estudos Africanos	Porto Alegre	v. 9	n. 17	p. 1-184	Jan./Jun. 2024
-----------------------------------------	--------------	------	-------	----------	----------------

# SOBRE A REVISTA

A Revista Brasileira de Estudos Africanos é uma publicação semestral, em formato digital, dedicada à pesquisa, à reflexão e à difusão de estudos sobre temas africanos. A RBEA publica artigos científicos inéditos com ênfase nas análises de Relações Internacionais, Organizações de Integração, Segurança e Defesa, Sistemas Políticos, História, Geografia, Desenvolvimento Econômico, Estruturas Sociais e Correntes de Pensamento. A RBEA é um veículo estritamente acadêmico, ligada ao Centro Brasileiro de Estudos Africanos (CEBRAFRICA) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

A RBEA tem como público alvo pesquisadores, professores e estudantes interessados nas especificidades do continente africano e de sua inserção internacional. Combinada a esta perspectiva, a Revista pretende ampliar o debate sobre a projeção brasileira e seus esforços de cooperação (inclusive em Defesa) com os países africanos no perímetro do Atlântico Sul e a construção de uma identidade regional frente a um cenário de transformações geopolíticas.

# INDEXADORES



Este trabalho foi apoiado pelo Programa de Apoio à Edição de Periódicos (PAEP) - UFRGS



**Programa de apoio à  
Edição de Periódicos**

# **EQUIPE EDITORIAL / EDITORIAL TEAM**

## **EDITOR CHEFE /CHIEF EDITOR**

Analúcia Danilevycz Pereira (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

## **EDITOR ADJUNTO /DEPUTY EDITOR**

Paulo Visentini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

## **CONSELHO EDITORIAL /EDITORIAL BOARD**

Ajay Dubey (Jawaharlal Nehru University, Índia)

Ángel Dalmau Fernández (CIPI, Cuba)

Antônio Joaquim Calundungo (Universidade Agostinho Neto, Angola)

Beatriz Bissio (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Chris Landsberg (University of Johannesburg, África do Sul)

Cyril Obi (Social Science Research Council, EUA)

Fábio Morosini (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Hilário Cau (Instituto Superior de Relações Internacionais, Moçambique)

Ian Taylor (University of St Andrews, Escócia) - IN MEMORIAM

Kamilla Raquel Rizzi (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Karl Gerhard Seibert (UNILAB, Brasil)

Li Anshan (Peking University, China)

Luiz Dario Teixeira Ribeiro (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Vladimir Shubin (Russian Academy of Sciences, Rússia)

## **ASSISTENTE DE EDIÇÃO /EDITION ASSISTANT**

Gabriela Gampe Bonness (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

## **CONSELHO CONSULTIVO /CONSULTATIVE BOARD**

Alfa Oumar Diallo (Universidade Federal da Grande Dourados, Brasil)

Andrei Tokarev (Russian Academy of Sciences, Rússia)

Aparajita Biswas (University of Mumbai, Índia)

Diego Pautasso (Escola Superior de Propaganda e Marketing – Sul, Brasil)

Eduardo Migon (Escola de Comando e Estado-Maior do Exército, Brasil)

Fantu Cheru (American University, EUA)

Gladys Lechini (Universidad Nacional de Rosário, Argentina)

Henry Kam Kah (University of Buea, Camarões)

Igor Castellano da Silva (Universidade Federal de Santa Maria, Brasil)

John Akokpari (University of Cape Town, África do Sul)

José Carlos dos Anjos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

José Rivair Macedo (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Leila Hernandez (Universidade de São Paulo, Brasil)

Lito Nunes Fernandes (Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas, Guiné-Bissau)

Lotfi Kaabi (Institut Tunisien des Études Stratégiques, Tunísia)

Mamadou Alpha Diallo (UNILA, Brasil)

Mamoudou Gazibo (Université de Montréal, Canadá)

Marina de Mello Souza (Universidade de São Paulo, Brasil)

Nathaly Silva Xavier Schütz (Universidade Federal do Pampa, Brasil)

Paris Yeros (Universidade Federal do ABC, Brasil)

Tim Murithi (Free State University, África do Sul)

Renu Modi (University of Mumbai, Índia)

Wolfgang Adolf Karl Döpcke (Universidade de Brasília, Brasil)

Esta edição também contou com a avaliação dos pesquisadores Fabian Domingues, Frédéric Monié, Leonardo Granato, Sylvio de Souza Ferreira e Yoslán Silverio González.

# REVISTA BRASILEIRA DE ESTUDOS AFRICANOS

## Brazilian Journal of African Studies

© Centro Brasileiro de Estudos Africanos - UFRGS

Acompanhamento Editorial: Michele Bandeira

Capa: Janaína Horn

Projeto gráfico: Janaína Horn

Diagramação: Gabriela Gampe Bonness

Revisão de padrão: Felipe Raskin Cardon e Marcos Viola Cardoso

Arte: Tiago Oliveira Baldasso

A *Revista Brasileira de Estudos Africanos* está disponível online em português e inglês em [www.seer.ufrgs.br/rbea](http://www.seer.ufrgs.br/rbea)

### CONTATO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Ciências Econômicas

Av. João Pessoa, 52 – Sala 18C – 1º andar

CEP 90040-000 - Centro – Porto Alegre/RS - Brasil

Fone: +55 51 3308.3272 / 3308.3348

E-mail: [cebrafrica@ufrgs.br](mailto:cebrafrica@ufrgs.br)

[seer.ufrgs.br/rbea](http://seer.ufrgs.br/rbea)

[ufrgs.br/cebrafrica](http://ufrgs.br/cebrafrica)

### DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)

Responsável: Biblioteca Gládis W. do Amaral, Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS

Revista Brasileira de Estudos Africanos / Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade de Ciências Econômicas, Centro Brasileiro de Estudos Africanos. – Ano 9, n. 17 (jan./jun. 2024). – Porto Alegre : UFRGS/FCE/CEBRAFRICA, 2024 -

Semestral.

ISSN 2448-3907.

e-ISSN 2448-3923

1. África. 2. Relações internacionais. 3. Integração regional.  
4. Segurança internacional. 5. Política de defesa.

CDU 327

# SUMÁRIO

<b>EDITORIAL</b>	<b>7</b>
<i>Analúcia Danilevicz Pereira</i>	
<b>CRISE E INTEGRAÇÃO: AS COMUNIDADES ECONÔMICAS REGIONAIS E A INTEGRAÇÃO AFRICANA</b>	<b>11</b>
<i>Rômulo Milhomem Freitas Figueira Neves</i> <i>Paulo Gilberto Fagundes Visentini</i>	
<b>CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA ETIÓPIA PÓS-1991: O PSEUDO FEDERALISMO DA EPRDF E A CENTRALIZAÇÃO AUTORITÁRIA REENCARNADA, UMA VISÃO GERAL E CRÍTICA</b>	<b>33</b>
<i>Habtamu Wondimu Hibiso</i> <i>Solomon Gebre Weldeananiya</i>	
<b>DINÂMICAS DE MEDIAÇÃO E COMPROMISSOS PELA PAZ EM MOÇAMBIQUE (1989-2019)</b>	<b>61</b>
<i>Cremildo de Abreu Coutinho</i> <i>Eduardo Munhoz Svartman</i>	
<b>RELAÇÃO SINO-MOÇAMBICANA E O PAPEL DOS MEGAPROJETOS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE</b>	<b>77</b>
<i>Robson Dias da Silva</i> <i>Thaysa Cunha</i>	
<b>A AMALGAMAÇÃO DE 1914 E A GUERRA CIVIL NIGERIANA: O FARDADO DA CULPA</b>	<b>104</b>
<i>Abimbola Oyarinu</i>	
<b>COMPLEXO PETROLÍFERO DA NIGÉRIA: A TRAGÉDIA DOS COMUNS</b>	<b>123</b>
<i>Ekpotuatin Charles Ariye</i> <i>Green Kevwe Abenabe</i>	
<b>OS DESAFIOS DA TRANSMÂNICA E DA SEGURANÇA INTERNA NA NIGÉRIA: IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA GEOPOLÍTICA SUL-SUL</b>	<b>139</b>
<i>Endurance Nogiomwan Aigbe</i> <i>Joseph Aihie</i>	

**FICAR OU VOLTAR: O DILEMA CORNELIANO DA DIÁSPORA BURQUINENSE EM  
GANA** **160**

*Serge Noel Ouedraogo*

*Boubacar Sambare*

**RESENHA**

**“Governing in the shadows: Angola’s Securitised State”, de Paula Cristina  
Roque** **178**

*Gilson Lázaro*

## EDITORIAL

Analúcia Danilevicz Pereira

Junho/2024

O final da Guerra Fria apresentou um conjunto de crises sobrepostas e multifacetadas cujo epicentro estamos atravessando neste momento. A crise atual é bastante peculiar, principalmente, pela simultaneidade de vários eventos que convergem em direção aos conflitos e às guerras – profunda crise econômica (intensificada com a pandemia); progressivo desgaste de sistemas, regimes e organizações políticas internacionais; desgaste do Ocidente como modelo civilizatório; rápida diminuição da estabilidade política e estratégica internacional. A multipolaridade que se desenha ainda é instável. Entretanto, rapidamente, novos alinhamentos têm se configurado revelando uma nova balança de poder internacional. Nesse sentido, o Ocidente tem contribuído com suas crises internas e política internacional destrutiva.

A África, por sua vez, não é mais apenas um espaço de fornecimento de matérias-primas. O crescimento econômico do continente ampliou o seu papel na economia global. A economia africana passou a ser um componente cada vez mais orgânico e significativo para a economia mundial, ligado à sua dinâmica, mas também ao progresso científico e tecnológico. As mudanças de caráter sistêmico na posição do continente africano, como espaço geopolítico e geoeconômico, seguiram-se ao desenvolvimento das parcerias africanas nos marcos da Cooperação Sul-Sul, paralelamente ao esvaziamento gradativo do monopólio político e econômico de cinco séculos do Ocidente.

Sem dúvida, a África caminha em direção à defesa da adequação da ordem internacional às realidades do século XXI. Todavia, coube aos chamados países “Emergentes” identificar as mudanças e impulsionar um novo padrão de relações internacionais. O Brasil retomou de forma rápida e intensa a política africana no início dos anos 2000, mas dadas as peculiaridades da política brasileira, esse projeto não foi sustentável nos governos seguintes. Já a Rússia, com menos visibilidade e mais firmeza, discreta e progressivamente, retomou e consolidou a política africana e, hoje, é um parceiro estratégico para os Estados africanos. China e Índia mantiveram padrões estáveis de

relações com a África, embora com características particulares. Entretanto, a posição e as condições de desenvolvimento dos países africanos ainda serão condicionadas pelo nível de consciência das mudanças internacionais em curso e por um comportamento mais assertivo no controle e na utilização dos seus recursos de poder.

O Número 17 da RBEA apresenta oito artigos e uma resenha. Os autores, além de instituições nacionais, estão vinculados a instituições acadêmicas de Angola, Burkina Faso, Etiópia, Moçambique, Nigéria e Portugal. Rômulo Neves e Paulo Visentini, no artigo *Crise e integração: as Comunidades Econômicas Regionais e a integração africana*, discutem que, após a entrada em vigor, em 2019, do acordo da Zona de Livre Comércio Continental da África, a integração africana teria ingressado em seu último estágio. O pressuposto inicial é o de que a realidade é mais complexa, com a existência de importantes desafios para a implementação do documento, como os diferentes estágios de desenvolvimento das diversas burocracias estatais e as definições sobre o escopo da integração.

Em *Construção do Estado na Etiópia pós-1991: o pseudo federalismo da EPRDF e a centralização autoritária reencarnada, uma visão geral e crítica*, Habtamu Wondimu Hibiso e Solomon Gebre Weldeananiya analisam construção do Estado da Etiópia pós-1991, elaborada pela Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF). Segundo os autores, os resultados apontam que a EPRDF implementou uma combinação de políticas pragmáticas e ideologicamente orientadas para construir a Etiópia. Todavia, para os autores, EPRDF repetiu estratégias e disciplinas de guerra para a construção do Estado e contribuiu para a reencarnação autoritária e a nova centralização do poder. Já em *Dinâmicas de mediação e compromissos pela paz em Moçambique (1989-2019)*, Cremildo de Abreu Coutinho e Eduardo Munhoz Svartman avaliam a negociação que culminou com a assinatura do acordo de paz de 1992, antecedida por uma guerra civil de 16 anos entre o governo da Frente de Libertação de Moçambique e o antigo movimento rebelde, a Resistência Nacional de Moçambique. Entretanto, apesar de avanços significativos na democratização do país, os autores constatarem retrocessos motivados pela exclusão e ausência de efetiva reconciliação nacional.

Ainda sobre Moçambique, Robson Dias da Silva e Thaysa Cunha, no artigo *Relação Sino-Moçambicana e o papel dos megaprojetos no desenvolvimento territorial de Moçambique* discutem a cooperação China-Moçambique e o papel de megaprojetos no plano de desenvolvimento territorial de Moçambique durante os anos 2000. Os autores buscam identificar os principais efeitos sociais e econômicos relacionados à implementação de megaprojetos de

infraestrutura chinesa no país para entender se é possível apontar a estratégia adotada por Moçambique como uma verdadeira forma de transformação e desenvolvimento socioeconômico. Na sequência, há três artigos sobre a Nigéria. Abimbola Oyarinu analisa o papel das elites políticas britânicas e nigerianas na formação do destino da Nigéria. A partir da eventualidade da guerra civil nigeriana com recurso ao método analítico histórico de pesquisa qualitativa, o artigo *A amalgamação de 1914 e a Guerra Civil Nigeriana: o fardo da culpa* traça a origem dos problemas socioeconômicos da Nigéria até o pronunciamento britânico de 1914.

Em *Complexo Petrolífero da Nigéria: a tragédia dos comuns*, Ekpotuatin Charles Ariye e Green Kevwe Abenabe avaliam como abundantes reservas de petróleo da Nigéria posicionaram a nação como um grande player no cenário energético global. Para os autores, entretanto, abaixo da superfície dessa riqueza de recursos se encontra uma complexa rede de desafios que atraíram a atenção internacional. Assim, eles investigam a dinâmica multifacetada da indústria petrolífera da Nigéria por intermédio das lentes da “tragédia dos comuns”. Por fim, em *Os desafios da transumância e da segurança interna na Nigéria: implicações para a segurança alimentar na zona geopolítica Sul-Sul*, Endurance Nogiomwan Aigbe e Joseph Aihie analisam a natureza da transumância e o nível de dano humanitário juntamente com seu impacto na segurança alimentar na zona geopolítica Sul-Sul. Para os autores, o governo deve criar um mecanismo eficaz, por meio do mapeamento de uma arquitetura de segurança holística, e adotar resoluções alternativas de disputas por meio do diálogo com os pastores e os fazendeiros nas comunidades.

E, ainda, Serge Noel Ouedraogo e Boubacar Sambare, no artigo *Ficar ou voltar: o dilema corneliano da diáspora burquinense em Gana*, discutem o dilema enfrentado pelos migrantes de Burkina Faso que vivem em Gana. Segundo os autores, em contraste com os fluxos de retorno de migrantes e descendentes de migrantes de Burkina Faso que vivem na Costa do Marfim, há poucos fluxos de migração reversa entre Gana e Burkina Faso. Nesse sentido, para identificar as aspirações e as decisões dos migrantes e seus descendentes, o estudo se baseia em recursos bibliográficos e dados empíricos. Foram realizadas principalmente pesquisas qualitativas com pessoas capacitadas em Gana e Burkina Faso. Como encerramento deste Número, Gilson Lázaro apresenta a resenha da obra “*Governing in the shadows: Angola’s Securitised State*”, de Paula Cristina Roque.

A RBEA publica versão eletrônica bilíngue (português e inglês). Assim, esperamos a contribuição de colegas do Brasil e do exterior, com os

quais pretendemos estabelecer vínculos para o aprofundamento do conhecimento e a construção de uma visão do Sul sobre o continente africano e das relações com ele.

\*\*\*

Agradecemos à Assistente de Edição Gabriela Gampe Bonness e à equipe do CEBRAFRICA que trabalhou na tradução e revisão dos artigos. Agradecemos, ainda, a Augusto Camatti, Augusto Esposito, Henrique Leal, Isabella Cruzichi, Lucca Medeiros, Mariana Vitola, Matheus Xavier, Pedro Zandoná, Rafaela Serpa e Vinicius Baldissera pela colaboração na tradução e revisão dos textos em inglês.

# CRISE E INTEGRAÇÃO: AS COMUNIDADES ECONÔMICAS REGIONAIS E A INTEGRAÇÃO AFRICANA

Rômulo Milhomem Freitas Figueira Neves<sup>1</sup>  
Paulo Gilberto Fagundes Visentini<sup>2</sup>



## Introdução

O processo de integração econômica da África está, em tese, em seu último estágio, com a assinatura, em 2018, em Kigali, do acordo que cria a Zona de Livre Comércio Continental da África. Firmado na ocasião por 44 dos 55 membros da União Africana, entrou em vigor em abril de 2019, após o vigésimo segundo país signatário ratificar o documento. Até junho de 2024, só não havia sido assinado pela Eritreia, tendo sido ratificado por 47 membros da UA, incluindo a República Saaraui, faltando apenas Madagascar, Somália, Benim, Líbia, Libéria, Sudão e Sudão do Sul. O acordo está, assim, em pleno vigor, seguindo as etapas ordinárias para sua consolidação. Um secretariado de segmento, que responde diretamente ao Conselho Executivo da União Africana, foi instalado em Acra. No terreno, entretanto, a situação é muito mais complexa, com a profusão de comunidades regionais sobrepostas, diferentes estágios de integração sub-regional e burocracias estatais com importantes diferenças de maturidade, sem considerar ainda a grande quantidade de conflitos internos e internacionais em curso.

Assim sendo, este artigo tem o objetivo de sintetizar, a partir do levantamento histórico — com especial ênfase às crises econômicas globais e regionais — e do uso de dados agregados de organismos internacionais, os

1 Departamento de Sociologia, Universidade Eduardo Mondlane. Maputo, Moçambique. E-mail: romuloneves@uem.ac.mz. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-5325-9892>.

2 Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, UFRGS e Programa de Pós-Graduação em Ciências Militares, ECEME. Porto Alegre e Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: paulovi.ufrgs@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5654-8874>.

processos de integração sub-regional africanos, para uma correta compreensão de seus diferentes estágios e da participação dos diversos países nas trilhas existentes. A prioridade será a de compreender o papel das Comunidades Econômicas Regionais (CERs) definidas, a partir de 1991, pelo Tratado de Abuja, que criou a Comunidade Econômica Africana e as definiu como os alicerces do processo de integração definido no acordo. O objetivo complementar seria informar análises futuras mais aprofundadas e específicas, de outros pesquisadores, sobre a correta compreensão do papel e da categoria de cada processo de integração sub-regional. O artigo apresenta, para esse fim, um breve histórico do processo de integração africano, a partir da criação da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, CEDEAO, em 1975, e da adoção do Plano de Ação de Lagos, de 1980, como respostas dos jovens países independentes às crises globais da década de 1970, bem como uma síntese da distribuição dos países nas diversas iniciativas.

## Jovens em crise

A despeito dos diferentes caminhos percorridos no processo de independência, e apesar do crescimento econômico verificado ao longo da década de 1960 e início da de 1970, os novos países africanos independentes, passaram a enfrentar sérias dificuldades econômicas já a partir da primeira crise do petróleo, em 1973. A segunda crise, em 1979, e o processo de reformas restritivas por que passou o Reino Unido, mas também os EUA, ao longo da década de 1980 — e a visão presente em vários relatórios do Banco Mundial à época, de que muitos dos problemas da África seriam internos e a melhor solução seriam medidas restritivas — potencializaram a estagnação econômica observada no período. A Convenção de Lomé — na verdade um conjunto de quatro documentos, o primeiro de 1975 — facultou acesso facilitado de produtos dos países ACP — África, Caribe e Pacífico — ao mercado europeu, em uma tentativa de demonstração de solidariedade com as ex-colônias. Seus resultados, entretanto, foram limitados e não conseguiram reverter a crise que se iniciava.

A prolongada e generalizada crise econômica no continente foi multifacetada e afetou os países de maneira diversa, mas é possível elencar, partir dos dados dos relatórios de comércio do FMI, das negociações de dívida do Clube de Paris, e de crescimento populacional da ONU, e de outros documentos de organismos internacionais, alguns fatores que, combinados, produziram um efeito devastador sobre as economias africanas:

- i) o crescimento considerável da população, que passou de 270 milhões, em 1970 para 359 milhões em 1980 — aumento de 33% em uma década, o que elevou a demanda interna por alimentos e afetou as exportações;
- ii) o aumento exponencial do custo do petróleo, principal produto de importação de vários países africanos — o barril passou de US\$ 3 para US\$ 11,60 entre 1973 e 1974;
- iii) a diminuição do preço internacional de vários minérios, com queda média de 7,1% na década de 1970;
- iv) a diminuição significativa da renda das exportações, com queda média anual de 1,6% por ano no conjunto dos países subsaarianos;
- v) a diminuição da participação da parcela, com exceção dos combustíveis, da África nas exportações do grupo dos países em desenvolvimento, que caiu pela metade em 18 anos — de 18% em 1960, para 9% em 1978. Nesse caso, os exportadores de petróleo e os Tigres Asiáticos ocuparam grande parte do mercado antes ocupada pelos africanos, já que, entre 1960 e 1970, as exportações africanas haviam subido 5,3% por ano em média;
- vi) a grande exposição das economias africanas ao comércio exterior, que representava, na média, cerca de 25% do PIB desses países;
- vii) a pauta exportadora concentrada, na maioria dos casos, em dois ou três produtos de base;
- viii) em função da crise do petróleo, a taxa de juros dos EUA subiu de 12%, em 1979, para 21,5% em 1982, majorando a dívida externa dos países africanos, já debilitados pela crise em andamento. A subida dos juros foi reproduzida no Reino Unido, financiador tradicional dos africanos, cuja taxa subiu, em 1980, de 12% para 18%;
- ix) o crescimento vertiginoso da dívida teve efeitos sobre a já baixa capacidade de investimento nas áreas de saúde, educação e transporte, apesar da pequena melhora de alguns índices básicos nesses setores, como esperança de vida, taxa de matrículas e mortalidade infantil. Entre 1979 e 1989, 12 países suspenderam o pagamento de suas dívidas externas, alguns mais de uma vez ao longo desse período;

- x) paralelamente, como efeito do aumento dos juros nos EUA e Reino Unido, houve a diminuição dos investimentos estrangeiros no continente;
- xi) a maioria da população atuava no setor primário, de agricultura — nessa época, quase nenhum país africano apresentava taxa menor do que 70% da população ativa na agricultura, grande parte desse total dedicado à agricultura de subsistência, de baixo valor agregado.

Além dos problemas econômicos, e em alguns casos tendo-os como causa, entre 1979 e 1989, quatorze países passaram por importantes conflitos, sejam guerras civis, como Angola e Moçambique, ou disputas internacionais, como Etiópia, Eritreia e Somália, Egito e Líbia, Mauritânia e Senegal, com efeitos negativos sobre economias já fragilizadas

## A integração como resposta à crise

Em 1980, em resposta à crise econômica, a Organização da Unidade Africana, criada em 1963, adotou, em parceria com a Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (UNECA), estabelecida em 1958, o Plano de Ação de Lagos, a fim de aumentar a cooperação comercial regional. O objetivo do plano era o de reproduzir em outras regiões a experiência da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (ECOWAS/CEDEAO), criada pelo Tratado de Lagos, em 1975, com 15 países membros e sede naquela cidade, depois transferida para Abuja. Os efeitos da crise, porém, eram profundos e, sem recursos, o plano teve efeitos limitados. Em 1981, foram criadas apenas: i) a Área de Comércio Preferencial da África Austral e Oriental (PTA), com 18 membros — que se tornou, em 1994, o Mercado Comum da África Oriental e Austral (COMESA); e ii) a Comunidade Econômica da África Central, mas sem efetividade alguma até 1998. A Comunidade Econômica da África Oriental, criada em 1967, havia sido, inclusive, extinta em 1977, sendo recriada apenas em 2000.

A década de 1980, conhecida no Brasil como a década perdida, na África foi a década da fome. A crise de 1983 a 1985 na Etiópia foi a que ficou mais conhecida globalmente, com cerca de 300 mil mortes, mas o problema afetou diversos países, com mais 30 milhões de pessoas em situação de fome severa em 24 países, segundo o Escritório das Nações Unidas para Operações de Emergência na África, estabelecido em 1984 (McCarthy 1986, 58). Os efeitos da crise econômica se estenderam para a década seguinte. A

taxa de crescimento da África subsaariana entre 1989 e 1999 foi de apenas 24%. Com a dissolução da URSS, vários países que se apoiavam no bloco soviético passaram a enfrentar dificuldades adicionais agudas, Moçambique e Zimbábue, por exemplo. De 1991 a 2001, 15 países solicitaram auxílio para a suspensão do pagamento da dívida externa, mais até do que na década anterior. Apesar do fim do Apartheid, antiga bandeira do movimento pan-africanista, a fragilidade institucional africana aumentou ao longo da década de 1990, quando foi criada a expressão “Estado falido”, inicialmente em referência à Somália, mas referida a vários países africanos, que enfrentavam simultaneamente a crise econômica e instabilidade política, colocando em risco sua própria existência institucional. O conceito introduz na análise política o afropessimismo, conjunto difuso de ideias sobre a incapacidade de autogestão dos negros.

De todo modo, assim como ocorreu com o Plano de Lagos, de 1980, os africanos apostaram novamente na integração econômica para tentar superar a crise. Em 1991, foi assinado o Tratado de Abuja, para a criação da Comunidade Econômica Africana, inspirada no modelo da Comunidade Econômica Europeia, CEE. O acordo africano entraria em vigor apenas em 1994 — nesse ínterim, a CEE já havia se tornado a UE, em 1993.

O fim do *Apartheid*, também em 1994, gerava um clima de esperança no continente. No início de abril de 1994, também ocorria em Kampala, Uganda, o Sétimo Congresso Pan-Africano, apenas poucas semanas antes das eleições que levariam Nelson Mandela à presidência da África do Sul, com o fim de um período de décadas de combate institucional à política de segregação. O otimismo político era evidente, mas a prioridade das lideranças do Congresso, entretanto, era a superação da crise econômica e estava em debate no evento mais uma tentativa de fazer avançar o projeto de integração, com a operacionalização da Comunidade Econômica Africana.

O Tratado de Abuja havia estabelecido um plano gradual de integração culminando com a criação de um mercado comum africano, em 2025, e a integração monetária, em 2028, passando pela criação de comunidades regionais nas regiões onde ainda não houvesse e pela criação de zonas intermediárias de livre comércio e unidade aduaneira (Organização da Unidade Africana 1991). No último dia do evento que celebrava a unidade africana, entretanto, a cerca de apenas 500 km de Kampala, se iniciava o genocídio em Ruanda, que causaria até julho daquele ano 800 mil mortes de tutsis e hutus moderados. A crise se somava às 8 guerras civis em andamento: na Libéria, desde 1989; no Níger, desde 1990; em Serra Leoa, na Argélia, no Djibuti e na Somália, desde 1991; no Congo-Brazzaville e no Burundi, desde 1993.

O massacre em Ruanda, apesar de controlado ainda naquele ano, gerou uma sequência de eventos com consequências até hoje. Os ataques levaram à fuga de tutsis para o território da RDC e, logo depois da tomada do poder pelos tutsis, mais uma onda de refugiados, dessa vez de 2 milhões de hutus. A tensão na região da fronteira entre os dois países aumentou, com a incursão de tropas ruandesas tutsis em busca de fugitivos hutus. Em 1996, a situação se transformou em conflito aberto, com a invasão do território da RDC por tropas de Uganda e Ruanda. A oposição da RDC utilizou a guerra para depor, em 1997, o longevo ditador Mobutu Seko, no poder desde 1965. Mobutu exilou-se no Marrocos. O novo governo, com o suporte militar de Angola e Zimbábue, entrou em entendimento com Ruanda e Uganda, para que deixassem o território congolês, em 1998. O assassinato do novo presidente, já em 2001, reabriu o conflito da RDC com tropas de Ruanda e Uganda, sendo finalizado somente em 2002, com Ruanda, e 2003, com Uganda. Eleições foram realizadas e, aparentemente, o país se estabilizou. Em 2008, RDC e Ruanda atuaram, inclusive, em conjunto para combater rebeldes hutus em Kivu, território contíguo a Ruanda e Uganda. A região concentrava também rebeldes separatistas congolese de etnia tutsi, mas as forças oficiais conseguiram neutralizar suas lideranças e, com o acordo de paz de 23 de março, parte do grupo, liderado por Bosco Ntaganda, foi incorporado às forças armadas congolese.

Ao invés disso, a partir de 2012, Ntaganda organizou sua própria milícia — o M-23, em referência à data do acordo — formado por tutsis congolese, e iniciou uma operação militar contra o governo. Inicialmente, Ruanda apoiava abertamente o movimento, mas a pressão internacional forçou o país a suspender o apoio ao M-23. Apesar da rendição de Ntaganda, o grupo segue ativo desde então, com ofensivas militares especialmente cruéis com a população civil, que geraram ao menos 2,5 milhões de refugiados, dos quais quase 1,2 milhão seguem deslocados até hoje, segundo o ACNUR, em uma das situações humanitárias mais graves da África na atualidade. Há a suspeita de que Uganda e Ruanda sigam apoiando o M-23. A RDC, que já tinha recebido a primeira operação de paz da ONU no continente, em 1960, segue enfrentando a cobiça pela sua riqueza mineral — Kivu é particularmente rica em ouro, diamantes e tório, dentre outros.

O Estado africano pós-colonial foi levado ao limite da viabilidade pelas crises econômicas das décadas de 1970, 1980 e 1990. O modelo de estabilidade fundamentado na capacidade de distribuir poder e benefícios para redes clientelistas garantidoras da paz interna não tinha como se sustentar diante da escassez de recursos. A diminuição da renda intensificou a concorrência entre os grupos da elite política beneficiários dos sistemas

nacionais e os golpes de Estado se intensificaram — entre 1970 e 1999, ocorreram 120 tentativas, das quais 56 exitosas, enquanto no período estendido, de 1950 a 2024, foram 221 tentativas, em 45 países, sendo 109 exitosas, em 37 países (Duzor e Williamson 2023). Em muitos casos, os conflitos foram regionalizados, em razão do transbordamento de disputas internas. Além das guerras civis alimentadas pelo quadro econômico, a África assistiria, também, ao surgimento de crises híbridas, de motivação econômica, mas também identitária, como movimentos rebeldes e choques de grupos étnicos e religiosos, ativos até hoje na Nigéria, Sudão do Sul, Sudão, Uganda, Moçambique, Camarões, Chade, Líbia, Etiópia, República Saarauí e Mauritània, além dos já citados Somália e RDC.

Alguma paz só seria possível com a retomada do crescimento, o que passou a ocorrer a partir do final da década de 1990, com o aumento significativo da demanda e, portanto, dos preços dos minerais e da renda das exportações. Entre 1996 e 2001, os minerais aumentaram 45% em média, e os metais preciosos, cerca de 20% (Kose, Otrok e Whiteman 2003, 1232). O petróleo, por sua vez, subiu 200%, entre 1998 e 2000. O período marca, também, um aumento dos investimentos em exploração mineral na África. No início da década o setor recebia menos de US\$ 100 milhões anuais em investimentos estrangeiros, já em 1998, chegou a US\$ 800 milhões, e o continente já respondia por 16,5% do investimento global no setor, contra 4,5% em 1991. Com a estabilização econômica e o início do crescimento, os conflitos internos foram superados, com exceção dos conflitos na RDC, reiniciados exatamente em função do genocídio em Ruanda; e do conflito na Somália, que ainda persiste. Mesmo conflitos iniciados nesse período foram resolvidos em um relativamente curto intervalo, como a guerra civil na Guiné-Bissau, de 1998 e 1999, e a guerra entre Etiópia e Eritreia, entre 1998 e 2000. Até 2003, com exceção da RDC e da Somália, a África manteve-se estável.

## As Comunidades Econômicas Regionais

Ainda durante a crise da década de 1990, no processo de avanço da integração comercial definido no Tratado de Abuja, foram criadas ou revitalizadas as Comunidades Econômicas Regionais que complementariam a CEDEAO, ativa desde 1975. Em 1992, foi criada a Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, SADC; já em 1994, a Área de Comércio Preferencial, PTA, que havia sido criada em 1981, transformou-se na COMESA, e foi criada a União Árabe do Magrebe, AMU; em 1996, foi criada a Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, IGAD, com os países do Chifre

da África; em 1998, foi revitalizada a Comunidade Econômica da África Central, ECCAS, e criada a Comunidade de Estados do Saara-Sahel, CEN-SAD, com apenas seis países, número que evolui para mais de 20 desde então. O CEN-SAD foi revisado em 2013 e reaberto para a confirmação de cada um dos países sobre sua continuidade no acordo. Por fim, em 2000, foi recriada a Comunidade Econômica da África Oriental, EAC — extinta em 1977. Todos os países foram integrados nas oito Comunidades Econômicas Regionais reconhecidas pela União Africana — ainda que as CERs sejam mais antigas do que a UA em si e, em matéria de segurança, sempre foram autônomas, com a coordenação de missões conjuntas, prática mantida mesmo depois da criação da UA. Para o processo de integração econômica da África, esses são os oito grupos reconhecidos pela UA:

- ECOWAS ou CEDEAO, Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, criada em 1975;
- COMESA, Mercado Comum da África Oriental e Austral, criado em 1981, como PTA, e renomeado em 1994;
- ECCAS, Comunidade Econômica da África Central, criada em 1981 e revitalizada em 1998;
- SADC, Comunidade de Desenvolvimento da África Austral, de 1992;
- AMU, União Árabe do Magrebe, criada em 1994;
- IGAD, Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento, criada em 1996;
- CEN-SAD, Comunidade de Estados do Saara-Sahel, criada em 1998;
- e
- EAC, Comunidade Econômica da África Oriental, criada em 1967, extinta em 1977, e recriada em 2000.

A divisão dos países nas CERs não foi, porém, excludente, já que os Estados foram autorizados a participar em mais de uma entidade. A Somália e a RDC participam, por exemplo, de 4 dos 8 arranjos comunitários; e apenas 5 países participaram historicamente de apenas de um grupo — Argélia, Camarões, Congo, Gabão e Guiné Equatorial. Outros quatro — Cabo Verde, Libéria, Guiné e São Tomé e Príncipe — não renovaram sua participação no CEN-SAD em 2013 e seguem apenas na CEDEAO. Outros cinco, liderados pela África do Sul, só ampliaram sua gama de possibilidades com o Acordo Tripartite, lançado em 2015, que reunirá potencialmente os países da COMESA, EAC e SADC, tratado nas próximas páginas.

Em diversas fontes, é apresentado um mapa com as divisões da África nas diversas CERs, mas o emaranhado é tão complexo, que se verificou, para

maior clareza, que o melhor formato para a compreensão e visualização dessa divisão interna é o de uma tabela, apresentada mais à frente. Nenhum material consultado havia apresentando, entretanto, o impacto do Acordo Tripartite nessa divisão, incluído no material a seguir. Apesar da sintetização, é preciso chamar atenção para o fato de o regime de integração do espaço africano apresentar outras variáveis e subgrupos, o que torna sua compreensão bastante complexa, com a confusão, em diversos artigos e textos, mesmo alguns muito bem estruturados, sobre o conceito das CERs com outros grupos e subgrupos, incluindo, por vezes, comparações entre entidades de categorias diferentes. Esses equívocos, entretanto, derivam dos seguintes fatores:

- (i) Além da participação de países em diversas CERs, gerando muitas sobreposições, os estágios de integração são diversos, e há comunidades em estágios avançados, com a eliminação de visto e a existência de um mercado comum significativo, como a CEDEAO, e outras apenas semi-integradas como a IGAD;
- (ii) A morosidade na finalização de processos de adesão dos países — e os anúncios que não se concretizam — gera sobreposição de informação sobre iniciativas apenas anunciadas e aquelas efetivamente implementadas, tornando difícil a identificação da informação mais atualizada;
- (iii) Existem subgrupos consolidados dentro de algumas comunidades regionais, cuja institucionalidade sobrepuja a de comunidades mais recentes ou menos integradas. A União Monetária do Oeste Africano, por exemplo, está inserida na CEDEAO, e é composta por 8 de seus 15 países. Nesse subgrupo circula de maneira unificada o Franco CFA Ocidental. Até isso gera confusão, pois dentro da Comunidade da África Central, seis dos 11 países se organizam em outro subgrupo de união monetária e utilizam de maneira unificada o Franco CFA Central, com o mesmo valor do Franco CFA Ocidental, mas sem interoperabilidade. Os outros países da CEDEAO, com exceção de Libéria e Cabo Verde, assinaram, em 2003, acordo de adoção de moeda única entre eles, adiada em várias ocasiões e não implementada até o momento. Por fim, em 2019 foi lançado o projeto de unificação monetária da comunidade, para a adoção do Eco, que substituiria todas as moedas nacionais dentro da CEDEAO, inclusive o Franco CFA, emitido pela França, e com altas obrigações monetárias, como o depósito de 50% das reservas estrangeiras no país europeu — o que limita a soberania econômica dos países africanos que

usam a moeda. O processo pouco evoluiu, em razão de disputas internas sobre sua operacionalização e da instabilidade gerada pelos golpes de Estado na região. A França, em oposição ao Eco, também iniciou a retirada parcial das obrigações monetárias para tornar o CFA menos vinculado à sua política neocolonial. Outro exemplo de subgrupos com grande institucionalização é a União Aduaneira da África Austral, *SACU*, que reúne 5 dos 16 países da *SADC*, sob forte liderança da África do Sul;

- (iv) Apesar da coincidência entre a CEDEAO e a região da África Ocidental no mecanismo oficial usado pela UA para os processos de rotação política dos seus quadros institucionais, os limites das outras comunidades econômicas não se confundem com os da divisão regional institucional da UA. Há grande sobreposição da *SADC* com a região da África Austral, e da *ECCAS* com a região da África Central, mas nem mesmo essas são plenamente coincidentes. É comum artigos compararem grupos reconhecidos pela UA com subgrupos, com uso indiscriminado e não exato dessas divisões. Para completar, nenhuma das duas divisões coincide com a divisão usada pela ONU, também em número de cinco, para a consolidação de dados estatísticos gerais sobre o continente;
- (v) Existem subgrupos com longo histórico de integração em vários setores como comércio e defesa e segurança, como o Conselho da Entente, que reúne, desde 1959, seis países do Centro-Oeste da África; a Comissão da Bacia do Lago Chade, criada em 1964, atualmente com 6 membros e 4 observadores; a União do Rio Mano, que reúne Libéria e Serra Leoa desde 1973, e posteriormente Guiné e Côte d'Ivoire; a Comissão do Oceano Índico, que reúne, desde 1984, Madagascar, Comores, Seychelles e Maurício; a Autoridade Liptalo-Gourma, com Burquina Faso, Mali e Níger desde 1970; a Comunidade Econômica dos Grandes Lagos, com Burundi, RDC e Ruanda, desde 1974, pouca ativa; e outras mais recentes, mas igualmente abrangentes, como a Comissão do Golfo da Guiné, de 2001, atualmente com 9 membros; o Processo de Nouakchott, de 2013, estagnado, mas com 11 membros; o Grupo G-5 Sahel, criado em 2014; e a Iniciativa de Acra, de 2017, com 5 países membros e 2 observadores; e
- (vi) O fato de a União do Magrebe, *AMU*, estar quase integralmente — com exceção da Mauritânia, em processo de adesão — inserida

na Grande Área de Livre Comércio Árabe, GAFTA, no âmbito da Liga Árabe, diminui a importância da entidade subregional exclusivamente africana para seus membros, já que, por meio do GAFTA, têm acesso não apenas ao mercado dos outros países africanos do grupo, além de Somália, em processo de adesão ao GAFTA, como também ao restante dos países árabes.

As Comunidades Econômicas Regionais se confundem, assim, muitas vezes com outras divisões e subdivisões, sejam políticas ou econômicas, que também têm impacto e consequências no processo de integração africano. A alta complexidade dessas subdivisões, além de uma avaliação difusa de que não teriam efetividade, estimularam o avanço para as próximas etapas da integração, como a reconvenção, em 2013, do tratado da Comunidade Saara-Sahel (CEN-SAD), que evoluiu rapidamente, com a estabilização do continente, dos 6 membros fundadores, em 1998, para 29 membros, em 2009, dos quais 24 reconfirmaram, em 2013, sua permanência no acordo, que precisava aprofundar os mecanismos de integração. A ampliação ocorreu com a adesão de países das comunidades da África Ocidental, CEDEAO, e da Central, ECCAS.

Importante marco para a evolução das CERs ocorreu em 2015, com o lançamento, no Egito, da Zona Tripartite de Livre Comércio, que congrega os países do COMESA, da EAC e da SADC, em um total potencial 29 países, depois da recente expansão desses grupos. A entrada em vigor ocorreria a partir do momento da ratificação de 14 signatários. Até junho de 2024, 22 países haviam assinado e 12 ratificado o acordo. Os prazos iniciais para a ratificação foram adiados algumas vezes, mas 7 países habilitados ainda nem haviam assinado até aquele momento: Moçambique, Etiópia, Eritreia, Lesoto, Somália, Sudão do Sul e Tunísia. A eventual nova Zona Tripartite se adiciona ao espaço do CEN-SAD revisado como processos intermediários, mais amplos do que as comunidades regionais iniciais.

É nesse ambiente que, em 2018, foi assinado o Acordo para a criação da Zona de Livre Comércio Continental da África, em nova tentativa de fazer avançar a economia continental, por meio da integração regional. A participação do comércio intracontinental no fluxo total de comércio da África é historicamente baixo e, em 2022, correspondeu a apenas 13,5% do fluxo comercial total do continente, em contraposição ao comércio intrarregional na Ásia e na Europa, por exemplo, que responde a cerca de 60% e 70% respectivamente. Em 1975, ano da criação da CEDEAO, o comércio intrarregional na África significava 5% do fluxo total continental. Com a crise, essa participação caiu a apenas 3,7%, em 1979. A partir de então, começou a subir lentamente, mas

só atingiu 10% do fluxo total em 1996. O pico histórico dessa participação foi atingido em 2015, com 16%, tendo diminuído gradativamente desde então.

Apesar dos potenciais benéficos da integração plena, as dificuldades práticas para sua implementação são muitas. Essa, aliás, é a razão da recusa da Eritreia, por exemplo, em assinar acordos mais amplos, já que adota postura pragmática, preferindo aprofundar a integração regional básica, a partir de uma avaliação realista sobre seus recursos e capacidades. A posição do país não é exatamente sem fundamento, já que o histórico institucional da UA apresenta várias iniciativas com baixa implementação e, mesmo nas comunidades mais estruturadas, muitas dificuldades, como as barreiras impostas pelo Quênia ao arroz da Tanzânia, por exemplo, e a decisão desta de sair do COMESA, quando medidas liberalizantes do bloco passaram a impactar suas receitas tributárias. O Acordo Tripartite ainda nem entrou em vigor, mas continua como opção válida, mesmo com a criação da Zona de Livre Comércio Continental, já que poderá avançar mais rapidamente sobre as estruturas das comunidades partícipes. Vale chamar atenção, para o fato de que o próprio acordo continental deixa de fora algumas iniciativas mais bem cobertas pelas CERs, como auxílio estatal, contratos públicos, leis ambientais e regulamentação do mercado de trabalho (Assis, Ribeiro, Garcia 2022, 148).

A tabela a seguir sintetiza esses processos. Deve ser lida a partir das 2 colunas da direita, que indicam os projetos intermediários em andamento, a reconvenção da Comunidade do Saara-Sahel, CEN-SAD, e o Acordo Tripartite, que, juntos, têm potencial de cobrir 50 dos 54 países africanos, além da República Saaraui, mas cobrem, apenas 42, em razão da falta de assinatura de membros das comunidades envolvidas, habilitados ao Acordo Tripartite, e da ausência de confirmação no CEN-SAD de alguns membros habilitados, indicados, em ambos os casos, em amarelo. Há também o número total de países potenciais de cada acordo, com o número de pendências entre parênteses, bem como o de iniciativas de que cada país participa, com a indicação, em subtração, da não renovação do CEN-SAD ou da presença no Acordo Tripartite, ainda incerto.

	COMESA - África Oriental e Austral	SADC - África Austral	EAC - África Oriental	ECOWAS /CEDEAO - África Ocidental	ECCAS - África Central	AMU Magreb	IGAD - Chifre da África	CEN-SAD - Estados do Saara-Sahel	COMESA/SADC/EAC - Acordo Tripartite
Benim (2)									
Burquina Fasso (2)									
Cabo Verde (2-1)									
Chade (2)									
Comoros (4-1)									
Côte d'Ivoire (2)									
Djibuti (4-1)									
Egito (3-1)									
Eritreia (4-1)									
Gâmbia (2)									
Gana (2)									
Guiné (2-1)									
Guiné-Bissau (2-1)									
Libéria (2)									
Líbia (4-1)									
Mali (2)									
Marrocos (2)									
Mauritânia (2)									
Níger (2)									
Nigéria (2)									
Quênia (5-2)									
Rep. Centro-Africana (2)									
São Tomé e Príncipe (2-1)									
Senegal (2)									
Serra Leoa (2)									
Somália (5-1)									
Sudão (4-1)									
Togo (2)									
Tunísia (4-1)									
África do Sul (2-1)									
Angola (3-1)									
Botsuana (2-1)									
Burundi (4-1)									
Essuatíni (3-1)									
Etiópia (3-1)									
Lesoto (2-1)									
Madagascar (3-1)									
Maláui (3-1)									
Maurício (3-1)									
Moçambique (2-1)									
Namíbia (2-1)									
RD Congo (5-1)									
Ruanda (4-1)									
Seychelles (3-1)									
Sudão do Sul (3-1)									
Tanzânia (3-1)									
Uganda (4-1)									
Zâmbia (3-1)									
Zimbábue (3-1)									
Argélia (1)									
Camarões (1)									
Congo (1)									
Gabão (1)									
Guiné Equatorial (1)									
<b>TOTAL</b>	<b>21</b>	<b>16</b>	<b>8</b>	<b>15</b>	<b>11</b>	<b>5</b>	<b>8</b>	<b>29 (5)</b>	<b>29 (7)</b>

Distribuição dos países africanos pelas Comunidades Econômicas Regionais, em 30/06/2024.

Em dezembro de 2023, foi criada a Aliança dos Estados do Sahel, AES, composta por Níger, Burkina Faso e Mali, seguida do anúncio de sua retirada da CEDEAO. O novo bloco reedita a composição da Autoridade Liptalo-Gourma, formalmente existente desde 1970. A primeira cúpula formal do grupo ocorreu em julho de 2024, em Niamey, Níger. A AES se forma como resposta desses países à contraposição da CEDEAO aos golpes de Estado pelos quais se instalaram os novos governos. Todos foram suspensos e submetidos a bloqueios pela comunidade regional, ao que optaram por se retirar. Formalmente, porém, ainda não estão excluídos, já que o tratado da CEDEAO estabelece um ano de aviso prévio para a retirada de Estados-membros. Os membros da AES aparecem em amarelo na coluna da CEDEAO.

Depois do anúncio de retirada, a CEDEAO, inclusive, revisou alguns dos bloqueios impostos, na tentativa de manter os três países no bloco — sem sucesso até o momento. Em relação ao processo de integração econômica, a saída dos três teria pouco impacto, caso o CEN-SAD evolua, já que todos eles fazem parte da comunidade mais ampla. Politicamente, entretanto, a AES se insere em um contexto mais amplo de críticas às comunidades regionais e à própria União Africana, com a busca de novas narrativas ou de reformulação das antigas. O novo pan-africanismo é uma dessas reformulações. Ainda que fundamentado no simbolismo da unidade, esse novo conjunto de proposições começa a ganhar forma sobre uma avaliação crítica do que foi feito até aqui. É o caso dos movimentos por trás da organização da 9ª edição do Congresso Pan-africano, que ocorrerá em outubro, em Lomé, no Togo, com o tema “A ambição do pan-africanismo: mobilizar recursos, reunir as energias e se reinventar para agir”.

A reinvenção do pan-africanismo é a agenda de lideranças insatisfeitas com a situação dos governos e das entidades africanas, dentre as mais vocais o chanceler do Togo, Robert Dussey, que, além de se comprometer a organizar o evento continental, está à frente da iniciativa, por ora informal, da Aliança Política Africana, APA, lançada em 2023. O objetivo anunciado do grupo é reivindicar maior representação da África no sistema mundial e superar a alegada inércia da UA e das comunidades regionais. Além do Togo, países como Burkina Faso, Gabão, Guiné, Mali, República Centro-Africana, Angola, Líbia, Namíbia e Tanzânia têm participado dos debates em torno da APA.

## **A integração como resposta à crise?**

A primeira década do século XXI foi de intenso otimismo na África. Houve o movimento da Renascença Africana, o florescimento da UA, o lançamento da NEPAD, a retomada do papel da diáspora, a retomada dos

investimentos, o boom nas exportações, nas operações do BAD e nos projetos de investimento, com vários países da África na liderança das estatísticas de crescimento econômico. No período entre 2002 e 2010, houve apenas 4 solicitações de suspensão do pagamento da dívida. Nas décadas de 1980 e 1990, haviam sido 12 e 15, respectivamente. De 2001 a 2010, 6 das 10 economias que mais cresceram eram africanas — Angola, Nigéria, Etiópia, Chade, Moçambique e Ruanda —, e se cogitava o surgimento dos Leões Africanos, frente aos Tigres Asiáticos. Na década seguinte, entretanto, o contexto africano começaria, novamente, a enfrentar os efeitos negativos da economia globalizada e de disputas geopolíticas. A diminuição do crescimento, o aumento da instabilidade e a dificuldade em implementar os planos do período de bonança passam a gerar críticas aos governos nacionais e às instituições africanas.

A crise econômica de 2008, apesar de não afetar a todos os países africanos de imediato, gerou efeitos no médio e longo prazo em quase todos eles. Já em 2009, as exportações da África caíram 15,2% em relação ao ano anterior. Ainda em 2008, os países com fundos soberanos e operações no mercado financeiro internacional — Líbia, Argélia, Nigéria e Botsuana — sofreram impactos em seus resultados financeiros. Até fevereiro de 2009, 12 países — além do Zimbábue, que já entrara antes em espiral de mega-inflação — apresentavam desvalorização de suas moedas acima de 20%, superior portanto à queda do Euro no período, com efeitos sobre o déficit externo.

Os preços internacionais de produtos da pauta exportadora apresentaram quedas significativas: de 65% no petróleo, responsável à época, por mais de 90% das exportações de 5 países — Líbia, Argélia, Nigéria, Congo e Angola; de 40% na platina, cujo maior exportador global é a África do Sul; de 32% no cobre, responsável por mais de um terço da receita das exportações de Zâmbia e RDC; de 23% no carvão. A queda média no preço das commodities não-energéticas, responsáveis por mais de 80% das exportações de 7 países africanos, foi de 38%, somente nos 6 primeiros meses da crise (FMI 2022, adaptado). Ao mesmo tempo, diminuía as remessas unilaterais da diáspora, o fluxo de investimentos e recursos de projetos de cooperação. Sem um colchão anti-cíclico, mesmo com baixa integração financeira relativa, a África sentiria os efeitos da crise, por diversos canais indiretos de transmissão — a exemplo das crises políticas no norte da África, que se iniciaram exatamente com protestos pelo aumento do custo de vida.

Em 2010, na tentativa de retomar o caminho do crescimento, foi lançado o Programa para o Desenvolvimento de Infraestruturas na África, PIDA, finalmente aprovado em 2012, que previa investimentos de US\$ 360 bilhões

até 2040. Após breve recuperação em 2011 e 2012, entretanto, as exportações africanas entram em profundo declínio, chegando em 2016 — em valores ajustados pela inflação — ao mesmo valor de 2004, tendo perdido grande parte do crescimento observado na década anterior (Luke 2023). Mesmo com o crescimento da economia global e sem o ajuste da inflação, as exportações africanas em 2020 tiveram o mesmo valor nominal que as de 2008, tal o recuo. De 2014 a 2016, as vendas pros EUA, por exemplo, caíram 37%, resultado ocasionado pela substituição das importações de petróleo daquele país, que aumentou vertiginosamente sua produção a partir das reservas de óleo de xisto, chegando a 2014 como o maior produtor global. A queda nas exportações, entretanto, ocorreu na relação com os principais parceiros comerciais — China, Índia, Alemanha, França, Itália, Holanda, Bélgica e até mesmo o Brasil. A queda mais acentuada ocorreu entre 2014 e 2016, com 23% tanto no comércio regional como nas exportações extracontinentais.

A partir de 2011, com a Primavera Árabe, a crise econômica se transforma em crise política com a queda de Ben Ali, na Tunísia; de Mubarak, no Egito; e o assassinato de Gaddafi, após a crise interna e a invasão da Líbia. E os governos que não caíram apertaram a repressão. Entre 2011 e 2020, houve 37 tentativas de golpe no continente, 8 dos quais exitosos. Os dados apontam diminuição da duração média dos governos inconstitucionais, depois da adoção da cláusula diplomática e do uso do dispositivo da suspensão, pela UA, bem como a coordenação de esforços de normalização de crises (Souaré 2014, 86; Thyne, Powell, Parrott, VanMeter 2018, 1421), mas isso significa no máximo um êxito parcial na estabilização política. Além das guerras na Somália e na RDC, que atravessaram a década anterior, a partir de 2011, surgem conflitos na Líbia, Mali, Camarões e República Centro-Africana, além do conflito difuso na Nigéria, onde incursões do Boko Haram e choques regionais já causaram mais de 50 mil mortes desde 2009.

Apesar de tanto a crise econômica como a política serem fenômenos multifatoriais, a percepção que se difundiu foi a de que a UA não respondia satisfatoriamente às necessidades do continente e de que não teria sido capaz de superar em 50 anos de existência, suas dificuldades operacionais — dificuldades essas também dos governos. No cinquentenário da entidade, em 2013, cuja reunião de Cúpula teve o título Pan-africanismo e o Renascimento Africano, foi lançada a ideia da elaboração de uma agenda enxuta, com um plano de metas de longo prazo. O documento, Agenda 2063: a África que queremos, foi finalizado oficialmente em 2015, com 16 objetivos a serem cumpridos ao longo dos 50 anos seguintes, alguns com prazo definido, nas áreas de segurança, democracia e integração, dentre outros. Um grande

esforço de sintetização para tentar reverter o quadro adverso que começava a se apresentar.

Os desafios que a África precisa vencer parecem estar muito além do simples processo de integração comercial. A média da parcela do PIB dedicada a investimentos é de menos de 1% e, com isso, o avanço em setores prioritários e capazes de gerar exportações, como a agricultura e a indústria, fica inviabilizado a partir dos recursos próprios. A baixa industrialização, por sua vez, prejudica a ignição inicial das trocas internas, já que grande parte dos países é exportadora de minérios e matéria-prima e há poucos países com um parque industrial capaz de absorver pelo menos em parte a matéria-prima dos parceiros continentais. É por essa razão que a África do Sul, com o parque industrial mais desenvolvido do continente, foi em 2022, por exemplo, responsável sozinha pela importação de cerca de 23% de tudo que os outros países africanos venderam a seus parceiros continentais.

A falta de capital para investimento se soma a outros problemas estruturais. O percentual de pobreza extrema, segundo o Banco Mundial, ainda é de cerca de 30% em 2023. Em termos absolutos, a quantidade de africanos que vivem com menos de US\$ 1,90 é de cerca de 430 milhões. Apesar da alta velocidade da urbanização, a população rural, mais vulnerável à pobreza extrema, é de 800 milhões, dos cerca de 1,48 bilhão de pessoas vivendo no continente. A produtividade da agricultura, entretanto, segue baixa e os países africanos são, na maioria, importadores líquidos de alimentos. A parcela da população sob severa insegurança alimentar, segundo a FAO, é de 20,2%, praticamente a mesma de 2003, quando era de 20,7% — depois de ter atingido o piso de 15,8% em 2015. São 300 milhões de pessoas nessa condição no continente. Quando se adicionam aqueles em situação moderada de insegurança, a estimativa é de 61%, a maior dentre todos os continentes.

A questão da dívida externa, por sua vez, é outro desafio preocupante, tanto porque se trata de uma questão persistente, como porque indica problemas estruturais históricos, em parte derivados dos arranjos pós-coloniais, que resultam em déficit na balança comercial, orçamento público insuficiente e, em muitos casos, dependência de capital estrangeiro para o mero funcionamento da máquina. O déficit agregado anual da balança comercial africana é de cerca de US\$ 65 bilhões, não cobertos pela soma do investimento estrangeiro, da ajuda ao desenvolvimento e das remessas individuais (Luke 2023, 2-4). As remessas de lucros, facilitadas por acordos preferenciais de investimento, também impactam a disponibilidade de reservas. O pagamento da dívida por meios tradicionais é, na grande maioria dos casos, inviável, com poucas exceções, como Zâmbia, Chade, Gana, Botsuana e RDC. A questão

da dívida tornou-se ainda mais complexa em razão da recente alteração de sua estrutura. Até a década passada, grande parte da dívida era oficial, com instituições estatais ou interestatais. Ao longo dos últimos anos, porém, os africanos contraíram dívidas com instituições chinesas privadas que não participam, portanto, dos arranjos das negociações no Clube de Paris. Com isso, os alívios integrados, em renegociações com remissão parcial ou total da dívida — única forma que os credores aceitam sem que se sintam prejudicados — ficam inviabilizados.

Pelo lado do comércio extrarregional, países africanos participam em conjunto de acordos de acesso diferenciado a mercados da UE e dos EUA, mas seus efeitos são limitados. No caso da UE, o Acordo de Samoa substitui, a partir deste ano, o de Cotonou, que regulamentava o comércio preferencial, expirado definitivamente em 2021. O novo acordo, válido até 2044, traz mais condicionalidades restritivas e tem menos ênfase no aspecto do desenvolvimento e do comércio — com a retirada do Fundo Europeu de Desenvolvimento de seu escopo, por exemplo. Sua negociação havia sido fechada em 2021, mas só foi assinada no final de 2023. No caso dos EUA, por meio do AGOA, *African Growth and Opportunity Act*, de 2000, revisto em 2015 e válido até 2025, produtos de setores específicos de 32 países têm acesso preferencial àquele mercado. Em ambos os casos, têm cobertura limitada, em linha com o protecionismo global crescente, deixando de fora alguns dos principais produtos de exportação da África. Segundo a UNCTAD (*United Nations Conference On Trade and Development*), em 2022, apenas 13 países africanos tiveram superávit nas balanças comerciais. As atuais exportações para os EUA estão no mesmo nível pré-AGOA e, para a Europa, estagnadas (Luke 2023, 9).

Enquanto a África exporta minérios — alguns críticos para a revolução de baixo carbono, como cobalto, manganês, cromo, cobre, vanádio, além de grafite, lítio e nióbio, em menor escala —, a pauta de importação é de médio e alto valor agregado, como os *smartphones*, que deverão ser cerca de 680 milhões no continente, até 2025, e os produtos da indústria automobilística, responsável, em 2020, por déficit de US\$ 39 bilhões na balança comercial. Em 2003, a população com acesso à Internet na África era pouco mais de 1%, e mais de 30%, em 2023 — na Somália ainda é de 2%. A exposição aumenta a circulação de informação — o bloqueio digital é uma das primeiras medidas em protestos de grande porte, e Etiópia, Tanzânia e Senegal estiveram entre os países que mais desligaram o acesso à Internet no mundo em 2023 —, mas também o déficit comercial. O crescimento anual do comércio eletrônico é de 8%, grande parte em importados, o maior dentre os continentes. Em razão do déficit de recursos humanos, esse aumento de

conectividade ainda não fez deslanchar nem investimentos externos, nem autóctones em tecnologia, à exceção de poucos *hubs* locais, como Nairóbi, com destaque para o sistema de pagamentos *M-Pesa* — dinheiro móvel em Swahili —, criado localmente em 2007 e presente em 10 países, e Casablanca, Joanesburgo, Dacar e Lagos, onde há nascente indústria automobilística local, a montadora *Innson*; além da *Mobius*, no Quênia; a *Wallys*, na Tunísia; a *Kantanka*, em Gana; a *Kiira*, de carros elétricos, em Uganda; e a *SNVI*, na Argélia, de ônibus.

Pelo lado dos investimentos estrangeiros, a participação da China na economia africana se aprofundou nos últimos anos. Desde a criação do Fórum de Cooperação China-África, FOCAC, em 2000, a China já atuou na construção de mais de 100 mil km de rodovias e de 13 mil km de ferrovias, incluindo sistemas de transporte urbano em Lagos, Adis Abeba e Kampala. A realidade no setor de infraestrutura se reproduz em outros, como saúde, educação, saneamento e tecnologia. O impacto da atuação da China é significativo, mas é preciso analisar os dados em perspectiva. O total de IED realizado por esse país nos 54 países do continente, entre 2000 e 2021, soma US\$ 58 bilhões, porém, apenas Reino Unido e Alemanha juntos receberam mais do que o dobro de investimentos chineses no mesmo período: US\$ 120 bilhões. Mesmo com o aumento dos investimentos chineses nas últimas décadas — desacelerados, porém, desde a pandemia —, o país ainda não ultrapassou o estoque de investimentos das ex-metrópoles França e Reino Unido, além dos Países Baixos (United Nations Conference On Trade And Development 2023). Passou, porém, o estoque dos EUA, de onde algumas empresas, como a Microsoft, vem deixando a região desde 2017, assim como companhias europeias, a exemplo do fechamento de operações da Shell, Bayer, Sanofi, Diageo, Unilever, Kimberly-Clark, GlaxoSmithKline, Société Générale, Bolt Food, Galp e Procter & Gamble.

## Conclusão

O processo de integração africano é, ao mesmo tempo, uma tentativa de resposta das lideranças africanas às crises estruturais do continente, causadas em grande medida por fatores globais, como também resultado das possibilidades colocadas por essas mesmas estruturas. A integração regional tem o objetivo expresso de estimular o desenvolvimento, especialmente por meio do estímulo do comércio intrarregional, cujo pico de participação no fluxo global africano foi de apenas 16%. Nesse sentido, foi adotado em 1980, o Plano de Ação de Lagos, com vistas a reproduzir a experiência da

Comunidade Econômica da África Ocidental, CEDEAO, em outras regiões da África. A adesão foi baixa e apenas em 1991, com o Tratado de Abuja, em vigor a partir de 1994, o conceito de Comunidades Econômicas Regionais passou a ser um dos pilares do processo de integração. Todos os países africanos foram integrados, assim, a uma das oito comunidades reconhecidas pela UA, a última em 2000. Vários dos países aderiram, inclusive, a mais de uma das comunidades.

Com processos de integração muito díspares, a CERs ainda são alvo de críticas e processos intermediários mais amplos passaram a ser cogitados, como a ampliação da Comunidade dos Estados do Saara-Sahel, CEN-SAD, com uma reconvenção, em 2013, do acordo inicial, e a assinatura, em 2015, do Acordo Tripartite entre os membros do COMESA, SADC e EAC. Em 2018, mais um passo em direção à integração continental, com a assinatura do acordo de criação da Zona de Livre Comércio Continental da África, assinado por 53 dos 54 países africanos, e ratificado por 47 membros da UA, incluindo a República Saaraui. As dificuldades para sua implementação são muitas e as CERs continuam sendo importantes plataformas para a integração continental avançar, ainda que de maneira escalonada. É necessária, assim, uma clara compreensão de sua composição e papel nesse processo.

## REFERÊNCIAS

- Adi, H. e Soares Neto, M. 2022. *Pan-africanismo: uma história*. Salvador: EdUFBA.
- Ajayi, J. F. A. 2010. “África no início do século XIX: problemas e perspectivas”. Em *História Geral da África*, vol. VI: *África do século XIX à década de 1880*, editado por I. Ajayi. Brasília: UNESCO.
- Amorim, C. L. 2017. “Entrevista - Intérpretes do Desenvolvimento”. *Cadernos do Desenvolvimento*. v. 12, n. 20, 214-242. Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado.
- Assis, C. C., Ribeiro, R. A. e Garcia, A. S. 2022. “Integração Regional Africana: Panorama, Avanços e Desafios”. *Boletim de Economia e Política Internacional* 1 (32), 135-183. <http://dx.doi.org/10.38116/bepi32art5>
- Clube de Paris. 2024. *Histórico de Negociações de Dívidas*. <https://clubdeparis.org/en/communications/archives>.
- Duzor, M. e Williamson, B. 2023. “Coups in Africa by the Numbers”. *VOA Special Reports*, Outubro 3, 2023. <https://projects.voanews.com/african-coups/>
- Evaldsson, A-K. e Wessels, A. 2004. “The African Renaissance: a brief historical orientation.” *Journal for Contemporary History*, vol. 29, n. 1, 82-99. Bloemfontein: University of Free State.

- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2024. *Série histórica de Estatísticas de Comércio Internacional 1960-2022*. <https://data.imf.org/regular.aspx?key=61013712>
- Fundo Monetário Internacional (FMI). 2024. *Série Histórica do Índice de Preços das Commodities 2004-2024*. <https://www.indexmundi.com/commodities/?commodity=commodity-price-index&months=240>.
- Furtado, C. 1982. *A nova dependência: dívida externa e monetarismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Gonçalves, J. (Org.) 2014. *África no mundo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Kose, M. A., Otrok, C. e Whiteman, C. H. 2003. "International Business Cycles: World, Region, and Country-Specific Factors" *American Economic Review* 93 (4), 1216-1239. Pittsburgh: AER. <https://www.aeaweb.org/articles/pdf/doi/10.1257/000282803769206278>.
- Luke, D. (Ed.) 2023. *How Africa Trades*. Londres: LSE Press.
- McCarthy, C. 1986. "Africa food crisis in the 80s". *Trocaire Development Review*, 58-67. <https://www.trocaire.org/sites/default/files/resources/policy/1986-africa-famine-80s.pdf>
- Mhango, N. N. 2018. *How Africa Developed Europe: Deconstructing the His-story of Africa, Excavating Untold Truth and What Ought to Be Done and Known*. Bamenda: Langaa RPCIG.
- Organização da Unidade Africana. 1991. *Tratado de Criação da Comunidade Econômica Africana*. Abuja: OUA.
- Rodney, W. 1982. *How Europe underdeveloped Africa*. Dar es Salaam: Howard University Press Pub.
- Souaré, I. K. 2014 "The African Union as a norm entrepreneur on military coups d'état in Africa (1952–2012): an empirical assessment". *The Journal of Modern African Studies* 52 (1). Cambridge: Cambridge University Press. <http://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-modern-african-studies/article/abs/african-union-as-a-norm-entrepreneur-on-military-coups-detat-in-africa-19522012-an-empirical-assessment/34F81D3A221ABD0C1D4591412454C03C>
- Táiwò, O. 2014. *Africa Must Be Modern: A Manifesto*. Bloomington: Indiana University Press.
- Thyne, C.; Powell, J.; Parrott, S. e Vanmeter, E. 2018. "Even Generals Need Friends". *The Journal of Conflict Resolution* 62 (7), 1406-1432. <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0022002716685611>
- União Africana. 2018. *Acordo de Estabelecimento da Zona de Livre Comércio Continental Africana*. [https://au.int/sites/default/files/treaties/36437-treaty-cfta-consolidated\\_text\\_-\\_portuguese.pdf](https://au.int/sites/default/files/treaties/36437-treaty-cfta-consolidated_text_-_portuguese.pdf).

United Nations Conference On Trade And Development (UNCTAD). 2023. *World Investment Report 2023 - Regional Trends Africa Highlights*. Geneva: United Nations.

United Nations Population Division. 2024. *Série histórica de estatísticas populacionais 1950-2023*. <https://population.un.org/wpp/>

World Health Organization. 2023. *Integrated African Health Observatory. Analytical fact Sheet*. Julho. 2023. file:///D:/CAE/Livros/Panafricanismo/iAHO\_Mortality\_Regional-Factsheet.pdf.

## RESUMO

A integração econômica africana está, em tese, em seu último estágio, após a entrada em vigor, em 2019, do acordo da Zona de Livre Comércio Continental da África. O pressuposto inicial deste artigo, entretanto, é a de que a realidade é mais complexa, com a existência de importantes desafios para a implementação do documento, como os diferentes estágios de desenvolvimento das diversas burocracias estatais e as definições sobre o escopo da integração. As Comunidades Econômicas Regionais, CERs, são, assim, importantes mecanismos para a integração africana avançar, ainda que de maneira escalonada, enquanto a integração continental plena não se consolida. O objetivo do presente artigo é sintetizar a compreensão dessas entidades regionais, bem como apresentar breve histórico de seu desenvolvimento, em diálogo com as diversas crises globais e regionais e suas consequências para a integração africana. A União Africana reconhece oito desses agrupamentos no processo de integração econômica, mas sua compreensão é complexa, porque existem outros mecanismos e iniciativas regionais válidas, além de outras subdivisões políticas, como a utilizada pela própria União Africana na rotação geográfica de seus cargos, ou pela ONU, para a divulgação de estatísticas regionais. O histórico das CERs remonta a 1967, quando foi criada a Comunidade Econômica da África Oriental, dissolvida, entretanto, em 1977. Foi em 1975, quando foi criada a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental, que o conceito tomou a forma atual. Em 1980, o Plano de Ação de Lagos tentou reproduzir o conceito nas outras regiões africanas, mas houve pouca adesão e apenas em 1991, com o Tratado de Abuja, que estabelece a Comunidade Econômica Africana, as CERs passam a fundamentar a integração africana. Entre 1991 e 2000, todos os países passam a integrar um desses grupos, a grande maioria mais de um, já que não há limite para a membresia.

## PALAVRAS-CHAVE

Comunidades Econômicas Regionais. Integração Africana. Comércio Intrarregional.

*Recebido em 29 de julho de 2024*

*Aceito em 29 de julho de 2024<sup>3</sup>*

3 Como citar: Neves, Rômulo Milhomem Freitas Figueira, e Paulo Gilberto Fagundes Visentini. 2024. "Crise e integração: as Comunidades Econômicas Regionais e a integração africana". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 11-32. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141508>.

# CONSTRUÇÃO DO ESTADO NA ETIÓPIA PÓS-1991: O PSEUDO FEDERALISMO DA EPRDF E A CENTRALIZAÇÃO AUTORITÁRIA REENCARNADA, UMA VISÃO GERAL E CRÍTICA

Habtam Wondimu Hibiso<sup>1</sup>  
Solomon Gebre Weldeananiya<sup>2</sup>



## Introdução

A EPRDF (Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope<sup>3</sup>), que chegou ao poder em 1991, reestruturou o Estado de acordo com o federalismo étnico para responder à “questão das nacionalidades”. O federalismo da Etiópia foi projetado para compartilhar o poder constitucional com os estados regionais. O desempenho federal da Etiópia sob a EPRDF (1991-2018) se assemelha aos regimes centralistas anteriores a 1991, exceto pelas políticas unitárias e assimilacionistas voltadas para a construção nacional. Portanto, a construção do Estado pela EPRDF por meio do federalismo acomodou a diversidade, com exceção da participação política e da tomada de decisões dentro da jurisdição das regiões. Andreas, um dos arquitetos do federalismo da Etiópia e jurista, argumenta corajosamente que as unidades regionais etíopes com forte autogoverno sobre suas regiões impediam os abusos do poder centralizado e a aplicação ilegítima do poder do governo (Andreas 2010).

1 Escola de Psicologia, Faculdade de Educação e Estudos Comportamentais, Universidade de Adis Abeba. Adis Abeba, Etiópia. E-mail: habtamu.w@ipss-addis.org.

2 Instituto de Estudos sobre Paz e Segurança (IPSS), Universidade de Adis Abeba. Adis Abeba, Etiópia. E-mail: solomon.gebre@aastu.edu.et. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7664-7327>.

3 Do inglês “*Ethiopian People’s Revolutionary Democratic Front*”.

A afirmação de Andreas estava, na melhor das hipóteses, interpretando de forma limitada o direito e a liberdade relativa das unidades em comparação com a ordem política anterior a 1991 e, na pior das hipóteses, legitimando a ordem federal do guardião da jurisprudência. Indiscutivelmente, em comparação com a ordem anterior a 1991, o poder era compartilhado entre o centro e a periferia, embora teoricamente. No entanto, no que diz respeito à teoria e à prática do federalismo, não houve experiências que justificassem a afirmação de Andreas e de outros acadêmicos que tentam fundamentar a prática constitucional do federalismo. Isso provocou debates políticos e teóricos, exceto entre o campo pró-EPRDF.

Os Estados, sejam eles pequenos ou grandes, homogêneos ou heterogêneos, adotam o federalismo considerando seu contexto local. Na Etiópia, o federalismo foi adotado para salvar o país da desintegração, que tinha elementos para se manter unido (Assefa 2013; Andreas 2013). A emancipação das nações e nacionalidades etíopes e a retificação das injustiças históricas justificaram o federalismo da Etiópia (Clapham 2013). Apesar desse objetivo, a realidade é que ele fortaleceu o controle do centro político sobre a periferia, longe de responder às perguntas das nacionalidades. Esse tem sido um terreno fértil para descontentamento, rivalidades e tensões étnicas, que minaram a construção do Estado democrático e a ordem constitucional. Em meio à escassa produção acadêmica sobre a causa do avanço do autoritarismo e da centralização exacerbada no federalismo étnico da EPRDF, uma vez que a maioria dos trabalhos acadêmicos se concentra nos efeitos e nas limitações desse sistema, este artigo examina por que o federalismo perdeu seu objetivo declarado de empoderamento democrático e constitucional das nações na construção do Estado da Etiópia após 1991.

A EPRDF argumentava que a sociedade deveria estar consciente, organizada e capacitada para decidir seu futuro. Para isso, a EPRDF buscou a condição de partido dominante para transformar a Etiópia, alcançar o status de renda média e criar um ambiente propício para a democracia social ou liberal. Apesar dos objetivos da EPRDF, não há nenhum trabalho acadêmico que relacione um partido dominante, desenvolvimento e governo autoritário na construção do Estado etíope. Além disso, houve um grande descontentamento entre a academia e o governo, uma vez que o último buscava que o primeiro se concentrasse e destacasse a necessidade de um partido de vanguarda para a transformação e o desenvolvimento da Etiópia, que o falecido primeiro-ministro Meles Zenawi (2011) identificou como uma área em que era necessário um consenso nacional.

Este artigo argumenta que a transição da EPRDF para um modelo de Estado desenvolvimentista, bem como seu desejo de se tornar um partido dominante voltado para o desenvolvimento, forçou-a a adotar elementos autoritários, embora Lata (1999) afirme que habitantes do norte tenham incorporado uma cultura política autoritária e hierárquica. A EPRDF argumentou que seu forte controle sobre os governos federal e regional lhe permitia criar políticas de desenvolvimento uniformes em todo o país, o que implicava uma recentralização autoritária do poder às custas da autonomia e do autogoverno dos estados regionais. Diante disso, este artigo levanta duas questões interconectadas: que considerações/fatores ideológicos e pragmáticos influenciaram a construção do Estado pela EPRDF na Etiópia pós-1991, polarizada étnica e culturalmente? Por que a construção do Estado e o suposto federalismo da EPRDF fracassaram, resultando em uma re-centralização autoritária e, de fato, em um sistema de partido único?

Este artigo explora a natureza intrincada do processo de construção do Estado etíope pós-1991 por meio do federalismo étnico, que impactou significativamente na estrutura socioeconômica e política da Etiópia. A construção do Estado pela EPRDF levou à “territorialização da etnia” (Clapham 2017, 73) e a um regime de economia política etnocráticos, concentrando o poder e os benefícios econômicos no grupo étnico dominante de uma região específica, marginalizando os residentes não étnicos (Kefale 2012; Clapham 2017). Essa economia política tem sido sensível e exacerbado as tensões étnicas. Ainda assim, nenhuma medida redentora está sendo tomada para corrigir os problemas, nem se espera que soluções sejam alcançadas em breve. Além disso, os esforços de construção do Estado da EPRDF foram criticados por incentivar rivalidades e distribuição desigual de poder político e recursos, além de subordinar as regiões ao governo federal. Portanto, é vital examinar as condições ideológicas e pragmáticas que levaram à centralização autoritária do poder após a derrubada do regime repressivo do *Därgue* em 1991, bem como o fracasso em lidar com as contradições fundamentais do país por meio do federalismo, uma nova abordagem para a construção do Estado. Diante desse contexto, o artigo analisa criticamente a construção do Estado pela EPRDF.

O artigo está organizado em quatro seções. A primeira seção situa a justificativa para o federalismo étnico etíope após 1991. A segunda seção discute os fatores ideológicos e pragmáticos que contribuíram para a reencarnação do regime autoritário na construção do Estado pela EPRDF. A terceira seção apresenta uma análise crítica da construção do Estado pela EPRDF. A última seção traz comentários finais.

## Revisão da literatura

### *Construção do Estado na Etiópia pré-1991*

A Etiópia tem sido um estado multinacional e multicultural desde o final do século XIX. De acordo com Migdal (2004), o termo “Estados-nação” implica que o povo desempenha um papel significativo no estabelecimento e na manutenção do Estado. Ele argumenta que, em Estados multinacionais, era comum que os membros de um subgrupo vissem os outros como perigosos, não como concidadãos (Migdal 2004). Na construção do Estado etíope antes de 1991, a diversidade era negada e considerada uma situação difícil. Bereket (2018, p. 23) argumenta que o *It'iyop'iyawinät*, o “etiopianismo”, foi imposto como o único marcador de identidade. Os objetivos de construção do Estado e da nação da Etiópia antes de 1991, que se concentravam em conquistar a lealdade e criar uma sociedade coesa por meio da assimilação e da centralização, fracassaram e levaram à questão das nacionalidades (Markakis 2011; Clapham 2017).

A revolução etíope de 1974 pôs fim à “Dinastia Salomônica”, que durou 800 anos, devido à questão das nacionalidades e ao fracasso em tratar da questão da “Terra ao Lavrador”. O “comitê” militar do *Därgue*, que assumiu o poder sob o pretexto de proteger a revolução, transformou-se em construtor do Estado e adotou o socialismo. Tanto no regime imperial quanto no do *Därgue*, a construção do Estado era sinônimo de controle central, unitarismo e construção da nação. Os povos periféricos tinham de adotar o amárico e se integrar à cultura nacional dominante de um único grupo étnico (Markakis 2011). No entanto, essa ambição não tinha as instituições culturais, políticas, econômicas e sociais necessárias (Andreas 2010).

### *Justificando a nova construção do Estado etíope pós-1991: federalismo étnico*

A queda do *Därgue* em 1991 levou ao colapso da máquina estatal centralizada que vinha sendo construída desde 1889 (Clapham 1994). A EPRDF introduziu o federalismo e reestruturou a Etiópia etnicamente. O federalismo garantido constitucionalmente é o terceiro modelo de construção de Estado da Etiópia, depois do modelo imperial anterior a 1974 e do modelo socialista do *Därgue* de 1975 a 1991 (Markakis 2011). A EPRDF apresentou evidências políticas e históricas para o federalismo étnico (Clapham 2013). O federalismo etíope teve como objetivo abordar questões políticas e estruturais

do país pré-1991 (Lata 1999). Em nítido contraste com os Estados africanos pós-coloniais, que sacralizaram a santidade do Estado e construíram os países recém-independentes a partir de cima, na Etiópia após 1991, entretanto, o federalismo, a diversidade, o multiculturalismo e a etnia foram reconhecidos como a base da construção do Estado a partir de baixo (Clapham 2017). Portanto, equilibrar as demandas étnicas com a continuidade do país tornou-se a agenda da construção do Estado na Etiópia pós-conflito (Andreas 2010). Foi com base nesse pragmatismo e nessa perspectiva histórica que o federalismo étnico foi adotado como uma panaceia para as contradições básicas da Etiópia e uma nova abordagem para a construção do Estado.

Os defensores do federalismo étnico argumentam que o antigo Império Etíope se concentrou na construção de uma nação centrada nos aspectos socioculturais de um único grupo étnico dominante. A tentativa de centralização e as políticas assimilacionistas da Etiópia a partir da promulgação da Constituição de 1931 resultaram em alta tensão entre o centro e a periferia e o conflito culminou na eclosão da revolução popular de 1974 e na guerra civil de dezessete anos por autogoverno e autodeterminação, o que provou que a centralização e a política assimilacionista não tiveram sucesso (Kefale 2003; Markakis 2011). Entretanto, a construção do Estado pela EPRDF concentrou-se na criação de uma “nova Etiópia” como um lar para diversas nações e no respeito às suas identidades com seu direito soberano de autogoverno. Portanto, desde 1991, o federalismo étnico tem sido visto como uma estratégia desconstrutiva que visa à criação de um Estado de nações em vez da construção de nações (Nahum 1997; Vaughan 2003).

### ***A Conferência de Paz e Democracia de julho de 1991 e a institucionalização da autodeterminação***

Na conferência de Londres, em 27 de maio de 1991, a EPRDF, a EPLF (Frente de Libertação do Povo da Eritreia) e a OLF (Frente de Libertação Oromo) concordaram em realizar uma conferência de transição inclusiva (Berhe 2020). Apesar da tentativa malsucedida da OLF de persuadir a EPRDF a realizar um referendo sobre a autodeterminação dos oromos, ela concordou em participar do período de transição de dois anos (Shinn 2009; Berhe 2020).

Na conferência de transição, dezesseis movimentos armados de libertação participaram (Berhe 2020). Lyons (1996) observa que o fato de o movimento ter base étnica foi estabelecido como condição para a participação. O *Ethiopian People's Revolutionary Party* (EPRP) e o *All Ethiopian Socialist Movement* (MEISON), partidos multinacionais e pan-etíopes, foram excluídos da conferência de transição porque se recusaram a renunciar à luta armada.

Em vez disso, eles formaram a Coalizão das Forças Democráticas Etíopes (COEDF) no exterior e organizaram uma conferência para um governo de transição (Berhe 2020). Um acordo com o MEISON não foi bem-sucedido devido à rejeição deste à demanda da EPRDF pelo direito das etno-nacionalidades à autodeterminação e à secessão (Gebru 2014). A introdução da autodeterminação, incluindo a secessão, foi considerada uma ameaça ao patriotismo e à identidade pan-etíope (Lata 1999).

O período de transição falhou em manter visões políticas pluralistas entre as forças pan-etíopes e etno-nacionalistas devido à intransigência política, aos ganhos de curto prazo e à necessidade, embora o poder já estivesse inclinado para este último. Abebe (2014) argumenta que as forças multinacionais foram sistematicamente excluídas do processo de transição para impedi-las de desafiar o novo *status quo*. A MEISON e o EPRP, apesar de suas fracas capacidades organizacionais e militares, deveriam ter participado do processo de transição e da administração interina até que o povo rejeitasse sua agenda política (Gebru 2014). O domínio dos etno-nacionalistas na transição criou descontentamento entre as elites políticas e deslegitimou e deslegitimou a Conferência de Transição.

A Conferência de Transição fez da autodeterminação um ponto fundamental, abordando a causa principal da contradição e do conflito nacional da Etiópia, marcando o fim da guerra e a “construção da paz” na Etiópia pós-conflito (Lata, 1999). Lata argumenta que a conferência de transição para a paz e a democracia e a carta reconheceram a autodeterminação como um elemento fundamental para a construção da paz e da estabilidade. Especificamente, a EPRDF argumentou que, para atender às demandas dos movimentos de libertação armados e garantir a paz na Etiópia, era necessário assegurar seu direito à autodeterminação (Bereket 2018). A EPRDF argumentou que foi nesse contexto que os eritreus realizaram um referendo, e o direito à autodeterminação está explicitamente incluído na Carta de Transição (Art. 2) e na atual Constituição da FDRE (República Democrática Federal da Etiópia) (Art. 39). O regime da EPRDF priorizou a paz e a democratização como pilares do Estado etíope, com o objetivo de evitar a desintegração após a queda do regime do *Därgue* (Bereket 2018).

A Conferência de Transição foi uma oportunidade perdida para uma abordagem de associação e construção de um Estado democrático. Ela desconsiderou esse imperativo e a realidade fundamental ao se concentrar principalmente no “direito das nacionalidades” ou dos vencedores e ignorar o nacionalismo pan-etíope que vinha se desenvolvendo (Abebe 2014). A EPRDF excluiu os partidos multinacionais, pois acreditava que a derrota do

*Därgue* na batalha validava sua estratégia de colocar a causa das nacionalidades etíopes no caminho certo da luta (Young 1996). Isso reforçou e fortaleceu a postura da TPLF (Frente de Libertação do Povo de Tigray)/EPRDF de repetir sua estratégia e disciplina militar no âmbito da construção do Estado. Consequentemente, a construção do Estado pela EPRDF impediu a autonomia e o autogoverno das nações etíopes, resultando em um regime autoritário e centralista em uma forma e estrutura diferentes.

### ***A Carta de Transição e a reestruturação do Estado de acordo com a etnia***

A Carta de Transição de 1991 marcou uma mudança significativa em direção à deliberação constitucional democrática, envolvendo diversas forças políticas, a sociedade civil e indivíduos independentes, excluindo organizações multinacionais e pan-etíopes. A cultura política da Etiópia, antes disso, envolvia a emissão de leis pelo soberano por meio de *awaj* ou “proclamação”. Lata (1999) afirma que os quatro princípios da Carta de Transição — Estado de Direito, governo de coalizão, reestruturação do Estado democrático e paz justa — serviram como um “princípio concreto<sup>4</sup>” para controlar o governo pela primeira vez na história política da Etiópia. Ele também argumenta que a discussão democrática da Carta de Transição fez com que os oromos e os povos do sul se sentissem parceiros na construção da “nova Etiópia”. Consequentemente, foi formado e administrado um governo de coalizão com diversas visões políticas, o primeiro do seu tipo na Etiópia.

A Carta de Transição reconstruiu o Estado etíope com base na plataforma política dos vencedores. A Carta buscou acabar com as hostilidades, curar as feridas, realizar uma paz justa e estabelecer um sistema democrático como um “imperativo categórico” para a construção do Estado da “nova Etiópia”. Em seu preâmbulo, a Carta estipulava explicitamente que:

---

<sup>4</sup> No original: “*earthly principle*”.

A derrubada da ditadura militar [...] representa um momento histórico, proporcionando aos povos da Etiópia a oportunidade de reconstruir o país e reestruturar o Estado democraticamente; [...] a queda do governo militar marca o fim de uma era de subjugação e opressão, iniciando assim um novo capítulo na história da Etiópia, no qual a liberdade, a igualdade de direitos e a autodeterminação serão os princípios que regem a vida política, econômica e social, contribuindo assim para o bem-estar do povo etíope e resgatando-o de séculos de subjugação e atraso (Carta do Período de Transição de 1991)<sup>5</sup>.

A Carta é o primeiro documento político e jurídico que estipulou e afirmou a questão das nacionalidades. Em seu Art. 2 explicita que: “É afirmado o direito das nações, nacionalidades e povos à autodeterminação” (Carta do Período de Transição de 1991). Além disso, ela estipulou que “a cada nação, nacionalidade e povo é garantido o direito de exercer seu direito à autodeterminação da independência quando a nação/nacionalidade e o povo em questão estiverem convencidos de que os direitos acima são negados, restringidos ou revogados” (Carta do Período de Transição de 1991). (Art. 2 (c)). O documento também previa o estabelecimento de governos locais e regionais com base na nacionalidade (Art. 13) (Carta do Período de Transição de 1991).

Para facilitar o direito das nações e nacionalidades etíopes de se auto-governarem e reconfigurarem o Estado, uma comissão de limites delineou as fronteiras administrativas entre as regiões, o que reestruturou a Etiópia em estados federais etnicamente definidos (Vaughan 2003). A comissão usou mapas e classificações étnicas do *Institute for the Study of Ethiopian Nationalities* (ISEN), criado em 1984 pelo regime do *Därgue*. Por fim, a Proclamação 7/1992 estabeleceu os novos “Governos Nacionais Autônomos” em janeiro de 1992 (Vaughan 2003).

## Método de coleta e análise de dados

Este artigo aplica uma metodologia exploratória qualitativa para analisar criticamente a construção do Estado pela EPRDF na Etiópia pós-1991.

---

5 Tradução nossa. No original: “*The overthrow of the military dictatorship...presents a historical moment, providing the peoples of Ethiopia with the opportunity to rebuild the country and restructure the state democratically... the demise of the military government marks the end of an era of subjugation and oppression thus starting a new chapter in Ethiopian history in which freedom, equal rights, and self-determination shall be the governing principles of political, economic and social life and thereby contributing to the welfare of the Ethiopian Peoples and rescuing them from centuries of subjugation and backwardness*” (Transitional Period Charter 1991).

A lógica dessa metodologia foi examinar quais fatores contribuíram para o aumento do autoritarismo e da centralização do poder em uma segunda república da Etiópia, formalmente federalizada. Portanto, fontes secundárias ou peças de literatura relacionadas ao tópico foram usadas para fontes e análises de dados empíricos. Os dados coletados para este estudo foram analisados usando técnicas de análise de dados qualitativos. Assim, os dados das fontes secundárias e primárias foram estudados por meio de investigação temática e de conteúdo. A autenticidade e a validade dos dados foram verificadas por meio do cruzamento de várias fontes e documentos. Isso ajudou a identificar os temas básicos para análise e a chegar a uma conclusão.

## Resultados e discussões

Esta parte do artigo explora e analisa os fatores intrincados que contribuíram para a construção do Estado autoritário da EPRDF e a centralização do poder político em detrimento das unidades regionais.

### *A retirada da Frente de Libertação Oromo (OLF) da transição*

O período de transição foi a primeira abertura democrática da Etiópia e contou com a participação de diferentes forças políticas (Lata 1999). Entretanto, a oposição deixou o processo de transição para enfraquecer sua legitimidade (Assefa 2012). A seção a seguir discute a saída da Frente de Libertação Oromo (OLF) e suas repercussões na democratização do país, com ênfase especial na centralização do poder pela EPRDF.

A retirada da OLF, a segunda força política mais poderosa, das eleições regionais e locais e do governo de coalizão em 1992 desacreditou a Transição. Assim, a saída da OLF foi um dos desafios da Transição e contribuiu, em parte, para o caráter autoritário da EPRDF, já que a base social da OLF em Oromia foi colocada sob a OPDO (Organização Democrática do Povo Oromo) ligada a EPRDF.

A OLF se retirou do governo de coalizão e boicotou as eleições de 1992 devido à intimidação da EPRDF (Lata 1999; Shinn 2009). Apesar dos sistemas de transição democrática terem sido estabelecidos, as divisões políticas entre as elites etíopes levaram a desafios na priorização de metas de curto prazo em detrimento do desenvolvimento de longo prazo do Estado (Berhe 2020). A retirada da OLF do governo de transição, devido a objetivos diferentes e à suspeita em relação à EPRDF, prejudicou o processo de democratização do país. O objetivo central da OLF tem sido assegurar o direito do

povo oromo à autodeterminação<sup>6</sup>. A OLF alegou que os oromos constituíam metade da população da Etiópia<sup>7</sup>, e portanto, demandava um poder político proporcional à população oromo (Shinn 2009; Clapham 2017). Esse foi um erro estratégico da EPRDF, pois a OLF era popular entre a população oromo e poderia ser uma verdadeira parceira na democratização do país.

A OLF também cometeu um erro político ao cair na armadilha política da EPRDF e, finalmente, deixou o campo político livre para esta última. A OLF recorreu à luta armada o que desafiou os esforços de estabilização do governo (Berhe 2020), permitindo que a EPRDF consolidasse sua dominação. Lyons (2013) argumenta que, a consolidação do poder político, em vez da partilha de poder e da reconciliação, prevalece nas transições políticas após os triunfos dos rebeldes.

A retirada da OLF do governo etíope também se baseou na discordância com a EPRDF sobre paz, segurança e democratização. Clapham (2017) observa que a EPRDF rejeitou a OLF como representante legítima dos oromos, preferindo a Organização Democrática do Povo Oromo (OPDO) para administrar a região de Oromo. A organização fraca da OLF, a política incoerente e as exigências difíceis testaram a disposição da EPRDF de colaborar com grupos autônomos. Além disso, a EPRDF e a OLF tinham desconfianças mútuas, o que impediu uma colaboração eficaz, de acordo com a autoavaliação da EPRDF (Gebre 2014; Clapham 2017; Berhe 2020). Berhe também observa que:

---

6 O programa político da OLF (2012) enfatiza a autodeterminação do povo Oromo e de outros povos da Etiópia como o principal critério para a colaboração com outros partidos políticos.

7 Com base no censo populacional de 2007, os oromos constituíam 36,7% da população da Etiópia.

De muitas maneiras, a EPRDF acreditava que a disciplina de seu exército, a diligência de sua liderança em conduzir a nação em direção à paz e à estabilidade e sua agenda progressiva para transformar a nação em direção ao desenvolvimento haviam estabelecido um padrão em relação ao qual as outras ações políticas poderiam ser avaliadas. A EPRDF, por exemplo, acreditava que a OLF, durante o período de transição, poderia mostrar ao povo de Oromia o que ela poderia fazer. Em um curto período, a OLF reuniu mais de 30.000 pessoas armadas, principalmente do extinto exército do [Därgue, que] o povo conhecia por sua brutalidade (Berhe 2020, 180)<sup>8</sup>.

De acordo com Lata (1999), apesar das credenciais democráticas da Conferência de Paz e Democracia e da formação do TGE, a EPRDF acabou restaurando o governo unipartidário do Därgue em vez da ordem pluralista prevista. A retirada da OLF foi um retrocesso para a democratização da Etiópia e o estabelecimento de mecanismos genuínos de partilha de poder. A saída da OLF em 1992 levou à predominância da EPRDF e minou o empoderamento constitucional das nações e nacionalidades etíopes. Posteriormente, o governo liderado pela EPRDF sofreu perdas de legitimidade, que tentou compensar ao promover internamente paz, estabilidade e desenvolvimento e ao colaborar externamente na luta contra o terrorismo.

Em sociedades e contextos políticos em transição, o papel dos partidos de oposição é de suma importância. A ausência de uma oposição forte implica a ausência de responsabilização governamental e de mecanismos de freios e contrapesos dentro de diferentes bancadas do governo. Em geral, os partidos de oposição da Etiópia, devido a diversos fatores, não conseguiram participar do processo de transição, o que, nesse aspecto, contribuiu para a re-centralização autoritária do poder.

### ***Democracia revolucionária: a versão etíope da democracia***

A EPRDF (1991-2018) adotou a democracia revolucionária como a versão etíope da revolução democrática. Meles Zenawi, presidente da TPLF, EPRDF e primeiro-ministro da Etiópia (1991-2012), foi o autor da democracia revolucionária etíope, que foi adotada como a base dos esforços de construção

---

<sup>8</sup> Tradução nossa. No original: “*In many ways, the EPRDF believed that the discipline of its army, its leadership’s diligence in leading the nation towards peace and stability, and its progressive agenda for transforming the nation towards development had set a standard against which the other political actions could be measured. The EPRDF, for example, believed the OLF during the transition period could show the people of Oromia what it could do. In a short period, the OLF assembled over 30,000 armed personnel mainly from the defunct army of the [Därgue, which] the people knew for its brutality* (Berhe 2020, 180)”.

do Estado da EPRDF pós-1991. De acordo com Meles, a democracia revolucionária era a doutrina apropriada para que a Etiópia iniciasse um desenvolvimento econômico sustentável (Berhe 2020). A oposição de Lênin à ideologia capitalista resultou no conceito de democracia revolucionária, que serviu de elo entre as sociedades pré-capitalistas e socialistas. Muitos países adotaram essa ideologia durante a Guerra Fria, mas depois a abandonaram (Bach 2011). Bereket Simon, o segundo ideólogo da democracia revolucionária depois de Meles, argumenta que a democracia revolucionária na Etiópia erradicou a opressão das classes dominantes, abrindo caminho para a democracia e os direitos dos povos (Bereket 2018).

A democracia revolucionária da EPRDF enfrentou desafios internos e externos. Externamente, a EPRDF teve que lidar com a reconciliação entre a democracia revolucionária e o neoliberalismo predominante (Berhe 2020). A EPRDF renunciou pragmaticamente à sua ideologia<sup>9</sup> marxista-leninista e aceitou reformas e princípios econômicos e políticos liberais para diminuir a pressão das potências ocidentais (Bach 2011; Gebru 2014; Berhe 2020). A EPRDF utilizou sua democracia e estrutura híbridas, projetadas especificamente para conflitos militares, para estabelecer um governo sem alterar fundamentalmente suas crenças democráticas revolucionárias (Gebru 2014). Durante o período de transição, as instituições liberais foram apropriadas pela EPRDF para apoiar sua democracia revolucionária, que não era “nem revolucionária nem democrática” (Bach 2011, 643, 653). Dessa forma, a democracia liberal garantiu apoio externo e legitimidade, enquanto a democracia revolucionária continuou sendo a ideologia central da EPRDF (Abbink 2011).

Internamente, devido à forte adesão da EPRDF ao marxismo-leninismo e à pressão exercida por seus combatentes armados, ela demonstrou um compromisso com o socialismo. A EPRDF implementou a democracia revolucionária devido a essas circunstâncias. Isso ajudou a transmitir ao Ocidente que a EPRDF abandonou o socialismo e praticou a democracia de estilo ocidental, apesar da terminologia revolucionária (Henze 1990; Gebru 2014). Dessa forma, quando a EPRDF assumiu o poder, a democracia revolucionária tornou-se o paradigma orientador da construção do Estado, mas os valores democráticos liberais foram integrados à Carta de Transição, embora contrastassem entre si.

A EPRDF adotou a democracia revolucionária apesar do desejo dos etíopes pela democracia liberal de estilo ocidental. Alguns argumentam que a EPRDF adotou a democracia revolucionária devido à sua influência marxista,

---

9 Bereket Simon (2018) fornece detalhes sobre a mudança pragmática da EPRDF do socialismo para um sistema de mercado que beneficia os etíopes (Bereket Simon 2018, 33-42).

enquanto outros afirmam que ela foi emprestada da democracia albanesa, favorecida por Meles, que desejava replicar sua autêntica filosofia socialista, em oposição ao imperialismo soviético e à “burguesia nacional” chinesa (Henze 1990; Berhe 2009). Entretanto, a discussão de Meles Zanawi com Samuel Huntington, que esteve na Etiópia em 1993 para ajudar a Comissão Constitucional Etíope, pode ter influenciado e teoricamente aconselhado a insistência da EPRDF na democracia revolucionária, que ele acreditava ser a mais adequada às realidades socioeconômicas da Etiópia. Em uma discussão com Huntington (1993), Meles perguntou:

Professor Huntington, li seu livro *The Third Wave* (A Terceira Onda). De acordo com sua análise, os países se tornam democráticos depois de se tornarem ricos. A Etiópia é um país extremamente pobre, muito longe de ter um alto nível de desenvolvimento econômico. Isso significa que a democracia é impossível na [Etiópia]? (Huntington 1993, 2)<sup>10</sup>.

A resposta de Huntington foi que o equilíbrio geral das condições econômicas, sociais e outras na Etiópia não era favorável à democratização. “Isso significa que qualquer tipo de democracia é impossível?” Não necessariamente. Então, ele aconselhou Meles:

É possível que [...] outros tipos de sistemas democráticos possam ser criados na Etiópia. Se isso ocorrerá ou não, dependerá principalmente do grau de desejo dos líderes políticos de criar uma democracia etíope. Os regimes políticos são criados não por condições prévias, mas por líderes políticos (Huntington 1993, 3)<sup>11</sup>.

A sugestão de Huntington fez com que a EPRDF adotasse firmemente a democracia revolucionária, considerando-a mais adequada às condições etíopes do que a democracia liberal. Tronvol (2009) concorda com isso, e argumenta que “a democracia liberal é um desajuste”, dadas as circunstâncias sociais, econômicas e políticas da Etiópia.

10 Tradução nossa. No original: “*Professor Huntington, I have read your book The Third Wave. According to your analysis, countries become democratic after they have become wealthy. Ethiopia is an extremely poor country, very far from having a high level of economic development. Does that mean that democracy is impossible in [Ethiopia]?*” (Huntington 1993, 2).

11 Tradução nossa. No original: “*Conceivably... other types of democratic systems could be created in Ethiopia. Whether it is or not depends overwhelmingly on the extent to which political leaders want to create an Ethiopian democracy. Political regimes are created not by preconditions but by political leaders*” (Huntington 1993, 3).

As tradições patriarcais da Etiópia podem influenciar a adoção da democracia revolucionária. O partido no poder, que era onisciente, deve orientar sua base social, a sociedade rural, sobre o que é melhor para ela. O ex-primeiro-ministro Hailemariam Desalegn disse certa vez que “devido à baixa escolaridade e ao analfabetismo, o público etíope é subdesenvolvido demais para tomar uma decisão bem fundamentada e informada e, portanto, a democracia revolucionária é a ponte política por meio da qual os ‘líderes esclarecidos’ podem levar o povo à democracia” (Global Security 2018).

### ***Diferença entre democracia revolucionária e democracia liberal***

Em *Sovereignty and Democracy in Ethiopia*, Gebru Asrat (2014) faz um contraste entre a democracia revolucionária e a liberal. A democracia revolucionária é baseada em classes, segrega os cidadãos em aliados e adversários, nega os direitos dos opressores e defende o controle do partido de vanguarda. Em contrapartida, a democracia liberal prioriza os interesses individuais, a igualdade para todos os cidadãos e a liderança de cidadãos competentes e qualificados nas atividades políticas, econômicas e sociais (Gebru 2014).

Há duas diferenças fundamentais entre a democracia liberal e a revolucionária: a democracia liberal prioriza os direitos individuais, enquanto a democracia revolucionária se concentra no avanço e na proteção dos direitos coletivos. A democracia revolucionária rejeita os sistemas representativos e parlamentares de administração em favor do poder real do povo (Bach 2011). Berhe, citando Meles, argumenta que a democracia liberal se baseia na política de soma zero e no curto prazo eleitoral, transformando os partidos políticos em máquinas de clientelismo e deixando de abordar as principais preocupações da sociedade (Zenawi 2006 *apud* Berhe 2020). A democracia revolucionária, por outro lado, prioriza os direitos políticos da maioria desprivilegiada em detrimento dos interesses da elite rica (EPRDF 2001 *apud* Berhe 2020).

Nas palavras de Vaughan (2011), a democracia revolucionária exige uma “coalizão com o público”<sup>12</sup> direta, em oposição às “coalizões” secretas entre políticos que caracterizam o pluralismo multipartidário. Essa é a razão pela qual a EPRDF nega a democracia parlamentar, pois ela não representa nem dá poder ao povo. Assim, a EPRDF criou uma coalizão de forças entre o Estado, o partido e as pessoas da base como um “exército do desenvolvimento” (Berhe 2020, 231). Por fim, a política da EPRDF dividiu os cidadãos em

12 Sara Vaughan entrevistou Meles em 1994 e ele disse que “nas áreas agrícolas, não fazemos coalizões com as elites: a única coalizão que queremos fazer é com o povo” (Vaughan 2011, 622).

amigos e inimigos, já que capitalistas, burocratas, chauvinistas, pensadores limitados, anti-povo, anti-desenvolvimento, anti-paz e outras denominações e rótulos foram usados para negar os direitos básicos dos cidadãos, como o poder político por meio de eleições disputadas em áreas urbanas e terras ou outros serviços em áreas rurais (Gebre 2014).

### *Partido dominante/vanguarda*

Outra característica marcante da construção do Estado pela EPRDF, talvez resultante da democracia revolucionária, é a rejeição do pluralismo político e dos sistemas multipartidários em favor do modelo de partido de vanguarda. Bach (2011) afirma que a democracia revolucionária foi utilizada como um “instrumento discursivo” para excluir e marginalizar os oponentes políticos. De acordo com Abbink (2011), o partido de vanguarda é um resultado direto da doutrina revolucionária marxista-leninista e se opõe ao conceito de transferência de poder por meio de eleições, mesmo que elas tenham sido realizadas. As eleições em Estados pós-conflito, como a Etiópia, servem como parte da legitimação do processo (Bach 2011) e do fortalecimento de governos autoritários em vez da construção do Estado por meio da liberalização (Lyons 2013). Sem a ameaça de derrota eleitoral, os partidos dominantes podem se sentir “donos” do sistema político e se esforçar para restringir outros centros de poder. A crítica política geralmente é vista como “irresponsável e divisiva” (Handley, Murray e Simeon 2008).

A Etiópia tem realizado eleições desde 1992, embora elas não tenham seguido as normas ocidentais. De acordo com Zakaria, a democracia etíope é uma das “democracias iliberais” (1997, 23), pois o governo “popularmente eleito” cometeu uma série de violações constitucionais e de direitos e liberdades fundamentais. Como resultado, os críticos afirmam que a democracia revolucionária da EPRDF é antidemocrática e despreza pontos de vista alternativos. Clapham (2017) observa que os etíopes devem aceitar a hegemonia do regime para participar do governo. Essa estratégia de construção do Estado irritou os intelectuais urbanos, os partidos políticos e os grupos que abraçavam os ideais democráticos e esperavam que a EPRDF fosse mais democrática do que os regimes anteriores.

A recusa da EPRDF em se comprometer com a democracia parlamentar ou com a democracia liberal de estilo ocidental é compreensível, pois Hopkinson (2017) argumenta que “eleições multipartidárias não garantem a democracia posteriormente”. Ele argumenta que “a sociedade exige uma voz contínua para garantir a responsabilidade do governo” (Hopkinson 2017, 45). Assim, considerar os interesses genuínos da sociedade como uma medida de

democracia, em vez de mudanças frequentes de administração por meio da democracia multipartidária ou parlamentar, torna lógico o motivo pelo qual a EPRDF insistiu em ser o partido de vanguarda da Etiópia.

### *Federalismo étnico*

A fórmula federal na abordagem de construção do Estado da Etiópia pós-1991 foi necessária para evitar a desintegração do império etíope altamente centralizado (Assefa 2012). A introdução do federalismo étnico resolveu de fato os conflitos armados baseados na identidade do país, que estavam ameaçando sua integridade territorial (Berhe e Gebresilassie 2021). A dispensa de construção do Estado federal concedeu a grupos e minorias anteriormente marginalizados um reconhecimento político e institucional sem precedentes (Andreas 2010). No entanto, as forças pan-etíopes argumentaram que o federalismo com base étnica poderia incentivar os etno-nacionalistas a se separarem do Estado etíope.

A EPRDF alegou que re-estruturaria a Etiópia para tratar das causas estruturais e históricas do conflito e atender à busca das etno-nacionalidades por autogoverno e autodeterminação. Entretanto, as forças pan-etíopes e as organizações sindicalistas têm questionado o verdadeiro motivo da iniciativa federal. Temesgen (2015) afirma que a EPRDF utilizou o federalismo étnico como parte de sua política de “dividir para governar” para manter o poder e institucionalizar o domínio das minorias. Entretanto, Kefale (2003) afirma que a liderança da EPRDF não pode usar a experiência federal da Etiópia para manter o poder. No entanto, com as metas duplas de estabelecer um sistema político democrático e uma administração federal totalmente descentralizada, esperar isso em um país sem essa experiência é problemático.

Os oponentes do federalismo étnico têm argumentado que a supressão da unidade em detrimento da diversidade pelo governo aumenta o risco de violência interétnica e desintegração nacional (Mennasemay 2003; Selassie 2003; Temesgen 2015). Entretanto, devido ao alinhamento das forças etnonacionalistas, a política baseada em etnias era inevitável durante o período de transição. Fesha (2010) afirma que qualquer Constituição que se desvie das trajetórias de erros do passado deve reconhecer a etnicidade. O federalismo étnico etíope tem o potencial de resolver a crise política da Etiópia (Nahum 1997). Portanto, o federalismo étnico foi a única maneira de garantir a estabilidade e a continuidade da Etiópia (Fiseha 2012).

Andreas afirmou de forma ousada em 2010 que o federalismo etíope atendeu a dois objetivos fundamentais, sem os quais é difícil buscar outros

bens públicos<sup>13</sup>. Esses objetivos são “a sobrevivência da Etiópia e o estabelecimento de uma autoridade política legítima” (Andreas 2010, 43). Ele afirmou ainda que, devido ao federalismo, nações, nacionalidades e povos estão convencidos de que, em vez de rejeitar a Etiópia, eles devem colaborar para criar um sistema autêntico de governo para relações harmoniosas e unidade.

O federalismo étnico da Etiópia, apesar do medo das forças sindicalistas e pan-etíopes, garantiu a continuidade do Estado etíope. A natureza centrista da EPRDF permitiu isso, embora os direitos de jure das unidades componentes à autodeterminação até a secessão sejam garantidos (veja o Art. 39). Entretanto, o regime exerceu poder de fato e inconstitucional ao controlar tanto o governo federal quanto os estados regionais, comprometendo as prerrogativas constitucionais dos estados regionais. Consequentemente, o governo centralista e autoritário da EPRDF permitiu a unidade e a integridade territorial do Estado etíope, apesar da condição de secessão. O crescimento econômico promissor registrado pela liderança da EPRDF também pode ser visto como um fator que torna a unidade atraente, juntamente com o federalismo étnico, apesar da oposição.

Asafa Jalata, um nacionalista oromo que adere à tese colonial, opõe-se aos benefícios do federalismo para a sobrevivência do país e argumenta que o federalismo etíope é uma continuação dos esforços coloniais abissínios (nortistas) contra os etíopes do sul sob o pretexto de “promover a democracia, o federalismo e a autodeterminação nacional” (Jalata 2009, 207). Ele acredita que o discurso federal é irrelevante para a emancipação das nações e nacionalidades etíopes do colonialismo e do terrorismo estatal dos grupos do norte, e que os benefícios do federalismo para a sobrevivência do país não são significativos.

### *O modelo de Estado desenvolvimentista*

A Etiópia tentou implementar o “Estado desenvolvimentista” de 2001 a 2018. Um estado desenvolvimentista foi considerado necessário para combater a pobreza etíope desde 2001 (Gebresenbet 2014). No país liderado pela EPRDF, o desenvolvimento foi securitizado e o fracasso em desenvolver a Etiópia foi considerada uma ameaça existencial ao Estado etíope e aos direitos iguais das nações e nacionalidades (Fana 2015). A EPRDF, diferentemente de seus antecessores, identificou a pobreza como o único inimigo da Etiópia, e combatê-la deveria ser uma área de consenso nacional a ser alcançada, e

---

<sup>13</sup> Isso inclui: valores e práticas democráticas, cultura de paz, estado de direito, secularismo, imprensa livre, partidos políticos competitivos e associações livres (Andreas 2010, 43).

o rápido desenvolvimento econômico centrado nos benefícios da população deveria ser o pilar da política e estratégia de segurança nacional (FDRE 2002; Zenawi 2011). Meles acreditava que a paz duradoura ou a probabilidade de uma comunidade política sustentável era improvável, a menos que o desenvolvimento rápido e a erradicação da fome e da pobreza persistente fossem alcançados (Andreas 2013).

O regime da EPRDF reconheceu as armadilhas do modelo de desenvolvimento neoliberal, destacando as falhas do mercado e as armadilhas da pobreza nos países em desenvolvimento, o que levou a uma ação política coordenada (Zenawi 2011) que não transformou a Etiópia em um país em desenvolvimento por meio do papel minimalista e de “guarda noturno” do Estado. Meles argumentou que o papel ativo do governo deveria se concentrar em aumentar a capacidade da economia de criar valor e ajudar o setor privado a se tornar mais competitivo (Berhe 2020).

As notáveis conquistas de desenvolvimento no Leste Asiático — principalmente no Japão, na Coreia e em Taiwan — e o papel principal do Estado nesses países facilitaram o surgimento do Estado desenvolvimentista (Zenawi 2011). As características do Estado desenvolvimentista do Leste Asiático, como o rápido crescimento econômico, o alto grau de intervenção estatal na economia e o foco do Estado na industrialização, de certa forma, caracterizam o Estado desenvolvimentista etíope (Hauge e Chang 2019).

O Estado desenvolvimentista é uma economia política que engloba modelos econômicos antineoliberais, caracterizado por uma abordagem altamente intervencionista, diferente do neoliberalismo ou dos princípios econômicos políticos do *laissez-faire*. Em um Estado desenvolvimentista, é o Estado que gerencia o mercado e desempenha um papel desenvolvimentista (Zenawi 2011). O principal objetivo do Estado é o crescimento econômico por meio da industrialização (Hauge e Chang 2019). O Estado desenvolvimentista tem quatro atributos básicos, são eles: (1) uma burocracia capaz e autônoma (mas incorporada); (2) uma liderança política voltada para o desenvolvimento; (3) uma relação simbiótica entre alguns órgãos estatais e os principais capitalistas industriais; e (4) uma intervenção política bem-sucedida que promove o crescimento (Routley 2012).

A legitimidade, um conceito crucial nos Estados desenvolvimentistas, é garantida principalmente pelo crescimento econômico e pelo desenvolvimento, e não por eleições populares. De acordo com Mkandawire (2001, p. 289), um “Estado desenvolvimentista tem dois componentes: um ideológico e outro estrutural”. A dimensão ideológica refere-se à missão do Estado que traz desenvolvimento sustentável, o que ajuda a ganhar legitimidade.

A dimensão estrutural refere-se à capacidade nacional de executar políticas econômicas nacionais de forma eficaz, que é condicionada por fatores institucionais, técnicos, administrativos e políticos. O conceito de legitimidade por meio do desenvolvimento não impediu que o Estado desenvolvimentista se transformasse em autoritarismo (Hauge e Chang 2019).

Entretanto, Johnson (1999) argumenta que a legitimidade dos Estados desenvolvimentistas não deve ser explicada pela relação Estado e sociedade dos países ocidentais. A EPRDF argumentou que a sociedade diversificada da Etiópia não é propensa ao governo autoritário, pois adotou todas as características do Estado desenvolvimentista, exceto sua natureza autoritária. Argumentou que a Etiópia não pode se dar ao luxo de se tornar antidemocrática e autoritária como as sociedades asiáticas, que são mais ou menos homogêneas (Bereket 2018). A EPRDF afirma que a Etiópia não pode se dar ao luxo de ter um governo autoritário, mas o impôs, violando o federalismo e o autogoverno. O Estado desenvolvimentista promove um sistema partidário pró-dominante, exigindo que um único partido detenha o poder por longos períodos de tempo a fim de alcançar o desenvolvimento econômico e a transformação setorial. A esse respeito, Zenawi (2006) argumentou que, em um sistema democrático, há sempre algum grau de incerteza sobre a continuidade das políticas. Mais prejudicial ao desenvolvimento é o fato de os políticos não conseguirem pensar além da próxima eleição. Como resultado, argumenta-se que o Estado desenvolvimentista deve ser antidemocrático para manter o poder por tempo suficiente para alcançar o desenvolvimento bem-sucedido (Zenawi 2006). A ambição da EPRDF de desenvolvimento e transformação econômica levou-a a manter o poder por meio de repetidas eleições, resultando na erosão da democracia e na consolidação do regime autoritário.

### ***Burocracia politizada***

O Estado desenvolvimentista exige instituições estatais fortes e uma burocracia competente liderada por funcionários públicos autônomos para orientar o setor privado em direção ao crescimento econômico (Hauge e Chang 2019). Peter Evans chama isso de “autonomia incorporada”, o que implica que a burocracia a ser chamada de “desenvolvimentista tinha de ser efetivamente ‘incorporada’ na sociedade por meio de um conjunto concreto de conexões que ligam o Estado de forma íntima e agressiva a grupos sociais específicos com os quais o Estado compartilha um projeto conjunto de transformação” (Evans 1995).

O modelo de construção do Estado baseado na democracia revolucionária da EPRDF é difícil de ser classificado como desenvolvimentista devido ao uso de membros e quadros do partido para a burocracia estatal, em vez de nomeações baseadas em mérito. Oqubay (2015) argumenta que a burocracia herdada do governo autoritário de *Därgue* era politicamente hostil ao novo governo liderado pela EPRDF, o que exigiu sua reconstrução com doutrinação política e competências profissionais. Ele também argumenta que o poder, a estrutura organizacional e a liderança da EPRDF precisavam ser usados para resolver as deficiências burocráticas. Entretanto, observou-se que a democracia revolucionária da EPRDF era discriminatória e afastava da burocracia as pessoas com alto grau de instrução, enquanto as elites instruídas também estavam alinhadas etnicamente e eram politicamente antagônicas ao regime, consolidando a tendência autoritária do governo.

A alienação das elites instruídas estava em oposição direta ao princípio da governança participativa, ao Estado desenvolvimentista, uma de cujas características distintivas é a necessidade de amplo apoio para sua agenda de desenvolvimento, e à insistência da EPRDF em combater a pobreza por meio do desenvolvimento, o que, de acordo com Zenawi (2011), exige amplo apoio e consenso nacional. Além disso, o mecanismo de “crítica e autocrítica”, em que as lideranças inferiores, médias e superiores, inclusive os funcionários públicos, tinham de passar por uma série de procedimentos de avaliação baseados em linhas e plataformas partidárias (Vaughan 2003), foi um fator que contribuiu para alienar a burocracia.

### ***O arranjo domiciliar 1-5***

A natureza autoritária da EPRDF se refletiu no arranjo de 1 a 5 domicílios ou vizinhanças, que o regime apelidou de “exército do desenvolvimento”. Esse arranjo político-social facilitou as atividades econômicas comunitárias. Mas, além dos aspectos econômicos e de desenvolvimento, o aspecto político é significativo porque o regime usou seus níveis administrativos mais baixos para espionar e controlar a base social rural da EPRDF. O arranjo foi usado para doutrinação política, fortalecimento das estruturas de base e implementação de políticas de desenvolvimento. Kefale (2003) observa que os níveis mais baixos das estruturas administrativas da Etiópia, *Wäräda* e *Käbäle*, foram fundamentais na execução de políticas e no aumento da consciência política e do controle sobre a população.

## ***Cultura política etíope***

A EPRDF é o resultado do Movimento dos Estudantes Etíopes (ESM) e das elites revolucionárias radicais que ainda acreditam em políticas de soma zero, o que resultou em muitas baixas e perdas para o Estado apenas por causa de diferenças táticas, não ideológicas. Particularmente, a cultura política de longa data dos nortistas está acostumada a um governo autoritário e hierárquico (Lata 1999), que a EPRDF não pode evitar. A liderança da EPRDF era hierárquica, rígida e processual, limitando a liberdade democrática de seus membros. Até mesmo sua liderança tinha de seguir o centralismo democrático e esperar por orientações para tomar decisões políticas, sociais e econômicas. Pode-se argumentar que a deliberação democrática só funcionava para os principais membros do *politburo* da EPRDF, que costumavam levar longos dias para deliberar sobre questões nacionais e chegar a decisões por consenso ou por decisão da maioria.

## ***A luta contra o terrorismo***

Após o 11 de setembro, o regime da EPRDF se apresentou como um parceiro confiável e viável na luta contra o terrorismo global e no combate às forças jihadistas no Chifre da África. Isso convenceu o governo dos EUA a não pressionar o regime da EPRDF liderado por Meles a realizar reformas políticas e ampliar o ambiente democrático. Portanto, uma combinação de fatores internos e externos contribuiu para o avanço gradual do regime autoritário nos 27 anos de governo da EPRDF.

## **Crítica à construção do Estado pela EPRDF**

A construção do Estado pela EPRDF pode ser criticada sob os aspectos político, social e econômico. Do ponto de vista político, ao contrário do que Andreas (2010) afirmou, a experiência federal da Etiópia sob a construção do Estado pela EPRDF não cultivou o pluralismo político, mas foi bem-sucedida nos aspectos culturais. Isso causou uma enorme desigualdade e instabilidade política. O federalismo da Etiópia não foi bem-sucedido na criação de uma comunidade política, conforme estipulado no preâmbulo da Constituição da FDRE, nem alcançou a coesão nacional, a solidariedade, a liberdade e a igualdade com as unidades constituintes, muito menos entre os etíopes, exceto para o escalão superior das elites governantes que estavam vinculadas

ao partido por meio do centralismo democrático e da tomada de decisões por consenso em questões políticas.

A construção do Estado com base no federalismo da EPRDF tem sido criticada por sua falta de democratização e empoderamento da periferia, pois estabeleceu uma burocracia autoritária e uma estrutura estatal robusta sob o pretexto do federalismo. Além disso, a construção do Estado federal da EPRDF, baseada no federalismo étnico, é criticada por se desviar de seus princípios fundadores.

A construção do Estado pela EPRDF por meio do federalismo étnico e do princípio da autodeterminação teve consequências de longo alcance. O federalismo étnico e a autodeterminação levaram a um aumento da política do “nós” contra “eles” entre os grupos étnicos e a população em geral. Abebe (2014) observa que as interações sociais, econômicas e políticas das elites se tornaram mais conscientes do ponto de vista étnico, resultando em maior preconceito e parcialidade. A hostilidade e a desconfiança interétnicas são visíveis até mesmo nos níveis de base, já que décadas de capital social e paz intercomunitária colapsaram. Os empreendedores étnicos podem explorar essa situação, utilizando os valores instrumentalistas da etnia para fins econômicos e políticos percebidos.

As disparidades econômicas e políticas percebidas no país, decorrentes da natureza etnocrática da experiência federal, perpetuam o ciclo vicioso de conflitos, gerando desigualdade social, disparidade regional e retrocessos na transformação do país. Isso agrava a crise socioeconômica existente e complica os esforços de reconciliação e construção da paz. Como resultado, a prevalência da desigualdade social e econômica reduz a participação pública nas esferas social, econômica e política e cria um ambiente propício para o regime autoritário. De acordo com Pelke (2020), os governos autoritários não se preocupam com a desigualdade econômica como motivo de mobilização contra o regime.

Socialmente, o próprio federalismo destinado a promover a unidade e a diversidade, em vez disso, alimentou as tensões étnicas, as rivalidades e intensificou as clivagens sociais, fomentando a animosidade e a desunião entre os etíopes. Na área econômica, o progresso econômico foi promissor e registrou alguns dígitos duplos. Entretanto, o desenvolvimento e a transformação genuínos tornaram-se secundários, pois o sistema criou elites etnocráticas, que se beneficiaram dos sistemas de clientelismo e foram os principais beneficiários. Embora alguns deles tenham sido rotulados como “cobradores de aluguel”, outros conseguiram penetrar profundamente no Estado, capturando-o e contribuindo para as reformas políticas de 2018. A

experiência federal da EPRDF se desviou da teoria e da prática e criou uma política centralizada e autoritária forte, que acabou engolindo o próprio partido que criou o sistema.

Por fim, na construção do Estado pela EPRDF, o que foi praticado foi a inversão dos princípios que a EPRDF alegava defender, bem como os da Carta de Transição e do preâmbulo da Constituição da FDRE, como o Art. 8 (soberania do povo); Art. 9 (supremacia da Constituição); Art. 10 (direitos humanos e democráticos); Art. 25 (direito à igualdade); Art. 39 (direitos das nações, nacionalidades e povos); Art. 52 (poderes e funções dos estados); todos eles foram violados explícita e implicitamente, inclinando o poder para o centro, que, de outra forma, seria enfraquecido pela Constituição. Pode-se argumentar que as práticas da EPRDF estabeleceram um precedente para que os sucessores evitassem o federalismo constitucional, perpetuando a repressão e promovendo uma maior centralização às custas dos estados regionais.

## Conclusão

Desde 1991, a Etiópia passou por uma reestruturação política significativa sob o comando da EPRDF, o que levou à federalização étnica. O objetivo era abordar a “questão das nacionalidades”, mitigando o conflito entre o centro e a periferia e dando autonomia às nações etíopes e à busca das nacionalidades por reconhecimento e governo próprio. Diferentemente dos regimes unitaristas anteriores, a EPRDF também introduziu o direito das nações etíopes à autodeterminação, inclusive à secessão, argumentando que a Etiópia deveria ser construída voluntariamente e não por meio de coerção. Os defensores da nova dispensa de construção do Estado argumentam que, sem a Carta de Transição de 1991 e o federalismo multinacional, a história da Etiópia pós-1991 teria sido diferente.

A Conferência de Transição na Etiópia foi a primeira abertura democrática na história política do país, embora tenha sido dominada pelos vencedores da luta armada, a EPRDF e a OLF. Ela também produziu a Carta de Transição, fortalecendo os direitos das nações e nacionalidades etíopes à autonomia e ao autogoverno. Argumentou-se que, apesar dessa disposição e do empoderamento político, a EPRDF, que alegava ser defensora da causa das nacionalidades e do federalismo, voltou-se para a centralização autoritária, minando o princípio e a prática do federalismo. Muitos fatores contribuíram para a centralização autoritária do poder pela EPRDF. A retirada da OLF, que representava o segundo maior eleitorado, não só prejudicou o governo

de transição e o processo de democratização da Etiópia pós-conflito, mas também contribuiu para o governo autoritário da EPRDF. A Etiópia poderia ter experimentado o verdadeiro compartilhamento de poder e a democracia associativa se a OLF não tivesse se retirado.

A construção do Estado da Etiópia liderada pela EPRDF implementou estruturas políticas como autodeterminação, federalismo étnico, democracia revolucionária e o Estado desenvolvimentista desde 2001. Apesar dos desafios e das críticas internas e externas, a EPRDF tinha como objetivo criar uma Etiópia forte e unida, onde as aspirações das nações e nacionalidades etíopes seriam realizadas, construindo uma Etiópia democrática e federada. Para isso, a EPRDF assumiu-se como o partido de vanguarda do país, vencendo eleições repetidas vezes. Ela argumentou que, para promover a transformação rural, a industrialização e uma sociedade urbana de classe média, seria imperativo que a EPRDF vencesse as eleições para que pudesse executar políticas de desenvolvimento ininterruptamente. Além disso, argumentou que sua democracia revolucionária e sua linha desenvolvimentista estabelecem a futura base social para a democracia social ou liberal. No entanto, a EPRDF foi criticada por seu ambicioso plano de alcançar a transformação econômica por meio de um partido dominante, o que tornou a Etiópia um Estado de fato de partido único, limitando a participação de outros partidos na política do país.

O discurso da EPRDF sobre democracia revolucionária e estado desenvolvimentista priorizava a paz e o desenvolvimento, mas o regime havia subordinado a democracia e construído uma ordem autoritária. Isso levou a vozes dissidentes e forçou os cidadãos a buscar meios alternativos de mudança. Por exemplo, os jovens Oromo, Qerro, desafiaram o regime de forma inconstitucional desde 2016, forçando reformas políticas em 2018. A coalizão Oro-Mara (uma aliança tática entre as elites Oromo e Amhara dentro da coalizão da EPRDF) interrompeu o domínio de 27 anos da TPLF/EPRDF, deslocando o poder político e o discurso de construção do Estado para o sul.

Por fim, a demanda do povo etíope por mudanças radicais causou a Revolução Etíope de 1974. O *Därgue*, que sequestrou a revolução, adotou o slogan dos estudantes etíopes “*Land to the Tiller*” e emitiu uma proclamação de terras, permitindo que os inquilinos da Etiópia possuíssem terras, exceto seus produtos. Em 1991, a luta armada da EPRDF derrubou com sucesso o regime ditatorial do *Därgue*, proporcionando outra oportunidade para o empoderamento político do povo. A EPRDF se comprometeu a resolver os problemas restantes enfrentados pelo povo etíope, incluindo democracia, autogoverno e capacitação política. No entanto, a EPRDF novamente seques-

trou a luta do povo e reencarnou a centralização autoritária ao introduzir a pseudodemocracia e o federalismo. A questão é: para onde vai o Estado em meio à contínua turbulência política? É democracia ou anocracia de outra rodada e em diferentes formas?

## REFERÊNCIAS

- Abbink, Jon. 2011. Ethnic-based Federalism and Ethnicity in Ethiopia: Reassessing the Experiment After 20 Years. *Journal of Eastern African Studies* 5(4): 596 – 618.
- Abebe, Semahagn Gashu. 2014. *The Last Post-Cold War Socialist Federation: Ethnicity, Ideology, and Democracy in Ethiopia*. Routledge.
- Andreas Esheté. 2010. Abuses and Uses of Cultural Diversity: African Past, Ethiopian Present: Keynote Addresses, em Equality and Unity in Diversity for Development; 5th International Conference on Federalism Addis Ababa, Ethiopia, 36 – 46.
- Andreas Esheté. 2013. Meles Zenawi: A Reflection Remarks on the occasion of a conference at The Meles Foundation, Tana High-Level Forum On Security In Africa The African Union.
- Bach, Jean-Nicolas. 2011. Abyotawi Democracy: Neither Revolutionary Nor Democratic, a Critical Review of EPRDF's Conception of Revolutionary Democracy in Post-1991 Ethiopia. *Journal of Eastern African Studies* 5 (4): 641 – 663.
- Bereket Simon. 2018. *Resurrection of Ethiopia from the Crossroads*. Noida: Angkor Publishers Pvt. Ltd.
- Berhe, Aregawi. 2008. *A Political History of the Tigray People's Liberation Front (1975-1991): Revolt, Ideology and Mobilization in Ethiopia*.
- Berhe, Mulugeta Gebrehiwot. 2020. *Laying the Past to Rest: The EPRDF and the Challenges of Ethiopian State-Building*. Hurst & Company.
- Berhe, Mulugeta Gebrehiwot, e Feseha Habtetsion Gebresilassie. 2021. Nationalism and Self Determination in Contemporary Ethiopia. *Nations and Nationalism* 27 (1): 96 –111.
- Chang, Ha-Joon, e Jostein Hauge. 2019. "The Concept of a 'Developmental State' in Ethiopia." Em *The Oxford Handbook of the Ethiopian Economy*. Editado por Fantu Cheru, Cramer, Christopher Arkebe Oqubay. Oxford: Oxford University Press.
- Clapham, Christopher. 1994. "Ethnicity and the National Question in Ethiopia." *Conflict and Peace in the Horn of Africa: Federalism and Its Alternatives*, Londres: Dartmouth.

- Clapham, Christopher. 2013. Federalism and the Developmental State: Perspectives in Diversity in Ethiopia. *Addis Ababa University*, em 23 de Setembro.
- Clapham, Christopher. 2017. *The Horn of Africa: State Formation and Decay*. Oxford University Press.
- Evans, Peter B. 1995. *Embedded Autonomy: States and Industrial Transformation*. Princeton University Press.
- FDRE. 2002. *Foreign Affairs and National Security Policy and Strategy*. Addis Ababa: Ministry of Information.
- Fiseha, Assefa. 2012. Ethiopia's Experiment in Accommodating Diversity: 20 Years' Balance Sheet." *Regional & Federal Studies* 22( 4): 435-473.
- Gebresenbet, Fana. 2014. Securitisation of Development in Ethiopia: The Discourse and Politics of Developmentalism. *Review of African Political Economy*, 41(1): 64-74.
- Gebru Asrat. 2014. *Sovereignty and Democracy in Ethiopia*. Signature Book Printing Press, Washington, DC.
- Global Security. 2018. "Hailemariam Desalegn". Military. Modificado por último em 16 de fevereiro de 2018. <https://www.globalsecurity.org/military/world/ethiopia/hailemariam.html>.
- Handley, Antoinette, Christina Murray, and Richard Simeon. 2008. Learning to Lose, Learning to Win: Government and Opposition in South Africa's Transition to Democracy." Em *Political Transitions in Dominant Party Systems*, editado por, Wong, Joseph, e Edward Friedman, 207-226. Routledge.
- Henze, Paul. 1990. Meles Zenawi's Interview With Paul Henze. Available at Gebresenbet <https://tassew.wordpress.com/2012/06/17/meles-zenawis-interview-with-paul-henze-1990/>
- Hopkinson, Nicholas. 2017. *Parliamentary Democracy: Is There a Perfect Model?* Routledge.
- Huntington, Samuel. 1993. Political Development in Ethiopia: A Peasant-based Dominant-party Democracy? *Report to USAID/Ethiopia*.
- Jalata, Asafa. 2009. Being in and Out of Africa: The Impact of Duality of Ethiopianism. *Journal of Black Studies*, 40(2): 189-214.
- Johnson, Chalmers. 1999 The Developmental State: Odyssey of a Concept. Em *The Developmental State*, editado por M. Woo-Cumings, 32-59. NY: Cornell University Press.
- Kefale, Asnake. 2003. The politics of Federalism in Ethiopia: Some Reflections. Em *Federalism in Africa*, editado por Gana, Aaron Tsado, and Samuel G. Egwu, 257-271., Africa World Press.
- Lata, Leenco. 1999. *The Ethiopian State at the Crossroads: Decolonization and democratization or Disintegration?* The Red Sea Press.

- Lyons, Terrence. 1996. Closing the Transition: The May 1995 Elections in Ethiopia. *The Journal of Modern African Studies* 34 (1):121-142.
- Lyons, Terrence. 2013. Statebuilding after Victory: Uganda, Ethiopia, Eritrea, and Rwanda. Em *Routledge Handbook of International Statebuilding*, editado por David Chandler and Timothy D. Sisk, 315-326. Routledge.
- Markakis, John. 2011. *Ethiopia: The Last Two Frontiers*. Vol. 10. Boydell & Brewer Ltd.
- Mennasemay, Maimire. 2003. Federalism, Ethnicity, and the Transition to Democracy. *Horn of Africa* 21: 88-114.
- Migdal, Joel S. 2004. State building and the Non-Nation-State. *Journal of International Affairs*: 58(1): 17-46.
- Mkandawire, Thandika. 2001. Thinking About Developmental States in Africa. *Cambridge Journal of Economics* 25( 3): 289-314.
- Nahum, Fasil. 1997. *Constitution for a Nation of Nations: The Ethiopian Prospect*. The Red Sea Press.
- Oqubay, Arkebe. 2015. *Made in Africa: Industrial Policy in Ethiopia*. Oxford University Press.
- Pelke, Lars. 2020. Economic Inequality, Income, and Their Effects on Electoral and Civil Society Participation in Authoritarian Regimes. *Zeitschrift für Vergleichende Politikwissenschaft*, 14 no.4): 269-297.
- Routley, Laura. 2012. Developmental States: A Review of the Literature.
- Selassie, Alemante G. 2003. Ethnic Federalism: Its Promise and Pitfalls for Africa. *Yale Journal of International Law* 28: 51.
- Shinn, David. H. 2009. Ethiopian Armed Groups since World War II in The Future of Armed Groups in Africa. Em uma conferência organizada pelo Escritório de Inteligência e Pesquisa do Departamento de Estado e pelo Comando da África dos EUA, Garmisch, Alemanha.
- Temesgen, Siraw Megibaru. 2015. Weaknesses of Ethnic Federalism in Ethiopia. *International Journal of Humanities and Social Science Invention* 4(1): 49-54.
- Transitional Period Charter (1991). Ethiopia.
- Vaughan, Sarah. 2003. Ethnicity and Power in Ethiopia. Ph.D. diss., University of Edinburgh.
- Vaughan, Sarah. 2011. Revolutionary Democratic State-Building: Party, State and People in the EPRDF's Ethiopia. *Journal of Eastern African Studies*, 5(4): 619-640.
- Young, John. 1996. Ethnicity and Power in Ethiopia. *Review of African Political Economy*, 23(70) : 531-542.
- Zakaria, Fareed. 1997. The rise of illiberal democracy. *Foreign Affairs* 76 (6): 22-43.
- Zenawi, Meles. 2011. States and Markets: Neoliberal Limitations and the Case for a Developmental State. Em *Good Growth and Governance in Africa: Rethink-*

*ing Development Strategies*, editado por Akbar Norman, Kwesi Botchwey, Howard Stein, and Joseph E. Stiglitz, 141–174. Oxford University Press.

Zenawi, Meles. 2006. *African Development: Dead Ends and New Beginnings*. africanidea.org.

## RESUMO

Este artigo trata da construção do Estado da Etiópia pós-1991, promovida pela Frente Democrática Revolucionária do Povo Etíope (EPRDF), um movimento guerrilheiro que se tornou construtor do Estado. A EPRDF conquistou o poder do Estado em 1991, introduziu o federalismo e reestruturou o Estado de acordo com as linhas étnicas para responder às questões das nacionalidades. A Etiópia criou o federalismo para compartilhar o poder constitucional com os estados regionais, embora apenas teoricamente. Uma análise crítica do exercício federal da Etiópia mostrou que a EPRDF não compartilhou o poder com as unidades componentes de acordo com a prática do federalismo. Em vez disso, ela reincorporou a centralização autoritária do poder sob o disfarce do federalismo. Um regime que se autoprotelava defensor do reconhecimento, do autogoverno e da autonomia das nações oprimidas acabou se tornando autoritário e caracterizado como um dos governos mais altamente centralizados que o país já viu. Uma abordagem qualitativa exploratória foi empregada para examinar os fatores que contribuíram para o aumento do autoritarismo e a recentralização do poder em uma Etiópia *de jure* federalizada na segunda república. Os resultados indicaram que a EPRDF implementou uma combinação de políticas pragmáticas e de orientação ideológica para construir a Etiópia. Dessa forma, a democracia revolucionária, o partido dominante, o federalismo étnico, o modelo de Estado desenvolvimentista, a burocracia politizada, o arranjo familiar de 1 a 5, a cultura política da Etiópia, a retirada da oposição, a luta contra o terrorismo e a determinação da EPRDF em repetir as estratégias e disciplinas do tempo de guerra para a construção do Estado contribuíram para a reencarnação autoritária e a recentralização do poder.

## PALAVRAS-CHAVE

Re-centralização autoritária. Democracia consociacional. Centralismo democrático. Estado desenvolvimentista. Etiópia. Democracia revolucionária.

*Recebido em 05 de abril de 2024*

*Aceito em 30 de julho de 2024<sup>14</sup>*

*Traduzido por Pedro Zandoná*

14 Como citar: Hibiso, Habtamu Wondimu, e Solomon Gebre Weldeananiya. 2024. "Construção do Estado na Etiópia pós-1991: o pseudo federalismo da EPRDF e a centralização autoritária reencarnada, uma visão geral e crítica". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 33-60. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.139519>.

# DINÂMICAS DE MEDIAÇÃO E COMPROMISSOS PELA PAZ EM MOÇAMBIQUE (1989-2019)

Cremildo de Abreu Coutinho<sup>1</sup>

Eduardo Munhoz Svartman<sup>2</sup>



## Introdução

O período imediatamente à proclamação da independência eclodiu uma guerra civil em Moçambique, tendo como principais beligerantes o governo da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e a Resistência Nacional de Moçambique (RENAMO), movimento insurgente constituído, majoritariamente, por dissidentes da FRELIMO, que não concordavam com o rumo que o país seguia. De acordo com Nowak (2012), os conflitos e desejos de relações pacíficas coexistem na natureza humana. É neste âmbito que, depois de um processo negocial, foi possível a assinatura de acordo de Roma, em 1992, cujo objetivo era o alcance da paz que, concordando com Galtung (1995), trata-se de um fenômeno que se caracteriza como um quadro em que o conflito se manifesta de uma forma não violenta e criativa.

A vasta literatura disponível sobre o processo de paz em Moçambique incide na análise do protagonismo dos dois principais beligerantes. Constatou-se haver uma lacuna na compreensão detalhada do comprometimento dos mediadores e observadores para o alcance de uma paz sustentável. Para

<sup>1</sup> Departamento de Letras, Ciências Sociais e Humanidades, Universidade de Púnguè. Manica, Moçambique. E-mail: cremildo.coutinho@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-0466-9495>.

<sup>2</sup> Departamento de Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, Brasil. E-mail: eduardosvartman@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0381-5224>.

o efeito, a primeira etapa do artigo é reservada à abordagem das dinâmicas de mediação entre os vários níveis de atores, suportando-se na teoria *multi-track diplomacy* que, de acordo com McDonald (2012), trata-se de um paradigma que procura identificar e compreender as causas dos conflitos dentro de uma nação, e buscar desenvolver o entendimento mútuo entre as partes em conflito, por meio de uma diplomacia multifacetada, tanto com o envolvimento de atores governamentais, quanto de instituições privadas, usando múltiplos canais de comunicação, visando reconciliação e pacificação da nação. Posteriormente, analisa-se o compromisso pela paz por parte do governo da FRELIMO e o ex-movimento rebelde, a RENAMO. Assim, a pesquisa tem como questão norteadora a seguinte pergunta: como tem ocorrido a mediação e qual é o compromisso pela paz entre os beligerantes?

A abordagem nas dinâmicas de mediação poderá permitir a compreensão das trajetórias do processo de paz perante ideologias contraditórias, não só nos pretextos que determinaram a guerra civil (1977-1992), mas, também, como o acordo de paz de Roma foi possível. A compreensão do fenômeno sugere a obediência do *path dependency*, um mecanismo que consolida o entendimento do presente, seguindo os caminhos que determinaram o mesmo presente. Associando à cultura política enraizada no seio dos principais proponentes, os dados apresentados permitirão compreender o sucesso ou não dos trinta anos de implementação do acordo de paz de Roma que, do ponto de vista formal, trouxe uma série de reformas sociais e políticas.

## A guerra civil e o impasse nos campos de batalha

Dois anos após a independência, Moçambique esteve mergulhado numa guerra. O governo liderado pela FRELIMO a designou de guerra de desestabilização, ao passo que o seu oponente, a RENAMO, a caracterizou como guerra para a democracia. Entretanto, pelo *modus operandi* do desencadeamento do conflito, o nome que mais se adequa é guerra civil. Na primeira metade da década oitenta do século XX, o governo de Moçambique mostrou-se indisponível em negociar com os insurgentes que, em discurso oficial, eram considerados bandidos armados e reacionários à independência. A indisponibilidade se deveu ao fato de a FRELIMO estar convencida que seria possível alcançar uma vitória militar, à semelhança dos caminhos que criaram condições para a proclamação da independência, em 1975. Assim, acreditava-se que seria possível o triunfo da ideologia socialista e que Moçambique seria um dos túmulos do capitalismo. Por outro lado, a insurgência da RENAMO acreditava que o capitalismo e a democracia liberal seriam possíveis

de alcançar. Entretanto, os meios usados para a concretização destes objetivos irreconciliáveis se revelaram ineficazes.

Perante a impossibilidade de uma vitória militar, o governo de Moçambique teve que mudar de estratégia. É neste âmbito que iniciou negociações junto do governo sul-africano, que, durante o regime do *apartheid* apoiou a RENAMO, tanto no treinamento militar, quanto na logística. Segundo Langa (2021), o processo negocial em alusão resultou na assinatura do acordo de Nkomati, em 16 de março de 1984, que preconizava o fim do apoio à RENAMO e, em troca, o governo moçambicano deixaria de dar abrigo aos militantes do *African National Congress* (ANC), uma das organizações que lutavam contra a segregação racial na África do Sul, e o seu braço armado, *Umkonto we Sizwe*<sup>3</sup>.

Esta diplomacia ocorreu depois de o governo de Moçambique ter apoiado a *Zimbabwe African National Union - Patriotic Front* (ZANU - PF) e o seu braço armado, *Zimbabwe African National Liberation Army* (ZANLA), na luta pela independência da Rodésia do Sul, alcançada em 1980. Cabe salientar que, de acordo com Fernando (2021), a RENAMO foi criada por moçambicanos, mas apoiada pelos Serviços Secretos da Rodésia, país que após os acordos de Lancaster House, em 1979, seguido da proclamação da independência um ano mais tarde, passou a ser designado por Zimbábue. Até então, a diplomacia levada pelo governo moçambicano visava fragilizar e quebrar as fontes de financiamento da RENAMO. Contudo, consta que estas duas soberanias nacionais não eram as únicas que davam suporte ao movimento insurgente moçambicano, mas apenas parte de múltiplos apoiantes, com destaque para alguns países ocidentais.

A diplomacia veio também demonstrar que se acreditava que a insurgência moçambicana foi impulsionada do exterior e que estas linhas deviam ser bloqueadas, criando condições para o seu desmantelamento, e consequente estabilização do país. Por outro lado, e concordando com Mazula (1995), esta diplomacia revelou a dificuldade do governo da FRELIMO em reconhecer o movimento insurgente como um ator relevante no processo político moçambicano. De acordo com dados evidenciados por Vines (2013), a última cartada nesta senda ocorreu em setembro de 1988, quando Joaquim Chissano, na altura, presidente de Moçambique, encontrou-se com o presidente sul-africano Piter Botha, em Songo, província de Tete, no qual se reforçou que o governo sul-africano deveria comprometer-se com o Acordo de Nkomati. Apesar deste encontro, as ações desencadeadas no teatro da guerra, em quase toda extensão nacional, provaram que era quase uma utopia haver

---

3 “Lança da Nação” em idioma isiZulu.

solução militar para a guerra. Portanto, tanto a estratégia de guerrilha usada pela RENAMO para desestabilizar o governo, quanto os ataques às bases da RENAMO e a posição defensiva das forças governamentais, mostraram-se ineficientes para a proclamação da vitória. Estava-se perante uma incapacidade de vitória militar.

Gujamo (2016) chama este dilema de maturação de conflito, que é caracterizado pela percepção de um empate mutuamente doloroso, onde a prossecução de uma solução unilateral atinge níveis inaceitáveis entre as partes em conflito, gerando-se no seu seio a motivação e a disposição para negociar, assim como o otimismo em relação aos resultados da negociação. Gentili (2013) esclarece que, na fase preliminar, os beligerantes concordaram que os países anteriormente envolvidos no apoio a um ou outro lado do conflito, incluindo todos os envolvidos nas várias fases da luta pela independência ou suspeitos de apoio de um dos lados para abrigar sua própria agenda, deviam ser excluídos na plataforma de mediação. Neste universo constam países como Quênia, Zimbábue, Malawi, Portugal, União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) e os Estados Unidos da América (EUA).

Não há evidência de envolvimento direto do Quênia na guerra civil em Moçambique. Entretanto, no decurso da guerra colonial para a independência, muitos dissidentes da FRELIMO, considerados reacionários por este movimento independentista emigraram para o Quênia como ponto de refúgio. Dentre os dissidentes, há que destacar o assassino de Filipe Samuel Magaia, então comandante do Departamento de Defesa deste movimento libertário, em 16 de outubro de 1966. Trata-se de Lourenço Matola, que depois de descoberto, seguido da decisão de ser executado pelos guerrilheiros, viria posteriormente a ser entregue às autoridades tanzanianas<sup>4</sup>, entretanto, conseguiu fugir e refugiar-se no Quênia, onde veio a morrer em 1989, depois de ser atropelado por um carro que não parou (Nkomo 2004).

Ainda, consta que o então presidente queniano, Daniel Arap Moi, tinha alguma relação de proximidade com a liderança da RENAMO. Aliás, em fevereiro de 1989, Moi, em coordenação com o então presidente malauiano, Hasting Kamuzu Banda, foi o anfitrião do primeiro encontro oficial que contou com a presença de Raul Domingos e Vicente Ululu (representantes da RENAMO) e clérigos moçambicanos, nomeadamente, Cardeal Dom Alexandre dos Santos, Dom Jaime Gonçalves, Dom Dinis Sengulane e o Pastor

---

4 A FRELIMO usou o território tanzaniano como retaguarda segura para o treinamento dos seus guerrilheiros e logística durante a guerra pela independência (1964-1974). Muitas incursões para o interior de Moçambique foram planificadas a partir deste país vizinho (Pereira 2016).

Ozias Mucache, que traziam uma carta do governo de Moçambique, criando-se bases iniciais para as etapas decisivas de negociação de paz para o país (Raul Domingos, em entrevista a *Media Mais TV*, 5/10/2020). Entretanto, apesar do Quênia ter sido o anfitrião que lançou as sementes que culminaram com os acordos de Roma de 1992, este país ainda não tinha boas relações com Moçambique por, a semelhança do Malauí, se acreditar que albergou muitos dissidentes da FRELIMO desde os tempos de luta pela independência.

Há que clarificar também que durante a década 1980, as autoridades malauianas encabeçadas por Hasting Kamuzu Banda foram acusadas pelo governo moçambicano de dar abrigo e apoio à insurgência da RENAMO. Por exemplo, em 11 de setembro de 1986, após repetidas reclamações contra o Malauí sobre as incursões da RENAMO a partir deste país vizinho, Samora Machel, então presidente de Moçambique, na presença de Robert Mugabe e Keneth Kaunda, presidentes do Zimbábue e Zâmbia, respectivamente, apresentou um *dossier* repleto de provas do apoio militar, logístico e de treino do Malauí e do governo da África do Sul aos rebeldes da RENAMO (African Roots 2021). Gujamo (2016) confirma também que durante o período de fricções com o Malauí, há evidências de que o então governo sul africano negociou e acordou com o Malauí o uso de alguns postos, através dos quais seria disponibilizado o apoio logístico à RENAMO. Posteriormente, Machel ameaçou colocar mísseis ao longo da fronteira com o Malauí, para um ataque preventivo contra este país, caso continuasse o seu apoio ao então movimento rebelde. O acordo entre Malauí e África do Sul também deve ser visto como um jogo de cintura e tentativa de ganhar simpatia junto da África do Sul para que, em caso de invasão, este país tivesse um apoio garantido do país. Entretanto, a 19 de outubro de 1986, pouco mais de um mês depois deste encontro com Kamuzu Banda, Samora Machel morreu em um acidente aéreo nas colinas de Mbusini, África do Sul, cujas circunstâncias continuam sem desfecho.

Se o Quênia e o Malauí tinham afinidades com a RENAMO, Zimbábue e Tanzânia apoiaram militarmente o governo da FRELIMO durante a guerra civil. Gujamo (2016) afirma que, em 1982, inicialmente foram enviados a Moçambique mil soldados do Zimbábue, número que gradualmente foi crescendo até atingir dez mil. Não foram encontrados dados atinentes ao número de soldados tanzanianos que combateram em Moçambique. Contudo, sabe-se que, em dezembro de 1988, este país decidiu retirar os seus soldados devido aos elevados custos das operações e da sua pouca efetividade, tendo também o Zimbábue iniciado o processo de retirada, em 1989, e concluído em 1993 (Vines 2013). O apoio do Zimbábue não surge ao acaso. À semelhança do que a Tanzânia fez em relação à luta pela independência de

Moçambique, durante a guerra pela independência do Zimbábue, o território fronteiro moçambicano serviu de retaguarda segura para os guerrilheiros da ZANU-PF. É onde preparavam incursões para atacar o governo rodesiano de Ian Smith que, em resposta, também atacou o interior de Moçambique, tendo como pretexto alvos no qual acreditavam serem bases militares da ZANU-PF. Essas agressões ocorreram até as vésperas da independência do Zimbábue, em 1980.

O não envolvimento direto de Portugal no processo de negociações para a paz em Moçambique foi pelo fato desta antiga potência colonizadora ter fortes ligações com Orlando Cristina e Jorge Jardim, alguns dos fundadores da RENAMO, e que estavam na lista dos considerados reacionários à independência liderada pela FRELIMO. Similarmente, os EUA e Rússia não podiam ter envolvimento direto no processo de paz. Entretanto, tanto Portugal, quanto os EUA, assim como a Rússia, tiveram participação como observadores da derradeira fase das negociações que culminaram com os Acordos de Paz de Roma, em 1992. Cabe salientar que tanto os EUA, quanto a URSS, bloco no qual a Rússia fez parte, tiveram envolvimento direto na logística e ideologicamente nas guerras civis, não apenas em Moçambique, mas também em muitos países mundo afora no contexto da Guerra Fria. A consumação da *Perestroika*, política de reforma governamental e reestruturação econômica iniciada por Mikhail Gorbatchov, na URSS, em 1985, e consequente prenúncio do fim da Guerra Fria que veio a ser consumada e simbolizada pela queda do Muro de Berlim, em 1989, também tiveram impactos diretos em muitas soberanias nacionais, incluindo nos processos que culminaram com o fim de múltiplos conflitos na época.

A guerra civil em Moçambique saldou-se em cerca de um milhão de mortos, milhares de deslocados internos e externos, destruição de infraestruturas habitacionais, ferroviárias, rodoviárias, produção agrícola, entre outras, em um contexto em que o governo não detinha o controle da maioria do território nacional, estando basicamente circunscritos nos centros urbanos e vilas. Portanto, seria insustentável a continuação da guerra civil, daí a intensificação de criação de mecanismos de negociação visando o fim do conflito.

## **Envolvimento de atores africanos e extra africanos nas negociações de paz em Moçambique**

Em um contexto em que já estava consumada a maturação do conflito e com o país devastado pela dinâmica da guerra civil, os beligerantes concluí-

ram que as divergências que criaram condições para a guerra só terminariam por via de uma solução negociada, como veio a ocorrer posteriormente. O processo que culminou com os Acordos de Paz em Moçambique contaram como o envolvimento de atores nacionais, regionais, africanos e extra africanos, dos quais constam entidades governamentais, religiosas e organizações internacionais, tanto na mediação, quanto na observação, assim como em aspectos atinentes a logística para a operacionalização dos acordos de paz.

### ***Envolvimento de governos africanos***

As negociações que culminaram com o acordo de paz em Moçambique, tiveram a participação de países da *Southern African Development Community* (SADC), que são os casos de Malawi, Botsuana e Zimbábue. Adiciona-se a este universo, o Quênia, que é um país da União Africana e que tal como Moçambique, também faz parte da *Common Market for Eastern and Southern Africa*.

Como já foi anteriormente referenciado, à semelhança da Tanzânia, o Zimbábue acreditava que seria possível a solução militar para o conflito, como também ocorreu aquando da luta pela sua independência. Devido a maturação da guerra civil em Moçambique e depois de, gradualmente, abandonarem a solução militar, alguns países da região iniciaram a promoção para um fim da guerra civil por meio de um acordo negociado. É neste âmbito que, de acordo com dados evidenciados por Gentili (2013), Mugabe, presidente do Zimbábue, aliou-se a Arap Moi do Quênia e Kamuzu Banda, do Malawi, ambos amigos da RENAMO, para promover uma mediação africana para o conflito. O Zimbábue, país que antes havia sido proposto como anfitrião das negociações pelo governo de Moçambique, sempre esteve presente no processo, mas na condição de observador. Numa primeira ação, o presidente zimbabueano promoveu um encontro com Afonso Dhlakama que teve lugar em Botsuana no mês de julho de 1992, na presença do presidente anfitrião Quett Masire (Gujamo 2016). Na sequência, Branco (2011) acrescenta que Mugabe foi também determinante para o encontro entre Joaquim Chissano (presidente que substituiu Samora Machel após o acidente de aviação e morte, em 1986) e Afonso Dhlakama, em Botsuana, que serviu para se acordar na criação de uma comissão para supervisionar os serviços de segurança e a presença da Organização das Nações Unidas (ONU) no monitoramento do acordo.

No caso do Malawi, apesar de relações tensas com Moçambique, à semelhança da África do Sul do apartheid, que foi durante anos acusada de conceder abrigo à RENAMO, fato que fez com que o governo de Moçambique

cogitasse uma invasão militar a este país, com o pretexto de dismantelar hipotéticos esconderijos que se supunha que existiam, também teve um papel de relevo no processo de negociação para a paz em Moçambique. Além de disponibilizar o corredor que permitiu o primeiro encontro entre a delegação da RENAMO e os clérigos moçambicanos que aconteceu no Quênia, em 1988, em novembro de 1990, foi anfitrião de um encontro em que o grupo de mediação se encontrou com Dhlakama a fim de desbloquear o impasse que estava a impedir a obtenção do acordo de cessar-fogo, cujas bases haviam sido criadas no encontro de Botsuana. Este encontro particular contou com o envolvimento de Tiny Rowland, empresário inglês e presidente do conglomerado *Lonrho* com interesses econômicos em Moçambique e Zimbábue, que ofereceu seus bons ofícios e logísticas para favorecer as negociações e, também, para proteger seus investimentos na região (Gentili 2013; Branco 2011).

Depois de 1994, ano do fim do mandato da ONUMOZ<sup>5</sup>, os países da SADC só voltaram a ser solicitados em 2014, por meio da Equipe Militar de Observação da Cessação das Hostilidades Militares (EMOCHM), depois da assinatura do acordo de fim de hostilidades militares protagonizados pela RENAMO e as forças governamentais (entre 2012 e 2014). Este acordo foi antecedido por mais de cem rondas negociais entre representantes da RENAMO e do governo, em Maputo, também sob a mediação de clérigos moçambicanos. Todavia, o mandato terminou num contexto em que muitas bases militares da RENAMO ainda não tinham sido desativadas. As hostilidades militares que ocorreram no período posterior aos acordos de paz de Roma revelam porosidades no processo reconciliatório entre os ex-beligerantes.

### ***Intervenção de atores não africanos no processo de paz***

Para além do envolvimento de governos africanos, o processo de mediação foi complementado por vários atores da diáspora africana. Branco (2011) destaca dois que foram particularmente ativos, nomeadamente a Itália e os Estados Unidos da América. A Itália tornou-se um dos principais interlocutores no processo por via da organização católica Santo Egídio e de Dom Jaime Gonçalves, bispo da Beira. Coleman *et al* (2011) esclarece que, em contatos e esforços bem-sucedidos, foi possível a concretização, em 1986, da visita do Presidente de Moçambique, Samora Machel, ao Vaticano. Acrescentam que, por outro lado, a organização Santo Egídio conseguiu organizar

---

5 ONUMOZ foi a operação da ONU estabelecida pela Resolução do Conselho de Segurança 797 de 16 de dezembro de 1992, e incluiu objetivos políticos, militares, humanitários e eleitorais.

uma visita secreta de Dom Jaime Gonçalves à sede da RENAMO, em 1988, ano que coincidiu com a visita do Papa João Paulo II a Moçambique. Estes encontros também se tornaram pontos de inflexão do processo de pacificação que levou à assinatura do Acordo Geral de Paz, em 1992.

Como fruto dessa inflexão, em julho de 1990, a comunidade de Santo Egídio foi aceita por ambas as partes como mediadora do processo, iniciando-se, em Roma, as negociações formais. Neste processo, o governo italiano foi representado por Mario Raffaelli que, em coordenação com a organização Santo Egídio, disponibilizaram um local, apoio logístico, moral e financeiro. Entretanto, Branco (2011) afirma que além da organização Santo Egídio, representada por Andrea Riccardi e Dom Matteo Zuppi, a ronda negocial contou também com a presença de igrejas moçambicanas por meio da Conferência Episcopal, na pessoa de Dom Jaime Gonçalves. Destaca também que, numa primeira fase, estas instituições tinham o estatuto de observadores. Contudo, mais tarde se tornaram mediadores, tendo se mantido intactos até ao fim do processo negocial, cabendo ao Zimbábue e Botsuana o papel de observadores.

A primeira etapa da negociação teve importância à mediação do Vaticano, por intermédio da organização Santo Egídio e do governo italiano. Na etapa seguinte, o processo passou para a responsabilidade da ONU. O envolvimento da diplomacia norte-americana foi essencial para assegurar a presença da ONU na operacionalização do acordo de segurança, garantindo a ligação com o Conselho de Segurança (Branco 2011, 98).

Tanto o envolvimento de atores regionais, quanto o de atores não africanos, não foi por acaso. A localização de Moçambique na região oriental da África Austral é estratégica. Consequentemente, a instabilidade deste país afeta diretamente os países da região, com destaque para Tanzânia, Malawi, Zâmbia, Zimbábue e África do Sul, não só pelo fluxo de refugiados que migraram para estas soberanias nacionais, mas também, sendo um país com uma longa costa do oceano Índico, serve de corredor para o escoamento de mercadorias que chegam à costa, tendo como destino o *hinterland*. Quanto aos países não africanos, mesmo que também membros da ONU, têm contribuído para a paz em vários países. Enquanto a Itália entrou no processo por influência da organização católica Santo Egídio, os EUA e a Rússia sempre estiveram presentes em Moçambique no contexto antagônico da Guerra Fria, daí que após a normalização deste conflito ideológico, que também teve impacto nas políticas nacionais de vários países, as suas presenças como observadores foram inevitáveis. A presença de Portugal como observador foi por ter fortes ligações histórico-culturais com Moçambique, tendo em conta que foi a ex-potência colonizadora.

## *O compromisso pela paz nos atores nacionais*

Passaram mais de trinta anos desde que o acordo de paz de Roma foi assinado. Tendo em conta a longevidade temporal e a ocorrência de fenômenos políticos que concorrem para a instabilidade política em Moçambique, torna-se peculiar analisar o grau de cumprimento do acordo e o compromisso pela paz, não só dos principais atores políticos, mas também para a sociedade como um todo.

Os princípios fundamentais do acordo preconizavam que o Governo comprometeu-se a não agir de forma contrária aos termos dos Protocolos que se estabeleceram, e a não aplicar as leis que eventualmente contrariassem o acordo assinado. Por outro lado, a RENAMO comprometera-se, a partir da entrada em vigor do cessar-fogo, a não combater pela força das armas, mas a conduzir a sua luta política na observância das leis em vigor nas instituições do Estado existentes e no respeito das condições e garantias estabelecidas no Acordo Geral de Paz (Boletim da República 1992). O Boletim esclarece também que, em linhas gerais, o acordo preconizou o cessar fogo, Desarmamento, Desmobilização e Reintegração (DDR), a introdução de democracia multipartidária, princípios da lei eleitoral, conferência de doadores e a reconciliação.

No presente capítulo, a análise incide sobre a tríade processos eleitorais, DDR e a reconciliação, tanto no período em que o processo de paz estava sob o monitoramento da ONUMOZ, quanto na fase posterior. A ONUMOZ teve um mandato de dois anos e foi desmantelada em dezembro de 1994, num contexto em que, de acordo com Reisinger (2009), os objetivos da sua contratação haviam sido concluídos e, também, acreditava-se que estavam criadas as condições para uma reconciliação e paz efetivas. Assumiu-se, na altura, que o consenso, cooperação e sinceridade norteariam o processo que culminou com a assinatura do acordo de paz.

Entretanto, desde o fim oficial da guerra civil em Moçambique, vários desafios ainda precisam ser superados. Por exemplo, apesar da aparente estabilidade, o desarmamento da RENAMO apenas foi oficialmente concluído em junho de 2023. Constata-se a frequência de incidentes de violência política, principalmente em períodos eleitorais, e a prevalência de uma cultura política autoritária em setores relevantes da sociedade moçambicana. Estas realidades contrariam o que foi estabelecido e assinado nos acordos de paz de Roma, em 1992, expediente que veio reforçar as diretrizes da constituição de 1990, que, no decorrer do tempo tem sido gradualmente aprimorado tendo em conta os ditames da democratização em curso em Moçambique. Todavia, há dois aspectos que precisam ser diferenciados de forma clara:

uma coisa é escrever uma constituição que emana princípios democráticos, e, outra, é a cultura política que respeita os princípios democráticos tendo em conta o contrato social, com princípios de justiça, igualdade e liberdade num contexto multipartidário.

Apesar de Moçambique assumir-se um Estado de democracia multipartidária, a realidade que domina a arena de gestão governativa continua, em muitos aspectos, centralizadora, à semelhança da época em que era oficialmente orientada pela governação de partido único. Por exemplo, há uma cultura enraizada na função pública de que, se alguém quer ser bem sucedido profissionalmente, deve ser membro e simpatizante do partido FRELIMO, organização que governa o país desde a independência. É quase nula a hipótese de simpatizantes de partidos da oposição e funcionários da função pública ocuparem lugares de destaque em muitas áreas de atuação no país. Os poucos nesta condição são os que foram eleitos democraticamente num sufrágio universal, como é o caso de presidentes de alguns municípios, alguns membros das Assembleias Municipais e Provinciais e deputados da Assembleia da República.

Outro processo estranho às premissas e princípios de democracia multipartidária é a frequente violência política. Apesar de ser uma realidade que tende a decrescer à medida que os anos vão passando, o fenómeno continua presente em processos políticos moçambicanos. De acordo com notícias veiculadas pela Rádio Moçambique, Voz da América e Jornal Savana, no período imediatamente posterior à assinatura dos acordos de paz de Roma, constituía perigo um membro ou simpatizante da FRELIMO manifestar esta posição em zona de influência da RENAMO como, por exemplo, no interior de Maringue, Gorongosa, Inhaminga e Maromeu. O oposto também acontecia com muita frequência. Por exemplo, era praticamente perigoso um membro ou simpatizante da RENAMO manifestar esta posição em um bastião da FRELIMO como era o caso da província de Gaza. Em ambas as situações o cidadão era considerado inimigo, em vez de simples adversário político.

O cidadão nestas condições tinha maior probabilidade de sofrer represálias e constantes ameaças. Em casos extremos já foram noticiados casos de assassinatos pelo simples fato de pertencer a um partido diferente. Apesar de uma redução significativa, estes fatos continuam presentes em alguns círculos de manifestação política em Moçambique. A intolerância política demonstra insuficiência de cultura política de democracia multipartidária. Este fenómeno não ocorre apenas entre os dois partidos com maior representatividade em Moçambique, mas também, tem como alvo outras formações,

onde se destaca o Movimento Democrático de Moçambique (MDM), partido com presença significativa na arena política nacional.

Outra realidade que carece de reflexão é o contexto em que a paz foi celebrada e o fato da ONUMOZ ter concluído a sua missão antes do cumprimento cabal de assuntos fulcrais no processo de paz, tal é o caso do DDR. Esta pendência específica veio mostrar que, o sentimento e compromisso com as cláusulas do acordo eram aparentes. Portanto, constatam-se fissuras que só trinta anos depois parecem estar corrigidas. Prova disso é que, por exemplo, os últimos 5200 homens armados da RENAMO foram desmobilizados e reintegrados entre 2021 e 2023. Dai as seguintes questões: por que é que a RENAMO se manteve armada ao longo dos últimos trinta anos? Por que a violência é recorrente em períodos eleitorais? E por que a intolerância continua presente em processos políticos em Moçambique?

O denominador comum é de que a vontade para o fim dos conflitos está presente. Contudo, o escamotear do que foi acordado no acordo clarifica que os beligerantes, ou uma das partes, não teve ética e moral suficientes para o cumprimento. Isso é determinado pela cultura de violência, entanto que meio de resolução do conflito, aliada a cultura autoritária e centralizadora enraizada no decorrer dos processos políticos moçambicanos.

Durante a mediação dos atores anteriormente referenciados, aparentou-se estar perante o espírito de sinceridade entre os envolvidos. Todavia, o processo perdeu de vista as intenções e incertezas omissas no seio dos beligerantes, que só o tempo veio revelar. Concordando com Gentili (2013) as mediações têm maior probabilidade de sucesso se houver apoio institucional adequado baseado em informações atualizadas e linhas eficazes de comunicação com todas as partes interessadas. Mas, os mediadores não têm controle sobre atitudes e processos que decorrem fora da plataforma negocial. Essas são as vias que determinaram o abalar ou a tentativa de escamotear o acordo de paz de Roma com pretextos unilaterais e não pelo respeito do que realmente concilia sensibilidades.

É aí onde entra o repto de reconciliação em Moçambique, num contexto em que os interlocutores continuam presos aos ditames que, por exemplo, determinaram as clivagens corporizadoras da guerra civil (1977-1992), assim como o reacender do conflito armado (2013-2019), cujo fim foi simbolizada pela assinatura do acordo de paz definitiva, em 6 de agosto de 2019, processo que teve como signatários Filipe Nyusi, atual presidente de Moçambique e Ussufo Momad, atual presidente da RENAMO. Cabe salientar que o último processo de paz foi conduzido sem mediação de terceiros. O modelo consistiu em encontros informais e secretos com o envolvimento direto das

lideranças signatárias do acordo. Os detalhes só viriam a tornar-se públicos posteriormente. Este modelo de negociação tem suscitado críticas por atores-chaves da política nacional e alguns acadêmicos, por considerarem ser um processo não inclusivo e, por outro lado, por ser uma plataforma que pode suscitar aproveitamento político, não obstante o acordo visar ao bem-estar social, tendo como ponto de partida uma paz sustentável.

## Conclusão

O processo de paz em Moçambique foi complexo tendo em conta que, em um primeiro momento, os beligerantes acreditavam que seria possível terminar o conflito por via de uma vitória militar, com o apoio de alguns países da região austral da África. A guerra civil em Moçambique também foi insuflada pelas dinâmicas da Guerra Fria, tendo em conta que o governo da FRELIMO era apoiado ideologicamente e na logística pelo Bloco do Leste encabeçado pela URSS, e a RENAMO apoiada basicamente pelo Ocidente, encabeçado pelos EUA. Entretanto, a maturação do conflito, aliado às mudanças que iam ocorrendo ao redor do mundo com o prenúncio do fim da Guerra Fria, as condições técnicas para derrotar militarmente o seu oponente na guerra civil eram cada vez mais remotas.

A crença de uma hipotética vitória militar que nunca chegava, aliada ao fato de, em um primeiro momento, o governo de Moçambique não querer negociar diretamente com a RENAMO, tendo optado em conversações que culminaram com a assinatura do Acordo de Nkomati com a África do Sul, mesmo que uma tentativa de quebrar o apoio que este país dava a RENAMO, também retardou o processo de pacificação do país. Após a consciência da necessidade de uma paz negociada, o estudo revela que a outra etapa fulcral foi a identificação e criação de uma plataforma de mediadores credível para a concretização de negociações que culminariam com um acordo de paz e sua respectiva operacionalização no país.

Os dados levantados, descritos e analisados revelam que o processo contou com a mediação de diversos intervenientes, tanto informais, em um contexto em que os primeiros contatos ainda eram secretos, com o envolvimento direto de algumas personalidades religiosas com a liderança da RENAMO e, na etapa seguinte, que consistiu em negociações formais, com o envolvimento de mediadores e observadores de governos africanos e extra-africanos, instituições religiosas e entidades internacionais vinculadas à ONU, que tiveram papéis preponderantes no processo. Enquanto os mediadores

africanos forneceram a legitimidade no processo, a mediação não africana, além de reforçar a legitimidade, forneceu incentivo material para a concretização do processo de paz em Moçambique.

No percurso de mais de trinta anos desde a assinatura dos Acordos de Paz de Roma, em 1992, constatam-se recuos e avanços nos processos de pacificação. Os avanços cingem-se sobretudo na contínua democratização das instituições moçambicanas, não obstante alguns reptos que precisam ser aprimorados, sobretudo em aspectos que determinaram retrocessos na operacionalização dos acordos de paz assinados, tal são os casos da relativa contínua partidarização do Estado, o desarmamento tardio do nicho dos guerrilheiros da RENAMO, a prevalência de violência entre adversários políticos, com maior incidência em períodos eleitorais, o que evidencia que algumas cláusulas do acordo de paz não estão a ser cumpridas na plenitude. Isso também revela que os pontos discordantes não foram assumidos com sinceridade, o que justifica a sequência de mais de trinta anos de uma paz instável. Todavia, vale clarificar que, desde o acordo de paz assinado em 2019, o país vive uma relativa estabilidade.

## REFERÊNCIAS

- Boletim da República. 1992. *Imprensa Nacional. Publicação Oficial da República de Moçambique*. Publicado em 14 de outubro de 1992.
- Branco, Carlos. 2011. “As organizações não governamentais na mediação de conflitos intra-estaduais violentos: o confronto entre a teoria e a prática no processo de paz Moçambicano”. *JANUS.NET, e-journal of International Relations* 2, no. 2: 84-103. <http://hdl.handle.net/11144/518>.
- Coleman, Peter, et al. 2011. “Navigating the Landscape of Conflict: Applications of Dynamical Systems Theory to Addressing Protracted Conflict”. Em *Systemic Thinking and Conflict Transformation*. Berghof Foundation for Peace Support, 1-18. Columbia University.
- Conceição, Francisco. 2015. “Implicações Políticas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em Moçambique: Da Solidariedade Socialista à Trajetória Tradicional do Norte e à Experiência Emergente do Sul (1975-2013)”. Tese de doutorado, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Centro de Ciências Sociais, Instituto de Estudos Sociais e Políticos. Rio de Janeiro.
- Darch, Colin. 2018. *Uma História de Sucesso que Correu Mal? O Conflito Moçambicano e o Processo de Paz numa Perspectiva Histórica*. Maputo: Friedrich-Ebert-Stiftung.

- Fernando, Celestino. 2021. “O outro lado da história de Moçambique: Surgimento da RENAMO entre (1977 e 1992) como alternativa para construção da democracia multipartidária e identidade moçambicana”. *Revista História em Reflexão* 15, no. 29: 194-211.
- Galtung, Johan. 1995. *Peace by peaceful means*. Londres: Sage.
- Gentili, Anna Maria. 2013. “Lessons Learned from the Mozambican Peace Process”. Em *Istituto Affari Internazionali (IAI)*. Working Papers: 1-19.
- Gujamo, Rufino. 2016. “A Transição Democrática e a Manutenção da Paz em Moçambique 1992 e 2004”. Programa Interuniversitário de Doutorado em História, Universidade de Lisboa, ISCTE-Instituto Universitário de Lisboa, Universidade Católica Portuguesa e Universidade de Évora.
- Imprensa Nacional de Moçambique. 1992. Acordo de Roma, 14/10/1992, Moçambique. <https://gazettes.africa/archive/mz/1992/mz-government-gazette-series-i-supplement-dated-1992-10-14-no-42.pdf>.
- Langa, Ercílio. 2021. “Diplomacia e política externa em Moçambique: o primeiro governo pós-independência – Samora Machel (1975-1986)”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 6, no. 11: 11-32.
- Mazula, Brazao. 1995. *As Eleições Moçambicanas: Uma Trajetória da Paz e da Democracia*. Maputo: Grupo Inter-Africano.
- McDonald, John. 2012. “The Institute for Multi-Track Diplomacy”. *Journal of Conflictology* 3, no. 2: 66-70. <http://dx.doi.org/10.7238/joc.v3i2.1629>.
- Nkomo, Bernabé. 2004. *Uria Simango: Um Homem, Uma causa*. Maputo: Edições Novafrica.
- Nowak, Andrzej. 2012. “Sustainable Peace: A Dynamical Systems Perspective”. In Coleman, Peter T. & Deutsch, Morton (Editors). *Psychological Components of Sustainable Peace*. New York. 265-281.
- Pereira, João. 2016. “Para onde vamos? Dinâmicas de paz e conflitos em Moçambique”. Em *Desafios para Moçambique 2016*, organizado por Luís de Brito, Carlos Nuno Castel-Branco, Sérgio Chichava, Salvador Forquilha e António Francisco, 34-72. Maputo: IESE.
- Reisinger, Christian. 2009. “A Framework for the Analysis of Post-conflict Situations: Liberia and Mozambique Reconsidered, International Peacekeeping”. *International Peacekeeping* 16, no. 4: 483-498. <https://doi.org/10.1080/13533310903184689>.
- Resolução do Conselho de Segurança 797 de 16 de Dezembro de 1992 que criou a ONUMOZ. <https://documents-dds-ny.un.org/doc/UNDOC/GEN/N92/824/88/IMG/N9282488.pdf?OpenElement>.
- Samora Machel. 2021. “Samora Machel visita Malawi (Completo)”. Youtube, 11 de março de 2021. <https://www.youtube.com/watch?v=hV1yFoRYDmY>.
- Stronglive TV. “ENTREVISTA ESPECIAL COM RAUL DOMINGOS”. Youtube, 05 de outubro de 2020. <https://www.youtube.com/watch?v=SlpwKh5rKlQ>.

Vines, Alex. 2013. "Renamo's Rise and Decline: The Politics of Reintegration in Mozambique". *International Peacekeeping* 20, no. 3: 375-393. <https://doi.org/10.1080/13533312.2013.840087>.

## RESUMO

A negociação que culminou com a assinatura do acordo de paz de 1992 foi antecedida por uma guerra civil de 16 anos e teve como beligerantes o governo da Frente de Libertação de Moçambique e o antigo movimento rebelde, a Resistência Nacional de Moçambique. O pretexto da guerra foi a demanda pela implantação de democracia multipartidária, num contexto em que o governo havia definido que Moçambique era um Estado de orientação marxista-leninista. O processo de paz contou com a mediação de atores nacionais e internacionais, entre clérigos, diplomatas e representantes governamentais. Entretanto, apesar de avanços significativos na democratização do país, se constatam, também, retrocessos motivados pela exclusão e ausência de efetiva reconciliação nacional. A pesquisa é baseada na revisão bibliográfica e suportada pela teoria *multi-track diplomacy*, tendo em conta a intervenção e interdependência de vários níveis de atores, e, conseqüentemente, o cruzamento de múltiplas sinergias e estratégias no processo de resolução de conflitos. A delimitação temporal supra é por ser entre o início de negociações que culminaram com a assinatura dos acordos de paz de Roma, em 1992, e a assinatura do último acordo de paz, em 2019.

## PALAVRAS-CHAVE

Mediação de conflito. Reconciliação. Paz sustentável.

Recebido em 15 de janeiro de 2024  
Aceito em 03 de agosto de 2024<sup>6</sup>

---

6 Como citar: Coutinho, Cremildo de Abreu, e Eduardo Munhoz Svartman. 2024. "Dinâmicas de mediação e compromissos pela paz em Moçambique (1989-2019)". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 61-76. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.138014>.

# RELAÇÃO SINO-MOÇAMBICANA E O PAPEL DOS MEGAPROJETOS NO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE MOÇAMBIQUE

Robson Dias da Silva<sup>1</sup>

Thaysa Cunha<sup>2</sup>



## Introdução

A expansão e aprofundamento do envolvimento chinês no continente africano resultou em mudanças significativas na ordem internacional e permitiu uma nova alternativa atrativa para estimular o crescimento econômico em países africanos. A China foi considerada um dos maiores parceiros comerciais, investidores e financiadores dos países africanos no início do século XXI, particularmente em relação aos países localizados na África Subsaariana, como Moçambique. O país foi o maior investidor em Moçambique em 2016, e desde o fim da guerra civil — que minou a infraestrutura nacional do país africano —, megaprojetos de infraestrutura (como construção de pontes, estradas, barragens, aeroportos, estabelecimentos comerciais e turismo) foram construídos por companhias chinesas e/ou com o financiamento e doações do governo chinês. Além disso, desde o período colonial, Moçambique e China possuem uma relação comercial estreita, que incluía o treinamento e fornecimento do exército moçambicano, a provisão de ajuda humanitária, concessão de bolsas de estudos para estudantes moçambicanos, envio de médicos e professores e também a criação de centros tecnológicos em Moçambique.

1 Departamento de Ciências Econômicas, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Brasil. E-mail: robsonsilva@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-7679-4722>.

2 Centro de Estudos Internacionais, ISCTE - Instituto Universitário de Lisboa. Lisboa, Portugal. E-mail: thaysacunha@outlook.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2994-7615>.

Este artigo, baseado na pesquisa de uma tese de mestrado, objetiva identificar novas oportunidades, potencial e as ameaças e fraquezas que Moçambique deve superar para alcançar um desenvolvimento econômico e social justo, revertendo sua história marcada por conflitos civis, desigualdade social e pobreza. Ademais, analisa também o papel estratégico da China no desenvolvimento territorial e no fortalecimento da infraestrutura enquanto processos observados em Moçambique, também pode ser útil para auxiliar estudos focados em promover políticas baseadas em megaprojetos voltadas para o desenvolvimento regional.

A presente pesquisa procurou responder à seguinte questão norteadora: é possível considerar que o investimento chinês em megaprojetos de infraestrutura poderia levar ao crescimento econômico e apoiar o desenvolvimento produtivo e social em Moçambique? Duas hipóteses foram levantadas para ajudar a responder essa pergunta: a) os megaprojetos funcionam como uma forma de aumentar a competição nacional e internacionalmente entre grandes cidades de maneira a atrair investimentos; e b) a adoção de políticas de desenvolvimento apoiados em megaprojetos está moldando o futuro de grandes cidades em diferentes escalas. Além do mais, pode ter um efeito dinâmico na economia através do aumento no número de empregos e da geração de renda na economia local. Entretanto, essas hipóteses, não são sempre aplicáveis para o caso específico de Moçambique. Dessa forma, é essencial para Moçambique fazer investimento expressivos no treinamento e qualificação dos civis, dentre outras medidas, para que eles também possam ser beneficiados dos postos de trabalhos criados, que são geralmente de capital intensivo e demandam mão de obra qualificada.

Os objetivos do presente estudo são a) analisar as dinâmicas sociais e econômicas depois da Guerra Civil em Moçambique; b) apresentar a literatura nacional e internacional focadas em investigar a estratégia de desenvolvimento baseada em megaprojetos; e c) investigar as características (oportunidades e desafios) do papel que a China desenvolve em Moçambique, principalmente na construção e reconstrução da infraestrutura local.

A estrutura metodológica do presente artigo compreende três tópicos, em conjunto com a introdução e a conclusão. Adotou-se o procedimento da revisão de literatura, onde a primeira seção apresenta o contexto histórico, político e econômico de Moçambique, desde o período colonial até o presente. Esse processo de contextualização permite aos leitores entender melhor os caminhos “tomados” e o principal desafio enfrentado pelo país na busca pelo desenvolvimento e crescimento econômico. As principais teorias na literatura sobre megaprojetos vão ser discutidas na segunda seção, baseada

em artigos acadêmicos e periódicos. A terceira seção objetiva investigar o papel que a China desenvolve em Moçambique, o contexto histórico, a atual estratégia de expansão territorial chinesa aplicada na África e seus principais efeitos e resultados.

## Contexto histórico de Moçambique

Moçambique está localizado no sudeste africano. O país possui uma costa marítima ao longo do Oceano Índico que ocupa 2.515 km e possui uma área terrestre total de aproximadamente 801.590 km<sup>2</sup>. Possui fronteiras com Tanzânia (ao norte), Malawi (ao noroeste), Zâmbia e Zimbábue (ao oeste), e também com a África do Sul e Suazilândia (ao sudoeste). O país é um dos dezesseis membros da Comunidade para o desenvolvimento da África Austral (SADC — *Southern African Development Community*) e também é parte da CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

Libânia e Castigo (2021) dividiram a economia e o processo de formação social de Moçambique em quatro períodos diferentes. O primeiro se refere ao período colonial, que começou no momento que a grande viagem feita pelo navegador português Vasco da Gama, que, a caminho das Índias, descobriu a ilha de Moçambique no início de Março de 1498. Posteriormente, Portugal estabeleceu controle administrativo e político sobre Moçambique e começou a explorar seus recursos naturais de maneira a atingir seus objetivos econômicos. Entre as ações tomadas pelo governo português, estava a de local território para outras companhias estrangeiras que haviam adquirido direitos de uso dos recursos naturais de Moçambique e foram autorizadas a controlar os cidadãos africanos que viviam ali. Ademais, terras moçambicanas foram convertidas em plantações e fazendas voltadas ao cultivo de safras comerciais, como o açúcar, sisal e algodão, que tornaram-se fontes de renda para o governo português (Mondlane 1975). O governo colonial gradualmente aumentou as “importações” de colonos da metrópole para a província através de incentivos a funcionários públicos e oficiais portugueses. Isso foi feito para expandir o domínio territorial pela ocupação e fortalecimento do “novo território português”. Consequentemente, o comércio e exploração do trabalho escravo moçambicano se tornou a atividade comercial mais lucrativa no país, além de ter sido o padrão de desenvolvimento inicial da colônia (Cabaço 2007; Mondlane 1975).

Após a abolição do trabalho escravo em 1807, a mão de obra moçambicana passou gradualmente a ser utilizada dentro do continente na forma

de trabalho forçado. Essa mudança levou a criação de sistemas de transporte e suprimento conectando Moçambique a outros países e também ao fortalecimento das conexões internas do próprio país, como Porto Lourenço de Marques e a primeira linha férrea ligando a África do Sul a Moçambique, que foram estabelecidas para atender a necessidade de escoamento de produção (Visentini 2012; Cau 2011). A migração de cidadãos moçambicanos para as minas de ouro da África do Sul e para as plantações de antigas colônias inglesas também funcionou como uma forma relevante de comércio para Portugal (Isaacman e Isaacman 1983). Esse regime aprofundou a condição subalterna, o preconceito e a exploração da população de Moçambique; além disso, tornou o país em um grande “bolsão de mão-de-obra migrante reserva” (Saraiva 2007, 216) para a África do Sul.

O pilar do colonialismo português em Moçambique, entre outras colônias africanas, foi caracterizado por uma “essência dualista” definida por uma sociedade e cultura europeia que era posta em oposição a sociedade e cultura negra (Cabaço 2007). Postos de trabalhos disponíveis nos setores mais modernos durante o período colonial eram ocupados por indivíduos portugueses, enquanto os africanos ocupavam cargos secundários sem qualquer prestígio. A marginalização e submissão impostas aos indivíduos africanos, as incontáveis humilhações, o sentimento constante de inferioridade, a prática de trabalho forçado e a negação de direitos a educação, saúde, terra e serviços básicos, compreende um conjunto de injustiças cometidos pelas autoridades coloniais portuguesas em Moçambique. Essas injustiças contribuíram para a unificação de vários grupos sociais que objetivavam lutar contra a opressão portuguesa (Cau 2011).

O segundo período se refere aos anos de luta pela independência e da economia centralmente planejada. Neste momento, depois de presenciar a exploração do trabalho e recursos naturais de Moçambique sem reinvestimentos a nível local ou em favor da população moçambicana, o país formou o grupo guerrilheiro chamado de Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) e começou uma guerra contra o Estado português na província de Cabo Delgado, em 25 de setembro de 1964. A FRELIMO foi formada pela fusão de três organizações nacionalistas criadas por imigrantes moçambicanos em países vizinhos, nomeadamente: União Nacional Africana de Moçambique (MANU — *Mozambique African National Union*, em inglês), que foi fundada no Quênia em 1961; a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO), que foi fundada na Rodésia do Sul (atualmente Zimbábue), em 1960; e a União Nacional Africana de Moçambique Independente (UNAMI), que foi fundada na Niassalândia (atualmente Malawi), em 1961 (Brito 2019). Apesar de que o grupo estava determinado em alcançar a independência por

meio pacíficos, estava convencido que a guerra poderia ser necessária para atingir seus objetivos. A FRELIMO acreditava que a população Moçambicana possuía apenas duas opções: continuar a viver indefinidamente sobre o domínio imperial repressivo ou encontrar um caminho para efetivamente utilizar força de maneira a atingir Portugal sem resultar na sua ruína (Mondlane 1975).

A luta armada durou aproximadamente dez anos, com o primeiro ataque oficial sendo ao posto administrativo de Chai na província de Cabo Delgado, começando em setembro de 1964 e terminando somente em setembro de 1974, depois de um cessar-fogo garantido por Portugal. Durante esse período, a liderança da FRELIMO permaneceu na mão de dois líderes, nominalmente: Eduardo Mondlane (de 1962 até 1969) e Samora Machel, que liderou o grupo por aproximadamente dezesseis anos (de 1970 até 1986), depois que Mondlane foi assassinado.

A assinatura do Acordo de Lusaka, em 1974, deu fim à luta pela independência de Moçambique; apesar disso, o poder do novo Estado moçambicano foi incondicionalmente transferido para o grupo guerrilheiro. De acordo com Visentini (2012), o cenário adverso em Portugal — isto é, a Revolução dos Cravos de 1974, que derrubou o regime autoritário de Salazar e desencadeou um momento de instabilidade política no país, e também as perdas econômicas resultantes do aumento dos gastos militares e da redução do contingente militar — favoreceu o fim da guerra e permitiu o país africano conquistar sua independência. Interessantemente, Portugal teve que lidar com outras duas frentes de libertação — uma da Angola e outra de Guiné-Bissau —; ao mesmo tempo, teve que manter forças de repressão em São Tomé, Cabo Verde, Macau e Timor, de maneira a evitar perder o controle geral de suas colônias (Mondlane 1975).

Durante a transição de uma colônia para um país independente, um governo transiente foi estabelecido com o objetivo principal de criar um ambiente econômico e político favorável para a independência de Moçambique. Samora Machel tomou o cargo como presidente de Moçambique em 25 de setembro de 1975. Neste momento, a FRELIMO era influenciada pela ideologia política Marxista-Leninista e os moçambicanos gradualmente se tornaram livres para cultivar suas terras, para se envolver em debates políticos e para tomar suas próprias decisões. Entretanto, o vácuo deixado pelos colonizadores portugueses, a destruição da infraestrutura local e a exclusão/marginalização de grupos sociais (como líderes religiosos ou tradicionais que começaram a ter seus poderes revogados; e a população rural, que foi ameaçada pelos ideais da FRELIMO, segundo os quais, vilas comunais e zonas rurais eram lugares

atrasados e, conseqüentemente, deveriam ser enfrentados) gradualmente levaram a insatisfação e descontentamento de parte da população.

Conforme a insatisfação de alguns cidadãos moçambicanos crescia, o país lentamente colapsou e um novo movimento político, que resultou de fatores internos (militares moçambicanos das Forças Especiais do Exército Português e colonos portugueses que deixaram Moçambique e viviam na Rodésia) e externos (intensificação das relações diplomáticas entre Moçambique e seus vizinhos, isto é, Rodésia do Sul e África do Sul, onde Samora Machel havia declarado seu apoio a constituição de governos de maioria negra na África e a movimentos anticoloniais nos países vizinhos), levaram a criação e fortalecimento da Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO). Desse momento em diante, o país mergulhou em uma longa e sangrenta guerra civil com dois partidos políticos que queriam conquistar e tomar o poder sobre Moçambique (Visentini 2012).

Esse grupo frequentemente tomou ações violentas para atacar e destruir diferente infraestruturas no país; essas ações, associadas com os efeitos dos desastres naturais ocorridos no período e as fracas políticas governamentais de Moçambique, contribuíram para empobrecer ainda mais a população, piorando o problema da fome e aumentando o número de refugiados e migrações para os países vizinhos. Conforme Moçambique afundava na guerra civil, o fraco sistema ideológico e político da FRELIMO se tornava evidente (Visentini 2012) e o país enfrentava caos econômico real, deterioração de cidades, edifícios, estradas e negócios, e sua produção — principalmente a agrícola — também foi afetada (Saraiva 2007).

Foi somente em 4 de outubro de 1992, quando o Acordo Geral de Paz foi assinado, que o período da Guerra Civil terminou e o processo de democratização no país começou, baseado na implementação da Constituição da República Multipartidária. A maior vulnerabilidade, penúria e sentimento de pobreza foram as conseqüências de um longo período de conflitos em Moçambique. Alguns dos fatores que contribuíram para o fim da guerra civil em Moçambique incluíram: a) o reconhecimento da Rodésia do Sul como um Estado soberano, em 1980, quando seu nome mudou para Zimbábue; b) o enfraquecimento da RENAMO após a morte de seu líder, André Matsangaissa, na província de Sofala; e c) a debilidade da economia de Moçambique por conta do colapso da União Soviética e a falta de apoio financeiro e militar.

O terceiro período apresentado por Libânio e Castigo (2021) se refere a transição de uma economia de tipo socialista para uma economia liberal, que ocorreu durante os planos de ajustes estruturais feitos no país de 1987 a 1997. Naquele momento, Moçambique implementou um programa para

reestruturar sua economia, chamado de Programa de Reestruturação Econômica (PRE). O PRE foi promovido pelo FMI e pelo Banco Mundial, e era focado em apresentar as principais mudanças que seriam tomadas na economia moçambicana para atingir o crescimento econômico.

Algumas proposições nesse plano foram baseadas no estabelecimento de uma Constituição mais amigável ao mercado (através do avanço de privatizações) e de liberalização no mercado de alimentos (produção de alimentos permaneceu a base do desenvolvimento econômico de Moçambique, enquanto a indústria era o fator determinante). As reformas introduzidas no país focaram em reduzir a centralização e as intervenções diretas na economia. De maneira a realizar isso, as seguintes medidas foram adotadas: a) desvalorização do câmbio; b) cortes de gastos para parar os déficits causados pelo processo de reconstrução do país; e c) aumento dos investimentos (Visentini 2012). Apesar do PRE não atingir os objetivos almejados nas áreas mais remotas (principalmente as que foram afetadas pelos conflitos civis), ele conseguiu restaurar o crescimento econômico, especialmente nas grandes cidades (Visentini 2012). Todavia, foi também um programa utilizado para transferir recursos e iniciativas do setor público para o privado; em outras palavras, o PRE permitiu a Moçambique sair de uma economia planificada para uma economia de mercado, um fato que piorou seus efeitos negativos na produção nacional e intensificou a pobreza em Moçambique (Barbosa 2021). As famílias e os moradores urbanos pobres, cujos salários não supriam as necessidades básicas, foram os principais afetados pelo PRE (Visentini 2012).

Finalmente, o quarto e último período cobre os anos 2000. A economia moçambicana teve um bom desempenho pelos primeiros cinco anos no novo século; atingindo grandes taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), que foram puxadas principalmente pela expansão de mega projetos baseados em financiamento externo, e também pelos grandes fluxos de ajuda que era maiores que ou próximos de 8%. Entretanto, o ciclo de expansão econômica caiu de 2015 para 2020 por conta de uma série de choques causados por instabilidades políticas e de segurança interna, a queda no preço de matéria-prima, condições climáticas adversas, além da “suspensão de apoio externo ao Orçamento do Estado e à Balança de Pagamentos, e a suspensão do programa do Fundo Monetário Internacional em Moçambique depois da descoberta da dívida pública não declarada” (Garcia 2020, 117, tradução nossa<sup>3</sup>).

3 No original: “*suspension of external support to the State Budget and the Balance of Payments by cooperation partners and the suspension of the International Monetary Fund program in Mozambique after the discovery of undisclosed public debt*” (Garcia 2020, 117).

O fluxo de investimento estrangeiro direto (IED) saltou de U\$ 139 milhões em 2000 para U\$ 2.2 bilhões em 2019, com ênfase para 2013, quando o seu valor excedeu U\$ 6.1 bilhões ou 36% do PIB nominal de Moçambique (UNCTAD 2021). Os maiores investidores no país são os Países Baixos (aproximadamente 37.7% de investimentos), África do Sul (22%), e Itália (13.5%). A China atingiu aproximadamente 0.6% do investimento externo total em Moçambique em 2020. Em termos de distribuição setorial, a indústria extrativista recebe 84.1% do IED. Desses, 74% são absorvidos por companhias que pertencem à categoria de mega projetos ligados ao setor de petróleo e gás (Banco de Moçambique 2020).

A respeito da agenda de exportação do país, o Banco de Moçambique (2020) tem enfatizado a venda de carvão mineral, vegetais secos ou em grãos, castanhas de caju, areias pesadas, cabos de alumínio, óleos derivados de petróleo, soja, comércio de energia elétrica, gás natural, minério de alumínio, sementes e frutos oleaginosos, areias naturais, carvão, madeira serrada, crustáceos, algodão, açúcar, chá e frutas secas. Por outro lado, de acordo com o Banco de Moçambique (2020), 30% dos produtos importados pelo país se referem a bens intermediários (insumos), seguidos de bens de consumo (27%), bens de capital (18%), entre outros (24%). Dessa forma, é possível concluir que a composição da pauta exportadora de Moçambique é baseada na exportação de *commodities* (agrícolas e energéticas), enquanto o país depende da importação de produtos de alto valor agregado. Essa característica é típica de países e economias atrasadas, que não apenas atrapalham o desenvolvimento, mas também pioram o subdesenvolvimento dessas nações.

Apesar de Moçambique colonial experienciar um longo período de atrasos, a economia moçambicana no início do século XXI foi caracterizada por um crescimento econômico substancial que determinou a posição do país como uma das maiores economias da África Subsaariana. Essa posição é resultado de um elevado e constante crescimento econômico, em conjunto com melhoras na estrutura institucional e governança. Em acordo, Libânio e Castigo (2021) enfatizaram que a atual descoberta de recursos energéticos, como o carvão e o gás natural, representam “esperança” para o contínuo processo de fortalecimento e desenvolvimento econômico do país. Entretanto, os autores supramencionados também alertaram que, com o aumento do IED em Moçambique sendo direcionado para a exploração de recursos energéticos, eles estão ligados a construção de megaprojetos que precisam da implementação de tecnologia capital-intensiva em um país com um excedente de mão-de-obra e baixa qualificação tecnológica. Assim, “o emprego gerado por estes megaprojetos é insignificante. Estes aspectos revelam a contínua marginalização de grande parte da população, de modo que a agricultura

continua sendo a atividade que suporta a maior parte da população” (Libânio e Castigo 2021, 45).

Sendo assim, a luta contra a pobreza e extrema pobreza é, senão o maior, um dos maiores desafios enfrentados por Moçambique atualmente, já que não é apenas um problema contemporâneo, mas histórico e também estrutural. Além do mais, outro fator que põe em perigo o crescimento e desenvolvimento do país se refere à recente instabilidade política associada aos ataques realizados pelos grupos extremistas nas regiões norte e central do país. Além de destruir a infraestrutura e os campos de produção agrícola do país e forçar a migração para outras regiões, essa instabilidade contribui para aumentar a vulnerabilidade da população e também fomentar e piorar a desigualdade social (Libânio e Castigo 2021).

Sob a luz do que foi exposto, é necessário adotar planos de desenvolvimento para cobrir a maior (e mais pobre) parte da população. Esses planos devem ser orientados e alinhados entre si para garantir a segurança do país e a estabilidade política e econômica, para diversificar a sua matriz de produção, para aumentar sua renda e níveis de emprego e para expandir o acesso da população a infraestrutura básica, saúde e educação. Isso é porque, na medida em que o país avança no desenvolvimento e construção de complexos industriais e de infraestruturas maiores, é necessário treinar a população para ser absorvida pelos vários tipos de postos de trabalhos criados. De outra maneira, Moçambique iria experimentar mais do mesmo com o aumento da desigualdade, taxas pobreza e extrema pobreza, número de conflitos internos e a permanência de Moçambique como uma fonte de recursos naturais e lucro para países desenvolvidos.

## **Revisão bibliográfica: conceitos e breve discussão sobre a literatura dos megaprojetos**

A abordagem para megaprojetos não é um fenômeno recente resultante das novas dinâmicas econômicas do mundo globalizado. Refere-se a um “novo fenômeno que reproduz características do passado” (Silva 2015, 36), onde o “novo” se refere à escala do conflito e sua dimensão na contemporaneidade (Silva 2015).

Um significativo número de estudos e pesquisas em megaprojetos está disponível na literatura de língua inglesa. Flyvbjerg é um dos grandes autores focados na investigação deste tópico. O pesquisador mencionado é um especialista internacional no gerenciamento e planejamento de mega-

projetos urbanos, com ênfase em projetos focados em infraestrutura/obras públicas, financiamento e gerenciamento de risco e análise de custo-benefício. De acordo com ele, a definição de megaprojetos está associada com projetos complexos de larga escala que custem US\$1 bilhão ou mais e que demandam um planejamento de longo prazo envolvendo a esfera pública e privada. Ademais, eles ambiciosamente mudam a estrutura da sociedade, afetam (seja positiva ou negativamente) milhões de pessoas, exigem altos níveis de tecnologia e são justificados pela ideologia de gerar uma série de benefícios para a sociedade, como a criação e manutenção de postos de trabalho e melhorias na produtividade. Além disso, esse tipo de projeto aumenta a competitividade, já que permite reduzir os custos de produção (Flyvbjerg 2014).

Por outro lado, Swyngedouw, Moulaert e Rodriguez (2002) enfatizaram que megaprojetos são parte de uma lógica de desenvolvimento, segundo a qual sua implementação e o marketing resultantes deles ajudam a projetar cidades internacionalmente. Dessa forma, eles funcionam como meios necessários para gerar contínuo crescimento econômico e atrair novos investimentos. Entretanto, os autores supracitados também alertaram que, conforme a construção de megaprojetos se expande através de grandes centros urbanos, eles tendem a atingir as demandas das elites, tornando-os menos democráticos. Isso pode levar à especulação imobiliária e ao aumento da polarização e da desigualdade socioeconômica em regiões que recebem esses investimentos.

Gellert e Lynch (2003) concentraram-se em definir megaprojetos como fenômenos criativos e destrutivos. Por meio dessa abordagem, eles enfatizaram que os megaprojetos transformam tanto o cenário quanto o meio ambiente ao seu redor e que eles podem levar ao deslocamento de indivíduos ou comunidades inteiras. De maneira semelhante a Flyvbjerg (2014), os autores mencionados também enfatizam o uso de equipamento de alta tecnologia e a necessidade de coordenação na aplicação dos poderes do capital e do Estado para fazer essas construções viáveis. A diferença observada na abordagem de Gellert e Lynch (2003) repousa na classificação de megaprojetos em 4 diferentes tipos, nomeadamente:

1. Projetos de Infraestrutura: construção de portos, ferrovias, sistemas de tratamento de água e esgoto, entre outros;
2. Projetos de Extração: extração de recursos minerais, petróleo, gás natural e carvão;
3. Projetos de Produção: plantações de árvores industriais, zonas de processamento de exportação, parques de manufatura e grandes complexos e centros industriais;

4. Projetos de Consumo: construção de grandes instalações turísticas, parques temáticos, shopping centers, entre outros.

O presente estudo adota o conceito de megaprojetos de Crosby (2017) para o caso específico de Moçambique. De acordo com o autor, megaprojetos são definidos como projetos orçados em milhões (ou bilhões) de dólares que exigem um planejamento complexo e de longo-prazo, que são capazes de atrair atenção pública e/ou política e que são altamente dotados com novas tecnologias e engenharia de ponta. Dado sua complexidade, eles são suscetíveis à pressão de diferentes partes para minimizar os impactos adversos durante os estágios de construção e pós-construção, como também mitigar os efeitos na qualidade de vida da população local e no meio ambiente (Capka 2004).

Othman (2013) evidenciou 4 tipos de desafios a serem superados no processo de implementação de megaprojetos tanto em países desenvolvidos quanto em subdesenvolvidos. O primeiro tipo envolve o desafio de engenharia, que é atribuído ao uso de material datado que pode ser substituído por tecnologia mais recente disponível no mercado durante a construção do projeto, falta de pesquisa e capacidade de inovação empresarial, níveis inadequados de conhecimento científico e tecnológico, ausência de experiência profissional e negligência ao consultar especialistas durante o processo de tomada de decisão. Desafios de desenvolvimento humano estão associados com a falta de trabalhadores capacitados no lugar onde o projeto é implementado, e também com a falta (ou baixa qualidade) de programas de treinamento e educação profissional. Problemas gerenciais e políticos estão relacionados com fatores como um quadro regulatório desfavorável, burocracia, práticas corruptas, fraca governança e tensão política. Finalmente, o último desafio se refere a sustentabilidade, que engloba uma ingênua ou inadequada análise de risco das consequências do projeto (principalmente dos riscos ambientais e preservação de espaços históricos), a falta de uma política de realocação das pessoas afetadas pela construção desses projetos e a falta de gerenciamento da complexidade social em termos da aceitação do projeto pela comunidade a qual ele deve servir.

Por outro lado, Flyvbjerg (2005b) enfatizou que os desafios no planejamento de projetos de infraestrutura em larga escala (que podem se estender para os outros) estão relacionado com o alto nível de desinformação sobre os custos e benefícios que os tomadores de decisão consideram quando decidindo sobre a construção ou não destes. Em suma, o autor mencionado acima alertou que o problema a ser enfrentado tem as seguintes características: i) eles são projetos de alto risco por conta do seu planejamento de longo prazo e complexidade; ii) a tecnologia utilizada neles normalmente não é padrão;

iii) a tomada de decisão e o planejamento frequentemente envolvem vários atores com interesses conflitantes; iv) o escopo do projeto ou nível de ambição pode mudar significativamente com o tempo. Ademais, eventos que não foram mapeados e, por conta disso, não foram tomados em conta durante o processo de planejamento do projeto podem resultar em orçamentos inadequados e levar a desinformação sobre os custos, benefícios e riscos, o que, por sua vez, pode levar a estouros dos orçamentos e/ou redução de benefícios.

Estudos realizados pelo autor supracitado (Flyvbjerg, 2005a) também contradizem a ideia de que o crescimento e o desenvolvimento local podem ser impulsionados pela construção de grandes projetos capazes de gerar empregos e outros benefícios econômicos locais, na medida em que, segundo este especialista, os empregos criados são temporários e preenchidos por trabalhadores que terão seus contratos rescindidos à medida que as obras forem concluídas. Além disso, Flyvbjerg também destacou que esses empregos demandam trabalhadores altamente qualificados, bem como que as vagas em países subdesenvolvidos com histórico de trabalhadores pouco qualificados não são preenchidas por moradores locais. Assim, trabalhadores qualificados para assumir esses empregos podem até ser “importados” de países desenvolvidos (Flyvbjerg 2005a).

## **Megaprojetos de infraestrutura e o papel da China no processo de desenvolvimento territorial de Moçambique**

A presença chinesa em Moçambique não é um fenômeno recente, como indicado por Feijó (2012) e Garcia (2020), que relataram que essa é uma relação de longa duração e que os primeiros registros entre os dois países datam do fim do século XIX, quando Moçambique ainda era uma colônia portuguesa. De acordo com os autores, existem registros no estabelecimento de trabalhadores chineses migrantes nas cidades de Lourenço Marques e Beira nesse período. Eles providenciaram uma mão-de-obra qualificada, e que era mais barata que a mão-de-obra europeia, para construir infraestrutura, prédios públicos, ferrovias e portos, entre outras empreitadas.

Entretanto, a relação sino-moçambicana se fortaleceu por volta de 1960, durante a luta de Moçambique por sua independência, já que a China forneceu apoio diplomático e militar (treinamento e formação de guerrilha) para o movimento de libertação do país (Roque e Alden 2012; Feijó 2012). O país asiático foi o primeiro a reconhecer a independência de Moçambique, a formalizar as relações diplomáticas por meio de acordos de apoio e também

através de cooperação técnica e financeira para a construção de infraestrutura e para providenciar assistência ao enfrentamento dos efeitos da fome, em 1983 (Garcia 2020; Roque 2009; Ilhéu 2010).

Nos anos 2000, as relações sino-moçambicanas ganharam um novo ímpeto através do lançamento do FOCAC (*Forum on China Africa Cooperation*). A presença da China em Moçambique foi reforçada por meio de uma série de relações diplomáticas baseadas em motivações políticas e econômicas, que levaram ao aumento no número de visitas diplomáticas e trocas entre os corpos legislativos, partidos políticos e agências de governo, na coordenação de política externa em assunto regionais e internacionais, no desenvolvimento de cooperação econômica e comercial em setores como os de infraestrutura, agricultura e extração de recursos naturais (Feijó; Roque e Alden 2012), no aumento no número de empréstimos e IED, cancelamento de dívidas moçambicanas, cooperação técnicas e projetos de infraestrutura e subvenções de obras públicas<sup>4</sup> (Ilhéu 2010).

O investimento estrangeiro direto da China em Moçambique aumentou de US\$10 milhões em 2003 para US\$60 milhões em 2007, quando a China se tornou o 6º maior investidor em Moçambique (Roque e Alden 2012). A China foi o maior investidor em Moçambique em 2011 e 2016, como mostrado na tabela abaixo. A justificativa para esse evento repousa na combinação entre um ambiente político e macroeconômico favorável nas décadas recentes, a abundância de recursos naturais (recursos minerais, florestais e de pesqueiros), a sua posição geograficamente estratégica (por conta do seu acesso ao mar e fácil acesso ao interior do continente africano) e, por fim, as elites políticas que têm promovido um tipo de economia voltada para o aumento do IED no país (Barbosa 2021; Ekman 2012).

---

4 Por exemplo: a construção do Ministérios dos Negócios Estrangeiros e Cooperação, o Centro de Conferências Joaquim Chissano e o Parlamento Nacional de Maputo, construídos pela empresa chinesa Sogecoa.

**Tabela 1 - Principais países de origem do IED em Moçambique (2010 - primeira metade de 2016)**

Posição	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
1	Portugal	China	Emirados Árabes Unidos	África do Sul	Emirados Árabes Unidos	França	China
2	África do Sul	África do Sul	Portugal	China	Maurícias	China	África do Sul
3	Itália	Portugal	África do Sul	Portugal	África do Sul	Emirados Árabes Unidos	Maurícias
4	Bélgica	Maurícias	Maurícias	Suiça	Portugal	Portugal	Reino Unido
5	China	Estados Unidos	China	Alemanha	China	África do Sul	Portugal
6	Espanha	Reino Unido	Reino Unido	Emirados Árabes Unidos	Reino Unido	Índia	Turquia
7	Reino Unido	Emirados Árabes Unidos	Brasil	Uganda	Macau	Maurícias	Itália
8	Singapura	Noruega	Índia	Maurícias	Turquia	Singapura	Índia
9	Quênia	Austrália	Itália	Itália	Quênia	Austrália	Espanha
10	Suécia	Índia	Lesoto	Reino Unido	França	Turquia	Estados Unidos

Fonte: Massangaie 2017, 171.

Apesar de Moçambique ter atraído IED para grandes projetos de mineração e energia<sup>5</sup>, o investimento direto chinês se concentrou em construir Zonas Econômicas Especiais (ZEEs) — zonas industriais, parques de ciência e tecnologia — que seguem o modelo chinês, de maneira a atrair e captar investimento estrangeiro (Roque e Alden 2012; Roque 2009). Além disso, a China patrocinou projetos voltados para a reconstrução da infraes-

<sup>5</sup> Como: a MOZAL — fundição de alumínio; a Kenmare — areias pesadas; a SASOL — gás natural; as minas de carvão de Moatize; e o projeto do Corredor de Titânio e Areias.

estrutura nacional de Moçambique, que foi destruída pela guerra de independência e foram agravados com a guerra civil que minou o desenvolvimento do país, tornando-o deficiente e mais vulnerável. Dessa forma, a construção de projetos de infraestrutura chinesa foi seguida pelo discurso de que eles são cruciais para alavancar o desenvolvimento e o crescimento econômico. As companhias de construção chinesas ganharam espaço no país e intensificaram sua participação na reconstrução de estradas e prédio público, além da construção de estádios, aeroportos, centros de conferência, usinas hidrelétricas e projetos de moradia de baixo custo em Moçambique. Entretanto, não se pode esquecer que por trás dos avanços nas relações diplomáticas entre os dois países, a cooperação chinesa em Moçambique é primariamente focada em projetos que não são financiados por doadores “tradicionais” por conta das pré-condições estabelecidas por esses doadores, como as do FMI e do Banco Mundial. É exatamente por essa razão que a China é apreciada pela elite política moçambicana (Chichava 2012).

A tabela abaixo lista alguns dos megaprojetos de infraestrutura construídos em parceria com o governo chinês e/ou companhias em Moçambique.

**Tabela 2 - Construções Chinesas em Moçambique (2003-2018)**

Construção	Ano	Valor (US\$)	Região	Agências de Financiamento	Setor
Centro de Conferência Joaquim Chissano	2013	5 milhões	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Edifício do Ministério de Negócios Estrangeiros	2004	12 milhões	Maputo	Governo chinês	Infraestrutura
Barragem de Mphanda Nkuwa	2006	2.3 bilhões	Zambezi River	Banco Chinês de Exportação-Importação	Infraestrutura
Barragem de Moamba-Major	2006	300 milhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Infraestrutura
Aeroporto Internacional de Maputo	2007	75 milhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Transporte e Armazenamento
Procuradoria-Geral da República	2007	40 milhões	Maputo	<i>China National Complete Plant Import &amp; Export Corporation</i>	Infraestrutura

Estádio Nacional de Zimpeto	2011	70 milhões	Zimpeto	Governo chinês	Infraestrutura
Estrada Circular de Maputo	2012	300 milhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Transporte e Armazenamento
Ponte Maputo-Katambe	2012	1.1 bilhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Transporte e Armazenamento
Gloria Hotel	2014	300 milhões	Maputo	Parceria entre o governo de Moçambique e empresa chinesa AF ECC	Infraestrutura
Aeroporto de Xai-Xai	2017	70 milhões	Gaza	Instituição governamental chinesa não especificada, agência governamental	Transporte e Armazenamento
Ponte Maputo-Katambe	2018	700 milhões	Maputo	Banco Chinês de Exportação-Importação	Transporte e Armazenamento

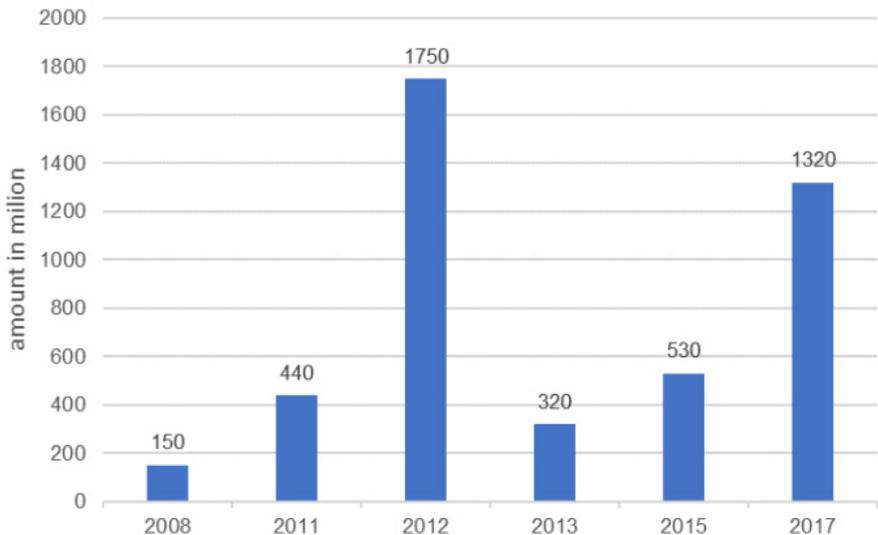
Fonte: elaborado pelo autor, com base em Garcia (2020), Roque e Alden (2012), Jansson e Kiala (2009), Roque (2009), Schiere and Rugamba (2011), Wan (2018), Moçambique (2015), “Com apoio da China...” (2018), Banco MAIS, Moçambique (2017), Secretariado Permanente do Fórum para a cooperação econômica e comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa (Macau) (2021).

A construção de estradas e pontes por meio do apoio chinês é tão significativa que Schiere e Rugamba (2011), no seu artigo chamado “*Chinese Infrastructure Investments and African Integration*”, estimou que as empreiteiras chinesas representaram a construção de um terço de toda a extensão de estradas (que seria próximo de 600 km) construídas em Moçambique. Eles também enfatizaram que companhias operando no setor de construção foram envolvidas na reabilitação dos sistemas de fornecimento de água urbanos nas cidades de Beira e Quelimane, na reconstrução do sistema de água de Maputo e na construção de projetos de habitação na cidade de Zimpeto; todos esses projetos ocuparam um papel chave no processo de estabelecimento de infraestrutura básica do país.

De acordo com Barbosa (2021), desde 2006, a China conquistou uma posição relevante dentro do setor de construção de Moçambique. Segundo os dados da *China Global Investment Tracker*, entre 2008 e 2017, a China investiu aproximadamente US\$6 bilhões em projetos de infraestrutura (transporte e construção); a *China Communications Construction* e a *China State Construction Engineering* são as principais companhias multinacionais operando

nesse setor. O supramencionado autor também destaca que a China adotou uma estratégia focada nas suas vantagens econômicas comparativas para superar a forte competição de companhia ocidentais e sul-africanas operando em Moçambique, “[...] isto é, na oferta de baixo custo, por meio da utilização de mão de obra barata e custos gerenciais baixos” (Barbosa 2021, 89). De maneira a garantir seu espaço no mercado africano, o governo chinês também usa uma diplomacia simbólica e econômica que se “concretiza através de uma ampla atenção diplomática, apoio a projetos de prestígio e assistência ao desenvolvimento por meio de juros baixos e doações diretas” (Barbosa 2021, 89).

### Gráfico 1 – Investimento chinês no setor de infraestrutura em Moçambique – milhões de dólares (2008-2017)

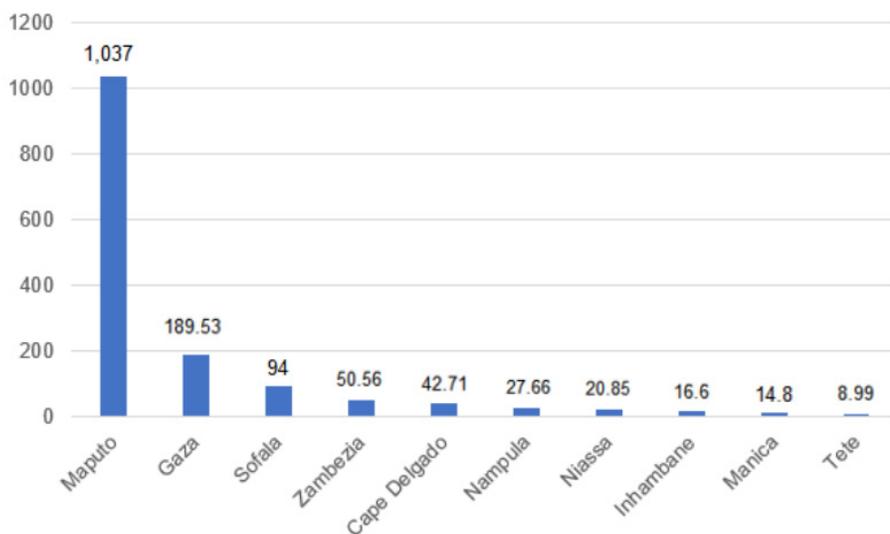


Fonte: China Global Investment Tracker (2022).

É necessário reconhecer que a reabilitação da infraestrutura de Moçambique desempenha um papel chave no fortalecimento do setor turístico — o qual detém potencial, já que a China listou o país como um destino turístico, além de apoiar e recomendar o país como local de férias para os cidadãos chineses. Além disso, essa reabilitação apoia o fluxo de alimentos, transporte e processos logísticos, promove a integração regional no país, reduz os custos logísticos, e contribui para a melhoria dos sistemas de abastecimento de água nas cidades de Maputo, Beira e Quelimane (Garcia 2020).

O próximo gráfico mostra o arranjo geográfico dos investimentos chineses em Moçambique. É possível perceber que a alocação da maioria dos IEDs é para a capital Maputo, além da concentração dos investimentos na região sul do país, já que as províncias de Maputo e Gaza (região sul) aparecem como os maiores receptores de IED, com aproximadamente 82% dos investimentos concentrados nesta região. Junto com províncias como Sofala e Zambézia (região central) e Cabo Delgado (região norte), eles formam os cinco maiores destinatários de IED em Moçambique. Conseqüentemente, um dos efeitos resultantes da concentração do investimento chinês nas províncias ao sul é o aprofundamento das desigualdades regionais entre o sul e o norte de Moçambique.

**Gráfico 2 - Distribuição do IED chinês em Moçambique por província — em US\$ milhões (2006-2017)**



Fonte: Barbosa (2021)

De acordo com Garcia (2020), o embaixador chinês em Maputo, JSuJian, confirmou a intenção da China em continuar investindo em Moçambique; ele também acredita que o investimento estrangeiro direto chinês em Moçambique deve continuar a crescer nos próximos anos. Essa crença é baseada em uma série de outros projetos listados em um memorando assinado pelo governo moçambicano em 2017, que cobre uma série de necessidades

prioritárias, como a construção de parques industriais, estradas e portos, agricultura e a exploração de recursos energéticos e naturais.

Os investimentos chineses na reconstrução da infraestrutura de Moçambique parecem ser uma excelente oportunidade para ambos os países. Por outro lado, Moçambique pode se beneficiar do fornecimento de vários projetos de construções chineses a custos mais competitivos, o que permite a modernização do país (através da construção de pontes, estradas e rodovias), além de reduzir a dependência da ajuda dos países ocidentais. Por outro lado, a China pode aumentar a lucratividade e o *soft power* em Moçambique, além de reforçar uma nova forma de Cooperação Sul-Sul sobre o discurso de ganhos e benefícios mutuamente compartilhados para ambos os governos e atores envolvidos.

Entretanto, é necessário tomar em consideração os detalhes completos da relação diplomática sino-moçambicana. Robinson (2012) enfatizou que, de acordo com Large (2008), a China é majoritariamente motivada pela extração de recursos e que não está preocupada com a prosperidade africana no longo-prazo. Ademais, os projetos de auxílio chinês objetivam servir os interesses da China, já que ela vê Moçambique como uma oportunidade de expandir o mercado para produtos chineses e como uma ótima maneira de construir grandes projetos para fornecer empregos para os trabalhadores chineses. Isso se dá, porque esses projetos exigem a contratação de empreiteiros e companhias chinesas para serem construídas. A estratégia adotada baseia-se no fato de que a mão-de-obra chinesa é mais barata permitindo que as empreiteiras chinesas operem “a uma taxa de lucro mínima de 3%, ao contrário dos 15% europeus” (Visentini 2014, 46).

A expansão territorial chinesa em Moçambique pode ser interpretada como um momento chave do crescimento econômico chinês, com o país asiático buscando matéria prima e recursos energéticos além de suas fronteiras para continuar expandindo sua acumulação interna (Ribeiro 2010). Isso também simboliza o declínio nas relações diplomáticas e na relevância dos países e instituições ocidentais em Moçambique, refletindo mudanças na balança de poder global (Visentini 2014). Entretanto, Ribeiro (2010) também acredita que a expansão chinesa no continente africano, que reflete a nova face do imperialismo econômico caracterizado pelo aumento da presença chinesa em Moçambique, tem levado a um sentimento anti-China e anti-chinês que, de acordo com Feijó (2012), “Trata-se de movimentos, por vezes de pendor populista, que comparam a presença chinesa em África a processos neocoloniais, responsabilizando-a pela exploração e degradação das economias locais” (Feijó 2012, 145).

Partindo da hipótese de que a expansão de investimento em Moçambique é lucrativa e importante para o governo chinês, os desafios e obstáculos devem ser enfrentados para permitir que o processo de cooperação chinesa prossiga. Durán e Chichava (2012) enfatizaram dificuldades na relação entre moçambicanos e chineses, que emergiram, e foram agravados, pela barreira linguística. Os autores supramencionados também destacam dificuldades em estabelecer boas relações no trabalho, cooperação e intercâmbio técnico, além de desconfiança e fracas conexões entre os trabalhadores chineses e africanos, principalmente por conta de diferenças linguísticas e culturais.

Também há relatos de que trabalhadores locais são contratados por companhias chinesas, as quais não agem em concordância com os padrões trabalhistas de Moçambique e desrespeitam tanto as leis quanto as regulações no país. Entre os problemas observados nesse cenário, encontram-se: diferenças salariais; tratamento desigual entre trabalhadores nacionais e estrangeiros; falta de sistemas de segurança e equipamento no local de trabalho (que também pode levar a uma série de acidentes de trabalho); condições de trabalho precárias para os moçambicanos; falta de pagamento de subsídios de férias e horas extras levando ao descontentamento; protestos e greves; e a ausência de contratos de empregos formais para os trabalhadores moçambicanos (Chichava 2012; Nielsen 2012; Garcia, Kato and Fontes 2012).

De acordo com isso, Chichava (2014) afirmou que os projetos chineses não beneficiam a população local e que apenas atendem às necessidades das elites e investidores chineses (o autor mencionou o investimento da Wanbao<sup>6</sup> titulado como “apropriação de terras” por parte dos chineses como exemplo). Ele também destaca que:

---

<sup>6</sup> Projeto financiado através da parceria entre a empresa Wanbao e Moçambique, no qual busca aumentar a produtividade agrícola, nomeadamente: a produção de arroz irrigado na região do regadio do Baixo Limpopo, província de Gaza.

Os trabalhadores moçambicanos, no entanto, vêem os chineses como gestores rudes e autoritários que pensam que as suas ideias são melhores e acreditam que trabalham mais do que os moçambicanos. Entretanto, os chineses vêem os moçambicanos como: (1) ladrões que roubam materiais e equipamentos; (2) trabalhadores preguiçosos e lentos, que não gostam de trabalhar horas extras mesmo quando lhes é prometido pagar; e (3) irresponsáveis porque, uma vez pagos no final do mês, desaparecem e só voltam depois de terem gasto seus salários, e pouco se preocupam com o sustento de suas famílias (Chichava 2014, 4, tradução nossa<sup>7</sup>).

Robinson (2012) também enfatiza que, apesar dos problemas sociais, a expansão chinesa pode representar riscos tanto o meio ambiente quanto para o desenvolvimento sustentável, já que os projetos chineses podem acidentalmente e/ou intencionalmente causar destruição ao ignorar impactos ambientais ou por meio de atividades, como os desmatamentos predatórios, que podem se agravar por conta da ambiguidade ou ausência de clareza na interpretação e aplicação da lei moçambicana. Ademais, é importante ressaltar que o incentivo e a promoção do desenvolvimento em regiões específicas (como a capital Maputo, que concentra grande parte do IED chinês) piora a desigualdade regional em um país extremamente desigual.

## Conclusão

O déficit de infraestrutura causado pela guerra civil fez a expansão chinesa no território moçambicano ser oportuna e conveniente para Moçambique. A construção de novos projetos de infraestrutura permitiu o acesso a serviços financeiros, de transporte, hoteleiros e de infraestrutura básica no país. Entretanto, Moçambique tem que lidar com ameaças potências e superar obstáculos internos para que a presença chinesa no país possa levar ao desenvolvimento sócio-econômico e beneficiar a população moçambicana.

O primeiro obstáculo para ser superado repousa no fato de que Moçambique possui instalações precárias para as empresas chinesas operarem no país. Além disso, o país tem falta de profissionais capazes de traba-

---

7 No original: “Mozambican workers, however, see Chinese managers as rude and authoritarian individuals who think that their ideas are better and who believe they work harder than Mozambicans. However, the Chinese see Mozambicans as: (1) thieves who steal materials and equipment; (2) lazy and slow workers who do not like to work overtime even when they are promised to be paid; and (3) irresponsible because, once they get paid in the end of the month, they disappear and only come back after they have spent their wages, and they care little about supporting their families” (Chichava 2014, 4).

lhar com tecnologia chinesa por conta de um precário acesso a educação de qualidade para parte da população africana, especialmente os mais pobres. A respeito da baixa utilização de mão-de-obra moçambicana nos projetos chineses desenvolvidos no país, a barreira da linguagem impede intercâmbio técnico e de conhecimento entre trabalhadores moçambicanos e chineses, onde divergências culturais dificultam sua relação<sup>8</sup>. Por outro lado, é necessário superar criticismo sobre a baixa qualidade de obras chinesas (que podem resultar da falta de conhecimento específico sobre o local e/ou dos insumos de baixa qualidade usados no processo de construção), falta de conformidade com as leis trabalhistas (como o pagamento de horas extra, formalização do trabalho em contratos, melhores condições de trabalho, fornecimento de equipamentos de trabalho) e leis ambientais, adequação e respeito pela cultura local e também a exigência e cumprimento de uma quantidade mínima (mas que seja suficiente) de mão-de-obra local para contribuir com o desenvolvimento da região.

Dessa forma, existe uma falta de planejamento e projetos políticos nacionais para favorecer o crescimento econômico e desenvolvimento de Moçambique, já que o país é visto como um grande mercado de consumo para os produtos chineses. Conseqüentemente, as relações sino-moçambicanas estão ganhando espaço e tendem a crescer nos próximos anos. Além disso, o país possui acesso diversificado e amplo a recursos naturais (principalmente quando se trata da exploração de recursos energéticos e do acesso a terras produtivas em Moçambique) capazes de servir aos interesses chineses. Identificar e entender como tomar vantagem das oportunidades, além de endereçar fraquezas e ameaças, é essencial que Moçambique passe por uma transformação estrutural expressiva e para reduzir a pobreza, extrema pobreza e as desigualdades sociais e econômicas que enfrentou ao longo do tempo.

## REFERÊNCIAS

Banco de Moçambique. 2020. Balança de Pagamentos. *Boletim Anual*. Maputo, Ano 17, no. 19, 1-73.

Banco Moçambicano de Apoio aos Investimentos SA. 2022. China ajuda Moçambique na promoção da interconectividade. *Banco Mais Moçambique*, 2017,

---

<sup>8</sup> A população chinesa possui uma dedicação extrema ao trabalho, eles trabalham mais de oito horas diárias de segunda a sábado. Trabalhadores moçambicanos, por outro lado, não compartilham da mesma cultura, podendo ser taxados de preguiçosos ou sem vontade de trabalhar.

<https://www.bancomais.co.mz/news/china-financia-construcao-do-aeroporto-de-xai-xai-em-mocambique>.

- Barbosa, Victor Tavares. 2021. “Relações Sino-Africanas: o envolvimento chinês em Moçambique em perspectiva”. Dissertação (Mestre em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal de Pernambuco, Departamento de Ciência Política, Recife.
- Brito, Luis de. 2019. *A FRELIMO, o Marxismo e a construção do Estado Nacional 1962-1983*. Edição IESE, Maputo.
- Cabaço, José Luís de Oliveira. 2007. “Moçambique: identidades, colonialismo e libertação”. Tese (Doutorado em Antropologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Capka, Richard. J. 2004. Megaprojects – They Are a Different Breed. *Public Roads*. v. 68, no. 1, 2-9.
- Cau, Hilário Simões. 2011. “A construção do Estado em Moçambique e as relações com o Brasil”. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Chichava, Sergio. 2014. Chinese Agricultural Investment in Mozambique: the Case of Wanbao Rice Farm. Policy Brief, No. 02/2014, *China Africa Research Initiative (CARI)*. School of Advanced International Studies (SAIS), Johns Hopkins University, Washington, DC.
- \_\_\_\_\_. 2012. Impacto e significado do investimento chinês em Moçambique (2000-2010). Em Chichava, S.; Alden, C. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva*. Maputo: IESE, 33-48.
- China Global Investment Tracker. 2022. Database. <https://www.aei.org/china-global-investment-tracker>.
- “Com apoio da China, Moçambique abre maior ponte suspensa da África”. 2018. *Folha de S. Paulo*. <https://www1.folha.uol.com.br/mundo/2018/11/com-apoio-da-china-mocambique-abre-maior-ponte-suspensa-da-africa.shtml>.
- Crosby, Phil. 2017. “Shaping mega-projects: practical steps for success”. *Australian Journal of Civil Engineering*. 15 (1): 1–19. <https://doi.org/10.1080/14488353.2017.1362806>
- Durán, Jimena e Sergio Chichava. 2012. Centro de Investigação e Transferências de Tecnologias Agrárias de Umbelúzi. A história de um ‘presente’ chinês a Moçambique. Em Chichava, S.; Alden, C. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva*. Maputo: IESE, 143-188.
- Ekman, Sigrid. 2012. Mito e realidade: o envolvimento chinês no sector agrícola de Moçambique. Em Chichava, S.; Alden, C. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva*. Maputo: IESE, 99-124.
- Feijó, João. 2012. Perspectivas moçambicanas sobre a presença chinesa em Moçambique: uma análise comparativa de discursos de entidades governamen-

tais, de um blog e de trabalhadores moçambicanos de Maputo. Em Chichava, S.; Alden, C. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique- China em perspectiva*. Maputo: IESE, 143-188.

Flyvbjerg, Bent. 2005. Design by deception: The politics of megaproject approval. *Harvard Design Magazine*, no. 22, 50-59.

\_\_\_\_\_. 2005b. Policy and Planning for Large Infrastructure Projects: Problems, Causes, Cures. *World Bank Policy Research*.

\_\_\_\_\_. 2014. What You Should Know About Megaprojects and Why: An Overview. *Project Management Journal* 45 no.2, 6-19.

Garcia, Ana Saggiore, Karina Kato e Camila Fontes. 2012. A história contada pela caça ou pelo caçador? Perspectivas sobre o Brasil em Angola e Moçambique. *Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul (PACS)*. 65p. <http://www.pacs.org.br/files/2013/03/Relatorio-Africa.pdf>.

Garcia, Francisco Proença. 2020. China's economic presence in Mozambique. *Revista Estudos Internacionais* 8, no. 3, 110-127.

Gellert, Paul K., e Barbara D. Lynch . 2003. Megaprojects as displacements. *International Social Science Journal* 55, no. 175, 15-25.

Ilhéu, Fernanda. 2010. The Role of China in the Portuguese Speaking African Countries: The Case of Mozambique. *Centro de Estudos sobre África e do Desenvolvimento*, no. 84, Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa.

Isaacman, Allen, e Barbara Isaacman. 1983. *Mozambique from colonialism to Revolution 1900-1982*. Westview Press, Inc: Colorado.

Jansson, Johanna, e Carine Kiala. 2009. Patterns of Chinese investment, aid and trade in Mozambique. *Centre for Chinese Studies*: University of Stellenbosch.

Large, Daniel. 2008. "Beyond 'Dragon in the Bush': The Study of China-Africa Relations". *African Affairs* 107, no 426, 45-61.

Libânio, Gilberto, e José Castigo. 2021. Regional Inequality and the persistence of poverty in Mozambique, explained from the perspective of the vicious circle of poverty. *Brazilian Journal of African Studies* 6, no. 11, 33-59.

Massangaie, Arnaldo Timóteo. 2017. "A Política Externa de Moçambique e sua inserção no processo de Integração Regional na África Austral". Tese (Doutorado em Estudos Estratégicos Internacionais). Programa de Pós-Graduação em Estudos Estratégicos Internacionais, Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

Moçambique. 2015. "Projecta-se construção da 2º ponte sobre o Rovuma. Portal do Governo de Moçambique". <https://www.portaldogoverno.gov.mz/por/Imprensa/Noticias/Projecta-se-construcao-da-2a-ponte-sobre-o-Rovuma>.

"Moçambique afunda e Angola sobe no Índice Global de Paz". 2022. *DW*, Junho, 2022. <https://www.dw.com/pt-002/mo%C3%A7ambique-afun>

da-e-angola-sobe-no-%C3%ADndice-global-de-paz/a-62136457#:~:text=Mo%C3%A7ambique%20teve%20uma%20das%20maiores,com%20o%20relat%C3%B3rio%20hoje%20publicado.

- Mondlane, Eduardo. 1975. “Lutar por Moçambique”. Lisboa: Livraria Sá da Costa.
- Nielsen, Morten. 2012. Como não construir uma estrada: uma análise etnográfica dos efeitos socioeconómicos de um projecto chinês de construção de infra-estruturas em Moçambique. Em Chichava, Sergio.; Alden, Chris. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique - China em perspectiva*. Maputo: IESE, 61-80.
- Othman, Ayman Ahmed Ezzat. 2013. Challenges of mega construction projects in developing countries in Organization, technology and management in construction. *An International Journal* 5, no.1, 730-746.
- Ribeiro, Valeria Lopes. 2013. “A expansão chinesa e seus impactos na África na primeira década do século XXI”. Tese (Doutorado em Economia Política) – Programa de Pós-Graduação em Economia Política Internacional, Instituto de Economia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- \_\_\_\_\_. 2010. A expansão chinesa na África: o desafio do crescimento e a nova fase do Imperialismo económico. *Revista OIKOS* 9, no. 2, 13-35.
- \_\_\_\_\_. 2017. A expansão chinesa recente e novas determinações do imperialismo no século XXI. *Estudos internacionais: revista de relações internacionais da PUC Minas* 5, no. 1, 121-140.
- Robinson, David. 2012. The Political Economy of China in Africa: The case of Mozambique. *Portuguese Journal of Foreign Affairs*, no. 6.
- Roque, Paula. 2009. China in Mozambique: A Cautious Approach Country Case Study. *South African Institute of International Affairs*, Occasional Paper no. 23.
- Roque, Paula, e Chris Alden. 2012. China em Moçambique: Prudência, Compromisso e Colaboração. Em Chichava, Sergio.; Alden, Chris. (Org). *A Mamba e o Dragão: relações Moçambique - China em perspectiva*. Maputo: IESE, 11-32.
- Saraiva, José Flávio Sombra. 2007. Moçambique em Retrato 3x4: Uma pequena brecha para a política africana no Brasil. Em II Conferência Nacional de Política Externa e Política Internacional – II CNPEPI: (2: Rio de Janeiro: 2007) o Brasil no mundo que vem aí, Seminário: África — Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 209-241.
- Schiere, Richard, e Alex Rugamba. 2011. Chinese Infrastructure Investments and African Integration. *African Development Bank* no. 127.
- Secretariado Permanente do Fórum para a cooperação econômica e comercial entre a China e os países de Língua Portuguesa (Fórum Macau). 2021. “Empresa chinesa constrói porto em Moçambique para escoar minério”. Fórum para a Cooperação Econômica e Comercial entre a China e os países de língua portuguesa. Accessed March 01, 2022. <https://www.forumchinapl.org>.

org.mo/pt/empresa-chinesa-constroi-porto-em-mocambique-para-escoar-minerio.

- Silva, Alexandra Martins. 2015. “Megaprojetos, conflitos e processo decisório - a análise de uma controvérsia intemporal chamada Belo Monte”. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade de Coimbra, (Capítulo 1 e 2).
- Silva, Robson Dias da Silva. 2014. “Relações Intergovernamentais na China: características e trajetória recente.” Em *Capacidades governamentais em governos estaduais: ensaios atuais sobre o federalismo brasileiro*. red. Brasília: IPEA, v. 1, 20-40.
- Swyngedouw, Erik, Frank Moulaert, e Arantxa Rodriguez. 2002. *Neoliberal Urbanization in Europe: Large-Scale Urban Development Projects and the New Urban Policy*. Editorial Board of Antipode: Oxford.
- United Nations Trade and Development (UNCTAD). 2021. United Nations Conference Trade and Development database. <https://unctadstat.unctad.org/CountryProfile/en-GB/index.html>.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2014. África e as potências emergentes: o Sul e a cooperação profana. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais* 3, no. 5, 41-68.
- Visentini, Paulo Fagundes. 2012. *As Revoluções Africanas: Angola, Moçambique e Etiópia*. Editora Unesp: São Paulo.
- Wan, Frang. 2018. Ajuda externa da China em África: quais as intenções? *Deutsche Welle (DW)*, May, 2018. <https://www.dw.com/pt-002/ajuda-externa-da-china-em-%C3%A7frica-quais-as-inten%C3%A7%C3%B5es/a-43732452>.

## RESUMO

Esse artigo foca na análise da cooperação China-Moçambique e no papel de megaprojetos no plano de desenvolvimento territorial de Moçambique durante os anos 2000. Seu objetivo é responder a pergunta: é possível assumir que os investimentos chineses na construção de megaprojetos pode aumentar o crescimento econômico e resultar no desenvolvimento social e produtivo em Moçambique? A respeito disso, o artigo propõe identificar os principais efeitos sociais e econômicos relacionados à implementação de megaprojetos de infraestrutura chinesa no país para entender se é possível apontar a estratégia adotada por Moçambique como uma verdadeira forma de transformação e desenvolvimento sócio-econômico.

**PALAVRAS-CHAVE**

Moçambique. Megaprojetos. Relações sino-moçambicanas.

*Recebido em 17 de novembr de 2023*

*Aceito em 05 de junho de 2024<sup>9</sup>*

*Traduzido por Augusto Camatti*

---

<sup>9</sup> Como citar: Silva, Robson Dias da, e Thaysa Cunha. 2024. “Relação Sino-Moçambicana e o papel dos megaprojetos no desenvolvimento territorial de Moçambique”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 77-103. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.136861>.

# A AMALGAMAÇÃO DE 1914 E A GUERRA CIVIL NIGERIANA: O FARDADO DA CULPA

Abimbola Oyarinu<sup>1</sup>



## Introdução

Alguns especialistas e acadêmicos têm identificado a amalgamação do norte e sul da Nigéria feita por Lorde Lugard como a causa remota da Guerra Civil da Nigéria. As origens dessa guerra são ligadas à amalgamação de 1914 dos protetorados do sul e do norte da Nigéria pelo governo britânico (Uche 2008, 114). O legado colonial tem sido culpado pelas crises intermitentes que tem abalado a África independente (Taylor 2018, 27). Enquanto acadêmicos como Uche (2008), Falola e Heaton (2018) e Doron (2022) tem exagerado quanto ao papel das políticas coloniais desenvolvidas na erupção da Guerra Civil da Nigéria, essas políticas coloniais não podem ser completamente exoneradas do subdesenvolvimento e dos conflitos internos na maioria dos Estados Africanos formados depois das independências. Para entender o papel das políticas coloniais na África, a Guerra civil da Nigéria será examinada para fundamentar a perspectiva de duas escolas de pensamento populares. De um lado do pêndulo — Bernhard *et al.* (2004), Roger (2002) e Thompson e Fernandes (2020) argumentam que o legado colonial britânico não é responsável pela crise e guerras civis na África. Esse grupo argumenta a favor da visão de que a África está passando por uma fase de seu desenvolvimento que, como a Europa no século 18, está vinculada a lutar guerras. A outra escola culpa as políticas britânicas pelas guerras na África. A Guerra Civil da Nigéria tem se articulado a partir do legado colonial britânico, da amalgamação de 1914, do governo indireto e da política de dividir-

---

1 Departamento de História e Estudos Diplomáticos, Universidade Olabisi Onabanjo. Ago-Iwoye, Nigéria. E-mail: abimbolaoyarinu@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9628-8533>.

-para-reinar, apenas para mencionar algumas. Nenhum desses argumentos avançados estão totalmente corretos. Como a interpretação dos criacionistas, todo tipo de interpretação pode encontrar seus promotores.

## Consideração teórica

Para esse estudo, a teoria da Economia Política Estrutural (EPE)<sup>2</sup> será adotada. A economia política é frequentemente dividida entre duas principais abordagens: uma sendo a racionalidade instrumental, que se concentra nos meios e fins das ações e escolhas racionais. A segunda abordagem delimita sobre a divisão do trabalho. Enquanto a primeira carece de limitações internas, a segunda carece de ações. A teoria da Economia Política Estrutural resolve essas falhas combinando reflexões das duas abordagens (Newmann 2016, 10).

A EPE possui duas partes interdependentes: primeiro, os modelos de divisão de trabalho, que não apenas entende as relações materiais, mas também as heurísticas de desvendar a configuração de interesses na política. Em segundo lugar, as ações econômicas dos atores são centrais para a EPE. A teoria problematiza quem são os atores relevantes e como eles visualizam seus objetivos e constrangimentos (Caporaso e Levine 1992, 172).

Por último, a EPE reconhece que condições sistêmicas para a viabilidade existem. Para a EPE, a busca de um interesse particular deve ser balanceada por um interesse sistêmico de manter a economia inteira viável. A procura insustentável de interesses limitados pode minar a saúde geral da política. Para uma saúde balanceada da política, algumas condições são cruciais: equilíbrio de interesses, restrições de recursos, estruturas institucionais, mecanismos de *feedback*, resiliência e adaptabilidade, coesão social e confiança, e por último, evitar a dependência de trajetórias (Caporaso e Levine 1992, 179).

As elites políticas nigerianas demonstram atributos contrários às condições sistêmicas para a viabilidade, como expressados nos comentários de Obafemi Awolowo; “O nome Nigéria é uma expressão geográfica e não um único país” (Kindness 2020)<sup>3</sup>. A posição dele destaca a natureza heterogênea da Nigéria, enfatizando que a amalgamação de 1914 não necessariamente criou uma nação unificada mas sim uniu territórios distintos.

2 No original: “*Theory of Structural Political Economy (SPE)*”.

3 No original: “*the name Nigeria is a geographical expression and not a single country*” (Kindness 2020).

Similarmente, Ahmadu Bello, durante um debate acalorado no Parlamento em 1953 declarou: “O erro de 1914 veio à luz e eu não gostaria de ir adiante” (Anele 2020)<sup>4</sup>. De acordo com Frederick Forsyth, a convicção de Bello “percorre o pensamento político do norte do final da Segunda Guerra Mundial até a independência” (Forsyth 2001, 190)<sup>5</sup>.

## Pré-independência: implicações coloniais

O colonialismo, como um fenômeno histórico e ideológico, foi interpretado de diversas formas. Para os que foram subjugados, significou humilhação, opressão, degradação, alienação e exploração econômica (Fanon 1952, 15). Porém entre as potências coloniais, eles sentiram que muito bem havia sido feito na África e que era o “fardo do homem branco” de “civilizar” os “negros selvagens” (Ankomah 1970, 130).

Na sua pesquisa sobre a Guerra Civil da Nigéria, Kirk-Greene afirmou que

[...] ao procurar a gênese da Guerra Civil da Nigéria é possível localizá-la em uma diversidade de fontes e níveis diferentes. As origens podem, por exemplo, serem explicadas em termos de competição política, de rivalidades econômicas intra-regionais de lutas internas entre as elites” (Kirk-Greene 1975, 4)<sup>6</sup>.

Para Kirk-Greene, o legado colonial não representou um elemento principal na eclosão da guerra civil, mas sim as crises pós-independência que levaram à guerra. G. O. Olusanya (1980) também era otimista sobre o legado colonial britânico, um dos quais foi a criação da Nigéria. Nos seus tratados, Dudley (1982) e Olusanya (1980) desafiaram a ideia de que a população da região do Níger eram estranhos entre si antes da amalgamação de 1914, perfurando essa ideia de companheiros estranhos na construção do Estado Nigeriano. Ambos argumentam que havia uma série de contatos entre as diferentes tribos da região do Níger; portanto, a amalgamação representou

4 No original: “*The mistake of 1914 has come to light, and I should like to go no further*” (Anele 2020).

5 No original: “*runs right through northern political thinking from the end of the Second World War to independence*” (Forsyth 2001, 190).

6 No original: “[...] *in seeking the genesis of the Nigerian Civil War it is possible to locate it in a variety of different sources and levels. The origins may, for instance, be explained in terms of political competition, of inter-regional economic rivalry of elitists in-fighting*” (Kirk-Greene 1975, 4).

a finalização de um processo que já estava em andamento. Colocado de outra maneira, eles sustentam que a emergência de um Estado como o da Nigéria ocorreria mesmo sem os colonizadores. Olusanya (1980) sustenta que o surgimento de um estado como a Nigéria teria ocorrido mesmo na ausência dos colonialistas. Embora isso seja historicamente plausível, não há como contestar a existência de relações pré-coloniais. Olaniyan (2009, 522) argumentou ainda que a frequência de trocas pré-coloniais indicava que os nigerianos não eram completamente estranhos a si mesmos antes da chegada dos britânicos.

Do outro lado desse pêndulo estão historiadores, líderes e observadores que ressentem a amalgamação de 1914. Professor Tangban (2014, 379) opinou que as autoridades coloniais britânicas fingiram se importar com a união da Nigéria, já que a união não foi atingida através da amalgamação de 1914. Apesar da amalgamação, os protetorados do norte e do sul “continuaram a desenvolver por vertentes diferentes — politicamente, socialmente e economicamente” (Osaghae 1998, 32)<sup>7</sup>. Entretanto, Claude Ake (1981) sustenta uma perspectiva diferente da de Osaghae (1998), que responsabiliza a elite política nigeriana e o aparato colonial britânico pelos problemas enfrentados pela Nigéria pós-independência. De acordo com Ake (1996), os líderes da nação no momento da independência tiveram toda oportunidade de reverter os efeitos do colonialismo, que eram prejudiciais à democracia, ao crescimento e à união a longo-prazo. Entretanto, eles gastaram essas oportunidades porque viram o Estado como um meio para avançar suas agendas.

Sendo um Secretário Privado Parlamentar na década de 1960, Smithers (2007) reconhece que os britânicos possuíam boas intenções na criação da Nigéria. O Reino Unido pretendia criar um grande e poderoso Estado, rico em recursos de vários tipos, que seria um elemento de estabilidade em meio a numerosos pequenos Estados africanos resultantes da dissolução do Império Francês. Entretanto, Smithers admite que na superfície parecia como uma ideia razoável, mas os oficiais britânicos em cargo de acelerar a independência da África não possuíam a experiência nos problemas associados com Estados multirraciais, que haviam sido manifestados a muito tempo na URSS e na Iugoslávia. Smithers também reconhece o mal que os britânicos fizeram ao criar a Nigéria e que teria sido melhor criar Estados menores. Para adicionar a isso, Smithers sugeriu que não havia luta por independência na Nigéria ou em qualquer outra colônia na África, o que havia era a negociação por independência. Para Smithers, os Estados da Metrópole não viam qualquer

---

<sup>7</sup> No original: “*continued to develop along different lines — politically, socially and economically*” (Osaghae 1998, 32).

razão para se manter nas colônias após a Segunda Guerra Mundial, como não era mais lucrativo. Então o Reino Unido nomeou oficiais para acelerar o processo de descolonização na África (Smithers 2007).

### ***Legado político e econômico Britânico***

Apesar de que manter os protetorados da Nigéria do norte e do sul juntos fazia sentido administrativo, não parecia fazer sentido na prática. Isso acontecia porque, enquanto havia proximidade, suas populações, costumes e crenças eram distintas. Uma das motivações primárias para a união de 1914 dos protetorados do sul e norte da Nigéria feita pelo governo colonial era de que os excedentes da Nigéria do Sul diminuíssem os subsídios enviados para a colônia da Nigéria do Norte. O Estado Nigeriano que Lugard criou teve administrações regionais fortes e um núcleo fraco por conta dos severos contrastes entre as regiões. Ao fazer isso, o norte foi protegido com êxito das influências do sul (Uche 2008, 114). A autoridade colonial britânica ainda separou a Nigéria do Sul em áreas de Leste e Oeste em 1946, e como havia sido poupado, o Norte continuou a ser a região com o maior território e população (Ameachi 2022). Por conta disso, havia um desequilíbrio, que manteve o desenvolvimento e o progresso como reféns até hoje. O vasto, intocado e subdesenvolvido norte, falhou em educar seus cidadãos, tornando-os piadas e massa de manobra para políticos retrógrados. Eles se tornaram ferramentas disponíveis nas mãos das elites políticas do norte, que têm sido a fonte de poder dos políticos do norte em detrimento do desenvolvimento do Estado Nigeriano.

Além disso, a implementação do sistema de governo indireto falhou em estabelecer uma nação unificada (Ameachi 2022). A administração local era centralizada, portanto, era fácil para os britânicos usarem sua estrutura política local para controlar a população, que é o porquê o sistema funcionou tão bem no Norte. No Oeste, o governo indireto teve algum sucesso; no Leste, falhou descaradamente. O Reino Unido propositalmente dissuadiu a construção de nações e coesão nacional (Tamuno 2009, 22).

A política educacional implementada pelo Reino Unido indica a política da estratégia de dividir-para-reinar; por exemplo, J.G.N Onyekpe argumentou que, “enquanto o sul estava exposto a educação ocidental, o norte, por uma questão de política britânica deliberada, foi protegido das influências ‘adulterantes’ da civilização ocidental” (Onyekpe 1997, 232)<sup>8</sup>. Além disso, a

8 No original: “while the south was exposed to western education, the north was as a matter of British deliberate policy protected from the ‘adulterating’ influences of Western civilisation” (Onyekpe 1997, 232).

política parlamentar começou no sul da Nigéria em 1922, e somente após 25 anos, em 1947, que começou no norte da Nigéria, o que ilustra de maneira sombria as táticas de dividir-para-reinar dos britânicos (Onyekpe 1997, 233). Os britânicos dominaram a nação sobre essa estrutura política, que semeou as sementes da divisão em vez da unidade.

O Decreto sobre as terras e os direitos dos indígenas de 1910<sup>9</sup>, que criou regulamentações diferentes para proprietários de terras no Norte e no Sul, ajudou a fazer divisões étnicas evidentes e introduzir a identidade étnica (Amaechi 2022). Como resultado dessas práticas, sulistas no norte eram separados dos locais, e essa é a razão para que em Kaduna, Plateau e Kano até hoje haja locais e colonos vivendo separadamente na maioria dos casos.

Apesar do reconhecido equívoco de 1914, os britânicos realizaram uma série de esforços para corrigi-lo, sem revertê-lo mas fazendo-o funcionar. Isso pode ser visto em várias revisões constitucionais que foram conduzidas antes de 1960. Os britânicos optaram por um sistema regional, cujos elementos foram primeiro introduzidos pela constituição de Richard de 1946 (Awasom 1998).

Na frente econômica, o legado colonial britânico criou as bases para um desequilíbrio entre o Norte e o Sul, criando também, por consequência, um ambiente de medo, desconfiança e descontentamento. Outro legado deixado pelo Reino Unido que criou uma estrutura que gradualmente gerou os recursos para uma inevitável guerra foi a fórmula de repartição de receitas. O governo colonial instaurou uma comissão chefiada por *Sir* Jeremy Raisman e Professor Ronald Tress para revisar a estrutura fiscal federal. A comissão alterou a derivação como um princípio de partilha entre a região em 1958/9. Ademais, a descoberta de petróleo na região Oriental marcou um ponto de virada na história da Nigéria, que junto com a alteração do princípio de derivação, levou a um aumento na luta pelas receitas nacionais ao invés de encorajar as regiões a tomarem vantagem de suas circunstâncias sociais e econômicas e desenvolverem sistemas de geração de renda apropriados. (Uche 2008, 115).

### ***Emergência do Regionalismo***

A constituição de Richard introduziu o conceito de regionalismo, dividindo a Nigéria em três regiões: Norte, Leste e Oeste, garantindo assim mais autonomia para as regiões (Akanji 2021, 39). A constituição de Richard estabeleceu uma legislatura central para o país inteiro e três casas regio-

---

9 No original: “*The Land and Native Rights Ordinance of 1910*”.

nais para assembleia para as três províncias. Apesar do prazo de validade da constituição estar previsto para durar nove anos, agitação política de alguns nigerianos escolarizados resultou na sua abolição apenas dois anos após sua implementação (Ekundare 1973, 45).

O governo colonial era parasitário em suas relações com suas colônias na Nigéria. Entretanto, isso mudou significativamente no período após 1945 seguindo algumas mudanças estruturais que provocaram desenvolvimento. Por exemplo, a estratégica econômica colonial britânica mudou de um *laissez-faire* clássico para desenvolvimento construtivo, criando as bases para a participação política local no início da década de 1950. A ideologia de descolonização foi responsável pela mudança na abordagem britânica em relação ao crescimento econômico da Nigéria, que começou em 1945 (Lawal 2010, 43).

A Constituição de Richard de 1946 estabeleceu três Conselhos Regionais com poderes para assessorar sobre leis que afetam suas áreas e para controlar o gasto de recursos a serem coletados ou alocados nessas áreas. Essa medida foi mais do que havia sido permitido anteriormente e era um avanço real. Pela primeira vez, os grupos de províncias eram formalmente chamados de ‘Regiões’, sob o comando de vice-governadores que viviam em Kaduna, Ibadan e Enugu (Ekundare 1973, 44).

De fato, a Constituição de Richard deu aos nigerianos pela primeira vez a oportunidade de terem voz nas leis que seriam aplicadas a eles, no dinheiro que seria gasto na região e na escolha das pessoas que iriam representá-los no Conselho Legislativo em Lagos (Niven 1961). A Constituição Macpherson de 1951, fortaleceu a autonomia regional e deu aos nigerianos uma voz maior na formulação política e na direção da atividade executiva do governo. A constituição estabeleceu governança representativa na Nigéria (Ekundare 1973, 45). Como resultado, o Grupo Ação<sup>10</sup>, o partido político da região Oeste e o ponto focal do crescimento político e econômico da região, foi formado por conta da expansão da autonomia regional da constituição. O partido aproveitou a provisão constitucional de 1951 para estabelecer a si mesmo como uma agência de desenvolvimento na região Oeste (Lloyd 1955, 697).

O fator mais crucial responsável pelo desenvolvimento nascente da região foi a preparação da classe política local para ter sucesso na missão de construção de nação. Isso era evidente nas atividades dos legisladores recém empossados depois das eleições de 1951, introduzida pela Constituição Macpherson. Eles promulgaram leis para estabelecer empresas públicas como instrumento de produção sócio-econômica de bens e serviços, mas ainda sob

10 No original: “Action Group”.

alçada da economia política colonial dos britânicos. As três Regiões existentes iniciaram um desenvolvimento liderado pelo Estado com a criação do cargo de primeiro-ministro em cada uma delas (Ugbobu 2012, 49). Corporações Financeiras Regionais posteriormente se tornaram Corporações Regionais de Desenvolvimento (Inah 2011, 74).

A necessidade de uma maior autonomia a nível regional exigia uma definição e uma delimitação mais específicas dos papéis entre o governo central e os governos regionais, o que levou à realização de duas conferências constitucionais em 1953 e 1954, em Londres e Lagos, respetivamente. Como resultado, em 1954 entrou em vigor uma nova constituição que estabelecia um sistema federal de governo. A nova federação constituía as regiões Oeste, Leste e Norte, por um lado, e estabelecia o território federal em Lagos e a zona quasi-federal do Sul dos Camarões (Ojiako 1981, 4). Após a declaração de Lyttleton de que o *status* de Lagos como sede do poder seria mantido, o primeiro-ministro da região Oeste, Obafemi Awolowo, ficou furioso com a notícia e ameaçou separar a região Oeste do resto da Nigéria (Mathews 2002, 22).

Sem dúvida, a década (1950-1959) assistiu ao estabelecimento de um governo regional em 1951 e de um governo autônomo em 1954. Na sequência da introdução da Constituição de Lyttleton, que permitiu aos políticos nigerianos uma maior participação no desenvolvimento socioeconômico das suas respectivas regiões, foi também inaugurada a era da mecanização e da agricultura científica, incluindo a implementação de uma estratégia agrícola agressiva destinada a aumentar o crescimento agrícola nas três regiões (Mathews 2002, 34).

Em 1949, quando os governos regionais começaram a ganhar mais poder, os esforços de desenvolvimento foram continuamente regionalizados. O Conselho de Desenvolvimento Local da Nigéria foi dividido em Conselhos de Desenvolvimento Regional, cada um com £1,250,000 de capital total que poderia ser emprestado às empresas nigerianas. Além disso, foram formados os Conselhos Regionais de Desenvolvimento da Produção, e os Conselhos Comerciais de Produtos lhes deram o primeiro de seus £4,300,000 para financiar programas para o crescimento das indústrias produtoras, bem como para a segurança financeira e o bem-estar dos produtores. Os Conselhos de Desenvolvimento Regional e os Conselhos de Desenvolvimento de Produção (em ambos os quais havia maioria de nigerianos) eram gerenciados regionalmente (British Archive 1949a). As etapas iniciais da regionalização dos principais departamentos, a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento de Empréstimos e dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento

da Produção tornaram necessário o fortalecimento dos governos regionais (British Archive 1949b).

Os conselhos de desenvolvimento foram originalmente criados para fins estritamente limitados, definidos na Portaria dos Conselhos de Desenvolvimento da Produção Regional (No. 27 de 1951). Um conselho só poderia usar seu dinheiro para esquemas que beneficiassem diretamente os produtores agrícolas que fossem apropriados para o conselho comercial de produtos (British Archive 1953).

Por exemplo, o Conselho Comercial da Região Oeste foi inaugurado em 1952, mas começou a operar em 1954, com sede em Ibadan. Era uma empresa estatutária criada como parte de uma reestruturação política que aumentou a capacidade administrativa das regiões da Nigéria. As diretorias eram responsáveis pela compra e distribuição de produtos de exportação de suas diversas regiões para transporte até os portos para venda (Tamuno 2009, 56). Em 1961, esses conselhos dominavam a economia nigeriana, respondendo por 63% dos ganhos em moeda estrangeira do país (Colonial Office 1958). O sistema de conselhos comerciais regional criou monopólios, já que os conselhos eram os únicos compradores autorizados de commodities de cacau, amendoim, palma e algodão nas décadas de 1950 e 1960. Esse sistema foi substituído em 1977. No sul da Nigéria, os conselhos expandiram sua função de estabilização, atuando como fiduciários dos agricultores, para tributar a renda dos produtores e financiar programas governamentais (Ajayi *et al.* 2017, 73).

Além disso, as exportações de óleo de palma e de amêndoa dobraram o número de 1948 de modo que em 1951 foram de 17500 toneladas e 27000 toneladas, respectivamente. Assim, o estado colonial ganhou cerca de £120,000,000 com as exportações de produtos agrícolas para o exterior em 1952. A ideia de produção de uma única mercadoria em nível regional foi um sucesso. Os ganhos com a exportação de amendoim e palma aumentaram para cerca de sete vezes as toneladas geradas antes da Segunda Guerra Mundial, e muito mais importante foi a receita do cacau, que foi cerca de oito vezes maior (Baker-Beall 1953, 10).

O exposto acima demonstra que os conselhos de marketing eram mutuamente benéficos tanto para o produtor quanto para o Estado colonial. Na realidade, a metrópole foi a que mais se beneficiou com a iniciativa, pois ela tinha como objetivo principal ajudar na recuperação econômica da Grã-Bretanha. Nas circunstâncias enfrentadas pelo governo britânico na época, não é surpreendente que ele tenha aproveitado a oportunidade de explorar

os produtores coloniais para sustentar a libra esterlina desmoronando e a economia imperial (Ejamah 2014).

Outra visão dos conselhos comerciais sustenta que as economias coloniais estavam enraizadas na exploração de bens exportáveis, sem infraestruturas internas projetadas para fins de transformação, tornando o continente profundamente vulnerável aos caprichos da economia global. Assim, a necessidade de apoio de um conselho comercial (Ajayi *et al.* 2017, 75).

Independentemente da forma como as diretorias eram vistas, o Ministério das Colônias apresentou suas razões para seguir essa política e duas justificativas foram apresentadas. A primeira alegava que um sistema de comercialização regulamentado, no qual o governo definia os preços das safras para cada estação e licenciava os compradores para proteger os agricultores contra abusos, seria vantajoso para os produtores. Em segundo lugar, os conselhos utilizavam seus fundos para se proteger contra a volatilidade de preços de curto e médio prazo no mercado global. Os orçamentos também foram reservados para outros objetivos de benefício geral para agricultores e industriais, como financiamento de pesquisas, erradicação de doenças e reabilitação de árvores não saudáveis (Ajayi *et al.* 2017, 75).

Quando as regiões transferiram o poder para os governos regionais, os conselhos comerciais foram reconstituídos e se tornaram as principais fontes de financiamento para os gastos com desenvolvimento do governo. A queda nos preços dos produtos exportados a partir de 1955 levou a um corte no lucro dos conselhos comerciais e, inadvertidamente, diminuiu o fluxo de caixa do governo regional (Badia-Miró *et al.* 2015, 35). A região Oeste conseguiu enfrentar a tempestade e embarcou em uma série de projetos de desenvolvimento na época. As regiões Norte e Leste foram afetadas negativamente e o governo do Conselho Nacional da Nigéria e dos Camarões (em inglês, NCNC), no Leste, teve de interromper seu programa de educação gratuita, que a região Oeste buscou com notável sucesso (Oyarinu 2020, 63).

O Conselho estava envolvido no desenvolvimento agrícola/agro-alariado e industrial das regiões. O cacau, a borracha, a noz de cola e o óleo de palma eram os principais produtos agrícolas do oeste. O cacau e a noz de cola eram cultivados em Yoruba, no oeste; o óleo de palma, no meio-oeste. No aspecto da industrialização, a organização colaborou com empresas multinacionais como UAC Group, UTC e AG Leventis, que se envolveram em indústrias de manufatura básica (Oyarinu 2020, 63).

O Parque Industrial de Ikeja foi criado no início da década de 1950 e Oba Akran, Ikeja e Lagos eram o centro nervoso dessa instalação industrial. O governo também tinha ações nessas empresas que variavam de 30% a

40% e, às vezes, 45%, permitindo assim que os expatriados tivessem uma pequena maioria. Em alguns casos, o governo monetizou terras como sua contribuição de capital (Oyarinu 2020, 64).

As diretorias regionais estavam preparadas para garantir o rápido desenvolvimento da região e conseguiram isso por meio da colaboração com bancos locais. Foram concedidos empréstimos para fomentar o desenvolvimento do capital privado e promover o empreendedorismo, já que os bancos concediam empréstimos a uma taxa de juros favorável. As corporações financeiras regionais foram criadas a partir dos conselhos de desenvolvimento regional em 1956, com o mandato principal de conceder empréstimos e realizar investimentos de capital em projetos industriais, silvicultura/serrarias, instalações de rádio/recreação e projetos comunitários (especialmente extensões de mercado). Uma grande parte dos fundos disponíveis para o conselho foi gasta no desenvolvimento do transporte, principalmente no transporte de passageiros por ônibus (Falola 1987, 124). No início da década de 1950, um grupo de moradores e empresários inteligentes e industriais de Ado-Ekiti tomou a decisão de pedir um empréstimo para lançar o Ekiti Youth Transport Service, uma empresa de transporte com escritório localizado na King's Market Square, 32, em Ado-Ekiti. Por meio do Diretor do Distrito de Ekiti, o pedido de empréstimo foi enviado ao Secretário do Conselho de Desenvolvimento Regional Ocidental em Ibadan (Falola 1987, 124).

## Má administração pós-independência

A base para as tensões sociais que precederam a guerra civil foi estabelecida no ambiente de medo e incerteza criado pela política de etnia, a política britânica de dividir-para-reinar. Muitas pessoas acreditam que houve muitas anomalias no censo geral de 1962, e a região Leste rejeitou os resultados. Mesmo após o segundo censo de 1963, foram expressas dúvidas significativas sobre os resultados. Nesse meio tempo, as pessoas que viviam na região do Cinturão Médio do Norte tornaram-se extremamente ressentidas com o controle do NPC (Congresso dos Povos do Norte)<sup>11</sup>. Os Tiv, uma tribo proeminente no Cinturão Médio, envolveram-se em tumultos generalizados de 1962 a 1965 (Kirk-Greene 1975).

Em 1963, o tamanho da região Oeste foi reduzido em consequência da criação da região Centro-Oeste (Ekundare 1973). Além disso, a região era homogênea, pois outros elementos não iorubás foram incorporados à

<sup>11</sup> No original: “Northern Peoples Congress”.

recém-criada Região Centro-Oeste. A região Oeste era politicamente ativa na Primeira República. É indiscutível que os congestionamentos políticos na região durante a Primeira República remodelaram a estrutura política da Nigéria de tal forma que fecundaram as crises que levaram ao fim da Primeira República. Deve-se observar, entretanto, que a região oeste contribuiu imensamente para a conquista da independência da Nigéria. Sob a liderança de Obafemi Awolowo, o Grupo Ação exigiu o fim imediato do domínio britânico na Nigéria. Awolowo conquistou o desenvolvimento por meio da promoção e criação de várias iniciativas de bem-estar público, como a expansão do acesso à educação primária para todas as crianças, a melhoria da assistência médica nas áreas rurais, a ampliação da base econômica da Região Oeste e a democratização da administração local (Ojiako 1981).

A maior crise de todas se materializou com a eleição geral de 1964. Foi dito que a eleição carecia de justiça e liberdade (Diamond 1988). Até mesmo o presidente da Comissão Eleitoral reconheceu a existência de anomalias verificáveis. Em vista dessas acusações, o presidente Dr. Nnamdi Azikiwe se recusou a nomear um primeiro-ministro. Tanto o presidente quanto *Sir* Abubakar Tafawa Balewa, o primeiro-ministro, estavam solicitando a ajuda das forças armadas. Essa foi a primeira incursão das forças armadas na política. O país aguardava ansiosamente o anúncio do presidente de que *Sir* Abubakar Tafawa Balewa, o atual primeiro-ministro, lideraria um governo de base ampla por quatro dias. A eleição de 1965 na região oeste não foi comparável. Foi dito que a manipulação e as anomalias da eleição foram mais flagrantes e revoltantes. A lei e a ordem foram completamente quebradas, levando a um estado quase completo de anarquia. Os partidos políticos teriam contratado um exército particular de capangas, que saíram em debandada, queimando e matando com um abandono imprudente. Isso criou um ambiente de medo, pois as pessoas temiam por suas vidas e propriedades (Kirk-Greene 1975).

Seguindo o golpe de 15 de janeiro de 1966, “como causa imediata, pode-se afirmar que a explosão daquele dia poderia ser rastreada ao longo do rastro de pólvora até o pavio aceso na época da eleição da região oeste em outubro de 1965” (Madiebo 1980)<sup>12</sup>. O objetivo dos golpistas era estabelecer uma nação livre de corrupção, forte, unificada e desenvolvida (Osaghae 2018). Uma mudança no cenário político ocorreu como resultado do golpe mal orientado e mal aconselhado. Com exceção de uma figura política e um oficial sênior do Exército do Centro-Oeste e do Leste, respectivamente, todos

<sup>12</sup>No original: “as an immediate cause, it might be claimed that the explosion of that day could be traced back along the powder trail to the fuse lit at the time of the Western Region election of October 1965” (Madiebo 1980).

os políticos e oficiais militares sênior mortos eram das regiões Norte e Oeste (Madiebo 1980).

O golpe acelerou o colapso da Nigéria. Desde a independência até janeiro de 1966, o país estava em uma séria turbulência, mas o golpe gerou uma situação ainda maior. Como a maioria dos golpistas era do leste, os nortistas perceberam o golpe como uma tentativa calculada dos Igbos de dominá-los. Ironsi não demonstrou sensibilidade para com o Norte quando apresentou suas políticas, sendo a mais desdenhosa o Decreto de Unificação - Decreto 34 (Oshigbo e Oshigbo 2019, 72).

A abordagem de “esperar para ver” adotada em alguns setores do norte rapidamente se transformou em raiva, culminando nos distúrbios de maio de 1966 no norte, durante os quais a maioria dos orientais que viviam lá foram caçados, levando a um *pogrom* (Oguh, n.d). Conseqüentemente, os militares de origem nortista lançaram um contragolpe seis meses após o primeiro golpe, com a intenção, primeiro, de se vingar e, segundo, de se separar. Entretanto, seguindo o conselho de alguns diplomatas estrangeiros e nigerianos poderosos, a secessão foi arquivada. O major-general Aguiyi Ironsi, chefe de estado, e vários outros oficiais de alto escalão de ascendência oriental foram assassinados. Após um período de três dias marcado por ansiedade, incerteza e falta de uma autoridade centralizada, o tenente-coronel Yakubu Gowon — o oficial de mais alta patente descendente do norte e chefe do Estado-Maior do Exército nigeriano na época — emergiu como o novo líder político da Nigéria (Siollun, n.d). A falta de organização e as intenções maldosas do segundo golpe ficaram evidentes no tumulto, na desordem e nas execuções generalizadas de orientais em todo o país. Como resultado, os autores do golpe não conseguiram conter a anarquia geral, o caos e os saques e assassinatos desenfreados que varreram o norte a partir de 29 de setembro de 1966 (Atofarati 1992, 23).

Em 1967, o regionalismo foi abolido. O objetivo era evitar a eclosão da Guerra Civil Nigeriana. Quando o General Yakubu Gowon tornou-se o Chefe de Estado da Nigéria, após o contragolpe de 29 de julho de 1966, a criação de estados tornou-se politicamente conveniente. Embora os debates sobre a criação de mais estados tenham se intensificado durante a primeira parte do governo de Gowon, porque ele voltou ao sistema federal de governo que seu antecessor, Aguiyi-Ironsi, havia abolido, a tensão política naquele período se tornou um grande propulsor. No entanto, o momento da criação desses estados foi apropriado porque conseguiu enfraquecer as tendências secessionistas que quase desintegraram o país. Em maio de 1967, Gowon usou a estratégia de criação de estados para enfraquecer a influência e a

autoridade de Ojukwu na região Leste. Ele conseguiu obter o apoio de outros grupos minoritários na Nigéria (Oyarinu 2020, 74).

Após a guerra, que foi declarada sem vencedor, sem derrota, o governo militar liderado pelo General Gowon iniciou os 3Rs (Reconciliação, Reconstrução e Reabilitação) para consertar a destruição causada pela guerra e reintegrar a facção beligerante na Nigéria. Ironicamente, a maioria dos projetos de reconstrução foram realizados em áreas onde não ocorreram combates físicos (Mbara e Gopal 2021). Isso aponta para o ódio e a desconfiança mútuos de um grupo contra o outro, e o poder é visto como uma via para aplicar negligência e injustiça injustificáveis contra outros grupos em uma entidade geográfica.

## Conclusão

É evidente que, enquanto os nigerianos continuarem fugindo das questões fundamentais que moldam seus destinos coletivos, a amalgamação de 1914 continuará a parecer um erro, um erro que os britânicos parecem ter corrigido, pois a Nigéria já havia sido colocada no caminho do desenvolvimento antes de 1960. As perguntas “os nigerianos querem estar juntos?”, “por que estão juntos?” e “como devem viver juntos?” precisam ser debatidas para formalizar os termos de engajamento. O desenvolvimento político, econômico e social da Nigéria seguiu a trajetória traçada para ela desde os dias coloniais. As heranças coloniais britânicas não foram totalmente negativas. As políticas coloniais britânicas criaram uma plataforma que tornou a guerra inevitável. Enquanto Estados como Ruanda usaram a experiência de sua guerra civil como trampolim para o desenvolvimento, a Nigéria tem lutado para se livrar das consequências negativas da guerra, cujas implicações ainda ameaçam a fundação do Estado nigeriano.

Em suma, é claro que, embora os britânicos tenham criado a base para o surgimento da Guerra Civil Nigeriana devido à amalgamação de 1914, os britânicos não devem carregar a maior parte da culpa pela guerra. A classe política nigeriana na independência deve ser responsabilizada por como geriu o país a partir de 1960. A imprudência da elite política e militar de primeira geração na Nigéria permaneceu como uma marca indelével que tem travado o progresso até hoje.

A elite política da Nigéria da primeira república operava com os princípios realistas de soma zero, interesse próprio (nesse caso, interesse étnico) e poder. O Estado nigeriano era sua própria arena internacional. Eles

aplicavam os mesmos princípios como se estivessem fazendo política internacional. A arrogância do poder estava no centro de todas as relações entre eles e ninguém se preocupava com o Estado porque a ideia de patriotismo estava relacionada à consciência étnica e não ao Estado.

## REFERÊNCIAS

- Ajayi, Adeyinka Theresa, Ajibade, Idowu Samuel and Oladiti Abiodun Akeem. 2017. "Produce Buying and Marketing Boards in Nigeria: Interrogating the Fiscal Role of Western Nigeria Marketing Board 1942-1962." *European Journal of Management and Marketing Studies* 2, no. 3. 61-85.
- Akanji, Olajide. 2021. "Nigeria Between 1914 and 1960: Political-Constitutional Changes and Crises in an Era of Colonialism." Em *Nigerian Politics: Advances in African Economic, Social and Political Development*, editado por Rotimi Ajayi, e Joseph Yinka Fashagba, 37-53. Cham: Springer.
- Ake, Claude. 1981. *A Political Economy of Africa*. Essex: Longman.
- Ake, Claude. 1996. *Democracy and Development in Africa*. Washington DC: Brookings Institution.
- Amaechi, Wordshots. 2022. "Nigeria, Death of Queen Elizabeth II and the Verdict of History." *Wordshots*, 12 de setembro de 2022.
- Anele, Douglas. 2020. "Was the Amalgamation of Northern and Southern Nigeria a Mistake?" *Vanguard*, 19 de julho. <https://www.vanguardngr.com/2020/07/was-the-amalgamation-of-northern-and-southern-nigeria-in-1914-a-mistake-1/>.
- Ankomah, Kofi. 1970. "The Colonial Legacy and African Unrest." *Science & Society* 34, no. 2. 129-145.
- Atofarati, A. Abubakar. 1992. *The Nigerian Civil War: Causes, Strategies and Lessons Learnt*. Quantico: Marine Corps University Command and Staff College.
- Awasom, N. F. 1998. "Colonial Background to the Development of Autonomist Tendencies in Anglophone Cameroon, 1946-1961." *Journal of Third World Studies* 15, no 1, 163-183. <http://www.jstor.org/stable/45197789>.
- Badia-Miró, Marc, Pinilla, Vincente e Willebald, Henry. 2015. *Natural Resources and Economic Growth: Learning from History*. Londres: Routledge.
- Baker-Beall, R. W. C. 1953. *Our Economy*, Crowbird Series, no. 26, National Archive Ibadan.
- Bernhard, Michael, Christopher Reenock and Timothy Nordstrom. 2004. "The Legacy of Western Overseas Colonialism on Democratic Survival." *International Studies Quarterly* 48, no. 1. 225-250.

- British Archive. 1949a. CO 583/299/2, [Local Government Reform]: Despatch No. 27 from H M Foot to Mr Creech Jones on the Progress of Local Government Reform, no. 8, 28 de junho de 1949.
- British Archive. 1949b. CO 859/131/2, [Mass Education]: Despatch no 78 from H M Foot to Mr Creech Jones on the Relationship between the Constitutional Review and Schemes for Community Development, no. 9, 8 de junho de 1949.
- British Archive. 1953. CO 554/366, [Marketing Boards]: note by E Sabben-Clare on the Politicisation of the Regional Production Development Boards, no. 19, 16 de março de 1953.
- Caporaso, A. James e Levine, P. David. 1992. "Power-centered Approaches to Political Economy". Em *Theories of Political Economy*, 159–180. Cambridge: Cambridge University Press.
- Colonial Office. 1958. *Colonial Office Report on Nigeria 1954*. Londres: Her Majesty's Stationery Office.
- Diamond, L. 1988. "The 1964 Federal Election Crisis. In: Class, Ethnicity and Democracy in Nigeria". Londres: Palgrave Macmillan.
- Doron, Roy. 2022. "The Nigerian Civil War and Its Legacies." Em *The Oxford Handbook of Nigerian History*, editado por Toyin Falola, e Matthew Heaton, 399–420. Oxford: Oxford Academic.
- Dudley, J. Billy. 1982. *An Introduction to Nigerian Government and Politics*. Londres: Macmillan.
- Ejamah, Vincent. 2014. "A History of Agbonmagbe (WEMA) Bank 1945-1972". MA Thesis, Universidade Ahmadu Bello.
- Ekundare, R. Olufemi. 1973. *An Economic History of Nigeria 1860–1960*. Londres: Methuen.
- Falola, Toyin. 1987. *Britain and Nigeria: Exploitation or Development?* Londres: Zed Books Ltd.
- Falola, Toyin, e Heaton, Matthew. 2018. "Colonial Rule." Em *The Oxford Handbook of Nigerian Politics*, editado por Carl Levan e Patrick Ukata, 76–88. Oxford: Oxford Academic.
- Fanon, Frantz. 1952. *Black Skin, White Masks*. Londres: MacGibbon.
- Forsyth, Fredrick. 2001. *The Biafra Story: The Making of an African Legend*. Londres: Leo Cooper.
- Inah, H. I. 2011. "An Evaluation of Sources of Finance for Small Scale Entrepreneurship Development in Kogi and Benue States of Nigeria." MSc. Universidade da Nigéria.
- Kindness, Olatunde. 2020. "[Explained] Amalgamation of Nigeria in 1914 by Lord Lugard." Oasdom, 31 de maio de 2020. <https://www.oasdom.com/amalgamation-nigeria-1914-lord-lugard/>.

- Kirk-Greene, A. H. M. 1975. "The Genesis of the Nigerian Civil War and the Theory of Fear." *The Scandinavian Institute of African Studies*, Research Report No. 27.
- Lawal, A. Olakunle. 2010. "From Colonial Reforms to Decolonisation: Britain and the Transfer of Power in Nigeria, 1947-1960." *Journal of Historical Society of Nigeria*, vol. 19, no. 1. 39-62.
- Lloyd, Peter. 1955. "The Development of Political Parties in Western Nigeria". *American Political Science Review* 49, no. 3. 693-707.
- Madiebo, Alexander. 1980. *The Nigerian Revolution and the Biafran War*. Enugu: Fourth Dimensions Publishers.
- Mathews, Martin. 2002. *Nigeria: Current Issues and Historical Background*. Lagos: Nova Science Publishers Inc.
- Siollun, Max. n.d. "The Northern Counter-coup of 1966: The Full Story." *Dawodu.com*. <https://dawodu.com/articles/the-northern-counter-coup-of-1966-the-full-story-1120>).
- Mbara, George, e Gopal, Nirmala. 2021. "Peacebuilding Trajectories in Post-conflict African States: A Re-examination of the "3Rs" in Post Nigeria- Biafra War." *African Journal of Peace and Conflict Studies* 10, no. 1. 9-32.
- Newmann, W. William. 2016. "A Brief Introduction to Theories of International Political Economy." *Genocide Studies International* 10, no. 1. 7-26. <https://www.jstor.org/stable/26986034>.
- Roger, Ngwang. 2022. "Colonial Legacies and (In)security in Africa: A Cameroonian Civil War Perspective." *American Journal of International Relations* 7, no. 1. 47-59.
- Niven, C. Rex. 1961. *How Nigeria is Governed*. Londres: Longman.
- Oguh, Victor. "The Nigeria Civil War." [https://www.academia.edu/18775507/The\\_Nigeria\\_Civil\\_War](https://www.academia.edu/18775507/The_Nigeria_Civil_War).
- Ojiako, James. 1981. *Nigeria: Yesterday, Today, and?* Lagos: Africana Educational Publishers Ltd.
- Olaniyan, Azeez. 2009. "From Accommodation to Discrimination and Exclusion: The Changing Pattern of Inter-group Relations in Nigeria." *African Journal of Political Science and International Relations* 3, no. 11. 521-525.
- Olusanya, G. O. 1980. "The Nationalist Movements in Nigeria." Em *Groundwork of Nigerian History*, editado por Obaro Ikime, Ibadan: Heinemann Educational Publishers.
- Onyekpe, J. G. N. 1997. "Western Influence on Nigeria in the Era of New Imperialism." Em *Nigerian Peoples and Culture*, editado por Akinjide Osuntokun e Ayodeji Olukoju, 220-245. Ibadan: Davidson Press.
- Osaghae, E. Eghosa. 1998. *Nigeria Since Independence: Cripple Giant*. Londres: C. Hurst & Co. Publishers.

- Osaghae, E. Eghosa. 2018. "The Long Shadow of Nigeria's Military Epochs, 1966–79 and 1983–99." Em *The Oxford Handbook of Nigerian Politics*, editado por Carl Levan, e Patrick Ukata, 171-188. Oxford: Oxford Handbooks.
- Oshigbo, O. Taiwo e Oshigbo, O. Kehinde. 2019. "Nigeria: Nigerian Veterans: Nationalists or Villains?" Em *Military Past, Civilian Present. International Perspectives on Social Policy, Administration, and Practice*, editado por Paul Taylor, Emma Murray e Katherine Albertson, 71-85. Cham: Springer.
- Oyarinu, A. 2020. "Odu'a Investment Company Limited, 1949-2016: A Study of the Politics and Relevance of Public Enterprises in Nigeria." PhD diss., Universidade de Lagos.
- Smithers, Peter. 2007. "The Mistake We Made in the Creation of Nigeria." *The Guardian*, 8 de abril de 2007.
- Tamuno, Tekena. 2009. *Stakeholders at War in Nigeria: From Lord Lugard to President Goodluck Jonathan*. Ibadan: Spectrum Books.
- Tangban, Ojong. 2014. "History and the Quest for Unity in Nigeria." *International Journal of Social Science and Humanity* 4, no. 5. 378-381.
- Taylor, Ian. 2018. "The Transfer of Power and the Colonial Legacy." Em *African Politics: A Very Short Introduction*, edited by Ian Taylor, 25-38. Oxford: Oxford Academic.
- Thompson, Onah e Fernandes, Titiksha. 2020. "Counting Lives: Colonial Institutions and Africa's Prevailing Conflicts". Em *The Palgrave Handbook of African Political Economy*, editado por Samuel Ojo Oloruntoba e Toyin Falola, 877-890. Cham: Palgrave Macmillan.
- Uche, Chibuike. 2008. "Oil, British Interests and the Nigerian Civil War." *Journal of African History* 49, no. 1. 111-135
- Ugbogu, M. C. 2012. "The Management of Public Enterprises in the Western Region of Nigeria 1946-1966." PhD diss., Universidade de Ibadan.

## RESUMO

Diante dos desafios assustadores que o Estado nigeriano enfrenta, em termos de agitação civil, pobreza, subdesenvolvimento, terrorismo, militância etc., há evidências mais do que suficientes para mostrar que a base desses problemas foi lançada muito antes da independência da Nigéria. Isso talvez lance uma luz imensa sobre a origem e a complexidade do problema nigeriano. No entanto, a classe dominante tem repugnância em abrir a caixa de Pandora para não dividir um país que já está dividido. O estudo adota a teoria da economia política estrutural para entender o papel das elites políticas britânica e nigeriana na formação do destino da Nigéria. Usando a eventualidade da Guerra Civil da Nigéria e recorrendo ao método analítico histórico da pesquisa qualitativa, este artigo traça a origem do problema da Nigéria até o pronunciamento britânico de 1914. Além disso, argumenta que, se as questões

de nossa união como nação não forem tratadas, haverá mais conflitos internos, corrupção e subdesenvolvimento na Nigéria.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Guerra civil. Amalgamação. Colonialismo. Regionalismo. Economia política.

*Recebido em 30 de julho de 2024*

*Aceito em 01 de agosto de 2024<sup>13</sup>*

*Traduzido por Augusto Camatti*

---

<sup>13</sup> Como citar: Oyarinu, Abimbola. 2024. “A amalgamação de 1914 e a Guerra Civil Nigeriana: o fardo da culpa”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 104-122. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.140618>.

# COMPLEXO PETROLÍFERO DA NIGÉRIA: A TRAGÉDIA DOS COMUNS

Ekpotuatin Charles Ariye<sup>1</sup>  
Green Kevwe Abenabe<sup>2</sup>



## Introdução

A Nigéria, frequentemente chamada de “Gigante da África”, há muito tempo é um ponto focal de atenção global devido às suas vastas reservas de petróleo e gás natural. O complexo petrolífero do país não é apenas uma fonte de riqueza significativa e potencial econômico, mas também um emaranhado de desafios e controvérsias. No cerne dessa questão multifacetada está um conceito profundamente enraizado na literatura ambiental e de gestão de recursos: a tragédia dos comuns. A tragédia dos comuns é uma situação em que um grupo de indivíduos, agindo em seu próprio interesse, age de forma contrária ao bem coletivo ao esgotar ou degradar um recurso compartilhado por meio de suas ações cumulativas. Isso pode ocorrer porque há um incentivo para que cada indivíduo consuma o máximo possível do recurso, mesmo sabendo que isso prejudicará o grupo a longo prazo.

A tragédia dos comuns é um desafio enfrentado em muitas partes do mundo, incluindo o Delta do Níger. O Delta do Níger é uma região da Nigéria rica em recursos de petróleo e gás. No entanto, a região também abriga um grande número de pessoas que vivem na pobreza, em meio à degradação ambiental e a conflitos. Isso levou a uma situação em que muitas pessoas no Delta do Níger estão explorando os recursos naturais da região

<sup>1</sup> Departamento de Inglês, História e Estudos Internacionais, Admiralty University of Nigeria. Ibusa, Nigéria. E-mail: ariyecharles@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2036-9094>.

<sup>2</sup> Departamento de História e Estudos Internacionais, Admiralty University of Nigeria. Ibusa, Nigeria. E-mail: kevwe.abenabe@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1282-4555>.

para sobreviver, mesmo que isso esteja prejudicando o meio ambiente e os interesses de longo prazo da região.

Essa pesquisa investiga as complexas dinâmicas da indústria petrolífera da Nigéria, com o objetivo de descobrir até que ponto o fenômeno da tragédia dos comuns está em ação nesse setor crucial. Ao examinar as dimensões históricas, políticas, econômicas, ambientais e sociais do complexo petrolífero da Nigéria, esse estudo busca lançar luz sobre os desafios de sustentabilidade e governança enfrentados por uma das nações mais ricas em petróleo do mundo.

## Esclarecimento dos conceitos

Para começar, é essencial afirmar que a região do Delta do Níger, na Nigéria, é paradoxal por natureza: embora seja dotada de vastos recursos naturais, especialmente grandes depósitos de petróleo bruto, permanece como uma das áreas mais subdesenvolvidas do país (Wangbu 2018).

Estudiosos examinaram esse fenômeno por meio de diversas lentes conceituais, incluindo a “doença holandesa”, a “maldição dos recursos”, o “paradoxo da abundância” e a “tragédia dos comuns”. O conceito de “doença holandesa” refere-se às consequências econômicas negativas que podem resultar da dependência de um país em um único recurso natural, como o petróleo. Nomeada em referência aos problemas econômicos enfrentados pela Holanda após a descoberta de gás natural na década de 1960, a “doença holandesa” ocorre quando um *boom* de recursos leva à valorização da moeda local, o que, por sua vez, torna outros setores da economia menos competitivos. No contexto do Delta do Níger, o setor petrolífero tornou-se a força dominante na economia, levando ao abandono de outros setores vitais, como a agricultura e a manufatura. Essa dependência excessiva do petróleo tem contribuído para o subdesenvolvimento econômico da região e aos altos níveis de desemprego (Auty 1993).

De forma relacionada, a teoria da “maldição dos recursos” postula que países ricos em recursos naturais frequentemente experimentam menos crescimento econômico, bem como piores resultados de desenvolvimento do que países com menos recursos. Esse fenômeno contraintuitivo está ligado a vários fatores, incluindo má governança, corrupção e conflitos. No Delta do Níger, a abundância de petróleo não se traduziu em prosperidade generalizada para a população local. Em vez disso, a região tem sido assolada

por corrupção, degradação ambiental e agitação social, todos os quais têm impedido os esforços de desenvolvimento (Ross 2001).

Além disso, é pertinente afirmar que o “paradoxo da abundância” está intimamente relacionado à maldição dos recursos, e descreve a ironia de que regiões ou países com abundantes recursos naturais frequentemente sofrem com estagnação econômica e baixo desenvolvimento. No Delta do Níger, a riqueza gerada pelo petróleo beneficiou em grande parte uma pequena elite, enquanto a maioria da população vive na pobreza. O paradoxo reside no fato de que, apesar da vasta riqueza petrolífera da região, as comunidades locais carecem de infraestrutura básica, saúde e educação (Sachs e Warner 1997). A riqueza do petróleo não foi reinvestida na região de uma maneira que promova o desenvolvimento sustentável, resultando em descontentamento e instabilidade generalizados.

Como resultado, a descoberta e a exploração de petróleo no Delta do Níger também contribuíram para a instabilidade geopolítica na região. A competição pelo controle dos recursos petrolíferos alimentou conflitos entre comunidades locais, grupos militantes e o governo. Essa instabilidade agravou ainda mais o subdesenvolvimento da região, pois a violência contínua e a insegurança desestimulam investimentos e perturbam as atividades econômicas (Watts 2004). A presença de empresas petrolíferas multinacionais também complicou a situação, uma vez que essas empresas são frequentemente vistas como cúmplices na exploração dos recursos locais e na marginalização da população local.

Esta pesquisa aplicará o conceito de “tragédia dos comuns” para analisar como o Estado nigeriano, particularmente sua elite, tem explorado os recursos petrolíferos do Delta do Níger, intensificando a pobreza na região. A “tragédia dos comuns” é um conceito que descreve a sobreexploração de recursos compartilhados devido ao interesse individual, levando ao esgotamento ou degradação do recurso para todos. No Delta do Níger, o recurso comum em questão é o meio ambiente. A riqueza em petróleo da região resultou em ampla degradação ambiental, incluindo vazamentos de petróleo, queima de gás e desmatamento. Esses danos ambientais tiveram efeitos devastadores sobre os meios de subsistência das comunidades locais, que dependem da terra e da água para a agricultura e a pesca. A “tragédia dos comuns” no Delta do Níger ilustra como a busca por ganhos de curto prazo por vários interessados — sejam empresas petrolíferas, funcionários do governo ou elites locais — levou a um declínio ambiental e econômico de longo prazo (Hardin 1968).

## Breve visão geral

Para começar, a economia da Nigéria antes da descoberta do petróleo era caracterizada por uma ampla gama de atividades econômicas, predominantemente de natureza agrária. A agricultura desempenhava um papel significativo na sustentação dos meios de subsistência da população, com o cultivo de produtos como inhame, mandioca e cacau sendo proeminente (Ibaba 2008). Além disso, a Nigéria possuía uma rede comercial próspera que já existia muito antes da descoberta do petróleo. A rota comercial transaariana, por exemplo, facilitava a troca de bens como sal, têxteis e metais, enriquecendo ainda mais a economia nigeriana pré-petrolífera.

Além disso, o setor de mineração era vital, com a mineração de estanho em Jos e de carvão em Enugu sendo exemplos notáveis. Esses recursos contribuíam para o desenvolvimento econômico da Nigéria ao gerar receita e fornecer matérias-primas para as indústrias. A era pré-petrolífera também viu o surgimento de um setor manufatureiro incipiente, principalmente focado no processamento de produtos agrícolas e artesanatos locais (Ikein *et al.* 2008). Em termos de governança e estrutura política, a Nigéria era dividida em vários grupos étnicos e reinos, cada um com seus próprios sistemas econômicos e redes de comércio. Essa diversidade contribuiu para a riqueza e complexidade da economia nigeriana antes da descoberta do petróleo.

No entanto, desde que conquistou a independência em 1960, a Nigéria passou por uma transformação significativa impulsionada por sua economia baseada no petróleo bruto. A descoberta e a exploração das reservas de petróleo no país tiveram um impacto profundo e multifacetado (Smith 2005). Um dos benefícios mais notáveis têm sido a receita substancial gerada pelas exportações de petróleo, que forneceu uma fonte confiável de renda para o governo (Adams 2012). Essa receita tem sido canalizada para setores críticos, como infraestrutura, educação e saúde, promovendo o desenvolvimento econômico e o crescimento (Adams 2012).

O setor petrolífero em si emergiu como uma pedra angular da economia nigeriana, contribuindo significativamente para o PIB do país (Brown 2018). Esse crescimento atraiu investimentos estrangeiros e facilitou a diversificação econômica e a industrialização (Jones 2017). A entrada de receitas em moeda estrangeira provenientes das exportações de petróleo bruto fortaleceu a estabilidade da moeda nigeriana, facilitando o comércio internacional e reforçando a posição do país no mercado global (Davis 2019). Além disso, a indústria petrolífera desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento da infraestrutura (Robinson 2016). O governo direcionou

a receita do petróleo para melhorar o transporte e a logística, aumentando a conectividade em todo o país. Isso resultou na construção e modernização de estradas, pontes, aeroportos e portos, beneficiando, em última análise, tanto os negócios quanto os cidadãos (Green 2015).

Um dos impactos menos visíveis, mas críticos, tem sido a criação de oportunidades de emprego (Lee 2013). O setor petrolífero gerou empregos tanto diretamente, por meio de funções na exploração, produção, transporte e serviços de apoio (Smith 2005), quanto indiretamente, à medida que indústrias *downstream*, como petroquímica e refino, se expandiram (Jones 2017). Isso contribuiu significativamente para a redução do desemprego e da pobreza na Nigéria (Adams 2012).

A influência positiva da economia do petróleo bruto se estende a programas sociais voltados para a redução da pobreza (Brown 2018). A receita proveniente do petróleo facilitou iniciativas como esquemas de transferência de renda condicionada e subsídios de *commodities*, melhorando o padrão de vida de muitos nigerianos (Davis 2019). Além disso, foram realizados investimentos em educação e pesquisa para desenvolver uma força de trabalho qualificada para a indústria petrolífera (Lee 2013), resultando em avanços na educação e na tecnologia (Robinson 2016). Além desses benefícios domésticos, o status da Nigéria como um importante produtor de petróleo elevou sua posição internacional (White 2014). O país tem aproveitado sua riqueza petrolífera para se engajar em diplomacia e parcerias com outras nações (Green 2015), abrindo oportunidades para cooperação e comércio.

No entanto, é essencial reconhecer os desafios associados à economia do petróleo bruto, incluindo a vulnerabilidade às flutuações nos preços do petróleo, corrupção, degradação ambiental e desigualdade econômica (Jones 2017). Para garantir impactos positivos sustentados, a Nigéria deve continuar seus esforços para diversificar a economia, investindo em setores não relacionados ao petróleo e implementando reformas na indústria de petróleo e gás (Adam 2012). Ao fazer isso, o país pode aproveitar as vantagens de seus recursos petrolíferos, ao mesmo tempo que mitiga os riscos associados, para alcançar um desenvolvimento sustentável a longo prazo (Brown 2018).

## Uma crítica ao Complexo Petrolífero da Nigéria

O petróleo do Delta do Níger exerce uma grande influência na economia nigeriana, mas também causou danos significativos e subdesenvolvimento. Embora seja uma fonte de unidade nacional, o petróleo também

cria divisões. As pessoas do Delta do Níger são sujeitas a uma extração e exploração injusta dos seus recursos petrolíferos. Como resultado, indivíduos e grupos nos estados do Delta do Níger podem tanto ameaçar a estabilidade quanto promover a paz em um ambiente em constante mudança. Essa dependência criou um Estado rentista, no qual todas as questões são resolvidas através de um sistema de clientelismo financiado pelo petróleo bruto (Falola 2021). Em outras palavras, o petróleo do Delta do Níger é um paradoxo. É uma fonte de grande riqueza para a Nigéria, mas também uma fonte de conflito e pobreza na região. A indústria do petróleo causou danos ambientais e não beneficiou o povo do Delta do Níger tanto quanto poderia. Isso gerou ressentimento e raiva, que às vezes se manifestam em violência.

Em retrospectiva, a insurreição de 12 dias liderada por Adaka Boro foi uma rebelião contra o governo nigeriano que ocorreu em 1966. Embora tenha sido oficialmente declarada como um movimento secessionista, entende-se agora que uma das principais razões para a rebelião foi a exploração dos recursos do Delta do Níger sem qualquer benefício para a população local, que sofreu as consequências da degradação ambiental e do subdesenvolvimento (Ikporukpo 2018). A impressão de que a população da região era minoria e, sem a devida consulta, poderia-se usar e abusar de seus recursos como se fossem propriedade comum da maioria das outras regiões, destaca claramente os problemas profundos que precisam ser abordados (Igoni 2020). Essa mentalidade de “comum”, que pode ser descrita como “o petróleo pertence a todos nós”, dificultou ainda mais a integração do povo do Delta do Níger ao resto do país, que vê isso como uma manobra deliberada para continuar as atividades exploratórias na região.

Por exemplo, no auge da administração de Olusegun Obasanjo em 1999, a pressão e a agitação por controle de recursos rapidamente se transformaram em litígios sobre quem deveria receber a receita da exploração dicotômica *onshore-offshore* na região. Enquanto os governadores estaduais e a população sentiam que as terras e águas adjacentes pertenciam a eles e, portanto, deveriam controlar seus recursos de acordo com o verdadeiro federalismo, o governo federal, em conjunto com a maioria das partes interessadas em estados não produtores de petróleo, discordava. O governo federal afirmou que não era obrigado a pagar aos estados costeiros a receita derivada dos campos de petróleo *offshore*, insistindo que o recurso da região do Delta do Níger era o bem comum da nação, embora reconhecesse a necessidade de cuidar e desenvolver a região, assim como proteger seu meio ambiente.

Conseqüentemente, em 2001, o governo federal entrou com uma ação buscando a interpretação da Suprema Corte sobre a questão da receita

*offshore*. Em abril de 2002, a Suprema Corte decidiu em favor do governo federal, determinando que a fronteira marítima dos estados costeiros seguisse a linha de baixa-mar, em vez de se estender até o limite das águas territoriais da Nigéria. Cerca de 40% do petróleo da Nigéria é produzido offshore (Human Rights Watch 2002). Além disso, na tentativa de resolver as questões do Delta do Níger e o aumento das ocorrências de distúrbios, resistência armada e vícios na região, e seu impacto em uma economia que depende exclusivamente do petróleo bruto, a convocação da conferência nacional soberana criou outra oportunidade para dialogar sobre as questões de controle dos recursos.

Algumas das questões polêmicas que surgiram na conferência incluíam a presidência rotativa, o princípio da derivação/controlado de recursos/federalismo fiscal, a devolução de poderes, a proibição de ex-líderes militares do governo/militares administradores de participarem da política, o uso de máquinas de votação eletrônica para eleições, a cláusula de imunidade para presidentes, governadores e seus vice-governadores, a criação de estados (especialmente para o sudeste) e a duração dos mandatos do presidente e governadores. A conferência de Obasanjo se desintegrou após os delegados da região sul-sul abandonarem a sessão em 14 de junho de 2005 devido à controvérsia em torno do princípio da derivação e se ausentarem das demais discussões. Os delegados da zona rica em petróleo exigiram um mínimo irredutível de 50% de derivação, mas aceitaram, provisoriamente, uma derivação de 25% com aumento progressivo para atingir 50% ao longo de um período de cinco anos. No entanto, os delegados do norte se opuseram a essa proposta, dividindo assim a conferência em dois campos opostos.

É importante destacar que, devido à incapacidade do governo e ao fracasso da conferência em alcançar um consenso, a já tensa atmosfera piorou. Frustrados com a falta de progresso na resolução de suas queixas por meios pacíficos, grupos militantes no Delta do Níger intensificaram suas atividades. Ataques a instalações petrolíferas, sequestros e confrontos violentos com as forças de segurança tornaram-se mais frequentes, interrompendo a produção e distribuição de petróleo. Essa militância crescente no Delta do Níger teve um impacto severo na economia da Nigéria. A produção de petróleo, que serve como a espinha dorsal da economia nigeriana, caiu significativamente devido aos ataques a oleodutos e instalações. Essa redução na produção de petróleo resultou em uma diminuição da receita do governo, desafios fiscais e aumento dos déficits orçamentários. Além disso, o período de 2005 a 2009 experimentou flutuações nos preços globais do petróleo. A combinação da redução da produção de petróleo no Delta do Níger e a volatilidade dos preços internacionais do petróleo agravou ainda mais a economia da Nigéria, tornando-a suscetível a choques econômicos. A insegurança e a instabilidade na

região desestimularam o investimento estrangeiro direto (IED) e impediram o seu desenvolvimento econômico. A ausência de uma resolução abrangente para a crise criou incerteza para empresas e investidores, limitando as oportunidades de crescimento econômico.

Além disso, tem-se observado que o Estado nigeriano e as companhias petrolíferas, de maneira conspiratória, mergulharam o patrimônio comum da região em um estado de extrema pobreza e degradação ambiental. Grandes operadores de petróleo e gás, como a *Shell Petroleum Development Company of Nigeria* (SPDC), foram acusados de adquirir armas e criar suas próprias forças de segurança, em conjunto com a conivência de unidades de segurança nigerianas para suprimir as agitações do povo. Nesse sentido, o Sr. Eric Nickson, ex-diretor executivo da Shell International, confirmou que a Shell de fato comprou armas em nome da polícia nigeriana devido à falta de fundos para equipá-los adequadamente (Banigo 2012). A ironia inerente a essa situação é significativa. Em vez de priorizar o bem-estar da região e seus habitantes, a nação nigeriana parece colocar os interesses estrangeiros acima das preocupações de seus próprios cidadãos. A percepção de intimidação devido ao status de minoria do Delta do Níger tem reforçado ainda mais as agitações de seu povo. A colaboração entre empresas multinacionais e o aparato de segurança do Estado, como destacado anteriormente, serve como um exemplo notável, enfatizando a supressão de protestos pacíficos e a insistência em diálogos.

Além disso, o governo utiliza táticas como o emprego de significativos recursos financeiros para atrasar os processos judiciais, frustrando as ações legais movidas pelas comunidades do Delta do Níger que buscam reparação e justiça nos tribunais. Isso levanta uma questão crucial sobre interesses de quem o governo nigeriano deveria priorizar e proteger.

Por exemplo, os trágicos eventos do desastre de incêndio em Jesse e Idjhere, em 1998, que tiraram a vida de mais de mil membros da comunidade indígena, destacam a tendência do governo de se alinhar com as multinacionais. Antes mesmo das investigações sobre o rompimento do oleoduto começarem, a Shell acusou a comunidade de sabotagem. Durante uma visita ao local, o então governante militar Abdulsalam Abubakar concordou com esse veredito, atribuindo o incêndio às pessoas que, supostamente, tentavam coletar combustível. A responsabilidade pelo desastre foi unicamente colocada sobre a comunidade, apesar das evidências que indicavam que os oleodutos eram antigos e enferrujados, com vazamentos e propensos a uma eventual explosão. Além disso, esses oleodutos foram construídos em terras agrícolas, expondo as pessoas ao risco desde o início. O período entre 1998 e

2000 em Urhoboland, no Delta do Níger, testemunhou desastres semelhantes em mais de nove comunidades, incluindo Egborode, Adeje, Ekakpamre, Elume, resultando na destruição do ecossistema delicado, de casas, da vida aquática, de terras agrícolas e na poluição do ar e da água potável. Incidentes comparáveis ocorreram em outras partes do Delta do Níger, notavelmente na comunidade de Ogoni. Mais uma vez, o governo alinhou-se aos interesses das multinacionais. O eventual desdobramento em crise sublinha claramente a justificativa deste discurso.

Vale destacar que o complexo de superioridade percebido nos grupos étnicos Wazobia, caracterizado por seu comportamento assertivo e ocasionais reivindicações explícitas de posse sobre os recursos de petróleo bruto na região, levanta questionamentos sobre as verdadeiras intenções da maioria. A Nigéria é composta por mais de trezentas nacionalidades étnicas, todas ainda em busca de um sentimento de nacionalidade. No entanto, o foco dos grupos étnicos majoritários, a saber, Yorubás, Hausas e Igbos, nos recursos da região do Delta do Níger revela um viés na abordagem das questões que afetam a região. Houve ocasiões em que a retórica da maioria sugere uma tendência a reivindicar afiliação geográfica com o Delta do Níger na menor oportunidade, impulsionada principalmente pela presença do petróleo bruto. Por exemplo, em 2014, um orador proeminente na Conferência dos Líderes do Norte argumentou abertamente que era injusto qualquer estado se afirmar como região produtora de petróleo porque 72% da área total do país pertencia ao norte. Ele ainda alegou que, segundo o direito internacional, apenas o norte teria o direito legítimo de reivindicar a posse. Ele enfatizou que a vasta extensão territorial do norte era a base para a ampliação dos direitos territoriais no oceano, incluindo o direito aos recursos dentro de 200 milhas náuticas ou mais da costa (ChannelsTv 2014).

Além disso, o líder do grupo banido Povos Indígenas de Biafra (IPOB)<sup>3</sup>, Nnamdi Kanu, criticou a delimitação das regiões do Delta do Níger e do sul-sul na Nigéria. Ele argumenta que esses termos foram fabricados para romper suas conexões históricas com o Delta do Níger. Esse sentimento ecoa a posição tomada pela Coalizão Progressista do Sul-Sul, que advertiu o IPOB e o Movimento para a Realização do Estado Soberano de Biafra (MAS-SOB)<sup>4</sup> contra a incorporação da região do Delta do Níger em suas aspirações separatistas, e os solicitou a não tentar se separar com os recursos de petróleo bruto do Delta do Níger (Nairaland Forum 2017).

3 No original: *Indigenous People of Biafra* (IPOB).

4 No original: *Movement for the Actualization of the Sovereign State of Biafra* (MASSOB).

De forma relacionada, Owhoko (2022) argumenta que é moralmente injusto que os líderes da Nigéria, com seu comportamento assertivo, se apropriem seletivamente dos recursos mais valiosos de uma região específica, enquanto permitem que outras regiões se beneficiem exclusivamente de seus próprios recursos. Ele afirma que o governo federal se apropriou injustamente do petróleo na região do Delta do Níger, reivindicando a propriedade para si, utilizando legislações como o Ato de Petróleo de 1966, agora incorporado na seção 44 (3) da constituição de 1999, para justificar essa ação ilegítima. Isso concede ao governo federal a propriedade e autoridade sobre todos os recursos petrolíferos localizados em, sobre ou sob qualquer terra ou água dentro do país. Isso contradiz os padrões internacionais, onde comunidades locais, estados e regiões geralmente possuem seus recursos e pagam impostos e *royalties* ao governo.

Além disso, é evidente que projetos e instituições que poderiam potencialmente beneficiar a economia das comunidades locais também têm sido envoltos em controvérsia devido às ações de funcionários do governo e interesses regionais investidos, que buscam realocar essas entidades e explorar os recursos da população do Delta do Níger. Durante o mandato do ex-presidente Yar'dua, foram feitas tentativas de transferir a Universidade Federal de Recursos Petrolíferos, em Effurun, para Kaduna. No entanto, esses planos foram interrompidos após a pressão de partes interessadas e ativistas da região do Delta do Níger.

Além disso, após a descoberta de ouro em estados como Zamfara e Osun, governadores da região de sul-sul expressaram desaprovação quanto à rapidez com que o governo federal, juntamente com governadores e partes interessadas das regiões do norte e do oeste, estabeleceram estruturas para que esses estados gerenciassem seus recursos minerais. Isso contrasta com o apelo por um federalismo genuíno, que promove o controle de recursos. Essa demanda de longa data da região ainda não recebeu a atenção necessária (Premium Times 2020). Esse clamor pode ser resumido na declaração da Coalizão dos Delta Riverinos<sup>5</sup>, quando argumentaram que:

Eles acham que somos tolos no Delta do Níger? Se o estado de Zamfara possui o ouro, que é um recurso natural ou mineral em sua terra, e o governo está pedindo que eles tragam N5 bilhões em ouro, então o governo federal também deve permitir que o Delta do Níger forneça

---

5 No original: *The Coalition of Riverine Deltans*.

seu petróleo bruto, na quantidade que quiser, já que somos os donos do petróleo (Amaize 2020, s/p)<sup>6</sup>.

Da mesma forma, é importante observar que, durante o período em que amendoim, cacau e produtos de palma eram as principais exportações econômicas da Nigéria, as regiões onde essas *commodities* eram predominantemente cultivadas – nomeadamente o noroeste e o leste – recebiam cada uma 50% da receita de acordo com os princípios de derivação estabelecidos na constituição de 1963. Isso contrasta fortemente com a hesitação do governo em reavaliar a derivação de 13%, que está significativamente aquém dos recursos necessários para o desenvolvimento da região e para promover um sentimento de inclusão dentro do Estado nigeriano. Essa relutância destaca uma clara agenda de interesses setoriais voltada para desviar a riqueza da região do Delta do Níger para beneficiar elites e outras facções regionais. Além disso, o povo Urhobo, um grupo étnico significativo residente na rica região petrolífera do Delta do Níger, está cada vez mais falando sobre seu descontentamento com a falta de representação na liderança da indústria de petróleo e gás. Essa frustração decorre da crença de que eles não estão colhendo os benefícios que sua terra contribui.

Recentemente, a *Urhobo Oil and Gas Nationality* (UOGAN), atuando como um órgão representativo, argumenta que, apesar da contribuição substancial que o povo Urhobo faz para o setor de petróleo e gás, eles são sistematicamente excluídos de cargos decisórios importantes. Como evidência, a UOGAN aponta para a estrutura de liderança da *Nigerian National Petroleum Corporation* (NNPC), a gigante estatal do petróleo. Eles afirmam uma discrepância impressionante, com 36 dos 55 principais cargos executivos ocupados por indivíduos do norte da Nigéria, enquanto apenas 16 representam toda a região sul, que inclui o Delta do Níger. Essa distribuição desigual dos papéis de liderança tem um impacto significativo sobre o povo Urhobo (Urhobo Today 2024). A região do Delta do Níger, onde ocorre a extração de petróleo, fica essencialmente obrigada a competir por um número limitado de cargos restantes. Por implicação, os Urhobo vêem ainda menos oportunidades de avanço dentro da indústria com a qual convivem.

Do ponto de vista político, o argumento da UOGAN vai além da simples insatisfação com as perspectivas de carreira. Ele destaca um problema mais profundo de equidade na distribuição dos benefícios e recursos

---

6 Tradução nossa. No original: “Do they think we are fools in Niger Delta, if Zamfara state owns the gold, which is a natural resource or mineral resource in their land and government is requesting them to bring N5b gold, then, the federal government should also allow Niger Delta to supply it crude oil, whatever quantity they want since we own the oil (Amaize 2020).”

associados à indústria de petróleo e gás. A falta de representação em cargos de liderança levanta preocupações sobre a influência que o povo Urhobo tem sobre as decisões que afetam suas comunidades, seu acesso a especialização dentro da indústria e, em última instância, os benefícios econômicos que poderiam ser direcionados ao povo Urhobo como um todo. A voz da UOGAN se junta a um crescente coro que clama por uma abordagem mais equilibrada e inclusiva na liderança do setor de petróleo e gás da Nigéria, com o potencial de abordar tensões regionais e garantir uma distribuição mais justa da riqueza gerada por esse recurso crítico.

Considerando essas experiências compartilhadas, o caso dos Urhobos pode ser visto como representativo de uma tragédia maior dos bens comuns que está se desenrolando no Delta do Níger. Vários grupos étnicos provavelmente estão sofrendo com a falta de controle sobre seus recursos, a representação inadequada dentro da indústria e as consequências ambientais negativas da extração de petróleo. A menos que seja conduzida por meio de uma abordagem mais inclusiva e equitativa, essa situação ameaça perpetuar ressentimentos e potencialmente levar a mais instabilidade na região.

## Conclusão

Em suma, o artigo argumenta que a situação na região do Delta do Níger é complexa, com os recursos nacionais destinados ao benefício da região frequentemente desviados para servir aos interesses de facções seccionais, elitistas, políticas e econômicas, tanto internas quanto externas. Essa dinâmica tem consequências profundas e prejudiciais para a região. Essencialmente, ilustra um paradoxo da “tragédia dos bens comuns”, onde, apesar da fragmentação política e dos interesses seccionais dentro do Estado nigeriano, essas elites permanecem unidas na exploração dos recursos da região para seu próprio benefício. É notável que a região detém cerca de 25% das reservas de petróleo do país, incorporando a contradição flagrante do “paradoxo da abundância”. Apesar da imensa riqueza em recursos, o Delta enfrenta pobreza generalizada, degradação ambiental e agitação social. Esse fenômeno complexo expõe como a abundância pode, ironicamente, prejudicar o desenvolvimento. Em vez de promover a prosperidade, a riqueza do petróleo no Delta do Níger tem alimentado a pobreza. O desemprego permanece alto, superando a média nacional, enquanto necessidades básicas como água potável e eletricidade confiável permanecem elusivas. Essa disparidade surge da distribuição desigual dos benefícios dos recursos. As receitas do petróleo frequentemente contornam as comunidades locais, enriquecendo

elites e corporações multinacionais enquanto deixam pouco para o desenvolvimento local e a satisfação das necessidades da comunidade.

Recomenda-se que tanto o governo quanto as partes interessadas demonstrem um compromisso genuíno em encarar os desafios enfrentados pela região. Um passo crucial para o desenvolvimento da região é revisitar e reavaliar o Projeto de Lei da Indústria do Petróleo (*Petroleum Industry Bill*). A consideração acelerada deste projeto de lei deve priorizar o desenvolvimento das comunidades produtoras de petróleo, beneficiando assim os estados nos quais estão situadas. A implementação completa da lei serviria como um catalisador significativo para o desenvolvimento não apenas da região do Delta do Níger, mas também de outras regiões que buscam aproveitar seus recursos naturais para o progresso.

## Recomendação

Essa pesquisa destaca a importância de garantir uma participação política mais inclusiva para o povo do Delta do Níger dentro da Nigéria. Para enfrentar efetivamente os desafios complexos da região, é necessário adotar uma abordagem abrangente. O governo deve focar no controle dos recursos, na transparência e na responsabilidade na gestão das receitas do petróleo. Além disso, investir em capital humano, infraestrutura e sustentabilidade ambiental é vital para o avanço da região. As empresas de petróleo devem priorizar a responsabilidade social corporativa, a proteção ambiental e a colaboração ativa com as comunidades locais. Por sua vez, as comunidades do Delta do Níger devem trabalhar no fortalecimento da sua unidade, diversificação de suas economias e engajamento em um diálogo construtivo com as partes interessadas. A colaboração entre esses grupos é crucial para alcançar um futuro mais equitativo e sustentável para a região. No entanto, é importante enfatizar que, embora a participação política e os planos de desenvolvimento sejam essenciais, a determinação para implementar esses projetos é igualmente importante. O compromisso de executar essas agendas de desenvolvimento não pode ser subestimado.

## REFERÊNCIAS

Adams, John. 2012. *Nigeria's Oil Economy: Impact and Challenges*. Lagos: University Press.

- Amaize, Emma. 2020. "As Zamfara Controls Gold, N'Delta States Should Manage Crude Oil, Gas - CoRN". *Vanguard News*. 12 de outubro. <https://www.vanguardngr.com/2020/10/as-zamfara-controls-gold-ndelta-states-should-manage-crude-oil-gas-corn/>.
- Auty, R. M. 1993. *Sustaining Development in Mineral Economies: The Resource Curse Thesis*. Routledge.
- Banigo, Youpele. 2012. "Reflections on Ijo struggle for self-determination in Nigeria." *The Dynamics of Inter-Group Relations in Nigeria since 1960*. 315-332.
- Brown, Sarah. 2018. *The Role of Oil in Nigeria's Economic Development*. Chicago: Academic Publishing.
- Channels Television. 2014. "Bugaje Says Nigeria's Crude Oil Belongs To The North". *Channels Television*. 11 de março. <https://www.channelstv.com/2014/03/11/bugaje-says-nigerias-crude-oil-belongs-to-the-north/>.
- Davis, Michael. 2019. *The Economic Significance of Nigeria's Oil Industry*. New York: Global Publishers.
- Falola, Toyin. 2021. "The Political Economy of Oil." Chapter. Em *Understanding Modern Nigeria: Ethnicity, Democracy, and Development*, 285-313. Cambridge: Cambridge University Press. doi:10.1017/9781108936866.013.
- Green, David. 2015. *Infrastructure Development and Economic Growth in Nigeria*. Londres: Economic Studies Press.
- Hardin, G. 1968. The Tragedy of the Commons. *Science*, 162(3859), 1243-1248.
- Human Rights Watch. 2002. "The Niger Delta: No Democratic Dividend". Vol. 14, No. 7 (A). Nigeria: Human Rights Watch. <https://www.hrw.org/reports/2002/nigeria3/Nigeria1002-03.htm>.
- Ibaba, Samuel, ed. 2008. "The Nigerian State, Oil Industry And The Niger Delta." *International Conference on the Nigerian State, Oil Industry and the Niger Delta*, Department of Political Science, Niger Delta University, Bayelsa State at the Glory Land Cultural Centre, 2008.
- Igoni, Daniels. 2020. "Northern Nigeria Encouraged Isaac Boro's 12-Day Revolution –Brother, David". *Punch Newspapers*. 10 de janeiro. <https://punchng.com/northern-nigeria-encouraged-isaac-boros-12-day-revolution-brother-david/>.
- Ikein, Augustine A., Diepreye SP Alamieyeseigha, e Steve S. Azaiki, eds. 2008. *Oil, democracy, and the promise of true federalism in Nigeria*. University Press of America.
- Ikporukpo, C. O. 2018. "From Adaka Boro to the Niger Delta Avengers: The dynamics and management of the revolt in Nigeria's Niger Delta." *International Journal of African and Asian Studies* 43: 35-48.
- Jones, Robert. 2017. *Oil and Industrialization in Nigeria: A Historical Perspective*. Oxford: Oxford University Press.

- Owhoko, Michael. 2022. "Oil Belongs to Niger Delta People, Not Nigeria". TheCable. 26 de janeiro. <https://www.thecable.ng/oil-belongs-to-niger-delta-people-not-nigeria/>.
- Lee, James. 2013. "Employment Effects of the Oil Sector in Nigeria". Cambridge: Cambridge University Press.
- Nairaland Forum. 2017. "Biafra Receives Knock As South-south Disown Secession Plans - Politics - Nigeria". Nairaland Forum. <https://www.nairaland.com/3835044/biafra-receives-knock-south-south-disown>.
- Premium Times. 2020. "Nigeria Allowing Zamfara Control Its Gold While Niger-Delta Oil Is for Nation -- Okowa". Premium Times Nigeria (blog). 12 de novembro. <https://www.premiumtimesng.com/news/top-news/425809-nigeria-allowing-zamfara-control-its-gold-while-niger-delta-oil-is-for-nation-okowa.html>.
- Robinson, Emma. 2016. "Advancements in Education and Technology in Nigeria". Boston: Academic Books.
- Ross, M. L. 2001. Does Oil Hinder Democracy? *World Politics*, 53(3), 325-361.
- Sachs, J. D., e Warner, A. M. 1997. Natural Resource Abundance and Economic Growth. *Center for International Development and Harvard Institute for International Development*.
- Smith, James. 2005. *The Impact of Crude Oil on Nigeria's Economy*. Lagos: Economic Research Institute.
- Urhobo Today. 2024. "Ominimini Accuses FG, Delta Govt Of Marginalising Urhobo People". *Urhobo Today*. 24 de julho. <https://urhobotoday.com/omimini-accuses-fg-delta-govt-of-marginalising-urhobo-people/>
- Wangbu, J. K. 2018. "The Niger Delta Paradox: Impoverished in the Midst of Abundance". Safari Books Ltd.
- Watts, M. 2004. Resource Curse? Governmentality, Oil and Power in the Niger Delta, Nigeria. *Geopolitics*, 9(1), 50-80.
- White, Jennifer. 2014. "Transportation Infrastructure in Nigeria: Challenges and Solutions". Washington, D.C.: Policy Publications.

## RESUMO

As abundantes reservas de petróleo da Nigéria posicionaram o país como um ator importante no cenário global de energia. No entanto, por trás dessa riqueza de recursos, há uma complexa rede de desafios que tem atraído atenção internacional. Por meio de uma abordagem analítica e descritiva, esta pesquisa explora as dinâmicas multifacetadas da indústria petrolífera da Nigéria sob a ótica da "tragédia dos bens comuns". Ao examinar as dimensões histórica, econômica, ambiental e social, este estudo busca revelar a extensão em que o fenômeno da "tragédia dos bens comuns" opera no complexo petrolífero da Nigéria. A pesquisa explora as consequências da má gestão dos recursos, degradação ambiental e desigualdades sociais que surgiram

como resultado. O objetivo é contribuir para uma compreensão mais profunda das questões de sustentabilidade e governança que afetam uma das nações mais ricas em petróleo do mundo e fornecer insights valiosos para formuladores de políticas, acadêmicos e partes interessadas preocupados com o futuro da indústria petrolífera da Nigéria.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Tragédia. Bens comuns. Delta do Níger. Recurso. Petróleo bruto.

*Recebido em 05 de julho de 2024*

*Aceito em 13 de agosto de 2024<sup>7</sup>*

*Traduzido por Gabriela Gampe Bonness*

---

<sup>7</sup> Como citar: Ariye, Ekpotuatin Charles, e Green Kevwe Abenabe. 2024. “Complexo Petrolífero da Nigéria: a tragédia dos comuns”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 123-138. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.141137>.

# OS DESAFIOS DA TRANSUMÂNCIA E DA SEGURANÇA INTERNA NA NIGÉRIA: IMPLICAÇÕES PARA A SEGURANÇA ALIMENTAR NA ZONA GEOPOLÍTICA SUL-SUL

Endurance Nogiomwan Aigbe<sup>1</sup>

Joseph Aihie<sup>2</sup>



## Introdução

A transumância induziu um grau variável de conflito interno e insegurança na parte norte da Nigéria e, conseqüentemente, se deslocou para a parte sul por meio da região centro-norte. Atualmente, em todo o país, os jornais e a mídia estão repletos de diversas histórias de incêndios criminosos, sequestros, disparos indiscriminados contra fazendeiros desarmados e assassinatos de diferentes magnitudes. Esses atos covardes são perpetrados principalmente por pastores inescrupulosos ou milícias de pastores que andam com pistolas e com outros armamentos sofisticados (Aigbe e Akenzua 2020). Embora o roubo e o furto de gado não tenham acentuado o processo de alcançar uma trégua entre as partes em conflito, os pastores, que são os principais agressores no conflito, recorreram ao uso de meios horríveis para desencadear o terror sobre os agricultores civis. A implicação disso é que estão sendo registradas muitas baixas em termos de mortes.

Somente em 2018, o número de mortes resultantes do confronto entre pastores e fazendeiros foi seis vezes maior do que o número de mortes

<sup>1</sup> Departamento de Administração Pública, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade do Benim. Cidade do Benim, Nigéria. E-mail: endurance.aigbe@uniben.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0420-3780>.

<sup>2</sup> Departamento de Ciências Políticas, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade do Benim. Cidade do Benim, Nigéria. E-mail: joseph.aihie@uniben.edu. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6984-2079>.

causadas pelo grupo terrorista Boko Haram no mesmo período. Entre janeiro e setembro de 2018, o número de mortos foi de 1.750. Esse número superou as 1.229 mortes em 2014, quando a crise estava em seu auge (Global Terrorism Index 2015). Além disso, mais de 62.000 pessoas, incluindo crianças, foram deslocadas internamente no mesmo período em Kaduna, Benue e Plateau (Kwaghga 2018). De acordo com o Escritório Europeu de Apoio ao Asilo<sup>3</sup> (EASO 2021, 46), a ameaça matou mais de 10.000 pessoas na última década. Nesse período, 4.000 pessoas foram mortas entre 2016 e todo o ano de 2017 e 2018. Além disso, 616 fatalidades foram documentadas em 2020 e 549 no ano anterior, 2019. Além dos confrontos com os fazendeiros, os elementos transumantes também cometem atos de banditismo e violência terrível contra civis. De acordo com a Localização de Conflitos Armados e Dados de Eventos<sup>4</sup> (ACLED 2020), as milícias criminosas perpetraram 602 incidentes de ataques violentos contra civis: 307 em 2018, 102 em 2019 e 193 em 2020. Esses ataques constituem outras formas de crime organizado, na forma de ataques de roubo a comunidades, intimidação e provocação de medo, estupro, sequestro e assim por diante.

Esses ataques violentos e terríveis de pastores criminosos contra comunidades agrícolas impediram que os agricultores tivessem acesso às suas terras para cultivo, aumentando assim a pobreza e a fome, o que resulta em insegurança alimentar. Em uma época em que a agricultura é vista como uma verdadeira alternativa para a diversificação econômica, questões como essa só podem servir como um obstáculo para o progresso, apesar da formulação de várias políticas agrícolas. De acordo com Nwozor, Olanrewaju e Ake (2019, 10, tradução nossa<sup>5</sup>), “o principal impulso do renascimento agrícola da Nigéria é diversificar sua economia, fazendo da agricultura o centro do crescimento econômico e, ao mesmo tempo, alcançar um país sem fome (um país sem fome é aquele que tem segurança alimentar)”. A segurança alimentar foi priorizada como uma estrutura de política nacional iminente no país, considerando o fato de que uma grande parte de sua população de 200 milhões de habitantes está em situação de insegurança alimentar (FMARD 2021). Apesar de suas dotações agroecológicas favoráveis, a insegurança alimentar ainda é uma grande preocupação para o governo devido à sua prevalência no país.

3 No original: “*European Asylum Support Office*”.

4 No original: “*Armed Conflict Location and Event Data*”.

5 No original: “*the key thrust of Nigeria’s agricultural renaissance is to diversify its economy by making agriculture the hub of economic growth while also achieving a hunger-free country (a hunger-free country is one that is food secure)*” (Nwozor, Olanrewaju, e Ake 2019, 10).

Como observaram Fadare *et al.* (2019, 29, tradução nossa<sup>6</sup>), “a Nigéria tem uma área total de 92,4 milhões de hectares, dos quais apenas cerca de 32 milhões de hectares, ou 34,63%, estão sendo cultivados”. Apenas com essa observação, pode-se deduzir que o país já não tem os recursos necessários para atender às necessidades nutricionais de sua população, tornando a indisponibilidade de alimentos a ordem do dia. De acordo com a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (2017, tradução nossa<sup>7</sup>), “entre 2004 e 2006, o número total de nigerianos desnutridos devido à sua incapacidade de acessar alimentos foi de 9,1 milhões”. Entre 2016 e 2018, esse número subiu para 25,6 milhões (Nwozor, Olanrewaju e Ake 2019). Obviamente, essa é uma tendência de queda em termos de desenvolvimento, e a implicação é que há uma enorme lacuna entre a demanda por alimentos e o fornecimento deles.

Até 2018, o conflito entre agricultores e pecuaristas estava confinado principalmente às zonas noroeste, nordeste e Cinturão Médio do país. Entretanto, do final de 2017 ao início de 2018, o conflito se expandiu para o sudoeste, sudeste e sul-sul da Nigéria (EASO 2021). Até o momento, ele continua se espalhando como um incêndio e, portanto, tornou-se uma ameaça nacional. Os agricultores têm medo de ir para suas terras devido ao alto nível de insegurança perpetrado por elementos transumantes. Várias tentativas acadêmicas de fornecer informações sobre essa ameaça giraram em torno da posse da terra, etnia, escassez de recursos, mudança climática e outras causas. Aqueles que tentaram relacionar a questão à segurança alimentar estavam particularmente interessados nas sub-regiões nordeste e centro-norte da Nigéria. É nesse contexto que este estudo procurou avaliar o nível de dano humanitário causado pela crise entre agricultores e pastores e seus impactos sobre as atividades agrícolas na área sul-sul da Nigéria. Além disso, examinou a natureza da resposta das partes interessadas para acabar com as rixas entre fazendeiros e pastores e garantir a disponibilidade de alimentos na Nigéria.

À luz dos objetivos acima, a pesquisa estudou questões como: até que ponto os danos humanitários causados pelo conflito entre agricultores e pastores afetaram as atividades agrícolas no sul-sul da Nigéria? Em segundo lugar, como as partes interessadas reagiram para acabar com o conflito entre fazendeiros e pastores de modo a garantir a disponibilidade de alimentos com referência à zona geopolítica Sul-Sul? Além disso, a pesquisa levantou a hipótese de que, por um lado, não há relação entre a transumância e a

6 No original: “Nigeria has a total landmass of 92.4 million hectares, out of which only about 32 million hectares, or 34.63 percent, are being cultivated” (Fadare *et al.* 2019, 29).

7 No original: “between 2004 and 2006, the total number of undernourished Nigerians due to their inability to access food was 9.1 million” (FAO 2017).

insegurança alimentar na zona sul-sul da Nigéria. Por outro lado, a hipótese é de que não há relação entre insegurança e atividades agrícolas no sul-sul da Nigéria. O inverso dessas hipóteses também foi testado no estudo.

## Transumância e segurança interna: uma base conceitual e teórica

A transumância e a segurança interna são conceitos abrangentes que não são passíveis de uma definição única. Isso se deve ao fato de que os conceitos, independentemente, possuem uma cobertura mais ampla enquanto fornecem vínculos em vários aspectos. Por exemplo, Akpen (2019, 53, tradução nossa<sup>8</sup>) argumentou que “há várias questões conceituais (mobilidade, modernização e paradigma de estímulo) que atraem nossa curiosidade intelectual e que podem ser usadas para descrever a transumância”. Nesse sentido, a transumância é definida como a prática ou ação de mover o gado de um local de pastagem para outro em um ciclo sazonal, normalmente para terras baixas no inverno e terras altas no verão (FAO 2017). De acordo com Ayantunde *et al.* (2011), a transumância pode ser vista como um sistema de produção de gado caracterizado pelo movimento sazonal e cíclico de graus variados entre áreas ecológicas complementares. Esse movimento é inspirado principalmente por mudanças climáticas desfavoráveis que expõem a parcimônia da natureza em termos de distribuição de chuvas. É por isso que Akpen (2019, 45, tradução nossa<sup>9</sup>) argumentou que “a transumância é uma resposta aos desafios ecológicos, agrícolas, de saúde e socioculturais”.

A segurança interna, por outro lado, constitui outra viagem intelectual que atraiu várias tentativas de definição. Isso ocorre porque o termo “segurança” é um conceito amplo que não é passível de uma definição única. É por isso que Degaut (2015, 9, tradução nossa<sup>10</sup>) argumentou que “definir segurança não é uma questão fácil, já que o termo teve muitos significados diferentes para pessoas diferentes em lugares diferentes e em épocas diferentes ao longo da história humana”. Tradicionalmente, o termo segurança era

8 No original: “*there are varied conceptual issues (mobility, modernization and stimulus paradigm) that catch our intellectual curiosity which can be used to describe transhumance*” (Akpen 2019, 221).

9 No original: “*transhumance is a response to ecological, agricultural, health and socio-cultural challenges*” (Akpen 2019, 45).

10 No original: “*defining security is not an easy matter, since the term has had many different meanings to different people in different places and different times over the course of human history*” (Degaut 2015, 9).

concebido como a compreensão das capacidades militar, econômica e política de um Estado de se defender contra insurreições externas. Entretanto, com o surgimento da nova ordem mundial e do liberalismo, a segurança tende a transcender a abordagem convencional centrada no Estado para uma abordagem mais humanística. Nesse sentido, o termo segurança é subdividido em duas formas distintas, que são: segurança nacional e segurança humana. A primeira constitui toda a gama de poder e capacidade militar, enquanto a segunda constitui parâmetros que medem o desenvolvimento do capital humano e o crescimento da sociedade em termos de segurança econômica, de saúde, ambiental, alimentar etc.

Assim, as preocupações com o homem comum agora orientam o conceito de segurança. Por implicação, Adams (2019, 221, tradução nossa<sup>11</sup>) afirma que “a segurança interna deve estar relacionada à capacidade do Estado de desempenhar a função de proteger o bem-estar de seu povo”. Para Prakash (2016), a segurança interna pode ser definida como o ato de manter a paz dentro das fronteiras de um Estado soberano ou de outros territórios autônomos, em geral, por meio da manutenção da lei nacional e da defesa contra ameaças à segurança interna. Nwolise (2008) corroborou esse ponto de vista ao afirmar que a segurança interna implica que os órgãos de segurança de uma nação sejam capazes de combater assaltos à mão armada, tumultos religiosos e étnicos, conflitos comunitários e entre comunidades, insurreição armada, rebelião, insurgência, terrorismo, desastres naturais etc.

A relação entre a transumância e os desafios de segurança interna não pode ser exagerada. Além das hordas de formações de grupos cruéis, violentos e virulentos no Sahel, algumas pessoas atribuíram a prevalência da violência nos conflitos entre fazendeiros/comunidades e pastores aos terríveis migrantes transumantes que chegam continuamente em maior número ao centro e ao sul da Nigéria, principalmente pelo nordeste. De acordo com Ikelegbe (2019, tradução nossa<sup>12</sup>), “esses migrantes transumantes são vistos como mais agressivos, impacientes e brutais, enquanto os crimes cometidos por eles tendem a ser mais indiscriminados, atroz, horrendos e destrutivos”. Outros estudiosos (Agbu, Musa e Zhema 2020) acreditam que os migrantes transumantes são, em sua maioria, remanescentes da Líbia devastada pela guerra e de outros países do Sahel, dos quais a Nigéria é vítima. Sua migração para o país e a conseqüente disseminação para o sul da Nigéria são auxiliadas

11 No original: “internal security must be related to the ability of the state to perform the function of protecting the well-being of its people” (Adams 2019, 221).

12 No original: “these transhumant migrants are perceived to be more aggressive, impatient and brutal while crimes perpetrated by them tend to be more indiscriminate, atrocious, horrendous and destructive” (Ikelegbe 2019).

por fronteiras porosas, o que leva à formação de grupos armados e à disponibilidade de armas ilícitas para a perpetração de violência e criminalidade. Essa situação não permite uma compreensão fácil da natureza da transumância, que é bem conhecida das comunidades e de outras áreas agrícolas. A noção atual é que a safra atual de pastores não representa de forma alguma os nômades tradicionais, conhecidos por se locomoverem com varas e gado.

Em vez disso, os novos constituem elementos estranhos com características desprezíveis, tais como: empunhar munição de AK47, ilegalidade (Ikelegbe 2019), levar os rebanhos para as principais ruas e locais públicos, como escolas e mercados, e usar os rebanhos para bloquear rodovias para a prática de delitos (Eke 2018; Aghedo 2017). As horrendas atividades de pastoreio dos elementos transumantes, que resultam na destruição desenfreada de plantações e terras agrícolas, levaram a confrontos violentos entre as partes em conflito. Além disso, os pastores são endurecidos pelas condições adversas de suas ocupações e estilos de vida e pela privação relativa, pelo isolamento e pela falta de comodidades básicas que enfrentam. Ademais, há uma grande controvérsia de que a opressão e a marginalização percebidas pelos pastores são ainda mais acentuadas pela contínua perda de seu rebanho bovino devido ao roubo de gado, à insegurança e ao declínio das rotas de pastagem. O efeito resultante dessa acusação e contra-acusação é o conflito devastador entre fazendeiros e pastores, que resultou na perda de vidas e propriedades.

Teoricamente, várias vertentes conceituais têm sido usadas para explicar o conflito da transumância. Muitas delas se concentraram e giraram em torno da tradição intelectual do neomalthusianismo, que enfatiza o uso de recursos, a escassez ambiental e os fatores de crescimento populacional (Homer-Dixon 1994; Moritz 2010). Essa tradição reducionista tem colocado uma questão teórica e metodológica crítica em uma situação em que o fenômeno é contagioso regionalmente (Nwangwu, Mbah e Ezugworie 2020). Nesse contexto, esta pesquisa adotou a teoria do estrutural-funcionalismo.

O funcionalismo estrutural é uma teoria que tende a explicar a sociedade com base na existência de estruturas e nas funções que elas desempenham. Historicamente, ela pode ser atribuída ao trabalho de Talcott Parson, no século 18, e foi posteriormente desenvolvida por outros estudiosos, incluindo Bronislaw Malinowski e Radcliffe Brown. Foi Parson quem argumentou que a sociedade consiste em quatro estruturas, sendo que cada uma delas desempenha uma função específica. As estruturas, de acordo com Parson, incluem: economia; política; lei e controle social; e, por fim, compromisso cultural e motivacional. Cada uma dessas estruturas é destinada a desempe-

nhar funções específicas, a saber: adaptação, alcance de metas, integração e manutenção de padrões (Varma 1975, 200).

Desde a análise de Parson sobre as estruturas e as funções que elas desempenham na sustentação do sistema, outros estudiosos apresentaram suas próprias perspectivas sobre a funcionalidade do sistema social. Além de Gabriel Almond e David Easton, que introduziram a análise funcional no domínio da ciência política por meio da teoria dos sistemas, Radcliffe-Brown também deu uma visão sobre a explicação do funcionalismo estrutural.

De acordo com Turner (2012), na explicação de função de Radcliffe-Brown, a ideia de estrutura está incluída. Essa estrutura compreende várias entidades que mantêm a existência contínua da ordem social. Nesse sentido, ele fez três resumos básicos de sua própria abordagem da teoria funcional. As suposições são:

1. A integração e a coordenação mínima das partes de uma sociedade representam os únicos critérios para sua existência.
2. O termo função engloba as interações que facilitam a manutenção dessa integração necessária.
3. Em cada sociedade, pode-se dizer que as características estruturais contribuem imensamente para a manutenção da integração necessária.

A perspectiva da teoria de Radcliffe-Brown foca seus holofotes nos pré-requisitos sob os quais as estruturas sociais são mantidas. Nesse sentido, ele sugeriu que certas leis regulam o funcionamento das sociedades. Em seguida, ele fez uma pequena modificação na ideia de necessidade e a substituiu por “condições necessárias” para a existência das sociedades humanas. Como tal, essas condições podem ser descobertas por meios científicos adequados de aquisição de conhecimento ou ciência. Ele argumentou que a analogia orgânica deveria ser usada de forma cuidadosa entre os acadêmicos. Basicamente, o princípio do estrutural-funcionalismo é que a sociedade é composta de partes interconectadas em termos de estruturas. A interdependência e a interação das estruturas, em termos das funções que desempenham, ajudam a garantir o bom funcionamento da sociedade e a assegurar a sua unidade.

Quando isso é trazido para o domínio da transumância, cria-se uma rede de três unidades de análise que, nesse contexto, são a estrutura. São elas: as instituições dos pastores, as instituições dos fazendeiros e o governo. Essas diversas estruturas existem para desempenhar papéis e funções variadas. Enquanto os pastores são conhecidos por aproveitar o gado e a criação de animais para o fornecimento de pele e rebanhos, os fazendeiros têm a

função de fornecer colheitas de dinheiro e alimentos para fins comerciais ou de subsistência para o bem da sociedade. Além disso, o governo, como estrutura, existe para fornecer comodidades sociais que garantam o bom funcionamento e o desempenho das outras duas estruturas. Ele também funciona para minimizar os atritos entre as outras estruturas, garantindo a segurança de vidas e propriedades e assegurando a facilidade de fazer negócios entre essas outras estruturas. Em caso de distorção, a estrutura é capaz de absorver o estresse e retornar ao equilíbrio quando cada parte desempenha suas funções de forma eficaz. No entanto, a crise da transumância na Nigéria persiste devido à incapacidade das unidades de desempenharem suas funções. Há uma contínua transgressão das funções de cada estrutura que tende a aquecer a parte mais fraca da estrutura social. Isso explica os confrontos incessantes entre fazendeiros e pastores.

## Metodologia

Este estudo utilizou o projeto de pesquisa transversal/levantamento com uma combinação de estratégias de pesquisa quantitativa e qualitativa. A população do estudo foi de 1.780.579 pessoas, enquanto o tamanho da amostra foi de cerca de 1.200 pessoas usando a técnica de amostragem de vários estágios. Essa amostra, derivada da fórmula Taro Yamane, foi distribuída em nove áreas de governo local (três cada) em três estados do sul-sul da Nigéria: Edo, Delta e Rivers. Embora o questionário tenha sido o principal instrumento de coleta de dados, a entrevista em profundidade (IDI<sup>13</sup>) também foi usada para obter informações de fazendeiros, agentes de segurança (polícia e vigilantes), pastores e outros que estão a par da ameaça da transumância. As informações coletadas nos questionários e na entrevista em profundidade foram complementadas com dados de fontes secundárias, que incluem: artigos de periódicos, fontes on-line, livros, monografias, relatórios anuais, etc. Além disso, as hipóteses foram testadas usando o coeficiente de correlação de Pearson com o auxílio do *Statistical Package for Social Sciences* (SPSS).

O foco da pesquisa é a zona geopolítica Sul-Sul da Nigéria. A região recebeu atenção porque é a mais próxima do centro-norte e, portanto, constitui um caminho pelo qual os elementos transumantes migram para o sul. Além disso, a zona sul possui condições climáticas favoráveis, com a maior precipitação anual. De acordo com Adewole e Serifat (2015, 100), a região apresenta uma precipitação média anual de 737,84 milímetros, em compa-

---

13 No original: “*in-depth interview*”.

ração com o segundo colocado, o Sudeste, com 442,36 milímetros. Essas estatísticas tornam o sul-sul um terreno fértil para que os pastores possam pastorear seu gado devido à abundância de chuvas para a produção de grama. Dentro da zona geopolítica Sul-Sul, os estados de Edo, Delta e Rivers representam o domínio da análise do estudo de caso e do trampolim. Isso se deve ao fato de que, de acordo com o *The Guardian* (2020), os estados de Edo e Delta são os mais atingidos pelo ataque de atividades de pastores e banditismo, enquanto o estado de Rivers foi selecionado com base em suas terras agrícolas aráveis e férteis. Isso pode se dever, em parte, ao fato de que o estado de Edo é o primeiro ponto de escala do centro-norte e, portanto, serve como rota migratória.

## Teste de hipóteses

### Hipótese 1

H<sub>01</sub> - Não há relação significativa entre as atividades de transumância e a insegurança alimentar no Sul-Sul.

H<sub>11</sub> - Há uma relação significativa entre as atividades de transumância e a insegurança alimentar no Sul-Sul.

		Atividades de transumância	Insegurança alimentar
Atividades de transumância	Correlação de Pearson	1	.751**
	Sig. (bicaudal)		.000
	N	1039	1039
Insegurança alimentar	Correlação de Pearson	.751**	1
	Sig. (bicaudal)	.000	
	N	1039	1039

\*\* . A correlação é significante ao nível de 0.01 (bicaudal).

Há uma relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis ( $p < 0,001$ ). A direção da relação é positiva. Existe uma forte relação positiva entre as atividades de transumância e a insegurança alimentar, o que significa que essas variáveis tendem a aumentar juntas. Assim, o aumento positivo nas atividades de transumância leva a um aumento correspondente na insegurança alimentar no sul. Portanto, o estudo rejeita a hipótese nula e

aceita a hipótese alternativa que afirma que há uma relação significativa entre as atividades de transumância e a insegurança alimentar na região Sul-Sul.

## Hipótese 2

H02 - Não há relação significativa entre insegurança e menos atividades agrícolas no Sul-Sul.

Hr2- Há uma relação significativa entre insegurança e menos atividades agrícolas no Sul-Sul.

		Insegurança	Menos atividades agrícolas
Insegurança	Correlação de Pearson	1	.723**
	Sig. (bicaudal)		.000
	N	1039	1039
Atividades agrícolas	Correlação de Pearson	.723**	1
	Sig. (bicaudal)	.000	
	N	1039	1039

\*\* . A correlação é significativa no nível de 0.01 (bicaudal).

Há uma relação estatisticamente significativa entre as duas variáveis ( $p < 0,001$ ). A direção da relação é positiva. Existe uma forte relação positiva entre a insegurança e as atividades agrícolas, o que significa que essas variáveis tendem a aumentar juntas. Isso significa, portanto, que um aumento na insegurança leva a um aumento correspondente em menos atividades agrícolas. Assim, o estudo rejeita a hipótese nula e aceita a hipótese alternativa que afirma que há uma relação significativa entre insegurança e menos atividades agrícolas no Sul-Sul.

## Discussão dos resultados

Sobre a natureza do conflito induzido pela transumância entre agricultores e pastores e seus impactos na segurança alimentar na região sul-sul da Nigéria, o estudo revelou que as atividades agrícolas foram reduzidas na zona sul-sul da Nigéria devido à crise da transumância, que se metamorfoseou em insegurança alimentar na região. Assim, o estudo estabeleceu que há uma forte relação positiva entre as atividades de transumância e a inse-

gurança alimentar na região Sul-Sul com 0,712 (71% de correlação) no nível de significância ( $p > 0,001$ ). Para confirmar a posição deste estudo, Erunke e Aku (2022, 23, tradução nossa<sup>14</sup>) observaram “que o baixo nível de produção agrícola, devido a ataques de pastores, por exemplo, juntamente com uma taxa de crescimento populacional crescente na Nigéria, provavelmente levará a uma crise alimentar e a um nível de desemprego mais alto”. Seu estudo examinou as implicações do conflito entre fazendeiros e pastores sobre a segurança alimentar no estado de Benue, no centro-norte da Nigéria. Aso e Udosen (2021, 17, tradução nossa<sup>15</sup>) afirmaram que “a crise nigeriana entre pastores e agricultores pode ser interpretada como uma questão de obtenção de terras para a sobrevivência econômica”. A implicação disso é que há tensões políticas, econômicas e ambientais endêmicas no país e grave insegurança alimentar, principalmente no Cinturão Médio e no sul da Nigéria, desde o retorno da democracia em 1999. Além disso, Gordon (2000) afirma que os conflitos são provocados pelo gado dos pastores que destroem as terras agrícolas. Os pastores, é claro, são nômades que saem de seus lares habituais em busca de pastagens mais férteis para seus rebanhos de gado.

Essa opinião foi corroborada por um entrevistado que lamentou:

[...] essas pessoas são perversas. Elas simplesmente entram em nossa fazenda nesta comunidade e usam suas vacas para destruir nossas plantações. Se você falar, eles dirão que são os donos da Nigéria e que não podem lhes fazer nada. Houve um dia em que eles mataram um homem aqui e cortaram a mão de outra pessoa com um fósforo em outra ocasião porque a pessoa discutiu e brigou com eles. Não sabemos nem mesmo o que fazer agora. Eu, por exemplo, tenho medo de ir para a fazenda por causa do medo. Meus filhos não estão aqui, ninguém vai lutar por mim (IDI 2 2023<sup>16</sup>, tradução nossa<sup>17</sup>).

14 No original: “*that the low level of agricultural production, due to attacks from herdsmen, for example, coupled with a rising population growth rate in Nigeria, is likely to lead to a food crisis and a higher unemployment level*” (Erunke e Aku 2022, 23).

15 No original: “*that the Nigerian herder-farmer crisis can be interpreted as an issue of obtaining land for economic survival*” (Udosen 2021, 17).

16 Entrevista em profundidade. São respostas que foram geradas pelos entrevistados durante a entrevista durante a pesquisa.

17 No original: “[...] *those people are wicked o. They just enter our farm in this community and use their cow to destroy our crops. If u talk, they will say they are the ones that own Nigeria and they cannot do them anything. There was a day they killed one man here and cut another person's hand with matchet on another occasion because the person argued and fought with them. We don't even know what to do now. Me for example, I am scared to go to the farm because of fear. My children are not here, nobody will fight for me*” (IDI 2 2023).

Ao ser questionado sobre a natureza do conflito entre fazendeiros e pastores que contribuiu para a insegurança alimentar na região, um homem de 58 anos apoiou a opinião anterior ao afirmar que:

Meu filho, minha produção realmente caiu. Na verdade, estamos sofrendo nesta aldeia. Todas essas pessoas Fulani são muito prejudiciais para nós. No ano passado, plantei legumes, milho e melão. Quando estavam crescendo, eles trouxeram suas vacas e destruíram tudo. Naquele período, não tive nenhuma colheita. Costumávamos levar algumas para o mercado para vender, mas naquele ano não colhemos nem uma única vez (IDI 2 2023, tradução nossa<sup>18</sup>).

Para investigar como o conflito afetou sua produção agrícola, seja para venda ou consumo pessoal, o primeiro entrevistado afirmou que:

Antes, eu costumava colher mandioca e inhame para vender porque é o que eu cultivo. Mas agora, até para conseguir o inhame para comer é difícil. Minha renda diminuiu por causa disso e as coisas agora estão muito caras (IDI 1 2023, tradução nossa<sup>19</sup>).

Explorando o nível de dano humanitário causado pela crise entre agricultores e pastores e seus impactos sobre as atividades agrícolas no sul da Nigéria, o estudo estabeleceu que o desafio de segurança interna representado pelo conflito entre agricultores e pastores desencoraja as pessoas a se dedicarem à agricultura, o que levou a um aumento constante nos preços da produção agrícola e pecuária no sul da Nigéria. Com o coeficiente de correlação de 0,723 no nível ( $p < 0,001$ ), o estudo revelou que há uma forte relação positiva entre insegurança e menos atividades agrícolas na região Sul-Sul.

Esse resultado foi ainda mais reforçado por um homem de 36 anos que afirmou que:

No nosso vilarejo, não podemos ir à fazenda. Não podemos ir de jeito nenhum. Sempre somos atacados e, às vezes, nossas mulheres também são estupradas. Um dia, minha mãe foi estuprada na fazenda

18 No original: “*My son, my production has really gone down. In fact, we are suffering in this village. All these Fulani people are very harmful to us. Last year, I planted vegetables, corn and melon. As they were growing, they brought their cow and destroyed everything. That period, I didn't get one harvest. We used to take some to the market to sell but that year, not even one was harvested*” (IDI 2 2023).

19 No original: “*Before, I used to harvest cassava and yam for sale because that's what I farm. But now, to even get the yam to eat is hard. My income has reduced because of it and things are now very expensive*” (IDI 1 2023).

por eles porque ela era a única. Até levamos uma partida de protesto ao governo para reclamar, mas não obtivemos resposta. Desde então, nossa produção de alimentos diminuiu (IDI 3 2023, tradução nossa<sup>20</sup>).

Na mesma linha, outro entrevistado afirmou que:

[...] houve um dia em que eu estava indo para a fazenda e vi algumas pessoas correndo de volta, e essas pessoas estavam roubando as pessoas que estavam na fazenda. Às vezes, nesta comunidade, os comerciantes vão até a fazenda para comprar produtos e pegar um veículo para embalá-los. Naquele dia, pastores Fulani estavam no mato roubando as pessoas, então nos mandaram voltar para casa da fazenda (IDI 5 2023, tradução nossa<sup>21</sup>).

Ezemenaka e Ekumaoko (2018) observaram que, na última década, houveram incessantes reportagens sobre o alto nível de danos humanitários do conflito entre agricultores e pastores nos estados da Nigéria. O aumento do conflito entre fazendeiros e pastores adquiriu uma dimensão diferente a partir de 2013, quando os pastores começaram a desencadear o terror por meio de armas e facções contra fazendeiros desarmados, o que levou muitas pessoas a fugirem de suas casas e terras agrícolas. A partir desse período, a Nigéria se acostumou com manchetes de jornais como “dezenas de mortos quando pastores atacam algumas comunidades na Nigéria”. De acordo com as estatísticas fornecidas pelo *Global Terrorism Index* (GTI) (2014), 63 pessoas foram mortas em confrontos entre fazendeiros e pastores em 2013. Em 2014, esse número aumentou tremendamente para 1.229 vítimas (GTI 2015). A onda de insegurança causada por pastores é alarmante na Nigéria, a ponto de não haver um dia sequer sem notícias de ataques. Em junho de 2018, o país acordou com a notícia de que pastores criminosos em fúria haviam atacado onze (11) comunidades na área do governo local de Barkin Ladi, no estado de Benue. Esse ataque em particular deixou oitenta e seis (86) mortos e cinquenta (50) casas queimadas no processo (Ezemenaka e Ekumaoko 2018).

20 No original: “*In our village, we cannot go to the farm. We cannot go at all. We always get attacked and sometimes, our women get raped too. One day, my mum was raped in the farm by them because she was the only one. We have even taken a protest march to the government so as to complain but no answer. Since then, our food production has reduced*” (IDI 3 2023).

21 No original: “[...] *there was a day I was going to the farm and I saw some people running back that those people were robbing people that were in the farm. Sometimes, in this community, traders do go to the farm to buy produce and get vehicle to pack them. That day, Fulani cow people were in the bush robbing them so we were told to go back home from farm*” (IDI 5 2023).

Devido a esse nível sem precedentes de desafio de segurança, os preços dos alimentos subiram além da medida como resultado dos óbvios desafios de insegurança do país e do declínio significativo na produção de alimentos. Muitas pessoas correm o risco de passar fome em decorrência dos aumentos de 253% e 123% nos preços dos principais alimentos básicos, como feijão e tomate, desde julho de 2020. Além disso, o custo de importação de alimentos da Nigéria aumentou 140%, pois a crescente demanda de alimentos do país não pode ser atendida pelos níveis de produção atuais (Fadare *et al.* 2019). É por isso que Udosen (2021) argumentou que, dadas as inúmeras restrições à produção de alimentos, os investidores e empreendedores são desaconselhados a entrar no setor agrícola, principalmente em regiões afetadas por problemas de insegurança. Isso resultou em destruição de propriedades, danos às colheitas, ataques a gado, roubo de gado e assassinatos de gado vivo no estado de Benue. De acordo com os relatórios, algumas das principais causas de conflito e violência entre agricultores e pastores são a expansão populacional, as mudanças climáticas, a degradação ambiental, as políticas governamentais e as atividades de insurgência (Dimelu *et al.* 2017).

## Conclusão

O estudo concluiu que a transumância e os conflitos violentos entre fazendeiros criaram insegurança alimentar e crise humanitária em muitas comunidades da Nigéria. Muitas pessoas morreram, muitas foram deslocadas e um grande número de propriedades, como plantações, animais, veículos etc., foi destruído. Os fazendeiros, embora ocasionalmente tenham se envolvido em ataques ou represálias contra os pastores Fulani, têm sido vistos como os principais receptores dos conflitos. Eles registram mais perdas do que os pastores. Assim, a pesquisa estabeleceu que há uma relação significativa entre a transumância e a insegurança alimentar na zona geopolítica sul-sul da Nigéria.

O conflito entre pastores e fazendeiros tornou-se mais significativo nas últimas duas décadas na Nigéria. Embora o governo tenha tomado algumas medidas no passado para lidar com esse fenômeno, a crescente desertificação e os efeitos da mudança climática aumentaram ainda mais o impulso para que os pastores se desloquem mais para o sul em busca de terras de pastagem e pasto para seus animais. Esses movimentos em direção ao sul sempre os colocam contra os fazendeiros e a comunidade anfitriã, cujas plantações são regularmente invadidas e destruídas pelo gado durante esse movimento sazonal. O resultado disso é o aumento de confli-

tos, mortes, deslocamentos e a destruição total de propriedades. Entretanto, como o fenômeno é uma questão de segurança humana, há necessidade de um esforço conjunto nos níveis estadual, nacional, regional e internacional para enfrentar os desafios, especialmente porque não há legislação específica dedicada a atender às necessidades peculiares dos pastores e fazendeiros do país. Assim, o estudo revelou que há uma relação positiva entre a identidade étnica e a crise entre agricultores e pastores na região Sul-Sul.

Sem dúvida, os desafios de segurança interna causados pela ameaça da transumância afetaram significativamente a produção e o acesso aos alimentos na zona geopolítica sul-sul da Nigéria. As consequências desse desastre são uma crise significativa de segurança alimentar aliada ao aumento do custo de vida. Esta pesquisa ajudou a aprofundar a relação entre transumância, segurança interna e segurança alimentar na Nigéria, com ênfase na zona geopolítica sul-sul. Ela constatou que as pessoas (especialmente os agricultores das áreas rurais) são desencorajadas a iniciar o plantio de culturas. Aqueles que têm coragem de fazer isso geralmente recorrem à violência para defender suas plantações de serem devoradas pelos rebanhos. A pesquisa também apontou que, ao longo dos anos, sucessivos governos fizeram sua parte para enfrentar a tempestade. Entretanto, não houve vontade política para implementar as políticas que foram formuladas. Até esse ponto, os atores da crise não sentiram os impactos das tentativas do governo de remediar a situação.

A proliferação de armas leves e de pequeno porte também não ajudou no processo de alcançar uma trégua entre os principais atores da ameaça. Como um dos entrevistados apontou durante a pesquisa, muitos dos rebanhos pertencem e são controlados por membros proeminentes em algumas comunidades e, na maioria das vezes, eles fingem que não escutam quando são relatados casos de confrontos violentos. Isso, implicitamente, sugere que há patrocinadores internos que não querem deixar pedra sobre pedra para proteger seus rebanhos da destruição.

Com base nas constatações e conclusões acima, é obrigatório e bastante conveniente que o governo crie um mecanismo eficaz por meio do mapeamento de uma arquitetura de segurança holística para reduzir as operações negativas da transumância e o influxo de pastores nas comunidades da Nigéria. Como o estudo revelou, não foram adotadas medidas suficientes para controlar as atividades dos elementos transumantes. Na maioria dos casos, como revelaram alguns dos entrevistados, os agricultores recorrem à auto ajuda para proteger suas plantações e suas terras agrícolas da destruição. Além disso, os pastores afirmaram que seus rebanhos são envenenados ou

levados pelas atividades dos ladrões de gado. Portanto, os líderes da zona Sul-Sul devem formular e aderir estritamente a um esforço conjunto de segurança para proteger as comunidades agrícolas e as terras agrícolas de serem invadidas. Isso pode ser alcançado por meio do estabelecimento de redes de segurança regionais que colaborarão com as forças federais e a estrutura de segurança local com permissão expressa para transportar munição sofisticada, juntamente com coleta de inteligência de alto nível para lidar com elementos criminosos. Quando as pessoas começarem a ter a confiança de que suas vidas estão seguras, o desestímulo para trabalhar na fazenda será eliminado, o que testemunhará um aumento geométrico na produção agrícola. O efeito resultante será o aumento e o acesso a alimentos, o que, conseqüentemente, levará à segurança alimentar na zona geopolítica Sul-Sul.

O governo deveria adotar uma resolução alternativa de disputas por meio do diálogo com os pastores e os fazendeiros das comunidades. Como o estudo revelou e foi reafirmado por uma das entrevistas em profundidade, nem todos os transumantes são criminosos e, portanto, muitos pastores criminosos se infiltraram entre os bons. Além disso, conforme observado por um determinado pastor, as atividades dos ladrões de gado não facilitaram o processo de trégua entre as partes em conflito. Portanto, é necessário que os líderes zonais do Sul-Sul, com a ajuda do governo local e de outros líderes comunitários, busquem medidas de acordo político nas quais todas as várias partes interessadas (incluindo os representantes dos fazendeiros e dos pastores) converjam. O objetivo da convergência será chegar a um acordo para que todos parem de abrigar elementos criminosos. Enquanto os fazendeiros podem fazer sua parte revelando qualquer ladrão de gado conhecido, os pastores, por sua vez, retribuirão denunciando elementos criminosos entre eles em vez de abrigá-los devido à afiliação primordial. Quando isso é feito com sinceridade, a tendência de redução da insegurança é alta e os impedimentos à agricultura são removidos. Isso, por sua vez, levará a uma grande oferta de produtos agrícolas que, conseqüentemente, reduzirá os preços.

Como o estudo revelou, várias tentativas foram feitas pelos diversos governos da zona Sul-Sul, com pouca participação do governo central. Entretanto, não houve cooperação estrita dos líderes da região para colaborar na implementação. Por exemplo, conforme revelado no trabalho, os líderes da zona Sul-Sul se reuniram para chegar a um acordo sobre uma estrutura de políticas que foi denominada “Declaração de Asaba”. Como parte de sua resolução, foi acordado que todos os estados da região deveriam proibir o pastoreio de rebanhos a céu aberto. Até o momento, nem todos os estados implementaram o acordo. Aqueles que iniciaram a implementação não têm a vontade de aplicá-la. Como afirmaram alguns dos fazendeiros que parti-

ciparam da entrevista em profundidade, os rebanhos se movimentam em suas terras agrícolas dia e noite sem recorrer às leis existentes. Quando são denunciados, os problemas são banalizados. Portanto, para que haja segurança alimentar na zona sul-sul, deve haver uma adesão estrita à implementação de políticas que eliminem os desafios de segurança na zona pela raiz.

Além disso, o governo deve investigar de forma inteligente os patrocinadores dos pastores criminosos no país e levá-los à justiça. De acordo com a linguagem popular que diz “não há fumaça sem fogo”, o estudo revelou que muitos dos elementos criminosos entre os pastores estão sendo patrocinados por alguns indivíduos influentes dentro e fora das comunidades. Esse ponto de vista foi corroborado por um participante das entrevistas em profundidade que afirmou que, quando a questão da destruição de rebanhos é relatada, na maioria das vezes é varrida para debaixo do tapete, enquanto as forças de segurança liberam instantaneamente os culpados presos depois de alegarem ter recebido instruções de cima. Os líderes da zona geopolítica devem, com urgência, fazer tudo o que estiver ao seu alcance e, dentro dos limites da lei, eliminar os elementos inescrupulosos responsáveis por atizar a discórdia entre fazendeiros e pastores. Não basta apenas eliminar, essas pessoas devem ser processadas e receber a punição adequada conforme estabelecido pela lei. Quando isso for feito, os líderes se sentirão mais determinados e outros possíveis criminosos se afastarão.

A proliferação de armas leves e de pequeno porte deve ser cortada para que haja paz e tranquilidade nas comunidades. Conforme revelou o estudo, o aumento de ambos só ajudou a exacerbar a tensão entre fazendeiros e pastores. Essas armas estão prontamente disponíveis para os elementos criminosos entre os pastores, que começam a usá-las para cometer todos os tipos de atrocidades. Os líderes do Sul-Sul deveriam urgentemente colaborar com o governo federal na questão do controle de armas. Dessa forma, qualquer pessoa que for pega com a posse de armas de fogo ilegais deve ser extremamente punida sem recorrer a processos legais.

Outra questão importante abordada por este estudo é o fato de que existe uma percepção negativa dos pastores por parte das comunidades indígenas. Portanto, há necessidade de reestruturação da mentalidade para erradicar essa percepção negativa. A pesquisa constatou que tem havido uma mentalidade persistente por parte das pessoas do Sul-Sul, o que criou uma percepção da criminalidade dos pastores. Uma mudança positiva de mentalidade ajudará a fazer com que o relacionamento tenso passe da hostilidade para a reaproximação. Isso também ajudará a melhorar o desastre da intolerância e das brigas étnicas.

O estudo também revelou que a crise da transumância é ainda mais acelerada pelo fato de que não há caminhos para os rebanhos e um local definido para ficarem estacionados. Dessa forma, o estudo recomenda que os estados da zona Sul-Sul criem rotas de pastagem para os rebanhos e estabeleçam fazendas de gado. Isso facilitará o processo de implementação efetiva da declaração de Asaba, que exigiu a proibição do pastoreio a céu aberto. Isso significa que não haverá espaço para a invasão de terras agrícolas e plantações pertencentes aos fazendeiros. Quando as fazendas forem criadas, isso gerará uma via pela qual os proprietários de rebanhos terão de registrar seus negócios com responsabilidades sociais corporativas. Isso criará ainda mais uma base de receita para os governos da zona e, ao mesmo tempo, disponibilizará mais fundos para a implementação de políticas agrícolas boas e de qualidade para aumentar a segurança alimentar.

## REFERÊNCIAS

- Adams, A.A. 2019. “Transhumance and international security” em A.O. Ikelegbe, A. Muhammad-Wali e A. Karim (eds) *Transhumance and International Migration: Challenges for Governance, Peace and Sustainable development in Africa*. Abuja: national Institute for security studies, 217 – 234.
- Adewole, Okunlola Oluyem e Serifat, Folorunsho. 2015. “Modeling Rainfall Series in the Geo-Political Zones of Nigeria”. *Journal of Environment and Earth Science*, vol. 5, no. 2, 100 – 119.
- Agbu, Dauda Atondo; Musa, Helen e Zhema, Shishi. 2020. “Insurgency, armed herdsman and instability in Nigeria: A search for the way forward”. *Global Journal of Arts, Humanities and social sciences*, vol. 6, 63 – 81.
- Aghedo, Iro. 2017. “The ubiquity of violent conflicts in Nigeria”. *The Round Table*, vol. 106 (1), 1 – 3.
- Aigbe, Endurance e Akenza, Ana. 2020. “Weak states and the challenges of conflict management: the case of farmers-Herders conflict in Nigeria”. *International Journal of media, security and development*, vol. 6 (1) 12 – 22.
- Akpen, Philip. 2019. “West African States and the management of transhumance” em A.O Ikelegbe, A. Muhmmad-Wali and A. Karim (eds) *Transhumance and International Migration: challenges for governance, peace and sustainable development in Africa*. Abuja: National Institute for security studies, 44 – 62.
- Armed Conflict Location & Event Data Report. 2020. <https://acleddata.com/>.
- Ayantunde, Augustine Abioye; Turner, Mark and Said, Mohammed. 2011. “Challenges of assessing the sustainability of Agro-pastoral systems”. *Livest sci*, vol. 13(9), 30 – 43.

- Degaut, Marcos. 2015. "What is security?". *Revista Brasileira de Inteligência* 9, 9-28.
- Dimelu, Ukamaka Mabel; Salifu, Edward Danjuma; Chah, Jane Mbolle; Enwelu, Innocent e Igbokwe, Edwin Mbadiwe. 2017. "Livelihood issues in herders-farmers' conflicts among farming communities in Kogi state, Nigeria". *African Journal of Agricultural Research*, 12 (24): 2105-2115.
- EASO. 2021. "Nigeria security situation: country of origin information report". [https://european-union.europa.eu/index\\_en](https://european-union.europa.eu/index_en).
- Eke, Surulola. 2018. "Barromean conflict model: Analyzing and resolving Herders-farmers conflict in Nigeria's middle Belt Region". *The Canadian Journal of Peace and conflict studies*, vol. 50, no. 1, 5 – 25.
- Erunke, Canice e Aku, Yunana Yakubu. 2022. "Farmers-Herders Crisis and its Implications for Food Security in Benue State, North-Central Nigeria". [https://www.researchgate.net/publication/360947695\\_FARMERS-HERDERS\\_CONFLICT\\_AND\\_ITS\\_IMPLICATIONS\\_ON\\_FOOD\\_SECURITY\\_IN\\_BENUE\\_STATE\\_NORTH\\_CENTRAL\\_NIGERIA](https://www.researchgate.net/publication/360947695_FARMERS-HERDERS_CONFLICT_AND_ITS_IMPLICATIONS_ON_FOOD_SECURITY_IN_BENUE_STATE_NORTH_CENTRAL_NIGERIA).
- Ezemenaka, Emeka Kingsley e Ekumaoko, Chijioke Egwu. 2018. "Contextualizing Criminal-Herdsman conflict in Nigeria". *Central European Journal of international and security studies*, vol. 12, no. 2, 30 – 55.
- Fadare, Olusegun; Akerele, Dare; Mavrotas, George e Oguniyi, Adebayo. 2019. "Effect of conflict and food price shocks on calorie intake and acute malnutrition in Nigeria: a micro-panel data analysis". Artigo apresentado na 93ª Conferência Anual da Sociedade de Economia Agrícola, Universidade de Warwick, 15 à 17 de abril de 2019. Coventry: Warwick University. DOI: 10.22004/ag.econ.289676.
- FAO. 2017. *The Future of food and Agriculture: Trends and challenges*. Roma. <https://www.fao.org/publications/en>.
- FMARD. 2021. "Agricultural Promotion Policy (2016 – 2020): Building on the Success of the ATA Policy and Strategy Document".
- Global Terrorism Index. 2014. *Measuring and understanding the impact of terrorism*. Sydney: institute for economic and peace.
- Global Terrorism Index. 2015. *Measuring and understanding the impact of terrorism*. Sydney: institute for economic and peace.
- Gordon, Adoniram Judson. 2000. "Cultural Identity and Illness: Fulani Views". *Culture, Medicine and Psychiatry*, vol. 24, no. 3, 297 – 330.
- Homer-Dixon, Thomas. 1994. "Environmental Scarcities and Violent Conflict: evident from cases". *Journal of International Security*, vol. 19, no. 1, 5 – 40
- Ikelegbe, Augustine Onovughe. 2019. "Understanding the dynamics and ramifications of Transhumance and International migration for sub-sahara Africa". Em A.O Ikelegbe A. muhamad-Wali e A Karim (eds) *Transhumance and International Migration: Challenges for governance, peace and sustainable development in Africa*. Abuja: National institute for security studies. 3 – 19.

- Kwaghga, Beetseh. 2018. "Herdsman farmers crisis: A threat to democratic governance in Nigeria". *Journal of Research on humanities and Social Sciences*, vol. 8 (11), 100 – 108.
- Moritz, Meyer. 2010. "Understanding herder-farmer conflicts in West Africa: outline of a processual approach". *Journal of human organization*, vol. 69, 138 – 149.
- Nwangwu, Chikodiri; Mbah, Peter e Ezugworie, Chikwado. 2020. "Transhumant Pastoral Economy and Human Security in Nigeria: Whither Civil Society Organisations?". *Journal of Asian and African Studies*, vol. 55 (7).<https://doi.org/10.1177/0021909620905042>
- Nwolise, Osisioma. 2008. "Fundamental importance of National security in a post-civil-war Democratic Polity: Repositioning the Nigeria Contemporary Experience for 2020 and Beyond". *International Journal of Arts and humanities*, vol. 3, no. 4, 176 – 195.
- Nwozor, Agaptus, Olanrewayu, John Shola e Ake, Modupe. 2019. "National insecurity and the challenges of food security in Nigeria". *Academic journal of interdisciplinary studies*, vol. 8 (4), 9- 22.
- Prakash, Sai. 2016. "Internal Security and Police Reforms". *Vivekananda International Foundation*, 1 – 18. <https://www.vifindia.org/>.
- The Guardian. 2020. "Living Under siege of herdsman in South-South". The Guardian Newspaper, Online. February 19, 2020. <https://www.pressreader.com/nigeria/the-guardian-nigeria/20200219/281509343205727>.
- Turner, Karynne. 2012. "The role of individuals in the information processing perspective". *Journal of strategic management*, vol. 33(6), 661 – 680.
- Udosen, Mathias Nsikak. 2021. "Farmers-Herders Crisis and Food Security in Nigeria: Causes and Implications". *European Journal of Political Science Studies*, vol. 5 (1), 24 – 42.
- Varma, Shyam Prakash. 1975. *Modern Political Theory*. India: Vikas Publishing house.

## RESUMO

A pesquisa examinou a natureza da transumância e o nível de danos humanitários, juntamente com seu impacto sobre a segurança alimentar na zona geopolítica Sul-Sul. Com base na teoria do funcionalismo estrutural, o estudo utilizou o desenho de pesquisa de levantamento, bem como as estratégias de pesquisa qualitativa e quantitativa como ferramenta metodológica. Para tanto, a técnica de amostragem multiestágio/estratificada foi usada para obter a população do estudo, que constitui alguns estados da zona Sul-Sul, enquanto a fórmula de Taro Yamane foi usada para obter cientificamente o tamanho da amostra da população. O estudo revelou que as atividades agrícolas foram reduzidas na região Sul-Sul da Nigéria devido à crise de transumância que se metamorfoseou em insegurança alimentar na região com

0,712 (71% de correlação) @ ( $p > 0,001$ ) nível de significância. Além disso, o estudo constatou que o desafio de segurança interna representado pelo conflito entre fazendeiros e pastores desestimula as pessoas a se dedicarem à agricultura, o que levou a um aumento constante nos preços da produção agrícola e pecuária no Sul-Sul, com uma relação de 72% @  $p < 0,001$ . Concluiu-se que a transumância criou insegurança alimentar e crise humanitária na zona Sul-Sul da Nigéria. O estudo recomendou, portanto, que: seja implementado um mecanismo eficaz por meio do mapeamento de uma arquitetura de segurança holística; o governo adote resoluções alternativas de disputas por meio do diálogo com os pastores e fazendeiros das comunidades; haja uma adesão rigorosa à implementação da política.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Transumância. Segurança Interna. Segurança Alimentar. Desafios. Sul-Sul.

*Recebido em 05 de dezembro de 2023*

*Aceito em 18 de julho de 2024<sup>22</sup>*

*Traduzido por Henrique Leal de Moura*

---

22 Como citar: Aigbe, Endurance Nogiomwan, e Joseph Aihie. 2024. “Os desafios da transumância e da segurança interna na Nigéria: implicações para a segurança alimentar na zona geopolítica Sul-Sul”. *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 139-159. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.137270>

# FICAR OU VOLTAR: O DILEMA CORNELIANO DA DIÁSPORA BURQUINENSE EM GANA

Serge Noel Ouedraogo<sup>1</sup>  
Boubacar Sambare<sup>2</sup>



## Introdução

Gana é um dos principais destinos dos migrantes de Burkina Faso. A imigração para Gana surgiu e floresceu como resultado da combinação de causas estruturais e cíclicas. Razões políticas, econômicas e psicossociais, em vários níveis, governaram o início e a manutenção da migração de Burkina Faso para Gana<sup>3</sup>. Como resultado, há um grande número de burquinenses da diáspora vivendo no país. De acordo com fontes oficiais de Burkina Faso, há entre 1,5 e 3 milhões deles. Nos últimos anos, Burkina Faso adotou uma política nacional de migração (conhecida como estratégia nacional de migração) e criou um ministério responsável pelos burquinenses que vivem no exterior dentro de sua estrutura governamental, com o objetivo de proteger sua diáspora, envolvendo-a mais estreitamente no desenvolvimento do país e incentivando o retorno voluntário.

1 Departamento de História e Arqueologia, Universidade Joseph Ki-Zerbo. Ouagadougou, Burkina Faso. E-mail: sergenoel.ouedraogo@ujkz.bf. ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-6469-0436>.

2 Departamento de História, Universidade Nazi Boni. Bobo-Dioulasso, Burkina Faso. E-mail: sambareb@yahoo.fr. ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-2948-8321>.

3 Essas incluem, por exemplo, as diferenças no desenvolvimento econômico entre os dois territórios, a escassez de mão de obra e a busca de Gana por trabalhadores migrantes, a motivação dos jovens ou o incentivo para que os jovens realizem migrações temporárias, sazonais ou plurianuais.

Em Gana, essa política em relação à diáspora foi confrontada com os efeitos das expulsões de estrangeiros sem permissão de residência entre 1969 e 1971. Embora a diáspora burquinense em Gana achasse que estava bem integrada, as expulsões foram um choque para as famílias dos migrantes. Tendo escapado dessas expulsões por vários motivos, mesmo várias décadas depois, as famílias dos migrantes ainda vivem com um dilema: ficar em Gana ou voltar para Burkina Faso? Os fatores psicológicos e sociológicos desempenham um papel decisivo nos aspectos da migração que queremos estudar. Entendemos a família no sentido de um lar. Em outras palavras, um grupo formado por um homem e/ou sua esposa (esposas) e seus filhos. Nesse contexto, os membros de uma mesma família “reconhecem os laços de parentesco e casamento entre eles. Mas esses laços também definem relações econômicas (consumo, produção, administração do orçamento familiar), relações legais (por exemplo, herança) e relações hierárquicas (autoridade do chefe da família)” (Gruenais 1981, 3, tradução nossa<sup>4</sup>).

Portanto, estamos nos concentrando em vínculos baseados em relacionamentos do tipo conjugal e parental dentro de um grupo de indivíduos. Nas famílias de migrantes, as aspirações e decisões de “ficar, voltar ou se mudar” ocorrem tanto em nível coletivo quanto individual. Pesquisas e observações mostram que, nas famílias de migrantes burquinenses em Gana, a tendência geral é o dístico “ficar ou voltar”. Padrões distintos levam a essas duas ambições antinômicas em lógicas individuais ou coletivas interdependentes dentro das famílias. Diversos estudos foram realizados sobre a migração e a diáspora burquinense em Gana. Eles descrevem os caminhos percorridos e as redes migratórias exploradas (Rouch 1956, 33-196), a vida nos bairros de imigrantes em Acra (Schildkrout 1978, 303). Alguns autores analisaram a integração sociocultural (Tonah 2005, 331), econômica (Skinner 1965, 60-84) e legal (Ouedraogo 2019, 77-97) relativamente boa dos migrantes e seus descendentes. Isso abriu caminho para mudanças em sua identidade (Schildkrout 1975, 167-179) e para um afrouxamento mais ou menos importante de sua relação com Burkina Faso, seu país de origem (Koudougou 2011, 77-112). A questão da chefia das comunidades etno-diaspóricas também foi estudada (Schildkrout 2006, 587-601; Koudougou 2019, 77-112). No entanto, a migração de retorno

---

4 No original: “recognise the ties of kinship and marriage between them. But these ties also define economic relations (consumption, production, management of the family budget), legal relations (for example, inheritance) and hierarchical relations (authority of the head of the family)” (Gruenais 1981, 3).

e a chegada a Burkina Faso de descendentes de migrantes nascidos em Gana atraíram pouca atenção dos pesquisadores.

As informações foram coletadas por meio de entrevistas individuais e grupos focais. Essas fontes primárias foram obtidas de pessoas capacitadas de várias gerações e estratos socioprofissionais, levando em conta o gênero. Entre elas estavam imigrantes, migrantes que retornaram e líderes comunitários da diáspora, em quatorze localidades de Gana e seis de Burkina Faso. Nosso foco foram os chefes de família mais velhos, descendentes de migrantes, líderes comunitários da diáspora e funcionários consulares da embaixada de Burkina Faso em Acra e do consulado geral em Kumasi para obter uma melhor compreensão das aspirações de ficar, retornar ou continuar. Para isso, foram utilizados guias de entrevista com perguntas diretas e/ou semidiretivas. As intenções de retorno ou permanência foram medidas principalmente em pesquisas qualitativas. Também foi utilizada uma bibliografia de livros e artigos científicos sobre migração, integração e identidade. Com base nessa observação, este estudo tem como objetivo analisar mais detalhadamente como as famílias dos migrantes estão divididas entre o país anfitrião e o país de origem. Basicamente, questiona-se o seguinte: por que e como as famílias da diáspora de Burkina Faso em Gana expressam desejos e resoluções com o objetivo de permanecer em Gana ou voltar para Burkina Faso? A partir dessa pergunta principal de pesquisa, surgem as seguintes perguntas secundárias: Como o retorno é uma aspiração legítima e uma decisão familiar entre os migrantes burquinenses de primeira geração? Como a permanência é uma aspiração e uma decisão motivada pelo peso da família e pela reconstrução da identidade das novas gerações de migrantes?

Para este estudo, que está na confluência da pesquisa teórica e fundamental e do trabalho de campo, planeja-se primeiro traçar um quadro da imigração burquinense para Gana e os aspectos de suas famílias. Em seguida, examinar as aspirações e decisões de retorno das primeiras gerações de migrantes. Por fim, analisar o peso da reconstrução da família e da identidade nas intenções e resoluções de permanência das novas gerações de migrantes e dos descendentes dos migrantes.

## Imigração burquinense para Gana e seus problemas familiares

As migrações de cidadãos de Burkina Faso para Gana têm uma dimensão familiar. Isso pode ser visto tanto na decisão de emigrar no país de partida quanto na organização da vida do imigrante no país anfitrião.

### *O contexto da imigração de Burkina Faso para Gana*

A colonização europeia, do final do século XIX até a segunda metade do século XX, deu uma dimensão especial a essa imigração por meio da migração para escapar das restrições da colonização francesa e da migração de mão de obra. Além desses motivos políticos e econômicos, há também os psicossociais.

A migração para Gana é anterior à migração para a Costa do Marfim. Elas subsequentemente aumentaram antes de serem suplantadas pela última em termos de tamanho dos fluxos, graças ao “milagre econômico” da Costa do Marfim em meados da década de 1940. Outros grandes fluxos migratórios levaram alguns burquinenses para o Senegal, para o Sudão francês (atual Mali), para o Gabão, etc. Desde a independência de Gana (antiga Costa do Ouro), em 1957, e de Burkina Faso (antigo Alto Volta), em 1960, os fluxos migratórios continuaram por motivos essencialmente econômicos. Dependendo do período, os fluxos migratórios para Gana oscilam entre a reversibilidade e a irreversibilidade. A reversibilidade dos fluxos é refletida nas migrações circulares sazonais e plurianuais. A irreversibilidade está na raiz da formação e do crescimento da diáspora burquinense em Gana e/ou da comunidade ganense de origem burquinense. Gradualmente, portanto, durante os períodos colonial e pós-colonial, Gana tornou-se o lar de uma forte diáspora burquinense.

O fenômeno da migração estudado ocorre entre os territórios de Burkina Faso (antigo Alto Volta)<sup>5</sup> e Gana (antiga Costa do Ouro)<sup>6</sup>. Ele foi acentuado durante a colonização francesa do Alto Volta e a colonização inglesa da Costa do Ouro, em um contexto de demanda e oferta de mão de obra em ambos os lados sob o efeito de repulsão-atração. Localizado ao sul de Burkina

---

5 O território da atual Burkina Faso era chamado de Alto Volta durante o domínio colonial francês, de 1 de março de 1919 a 5 de agosto de 1960. Em 2 de agosto de 1984, o Alto Volta tornou-se Burkina Faso.

6 Gana, anteriormente conhecida como Costa do Ouro, foi uma colônia britânica de 1874 a 6 de março de 1957.

Faso, Gana tem uma economia mais desenvolvida, com setores primários e secundários centrados na agricultura de *plantation* (principalmente cacau e café), extração de madeira e mineração (Ouedraogo 2017, 31). A agricultura tropical durante a estação chuvosa e a relativa ociosidade das populações rurais durante a longa estação seca motivaram a migração temporária de mão de obra (Ouedraogo 2017, 140-146) de Burkina Faso para Gana. A migração plurianual ou quase permanente levou a uma forte diáspora<sup>7</sup>.

As famílias geralmente influenciam as decisões de migração, pois os jovens migram em parte para adquirir o dinheiro necessário para pagar os impostos de capitação dos pais ou para aliviar os pais de suas preocupações materiais e financeiras. É assim que os pais os incentivam a emigrar temporariamente para trazer recursos de volta.

### ***Principais características familiares da diáspora burquinense em Gana***

Diversas características marcam as famílias de imigrantes na diáspora burquinense em Gana. Essas características são essencialmente perceptíveis em três aspectos: religião, regime matrimonial e a forma de organização das comunidades da etno-diáspora. A diáspora burquinense em Gana é altamente islamizada. Independentemente de os migrantes e seus descendentes serem muçulmanos de longa data ou recém-convertidos, o fato de pertencerem à comunidade muçulmana (“*ummah*”) promove sua integração sociocultural, principalmente nos bairros Zongo<sup>8</sup>. A conversão ao Islã também faz parte de uma estratégia de integração e não de uma convicção arraigada: “Os cristãos Mossi, em vez de suportar a intimidação zombeteira dos muçulmanos na costa, preferem, quando estão na Costa do Ouro, ficar do lado dos muçulmanos e seguir externamente os ritos islâmicos” (Rouch 1956, 167, tradução nossa<sup>9</sup>).

7 De acordo com o censo geral de população e moradia de Gana de 2010, são 30.664 indivíduos e, de acordo com fontes burquinenses, 9.609 registrados nos serviços consulares. Com o tempo, graças à integração, há mais ganenses de origem burquinense do que burquinenses em Gana.

8 O termo hauçá *zongo* originalmente se referia a lugares nos arredores de cidades ou vilarejos onde os comerciantes trans-saarianos descansavam seus camelos e realizavam seu comércio. Mais tarde, passou a se referir às áreas onde as comunidades estrangeiras compostas por migrantes dos países do Sahel e do norte do país se estabeleceram, em outras palavras, os bairros de estrangeiros localizados em áreas urbanas.

9 No original: “*The Christians Mossi, rather than putting up with the mocking bullying of the Muslims on the coast, prefer, when they are in the Gold Coast, to side with the Muslims and outwardly follow Islamic rites*” (Rouch 1956, 167).

Na diáspora burquinense, as famílias islamizadas geralmente são polígamas. Os maridos contraem várias uniões matrimoniais, muitas vezes diversificando as origens de suas esposas. Como resultado, há famílias de imigrantes de Burkina Faso que são fruto de casamentos intra ou intercomunitários. Alguns imigrantes que chegam a Gana jovens e solteiros usam uniões matrimoniais com cidadãos nacionais como parte de sua estratégia de integração. Na comunidade da diáspora, há famílias compostas por imigrantes burquinenses e cidadãos ganenses, enquanto outras foram formadas exclusivamente por imigrantes de origem burquinense.

A principal forma de estruturação da diáspora é a formação de comunidades etno-diaspóricas. Sob essa forma de organização, embora pertençam à diáspora burquinense, os indivíduos e as famílias são, antes de tudo, membros de seus grupos étnicos de origem, notadamente Mossi, Bissa, Fulbe, Bobo, etc. Dentro das comunidades etno-diaspóricas, lideradas por chefes, indivíduos de status, gênero e idade diferentes contribuem para a coabitação pacífica tanto dentro das comunidades quanto com outras comunidades. Sob a influência de suas famílias, os migrantes almejam e decidem ficar em Gana ou voltar para Burkina Faso e, mais raramente, buscar outros horizontes.

## **Retorno: uma aspiração e decisão “legítima” para as primeiras gerações de migrantes**

Para as primeiras gerações de migrantes, retornar ao seu país de origem é uma aspiração profunda. A decisão de retornar é premeditada, desde o início da migração, e, às vezes, mantida à custa de muito esforço e, conseqüentemente, implementada.

### ***Retorno: a essência da migração temporária***

A migração de mão de obra é, na maioria das vezes, parte de fluxos migratórios reversíveis. Isso inclui as migrações sazonais e, acima de tudo, as migrações plurianuais. Elas são organizadas, se não endossadas, pelo próprio corpo social, que aloca uma parte de seus recursos humanos para a migração, enquanto a parte sedentária da população mantém e cultiva a região de origem (Domenach e Picouet 1987, 475-476). Nesse contexto, o desejo de voltar e a decisão de fazê-lo parecem óbvios. Os migrantes anteriores às expulsões de 1969-1971, apegados ao seu país de origem e aos parentes que lá viviam, sentem nostalgia de Burkina Faso. Além disso, eles temem as dolorosas expulsões das quais escaparam. Evocando a sabedoria

popular, “um tronco de árvore pode ter estado na água, mas nunca se tornará um crocodilo”<sup>10</sup>, eles afirmam que são burquinenses e para sempre, já que nunca poderão ser expulsos de lá. Portanto, eles planejam voltar um dia e estão ativos com essa intenção.

As atitudes não permitem que um chefe de família do sexo masculino retorne desacompanhado depois de passar um certo tempo fora do país. Sua aspiração e sua decisão de voltar para casa não podem ser solitárias. Seu provável retorno ao país só pode ser concomitante com o retorno de sua(s) esposa(s) e a chegada de seus filhos, principalmente os menores de idade. Os filhos adultos e, às vezes, os menores para os quais os pais encontraram um guardião, podem ficar em Gana por algum tempo ou para sempre. Portanto, as aspirações e decisões do chefe da família são mais ou menos aquelas, intrínsecas ou condicionadas, de praticamente toda a família.

Embora as mulheres evoquem mais ou menos sua vontade de voltar, elas reconhecem que as decisões do chefe da família são as delas. Nossos esforços para garantir que elas evocassem suas decisões soberanas foram em vão e, às vezes, irritantes. A viuvez de algumas mulheres acentua seu desejo de retornar. Esse desejo é ainda maior quando sua situação financeira e material, bem como a de seus filhos, é precária. Salimata<sup>11</sup> queria voltar para casa até sua morte recente. A decisão de retornar envolve consultas entre os migrantes e os membros de suas famílias. As pessoas mais difíceis de convencer não são as esposas dos migrantes, mas sim seus filhos. Binta acredita que “as mulheres não têm escolha, elas vivem onde os maridos querem que elas vivam”<sup>12</sup>. O desejo do chefe da família de retornar provavelmente influenciará as decisões coletivas de retorno ou retornos em cascata.

No padrão de vida longa, ou seja, a ausência dos migrantes de seus locais de origem durante toda a vida profissional, geralmente entre 20 e 60 anos de idade (Chatelain 1963, 2), eles expressam suas aspirações de retorno fazendo economias ou investimentos em seu país de origem. Em alguns casos específicos, o retorno do pai e da mãe da família, devido à sua relutância, é longamente negociado por seus filhos que vivem em Burkina Faso com a intervenção de pessoas capacitadas. Isso confirma a ideia de que “é com dignidade que conseguimos sair, mas é graças à coragem que voltamos

<sup>10</sup> Tradução nossa. No original “*a tree trunk may have been in water, but it will never become a crocodile*”.

<sup>11</sup> Entrevista realizada em 13 de agosto de 2011 em Alaba/Kumasi.

<sup>12</sup> Entrevista realizada em 31 de julho de 2014 em Ho zongo. Tradução nossa. No original: “*women have no choice, they live where their husbands want them to live*”.

para casa” (Camara 2018, 13, tradução nossa<sup>13</sup>). Outras razões motivam as aspirações e decisões de voltar.

### **Retornar para não se perder**

A aspiração e a decisão de retornar para “não se perder” levantam questões sobre as causas psicossociais da migração. Portanto, elas dizem respeito tanto ao indivíduo quanto ao grupo social ao qual ele pertence. Entretanto, trata-se mais da comunidade de origem dos migrantes do que de seus grupos etno-diaspóricos.

Muitos migrantes de Burkina Faso que vivem em Gana, mas não necessariamente todos, sonham em voltar um dia. Eles sentem nostalgia de suas terras ancestrais. Com um forte vínculo emocional com seu país de origem, os migrantes costumam dizer: “(...) Mesmo que eu tenha sido obrigado a sair devido às más condições de vida, ainda tenho meu país de origem em meu coração” (Peressini 1993, 44, tradução nossa<sup>14</sup>). Para muitos migrantes, nunca se deve esquecer a origem. Esses migrantes nostálgicos veem Burkina Faso como seu “*ba-yiri*” ou “*faso*”<sup>15</sup>. Gana é chamada pelos termos “*weoogo*” ou “*tunga*”, que significam um arbusto ou terra estrangeira. Já em 1965, o embaixador do Alto Volta em Gana observou que: “(...) Muitos deles [imigrantes voltaicos] reivindicam sua nacionalidade original e nunca perdem a esperança de voltar para casa um dia”<sup>16</sup>.

Com o projeto de voltar para casa um dia, os homens acham vantajoso casar-se antes de migrar. Eles também optam por voltar para se casar com esposas em sua terra natal. Respeitando essa visão de voltar um dia, eles também preferem se casar com descendentes de migrantes burquinenses que vivem em Gana. Essas estratégias matrimoniais, que visam a evitar o casamento com mulheres ganenses, contribuem para o desejo de retornar um dia. Nas famílias em que tanto o chefe de família quanto a esposa ou esposas são migrantes, geralmente há nostalgia pelo país de origem. Os casamentos intercomunitários, ou seja, aqueles entre imigrantes e nativos ou entre imi-

13 No original: “*it is with dignity that we manage to leave, but it is thanks to courage that we go back home*” (Camara 2018, 13).

14 No original: “*(...) Even if I was obliged to leave due to the bad conditions of life, I still have my country of origin in my heart*” (Peressini 1993, 44).

15 Termos dos idiomas nacionais Moore e Dioula que significam terra natal.

16 D.A.D. M.A.E.C.R., 2A2 MAE78: Relatório n° 9/AG/HV/CONF do embaixador do Alto Volta em Gana para o Ministro das Relações Exteriores do Alto Volta, de 2 de março de 1965. Tradução nossa. No original: “*(...) Many of them [voltaic immigrants] claim their original nationality and never give up hope of going home one day*”.

grantes burquinenses e outros imigrantes, eram frequentemente evitados no passado para não “se perder”. Em outras palavras, para não correr o risco de se prolongar. Assim, as formas como os lares são constituídos influenciam as aspirações de retorno.

As aspirações e decisões de retorno de alguns migrantes às vezes são moldadas por suas responsabilidades dentro do clã ou da família estendida. Tendo se tornado patriarcas, eles não podem se esquivar de suas obrigações como anciãos do clã e devem retornar para assumir suas posições de direito. As necessidades da chefia da terra e o culto associado à terra nas religiões tradicionais africanas são um requisito que justifica a obrigação de alguns migrantes de retornar. O senso de dever ou o medo das consequências de se esquivar do dever motiva aspirações e decisões. Alguns migrantes estavam vivendo alternadamente no país anfitrião e no país de origem<sup>17</sup>. Na África, especialmente nas comunidades rurais onde as tradições ainda prevalecem, a responsabilidade de um patriarca de uma linhagem ou chefe legítimo de um cantão ou aldeia não pode ser transferida para outra pessoa. O peso do costume, do “nunca visto antes”, da provável ira dos ancestrais, desencoraja qualquer “usurpação” de status, especialmente de antiguidade. Como resultado, mesmo ao migrar, dentro ou fora do país, o provável detentor legítimo da posição é obrigado a assumi-la. Eles devem então, sem mais delongas, retornar às suas famílias<sup>18</sup>.

Sem considerar seu retorno, alguns migrantes tentam influenciar as intenções e resoluções de seus filhos. Condenado a viver definitivamente em Gana devido à sua idade, Amadu repete para seus dois filhos: “Voltem para casa para que não estejamos todos perdidos”<sup>19</sup>. Quando bem pensadas, as aspirações e decisões de retorno levam a “um retorno bem planejado, ou seja, um retorno que é considerado para ser realizado no momento apropriado” (Gubry *et al.* 1996, 133, tradução nossa<sup>20</sup>). Quando a aspiração e a decisão de retornar são individuais, elas acabam sendo embotadas, ou precisam ter uma dimensão familiar antes de serem implementadas, ou envolvem toda ou parte da família mais tarde. Como resultado, a ideia de retornar é mais parecida com um desejo do que com uma intenção real. As restrições socioculturais

17 Esse é o caso de Salifu que, durante o ano, às vezes vive em Effiduasi, no centro de Gana, às vezes em sua aldeia natal, no sul de Burkina Faso.

18 Opiniões compartilhadas de migrantes e repatriados em Gana e Burkina Faso, respectivamente, reunidas durante grupos de discussão.

19 Observações feitas durante uma entrevista em 31 de julho de 2014 em Ho zongo. Tradução nossa. No original: “Go back home so that we are not all lost”.

20 No original: “a well-planned return, i.e. a return that is considered to carry out at the appropriate moment” (Gubry *et al.* 1996, 133).

relegam as esposas a um nível quase insignificante de tomada de decisões. Enquanto as gerações mais antigas de migrantes burquinenses aspiram e decidem retornar, as novas gerações e, especialmente, os descendentes de migrantes estão mais comprometidos com a perspectiva de ficar.

## Ficar: o peso da família e a reconstrução da identidade

Para a maioria dos migrantes e descendentes de migrantes de Burkina Faso em Gana, ficar ou partir é a única alternativa. Uma série de fatores relacionados a indivíduos, suas famílias, grupos sociais e contextos socioeconômicos e políticos em Gana e Burkina Faso motivam o desejo e a decisão dos migrantes e seus descendentes de ficar.

### *Permanecer ou a frustrada “busca por sapatos” entre as gerações mais velhas*

“Procurar sapatos”<sup>21</sup> é uma expressão usada em vários idiomas nacionais em Burkina Faso para ilustrar literalmente o desejo de se despedir dos interlocutores. No contexto específico da migração, essa expressão se refere ao desejo de retornar um dia ao país de partida. Em alguns casos, a “busca por sapatos” expressa um desejo piedoso em vez de um desejo real.

As famílias, às vezes direta ou indiretamente, frustram as aspirações e decisões de retorno de muitos migrantes anteriormente estabelecidos em Gana que, apesar de sua nostalgia por Burkina Faso, não podem voltar. Inusa<sup>22</sup>, que passou toda a sua vida profissional em Gana, mantendo vínculos com seu país de origem, expressou várias vezes o desejo de voltar. Seu projeto de voltar foi frustrado por seus filhos. Ele diz que é contra sua vontade que ainda vive em Gana: “Meu corpo está em Gana, mas minha mente não está lá, está em casa”<sup>23</sup>.

Inicialmente considerada uma migração temporária, algumas migrações perduram apesar das aspirações de retorno. Muitos dos migrantes tinham a intenção de permanecer por alguns meses ou anos: “Estou indo embora amanhã, depois de amanhã, no próximo mês, mas, infelizmente,

<sup>21</sup> “*Looking for shoes*” no original em inglês.

<sup>22</sup> Entrevista realizada em 22 de agosto de 2014 em Sukuumu (região de Brong Ahafo).

<sup>23</sup> Tradução nossa. No original: “*My body is in Ghana but my mind is not there, it's back home*”.

aqui estou eu de novo”<sup>24</sup>. Wahabu<sup>25</sup>, que diz ter vindo a Gana para ficar três meses e comprar uma bicicleta, ainda está morando em Kumasi 60 anos depois. Relutantemente, a maioria dos migrantes diz que ainda está no mato (*wɛoogo*), ou seja, no exterior. Um deles disse, fatalistamente: “Deus ainda não me deu o caminho de volta” ou “Estou procurando meus sapatos”<sup>26</sup>.

Quando o cônjuge do migrante é nativo, em outras palavras, ganense, o desejo de ficar é muito mais óbvio do que o de voltar. De fato, os cônjuges raramente são envolvidos em visitas a Burkina Faso. Como resultado, elas são mais ou menos condicionadas a desejar ficar em Gana com seus maridos e filhos, e ainda mais após a morte dos chefes de família migrantes.

Com o passar do tempo e o aumento do tamanho da família com o nascimento dos filhos, as famílias dos migrantes veem suas aspirações de retorno serem gradualmente reduzidas. As famílias estão se orientando no país anfitrião e, ao mesmo tempo, seus laços com Burkina Faso estão enfraquecendo. Como resultado, elas se sentem menos capazes de voltar. Dessa forma, as famílias dos migrantes desenvolvem um sentimento de serem menos estrangeiras em Gana do que em Burkina Faso. Como diz um migrante de longa data: “Depois de cinquenta anos aqui, não sou um estrangeiro em Gana, talvez seja em Burkina Faso que eu possa ser um estrangeiro”<sup>27</sup>.

Portanto, para as pessoas pesquisadas, a decisão de ficar parece mais fácil de ser tomada do que a decisão de voltar. O desejo de tornar a migração reversível, expresso pela ideia de “procurar sapatos”, parece ser traído pelo fato de que nada está sendo feito para implementá-la. Isso dá a impressão de uma vontade fingida em vez de um desejo real.

### ***Ficar: entre a reconstrução da identidade dos migrantes e a escolha óbvia da “tabuuse”***

A vida no microcosmo multiétnico dos bairros de Zongo, na metade sul de Gana, leva a mudanças de identidade. Como as áreas de Zongo são

---

24 Hamidou, entrevista realizada em 18 de agosto de 2011 em Alaba/Kumasi. Tradução nossa. No original: “*I’m leaving tomorrow, the day after tomorrow, next month, but alas, here I am again*”.

25 Entrevista realizada em 15 de agosto de 2011 em Moshizongo/Kumasi.

26 Observações de Salifu durante uma entrevista em 22 de agosto de 2011 em New Zongo (Saabu Zongo)/Kumasi.

27 Discurso de Mahamudu em Moshie Zongo (Kumasi) em 22 de agosto de 2011. No original: “*After fifty years here, I’m not a foreigner in Ghana, it’s perhaps in Burkina Faso that I can be a foreigner*”.

o lar de uma grande mistura de populações migrantes de diversas origens, várias identidades coexistem, se sobrepõem e se influenciam mutuamente. As características socioculturais do povo Haoussa, que é o grupo majoritário de imigrantes, impuseram sua influência sobre outros imigrantes, especialmente os descendentes de imigrantes. Além da conversão ao islamismo, o idioma hausa e o sistema patronímico, caracterizado pelo uso do primeiro nome do pai no lugar do sobrenome original, estão ajudando a reconstruir a identidade dos migrantes e de seus descendentes. Eles agora estão mais inclinados a permanecer em Gana do que a retornar a Burkina Faso, tão distante, tão diferente e tão pouco conhecida. Isso se reflete nas palavras de um migrante: “Em Gana, eu sou alguma coisa. Então, por que eu deveria ir para onde não sou nada?”<sup>28</sup> (Schildkrout 1978, 45).

Os migrantes pós-1969-1971, ou seja, aqueles que não haviam sofrido as expulsões de estrangeiros, estavam cada vez menos inclinados a retornar. Eles consideram que essas expulsões são eventos posteriores que não podem ocorrer novamente. Para todos os efeitos, eles optam pela reconstrução de sua identidade. Essa reconstrução de identidade, especialmente para as gerações mais jovens, envolve a combinação da necessidade de afirmar uma identidade com a solicitação de integração total. Os migrantes adotam a sabedoria africana de que “o verdadeiro país de um indivíduo é onde ele se sente à vontade”<sup>29</sup>.

Os *tabuuse*<sup>30</sup>, em outras palavras, os descendentes de migrantes de ambos os sexos, solteiros ou casados, consideram Gana seu lar. Esse país é sua “pátria”, onde eles desejam viver. Isso é justificado pelo fato de que eles se sentem social, econômica, cultural e legalmente bem integrados. Eles veem Burkina Faso como a “terra de seus pais”. Nesse sentido, o país de origem de seus pais não é o deles, e eles não desejam ir morar lá, exceto no contexto específico de visitar ou trabalhar lá. Esse sentimento pode ser observado em quase todos os descendentes de migrantes. Os pais dos migrantes entendem isso. Ele é justificado pela quase ausência de relações entre muitos descendentes de migrantes e Burkina Faso. Pouquíssimos deles já ficaram lá. Eles se consideram totalmente ganenses: “Burkina Faso é a terra do meu pai. Mas eu

28 Tradução nossa. No original: “*In Ghana, I am something. So, why should I go where I am nothing?*”. Observações feitas por Mahamudu em 22 de agosto de 2011 em Moshizongo/Kumasi.

29 Tradução nossa. No original: “*an individual's true country is where he feels at ease*”.

30 Um termo derivado de *moore* (principal idioma nacional de Burkina Faso) que significa literalmente desenraizado.

não sei nada sobre ela. Sou ganense” (Koudougou 2011, 95, tradução nossa<sup>31</sup>). O descendente de migrantes, Hamid, proclama: “Gana primeiro”<sup>32</sup>. Isso traz à mente a ideia de Amin Maalouf de que: “Eu não tenho várias identidades, tenho apenas uma, composta de todos os elementos que a moldaram, de acordo com uma ‘dosagem’ particular que nunca é a mesma de uma pessoa para outra” (Maalouf 1998, 10, tradução nossa<sup>33</sup>).

Muitos migrantes e descendentes de migrantes são reforçados em sua decisão de permanecer em Gana por experiências de estigmatização. Apelidos depreciativos, como “Mestre” ou “garoto de Gana”, fizeram com que se sentissem estrangeiros em seu próprio país, ou mesmo cidadãos de segunda categoria. Em seguida, propagaram a ideia de que Burkina Faso era um país pouco acolhedor para os burquinenses que viviam em Gana. Alguns de seus compatriotas que vivem em Burkina Faso costumam fazer comentários que podem ser percebidos como comentários estigmatizantes em relação aos compatriotas que vivem em Gana<sup>34</sup>. Entretanto, eles amenizam isso dizendo que a intenção não é ofender sensibilidades, mas apontar diferenças óbvias, como o sotaque<sup>35</sup> particular de seus compatriotas de Gana.

Na mente de alguns migrantes que fugiram para a Costa do Ouro durante os tempos difíceis da colonização francesa ou durante períodos de crise alimentar, Burkina Faso continua sendo “um país de restrições, fome e miséria” (Ouedraogo 2017, 147). Portanto, há uma fixação no contexto em que esses migrantes partiram, o que inibe qualquer desejo de retorno. Algumas migrações são o resultado de atos sociais indescritíveis, como banimentos, sequestro de mulheres e roubo de gado. Esse tipo de migrante não tem intenção de voltar. O migrante opta então por “queimar suas embarcações” e não deseja mais voltar (Medam 1993, 61).

De acordo com uma mentalidade comum em Burkina Faso, o fracasso de um projeto migratório e um retorno infrutífero é uma vergonha. Mas “a morte é melhor do que a vergonha”<sup>36</sup>. Assim, muitos migrantes fra-

31 No original: “*Burkina Faso is my father’s land. But I know nothing about it. I’m Ghanaian*” (Koudougou 2011, 95).

32 Entrevista realizada em 16 de agosto de 2016 em Nima/Accra.

33 No original: “*I do not have several identities, I have only one, made up of all the elements that have shaped it, according to a particular ‘dosage’ that is never the same from one person to the next*” (Maalouf 1998, 10).

34 Augustin, entrevista realizada em 7 de abril de 2018 em Ouagadougou.

35 O estigma decorre do fato de que esses descendentes de migrantes falam os idiomas nacionais com um sotaque que mostra que eles viveram em Gana.

36 Tradução nossa. No original: “*death is better than shame*”.

cassados aspiram e decidem ficar em Gana, mesmo em grande pobreza, em vez de voltar para casa de mãos vazias. Amadu percebe que vir para Gana foi um erro, mas, com vergonha de voltar de mãos vazias, ele só pode pensar em ficar nessa terra de armadilhas para ele<sup>37</sup>. Essa ideia é compartilhada por Abdulai<sup>38</sup>, que dissuade os aspirantes a imigrantes de Gana quando diz: “Não vou voltar porque ficarei envergonhado. Se um dos meus irmãos quiser sair de Bilayanga como eu para vir para cá, eu o impedirei de vir”<sup>39</sup>. Abdul Salam<sup>40</sup>, um migrante que vive em Gana desde 1969, é divorciado e indigente no Ho zongo, e se recusa categoricamente a voltar para casa, mesmo que alguém cumpra todas as condições e venha buscá-lo. Portanto, apesar de estarem em uma situação de fracasso, alguns migrantes acham que sua vida agora é em Gana. Essa concepção de migração leva a considerar a sabedoria africana segundo a qual “quando você dá um salto no fogo, significa que ainda tem outro salto a dar”<sup>41</sup>. Os migrantes desiludidos, como Amadu, sentem-se presos e incapazes de dar o “segundo salto”. Tampouco decidem circular, de acordo com a sabedoria Lobi, que afirma que: “Seria tolice um Lobi ficar ou mesmo permanecer em um lugar que só gera incidentes, males ou infortúnios” (Fieloux 1980, III, tradução nossa<sup>42</sup>). Amadu faz questão de conscientizar os aspirantes a emigrantes: “Eu aconselharia aqueles que querem vir para cá em busca de aventura a ficar e lutar em Burkina Faso. Se fosse possível voltar atrás na vida, eu teria ficado em casa”<sup>43</sup>.

## Conclusão

As motivações que levam às intenções e às decisões de retornar ou permanecer são diversas e variam de acordo com as gerações de migrantes e seus descendentes. A memória das expulsões de estrangeiros em 1969-1971

37 Entrevista realizada em 22 de agosto de 2014 em Moshizongo/Kumasi.

38 Entrevista realizada em 11 de agosto de 2014 em Agbo Kofe (Região de Volta).

39 Tradução nossa. No original: “*I’m not going back because I’ll be ashamed. If one of my brothers wants to leave Bilayanga like me to come here, I’ll prevent him from coming*”.

40 Entrevista realizada em 31 de julho de 2014 em Ho zongo.

41 Tradução nossa. No original: “*when you take one leap into the fire, it means that you still have another leap to take*”.

42 No original: “*It would be foolish for a Lobi to stay or even to linger in a place that only generates incidents, evils or misfortunes*” (Fieloux 1980, III).

43 Observações feitas durante uma entrevista em 31 de julho de 2014 em Ho zongo. Tradução nossa. No original: “*I would advise those who want to come here for adventure to stay and fight in Burkina Faso. If life could be turned back, I would have stayed at home*”.

e o nível de integração legal dos migrantes e seus descendentes influenciam as aspirações e as decisões de retornar ou permanecer em Gana.

As primeiras gerações de migrantes burquinenses, especialmente aquelas que testemunharam a expulsão de estrangeiros em 1969, aspiram mais a voltar para o país, mesmo no crepúsculo de suas vidas, não desejam morrer no exterior. Eles estão de acordo com a lógica da migração vitalícia. Com a concordância de suas famílias, alguns migrantes que têm dúvidas sobre uma estadia pacífica em Gana decidem voltar ao seu país de origem. O peso das famílias leva alguns migrantes das primeiras gerações, e quase todos os migrantes das novas gerações, a considerar o país anfitrião como seu. O nível relativamente bom de integração sociocultural, econômica e legal das famílias desses migrantes os incentiva a almejar permanecer em Gana, seu país anfitrião e até mesmo, em alguns casos, seu país de adoção, nos casos em que seus membros são ganenses naturalizados.

Enquanto as primeiras gerações de migrantes têm aspirações relativamente fortes de retornar, as novas gerações, especialmente os descendentes de migrantes, geralmente aspiram a permanecer em Gana. As primeiras gerações, além de suas aspirações, mais ou menos tomam a decisão de voltar, enquanto as novas gerações decidem ficar. Elas planejam atualizar-se adquirindo uma permissão de residência. Essas são as esperanças mais determinadas de alcançar a integração legal tornando-se ganenses. Com o passar das gerações, os vínculos entre os migrantes e seus descendentes, por um lado, e com Burkina Faso, por outro, se desfazem (os vínculos físicos, escritos e telefônicos com os parentes que moram em casa estão ficando fracos devido à distância ou à morte do primeiro migrante, experiências infelizes de estigmatização, falta de interesse na nacionalidade de Burkina Faso) e as aspirações e decisões de ficar predominam sobre as de voltar. A integração bem-sucedida dos migrantes e de seus descendentes incentiva as aspirações e decisões de permanência.

Este estudo não levou em conta as comunidades em que vivem as famílias dos migrantes e suas comunidades de origem em Burkina Faso. É provável que as opiniões e atitudes dessas comunidades influenciem as intenções e decisões das famílias de migrantes. O estudo das intenções e decisões de voltar ou ficar dá uma ideia, mesmo que vaga, das ações ou inações dos migrantes de Burkina Faso e de seus descendentes para voltar a Gana ou se estabelecer definitivamente no país.

## REFERÊNCIAS

- Camara, Karounga. 2018. *Émigration des Africains: Oser le retour*. Torino: Celid.
- Chatelain, Abel. 1963. "Problèmes de méthodes. Les migrations de population". *Revue économique* 14, no. 1: 1-17.
- Domenach, Hervé e Picouet Michel. 1987. "Le caractère de réversibilité dans l'étude de la migration." *Population*, no. 3: 469-483.
- Fieloux, Michele. 1980. *Les sentiers de la nuit: les migrations rurales lobi de la Haute-Volta vers la Côte d'Ivoire*. Paris: ORSTOM.
- Gubry, Patrick et al. 1996. *Le retour au village: Une solution à la crise économique au Cameroun?*. Paris: L'Harmattan, MINREST, IFORD, CEPED.
- Gruenais, Marc-Eric. 1981. *Famille et démographie de la famille en Afrique*. Paris: ORSTOM, Seção de demografia, documento de trabalho no. 12, multigr.
- Koudougou, Saidou. 2011. "La diaspora burkinabè au Ghana et sa descendance: insertion dans la société d'accueil et liens avec le "father's land". Em *Les enjeux autour de la diaspora burkinabè: Burkinabè à l'étranger, étrangers au Burkina*, editado por Zongo Mahamadou. 77-112. Paris: L'Harmattan.
- Maalouf, Amin. 1998. *Les identités meurtrières*. Paris: Éditions Grasset & Fasquelle.
- Medam, Alain. 1993. "Diaspora/Diasporas. Archétype et typologie." *Revue européenne de migrations internationales* 9, no. 1: 59-66.
- Ouedraogo, Serge Noël. 2017. "La migration des Burkinabè (Voltaïques) vers le Ghana (Gold Coast) de 1919 à 2010: Origines, Gouvernance migratoire et Stratégies d'intégration." Tese de doutorado em história africana. Université Ouaga I Joseph Ki-Zerbo.
- Ouedraogo, Serge Noël. 2019. "Le dilemme de la nationalité chez les Burkinabè au Ghana." Em *Se chercher en migration, Expériences burkinabè*, editado por Bredeloup Sylvie, Degorce Alice e Palé Augustin, 77-97. Paris: L'Harmattan.
- Peressini, Mario. 1993. "Référénts et bricolages identitaires. Histoires de vie d'Italo-Montréalais." *Revue européenne de migrations internationales* 9, no. 3: 35-62.
- Rouch, Jean. 1956. "Migrations au Ghana." *Journal de la Société des Africanistes* 26: 33-196.
- Schildkrout, Enid. 2006. "Chieftaincy and emerging identities: establishing legitimacy in immigrant communities in Ghana and the diaspora". Em *Chieftaincy in Ghana, culture, governance and development*, editado por Odotei Irene K. e Awedoba Albert K., 587-601. Sub-saharan Publisher.
- Schildkrout, Enid. 1975. "Economics and kinship in multi-ethnic dwellings". Em *Changing social structure in Ghana: Essays in the comparative sociology of a*

*new state and an old tradition*, editado por Goody Jacques, 167-179. London: International African Institute.

Schildkrout, Enid. 1978. *People of the zongo, the transformation of ethnic identities in Ghana*, Cambridge: Cambridge University Press.

Skinner, Elliot Percival. 1965. "Labor migration among the Mossi of the Upper Volta." Em *Urbanization and Migration in West Africa*, editado por Kuper Hilda, 60-84. California: University of California Press.

Tonah, Steeve. 2005. *Fulani in Ghana: Migration history, Integration and Resistance*. Acra: Yamens Press Limited.

## ENTREVISTAS ORAIS

Abdul Salam. 2014. Entrevista pelo autor, Ho zongo (Gana), 31 de julho.

Abdulai. 2014. Entrevista pelo autor, Agbo Kofe (Região de Volta/Gana), 01 de agosto.

Amadu. 2014. Entrevista pelo autor, Ho zongo (Gana), 31 de julho.

Amadu. 2014. Entrevista pelo autor, Moshizongo/Kumasi, 22 de agosto.

Augustin. 2018. Entrevista pelo autor, Ouagadougou (Burkina Faso), 07 de abril.

Binta. 2014. Entrevista pelo autor, Ho zongo (Gana), 31 de julho.

Hamid. 2016. Entrevista pelo autor, Nima/Acra (Gana), 16 de agosto.

Hamidou. 2011. Entrevista pelo autor, Alaba/Kumasi (Gana), 18 de agosto.

Inusa. 2014. Entrevista pelo autor, Sukuumu (Região de Brong Ahafo/Gana), 22 de agosto.

Mahamudu. 2011. Entrevista pelo autor, Moshizongo/Kumasi (Gana), 22 de agosto.

Salifu. 2011. Entrevista pelo autor, New Zongo (Saabu Zongo)/Kumasi (Gana), 22 de agosto.

Salimata. 2011. Entrevista pelo autor, Alaba/Kumasi (Gana), 13 de agosto.

Wahabu. 2011. Entrevista pelo autor, Moshizongo/Kumasi (Gana), 15 de agosto.

## RESUMO

“Ficar, voltar ou mudar-se” é o dilema enfrentado pelos migrantes de Burkina Faso que vivem em Gana. Em contraste com os fluxos de retorno de migrantes e descendentes de migrantes de Burkina Faso que vivem na Costa do Marfim, há poucos fluxos de migração reversa entre Gana e Burkina Faso. Isso é um tanto intrigante. Portanto, este artigo propõe-se a analisar por que, entre a diáspora burquinense que vive em Gana durante os períodos colonial e pós-colonial, a tendência é “ficar” em vez de “voltar”. À primeira vista, isso poderia ser justificado pelo afrouxamento gradual dos

laços dos migrantes com seus parentes em Burkina Faso e sua bem-sucedida integração socioeconômica e legal. A barreira linguística entre o inglês falado em Gana e o francês falado em Burkina Faso poderia explicar a forte propensão dos descendentes de migrantes a ficar. Para identificar as aspirações e decisões dos migrantes e seus descendentes, este estudo baseia-se em recursos bibliográficos e dados empíricos. Foram realizadas principalmente pesquisas qualitativas com pessoas capacitadas em Gana e Burkina Faso. Quer sejam ou não casados com mulheres burquinenses, quer tenham ou não filhos, os migrantes, tanto da antiga quanto da nova geração, e menos ainda seus descendentes, enfrentam um dilema doloroso. As famílias e a reconstrução da identidade são os motivos pelos quais os migrantes permanecem. Em geral, quanto mais integrados os migrantes estão, mais eles desejam e decidem ficar. Como resultado, o desejo e a decisão de retornar se tornam mais raros.

### **PALAVRAS-CHAVE**

Migrantes. Ficar. Voltar.

*Recebido em 19 de janeiro de 2024*

*Aceito em 28 de junho de 2024<sup>44</sup>*

*Traduzido por Henrique Leal de Moura*

---

44 Como citar: Ouedraogo, Serge Noel e Boubacar Sambare. 2024. "Ficar ou voltar: o dilema cornelianiano da diáspora burquinense em Gana". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 160-177. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.138077>.

# RESENHA DE “GOVERNING IN THE SHADOWS: ANGOLA’S SECURITISED STATE”, DE PAULA CRISTINA ROQUE<sup>1</sup>

Gilson Lázaro<sup>2</sup>



“*Governing in the Shadows: Angola’s Securitised State*” é um livro publicado em língua inglesa pela editora Hurst & Company, em Londres, de autoria de Paula Cristina Roque. Paula Roque é pesquisadora independente luso-angolana, que atua no grupo de crise do Instituto de Estudos de Segurança da África Austral, com sede na África do Sul. Em “*Governing in the Shadows*” (Governando nas sombras<sup>4</sup> - Estado Securitário de Angola, em português) Paula Roque aprofunda e condensa o trabalho que tem desenvolvido como pesquisadora de segurança e de relações internacionais, construindo o seu *corpus* com base na interação estabelecida com fontes principais pertencentes ao aparelho de segurança: oficiais de inteligência e militares. O livro sugere que o aparelho securitário de Angola é a base da estrutura de manutenção do poder do Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), partido que governa o país durante quase cinco décadas.

No essencial, o argumento de Paula Roque é de que o aparelho de segurança da República de Angola detém o poder real dos destinos do país

<sup>1</sup> Roque, Paula Cristina. 2021. *Governing in the Shadows: Angola’s Securitised State*. London: Hurst & Company.

<sup>2</sup> Departamento de Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Agostinho Neto. Luanda, Angola. E-mail: [gilson.lazaro@uan.ao](mailto:gilson.lazaro@uan.ao). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2459-3157>.

<sup>3</sup> O livro possuiu na contracapa comentários de alguns acadêmicos: Tom Burgis, Tony Hodges, António Tomás, Jocelyn Alexander e Jakkie Cilliers.

<sup>4</sup> No léxico político angolano, a palavra “governo sombra” foi durante muito tempo usada pelo partido UNITA. Jonas Savimbi foi quem inseriu este termo no léxico angolano. Atualmente, a UNITA mantém uma estrutura administrativa designada “governo sombra”.

associado às outras esferas internas e partidárias. A casa de segurança da Presidência da República controla os setores de defesa, segurança e de inteligência, tendo sob a sua alçada ilimitados recursos financeiros, tais como o empréstimo feito pela China a Angola. Ou seja, o controle do poder é fundamentalmente exercido por meio da capacidade de distribuição de benefícios econômicos e sociais para outros setores internos (Unidade de Guarda Presidencial, serviços de inteligência interna, externa, militar e paramilitar) e externos (políticos, jornalistas, juizes, diplomatas, associações profissionais e sociedade civil).

A imagem de capa do livro retrata um policial angolano no interior do Estádio dos Coqueiros, em Luanda, em frente a uma multidão que aguardava a chegada do Papa Bento XV, que visitou Angola no dia 21 de março de 2009. No que tange à estrutura, “*Governing in the Shadows*” é um livro dividido em seis capítulos.

O primeiro capítulo, intitulado “*The component parts*”, traça um quadro em que a autora apresenta a composição das partes do sistema securitário angolano. No essencial, o capítulo retrata a forma a partir do qual o aparelho de segurança angolano foi constituído. Paula Roque anuncia logo no início que o foco da abordagem é o aparelho de segurança em si, e não o MPLA, partido que suporta o governo desde 1975, nem o antigo presidente José Eduardo dos Santos. O capítulo fala do MPLA, da presidência da república, e dos outros, as outras partes do aparelho com envolvimento de vários setores da sociedade angolana. Na narração sobre as partes que comportam o aparelho securitário, a autora discorre sobre as transformações de Angola durante os 45 anos, como as lutas internas e os atores sociais nelas envolvidos: o MPLA, a morte de Savimbi e a afirmação de Isaiás Samakuva à frente da UNITA, o surgimento da Convergência Ampla de Salvação de Angola – Coligação Eleitoral que reuniu dissidentes da UNITA, do MPLA, do Partido de Renovação Social (PRS) e de outros pequenos partidos ancorados nas figuras de Abel Chivukuvuku e de André de Mendes Carvalho ‘Miau’, concorrentes nas eleições de 2012. O capítulo retrata também o posicionamento dos partidos políticos históricos no campo da disputa política, a posição das igrejas e o papel dos meios de comunicação social, entre públicos e privados, na manutenção do sistema, como lhe chamou Jon Schubert (2017) no seu livro intitulado “*Working the System: A Political Ethnography of the New Angola*”.

O segundo capítulo intitulado “*A strategy of securitised hegemony: out-manoeuving the Enemy*”, trata da apresentação das circunstâncias históricas do país entre as décadas de 1990 e 2000, período do qual o aparelho secu-

ritário se consolidou. O capítulo aborda também os períodos os períodos mais hisis e estrangeiras de países do capitalismo central). O capítulo aborda também os períodos mais incertos da história do conflito armado angolano, discorrendo sobre os acordos políticos e militares (Bicesse em 1991 e Lusaka em 1994) entre o governo e a UNITA e os atores internos e externos envolvidos – a *Troika* de Observadores (ONU, Rússia, Portugal e EUA). No essencial, o capítulo fala de como a guerra e a vitória no campo militar a favor do MPLA constituíram fatores fundamentais para a consolidação do aparelho de segurança angolano. Para isso, contribuíram tanto atores internos (as formações das FAA, a integração nos órgãos de defesa e segurança de altos oficiais da UNITA e a morte de Jonas Savimbi) e externos (a disposição de recursos minerais; as oportunidades de negócios com empresas nacionais e estrangeiras de países do capitalismo central).

O terceiro capítulo intitulado “*The shadows government: guarding the guardians*” aborda as estruturas que constituem o aparato de segurança, como lhe chamou Paula Roque. Neste capítulo, a autora desenvolve o seu argumento descrevendo como o ‘governo sombra’ foi efetivamente criado no período que correspondeu com o fim da guerra civil angolana em 2002, no qual o presidente José Eduardo dos Santos, com o poder paternal, acolheu os insurgentes e organizou em torno da presidência dois setores fundamentais: a casa militar – também designada de segurança – e a casa civil. Ademais, duas estruturas que na visão da autora funcionam em paralelo e fora dos mecanismos de controle formais: parlamento, tribunais, conselho de ministros e sociedade em geral. Ainda neste capítulo, Paula Roque narra como a Constituição aprovada em 2010 reforçou os poderes do presidente da república e, conseqüentemente, das duas estruturas paralelas que garantem a reprodução do poder governando nas sombras. São, no fundo, por onde passam as negociações do poder real angolano, na acepção da autora.

O quarto capítulo intitulado “*The Angolan Armed Forces: a strained national pillar*” retrata a longa trajetória da constituição das forças armadas angolanas, sobretudo durante as duas décadas de paz militar. O capítulo aborda também as linhas de comando das Forças Armadas, a sua composição interna e a atuação no plano de defesa do território nacional, assim como as relações de poder que mantém com os aliados militares de Angola. Neste capítulo, Paula Roque procura destacar as missões que as Forças Armadas angolanas assumiram, sobretudo nos conflitos da região dos Grandes Lagos, particularmente da República Democrática do Congo. O capítulo trata da passagem do atual presidente da república enquanto ministro da defesa de José Eduardo dos Santos. O capítulo realça também o papel que as Forças Armadas desempenharam na gestão dos recursos naturais, sobretudo no con-

trole das zonas mineiras e o benefício econômico que altos oficiais superiores acumularam em termos de riqueza. Ou seja, a estrutura militar é um pilar do aparelho de governança de Angola e que também é parte dos benefícios.

O quinto e penúltimo capítulo, intitulado “*Changing the guard: João Lourenço’s Presidency*”, aborda fundamentalmente as mudanças ocorridas na estrutura do aparelho de segurança de Angola com a sucessão de José Eduardo dos Santos pelo atual presidente, João Lourenço. O capítulo narra, no essencial, o antes e o depois de setembro de 2017, altura em que João Lourenço substituiu Eduardo dos Santos, e as mudanças que efetuou junto dos órgãos de defesa e de segurança, assim como a recuperação de figuras do setor de inteligência que haviam sido desprestigiadas. Trata-se de Fernando Garcia Miala e outros no interior do aparelho securitário. O capítulo aborda também a mudança operada junto da unidade de guarda presidencial, nas Forças Armadas angolanas e na Polícia Nacional, onde Lourenço procurou afastar todos aqueles que mantinham relações de lealdade com José Eduardo dos Santos enquanto condição para a sua manutenção no poder.

O sexto e último capítulo, intitulado “*The times of monsters: Angola’s response to Covid-19*”, aborda a maneira como as autoridades angolanas lidam com a pandemia da COVID-19 e as medidas adotadas para fazer face à sua propagação. O capítulo trata também das pressões que a presidência de João Lourenço experimentou durante este período pandêmico, com escândalo no interior da casa de segurança, que levou a medidas e afastamento de figuras próximas ao presidente, assim como as pressões vinda da sociedade por meio de manifestações de protestos nas ruas, a atitude do presidente em relação ao combate contra a corrupção, defendido como bandeira principal de seu governo. Se tratando do capítulo mais curto do livro, Paula Roque apresenta um ponto de situação do governo de João Lourenço e os efeitos das mudanças operadas por ele no interior do aparelho securitário.

A nossa leitura crítica de “*Governing in the Shadows*” sugere quatro pontos com base na abordagem da sociologia do campo político angolano, assim como apoiado no conceito “história por analogia” de Mahmood Mamdani (1996) no seu livro “*Citizen and Subject. Contemporary Africa and the legacy Colonialism*”. A história por analogia consiste em fazer depender a análise e explicação do Estado securitário angolano a partir da comparação que se estabelece com a realidade histórica da Rússia. Apoiado igualmente na perspectiva de Carlos Cardoso, Elísio Macamo e Nelson Pestana (2002) no seu texto intitulado “Da possibilidade do político na África lusófona: alguns subsídios teóricos”, entendemos o campo político angolano como um processo em constituição, correspondendo a percepções específicas do político.

O primeiro ponto crítico é a tentativa de entender o universo do *corpus* empírico a partir do qual Paula Roque elabora a sua abordagem para teorizar a volta do aparelho de segurança angolano. Há um corpo de entrevistas que se pode observar repartidas entre os seis capítulos do livro que permitem acompanhar as fontes de informação da autora. Estas entrevistas são variáveis em termos de perfis sociodemográficos dos entrevistados e do ano de realização. No complô geral, Paula Roque apresenta um livro com cerca de quatro dezenas de entrevistas que variam de 2004 a 2020. A maior parte delas realizadas em 2004, 2015 e 2019. No primeiro grupo, trata-se de entrevistas de ex-combatentes da UNITA realizadas na cidade do Huambo, no período imediatamente a seguir ao fim da guerra civil entre as Forças Armadas angolanas (FAA) e as forças residuais da UNITA. No segundo grupo, constata-se entrevistas realizadas com ex-oficiais dos serviços de inteligência militar, alguns pertencentes à UNITA, civis, jornalistas e políticos da oposição angolana. No terceiro grupo, tratam-se de entrevistas com oficiais de inteligência entre as cidades de Luanda, Angola e de Lisboa, em Portugal. Há, ainda, registo de depoimentos também designados por testemunhos que se sugere terem sido realizados em 1998, 2004 e 2019. Repassam entrevistas realizadas nos intervalos de 2008, 2012, 2014 e 2020, este último é o ano da vigência da pandemia da Covid-19.

O segundo ponto crítico tem a ver com as ambiguidades do *corpus* empírico de “*Governing in the Shadows*”. Paula Roque codifica o perfil dos seus entrevistados de maneira geral, embora deixa transparecer características de poucos entrevistados, a exemplo do antigo presidente da UNITA, Isaiás Samakuva. Ou seja, a forma como são apresentados os entrevistados pode ser um dado relevante para conferir plausibilidade às informações recolhidas, mas ao mesmo tempo dificulta a compreensão do seu universo empírico. Não obstante, se tratar de uma matéria sensível, os perfis sociodemográficos dos entrevistados de Paula Roque têm um potencial de provocar distorções interpretativas quanto ao *corpus* empírico.

O terceiro ponto crítico é de ordem argumentativa e diz respeito ao uso da analogia entre o aparelho securitário de Angola e da Rússia. “*Governing in the Shadows*” sugere uma supervalorização dada aos aparelhos de segurança de países como Cuba, Rússia e China que mantém relações relevantes com Angola, e pelo fato desses países, sobretudo os dois primeiros, terem um papel crucial na formação, auxílio técnico e de equipamentos militares a Angola durante as quatro décadas. Ou seja, o fato dos serviços secretos da Rússia terem desempenhado um papel crucial para manutenção do poder naquele país, governando na sombra, haja por essa via analogia com Angola por causa da influência e das características observáveis na relação entre o

poder político e os serviços de defesa e de segurança. O temor que se manifesta em relação aos serviços secretos da Rússia é por extensão o mesmo manifestado em relação ao aparelho de inteligência angolano. Eles são apresentados como sendo onipresentes e oniscientes. A sua eficiência resulta da maneira como atuam na sociedade e do grau de secretismo que produzem.

A história por analogia consiste na importação do modelo russo para efeito de análise dos meandros do aparelho securitário angolano, que terá desempenhado papel relevante para a manutenção de José Eduardo dos Santos durante os 38 anos de poder. Ocorre que pelo menos metade desse percurso se deu em tempo de guerra. A guerra, aqui, tem o potencial de pesar como variável de análise na manutenção do poder político nas mãos do Eduardo dos Santos, como resultado de uma combinação de fatores políticos, militares e da disposição de recursos. Ou seja, há que levar em conta a economia política do poder. Uma análise centrada unicamente na atuação que os serviços de inteligência angolano exercem para a manutenção do poder político pode correr o risco de ignorar variáveis igualmente relevantes. A manutenção do poder nas mãos de José Eduardo dos Santos contou com a serventia de mais forças do que apenas os serviços de inteligência interna e externa, para além de que, em certa medida, do contexto político e econômico doméstico, regional e internacional que lhe foi favorável.

O quarto ponto crítico diz respeito ao fato do livro dar mais destaque às estruturas militares – a exemplo de Hélder Vieira Dias e José Maria – em detrimento das civis, e de ter passado ao lado do papel exercido pelos chamados *futunguistas*<sup>5</sup> na edificação do aparelho securitário angolano durante toda a década dos anos de 1990 do século passado.

“*Governing in the Shadows: Angola’s Securitized State*” tem o mérito de apresentar uma contribuição teórica para as ciências sociais, os estudos africanos e de segurança, quando tenta explicar os meandros do aparelho de defesa e segurança angolano. Mais do que confirmar o poder onipresente do aparelho de segurança, o livro de Paula Roque proporciona uma oportunidade para se pensar formas de escrutínio da ação deste órgão junto da sociedade angolana.

---

5 São altos-funcionários civis do aparelho político angolano (presidência) que atuavam nos círculos mais restritos de José Eduardo dos Santos. Alguns desses viriam a dirigir setores estratégicos do governo mais tarde.

## REFERÊNCIAS

- Cardoso, Carlos, Elísio Macamo e Nelson Pestana. 2002. "Da possibilidade do político na África lusófona. Alguns subsídios teóricos". *Cadernos de Estudos Africanos*, 3, 9-25.
- Mamdani, Mahmood. 1996. *Citizen and Subject – Contemporary Africa and the Legacy of the late colonialism*. Princeton University Press.
- Roque, Paula Cristina. 2021. *Governing in the Shadows: Angola's Securitised State*. London: Hurst & Company.
- Schubert, Jon. 2017. *Working the System: A Political Ethnography of the New Angola*. Cornell University Press.

Recebido em 10 de março de 2024

Aceito em 27 de junho de 2024<sup>6</sup>

---

<sup>6</sup> Como citar: Lázaro, Gilson. 2024. "Resenha de "Governing in the shadows: Angola's Securitised State", de Paula Cristina Roque". *Revista Brasileira de Estudos Africanos* 9 (17), 178-184. <https://doi.org/10.22456/2448-3923.139055>.